

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LIDIANE ESPINDULA

**PERDAS, GANHOS E PERMANÊNCIAS NA PAISAGEM DA ENSEADA DO SUÁ,
VITÓRIA-ES**

Vitória
2014

LIDIANE ESPINDULA

**PERDAS, GANHOS E PERMANÊNCIAS NA PAISAGEM DA ENSEADA DO SUÁ,
VITÓRIA-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Processos Urbanos e Gestão da Cidade: teoria e história.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eneida Maria Souza Mendonça

Vitória
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

E77p Espindula, Lidianne, 1982-
Perdas, ganhos e permanências na paisagem da Enseada
do Suá, Vitória - ES / Lidianne Espindula. – 2014.
207 f. : il.

Orientador: Eneida Maria Souza Mendonça.
Coorientador: José Francisco Bernardino Freitas.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Urbanização. 2. Aterros - Enseada do Suá (Vitória, ES). 3.
Paisagens- Enseada do Suá (Vitória, ES). 4. Mercado imobiliário
- Enseada do Suá (Vitória, ES). I. Mendonça, Eneida Maria
Souza. II. Freitas, José Francisco Bernardino. III. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. IV. Título.

CDU: 72

LIDIANE ESPINDULA

“PERDAS, GANHOS E PERMANÊNCIAS NA PAISAGEM DA
ENSEADA DO SUÁ, VITÓRIA-ES”

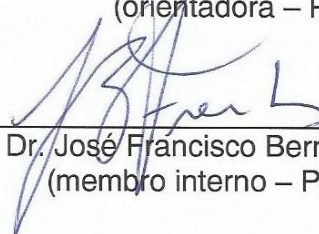
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 17 de março de 2014.

Comissão Examinadora



Profa. Dra. Eneida Maria Souza Mendonça
(orientadora – PPGAU/UFES)



Prof. Dr. José Francisco Bernardino Freitas
(membro interno – PPGAU/ UFES)



Profa. Dra. Lúcia Maria Sá Antunes Costa
(membro externo – UFRJ)

Dedico este trabalho aos meus pais, pois sem eles não estaria onde estou e não seria quem eu sou. Sou grata por todo o investimento em educação e pelos ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família que, embora nem sempre entendesse a dimensão do trabalho, sempre se mostrou presente por meio de apoios e elogios.

Aos meus amigos que fizeram com que esses dois anos, apesar de todo o estresse, fossem muito divertidos. Agradeço, em especial, à Júlia e toda sua família.

Ao meu futuro esposo, Allan, pela ajuda incondicional, pela alegria e pela motivação nos momentos mais difíceis. À Dani, minha grande amiga, pelo apoio sempre. Também à Bianca, ao Alexandre e ao Danilo pela ajuda na reta final do trabalho.

À Eneida que em todos os encontros, após a conclusão do curso de graduação, me incentivava a fazer a prova do mestrado. Também pelo ensino ao longo da graduação e da pós-graduação. Também ao Chico, pelo material fornecido e por todos os ricos ensinamentos.

A todos os entrevistados pelas informações, em especial ao Ronaldo Frechiani.

A CAPES pela concessão da bolsa.

Sem dúvida, agradeço a Deus por ter colocado todas estas pessoas tão especiais na minha vida e por ter me capacitado a concretizar mais este sonho.

“Antes que nascessem os montes, ou que tivesses formado a terra e o mundo, sim, de eternidade a eternidade, tu és Deus.” Salmos 90:2.

RESUMO

A dissertação aborda a paisagem e sua transformação diante do processo de evolução urbana, utilizando como contexto empírico o bairro Enseada do Suá em Vitória, ES. O intuito é contribuir para o entendimento da realidade urbana contemporânea quanto ao processo de urbanização, à produção do espaço e à transformação da paisagem. O bairro Enseada do Suá, construído sobre aterro, na década de 1970, foi escolhido pelos impactos sobre a paisagem decorrentes do processo de urbanização, por ainda manter elementos referenciais da paisagem em seu entorno e pela presença de terrenos vazios e extensas áreas com edificações de até dois pavimentos, passíveis, portanto, de inserção em futura dinâmica de urbanização. Buscou-se então, identificar perdas, ganhos e permanências na paisagem do bairro, diante da possibilidade de intensificação de ocupação, considerando o elevado interesse imobiliário sobre o lugar. Foram realizadas abordagens conceituais sobre paisagem e urbanização e identificação do método a ser utilizado no estudo. Sobre o contexto empírico, foi analisada a trajetória de crescimento urbano do bairro, a partir de abordagem relacionada à história, com destaque para a transformação da paisagem, examinando as características da área antes do aterro e a partir do aterro, o Plano de Urbanização desenvolvido e o plano executado, a evolução urbana e as futuras tendências de ocupação. As fontes se constituíram de documentos originais, trabalhos acadêmicos, estudos técnicos, legislações urbanísticas, fotografias, pesquisas de campo e entrevistas com pessoas chave. A principal perda identificada está relacionada ao aterro na região, que distanciou os habitantes do mar, das antigas praias e ilhas e dos demais elementos paisagísticos da região, modificando hábitos sociais e atividades econômicas. A situação se agravou a partir da evolução urbana, com a efetiva ocupação do território, que criou bloqueios na contemplação de alguns elementos. Contudo, o aterro também propiciou benefícios à paisagem, principalmente na orla, a partir da implantação de infraestrutura nas novas praias criadas e do parque linear, com a possibilidade de áreas arborizadas e de contemplação. A forma de ocupação controlada na orla, em geral, garantiu a permanência na visualização de determinados elementos localizados junto ao mar e garantiu o acesso dos habitantes ao mesmo. O mesmo não ocorre quando o olhar é direcionado ao sentido oposto à orla devido à altura e à implantação das edificações. Constatou-se, a partir de exame da legislação vigente, que a situação atual está passível de modificações e a paisagem na iminência de novas perdas, necessitando de uma premente atenção por parte do Governo Municipal. Desta maneira, o trabalho busca contribuir para a análise dos valores da paisagem, bem como para orientar decisões quanto à ocupação urbana, considerando a manutenção da visibilidade de determinados elementos, identificados como referenciais.

Palavras-chave: Paisagem. Urbanização. Interesse Imobiliário. Aterro. Enseada do Suá.

ABSTRACT

The dissertation addresses the landscape and its transformation before the urban development process, using as empirical context the neighborhood Enseada do Suá in Vitória, ES. The aim is to contribute to the understanding of contemporary urban reality as to the urbanization process. This neighborhood, built on landfill, in the 1970's, was chosen by the impacts on the landscape, resulting from the urbanization process, by still maintaining referential elements of the landscape around it, and the presence of empty lands and extensive areas with buildings, up to two floors, therefore likely, of insertion into future dynamics of urbanization. So we sought to identify losses, gains and stays in the landscape of the neighborhood, before the possibility of intensification of occupation, considering the high real state interest on the place. Conceptual approaches to landscape and urbanization were held, and identification method to be used in the study. About the empirical context, it was analyzed the trajectory of urban growth of the neighborhood, from approaching related to its history, especially on the transformation of the landscape, examining the characteristics of the area, before the landfill and from it, the developed and executed urbanization plan, the urban evolution and future trends of occupation. The sources were constituted from original documents, academia papers, technical studies, town planning laws, photos, field research and interviews with key people. The main loss identified is elated to landfill in the region, which distanced the inhabitants from the sea, from the ancient beaches and islands and from the other landscape elements of the region, modifying social habits and economical activities. The situation aggravates from the urban evolution, with the effective occupation of the territory, which created blockages in the contemplation of some elements. However, the landfill has also provided benefits to the landscape, mainly on the edge, from the created infrastructure deployment in new beaches, and the linear park, with the possibility of wooded areas and contemplation. The form of subsidiary occupation on the edge, in general, ensured the permanence in the preview of certain elements located by the sea, and guaranteed access of residents to the area. The same does not occur when the eye is directed to the opposite direction to the edge, due to the height, and to the implantation of buildings. It was found, from the examination of current legislation, that the current situation is likely to modifications, and the landscape, on the verge of further losses, requiring urgent attention by the municipal government. Thus, the study seeks to contribute to the analysis of landscape values, as well as guide decisions about the urban occupation, considering the maintenance of visibility of certain elements, identified as referential.

Key words: Landscape. Urbanization. Real State Interest. Landfill. Enseada do Suá.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Entrada da Baía de Vitória, 1860. Atenção para a Pedra do Penedo à esquerda.....	30
Figura 1.2 - Desenho da Pedra dos Olhos (ao centro) e demais relevos por Charles Frederick Hartt, entre 1865-1867.....	31
Figura 1.3 – Planta geral do município de Vitória – período colonial, 1860.....	32
Figura 1.4 – Área do Novo Arrabalde, antes da implantação do projeto.....	36
Figura 1.5 – Projeto do Novo Arrabalde, 1896.....	36
Figura 1.6 - Aterro na região do Parque Moscoso, 1910.....	37
Figura 1.7 - Parque Moscoso, 1930.....	37
Figura 1.8 - Foto aérea da região antes do aterro. 1970. Marcações da autora.....	43
Figura 1.9 – Foto área da região após o aterro. 1978.....	43
Figura 1.10 - Enrocamento de acesso às Ilhas do Bode, Sururu e Boi. 1950.....	44
Figura 1.11 - Enrocamento de acesso à Ilha do Boi. 1960.....	44
Figura 1.12 - Praia Comprida, 1940.....	44
Figura 1.13 - Praia do Suá, 1905.....	44
Figura 1.14 - Praia do Suá, 1950.....	45
Figura 1.15 – Praia de Santa Helena, 1936.....	45
Figura 1.16 - Foto aérea da região da Enseada do Suá, 1978.....	56
Figura 2.1 - Bonde puxado por animal, 1906.....	60
Figura 2.2 - Foto aérea da região, 1978.....	62
Figura 2.3 – Loteamento na Ilha do Boi. Anos de 1970.....	62
Figura 2.4 - Obra de uma das primeiras residências da Enseada do Suá.....	63
Figura 2.5 - Obra concluída de uma das primeiras residências da Enseada do Suá.....	63
Figura 2.6 - Foto aérea do bairro Enseada do Suá, 1986.....	67
Figura 2.7 - Construção da “Terceira Ponte”, 1987.....	67
Figura 2.8 – Foto aérea da região da Enseada do Suá, 1998.....	73

Figura 2.9 - Parque linear (Praça dos Namorados e Praça dos Desejos), s/d.....	74
Figura 2.10 - Praça das Ciências, s/d	74
Figura 2.11 – Praia da Curva da Jurema, s/d.....	74
Figura 2.12 - Foto aérea da região da Enseada do Suá, 2013.....	79
Figura 2.13 – Enseada do Suá, 2013.....	82
Figura 2.14 – Enseada do Suá, 2013.....	82
Figura 2.15 – Enseada do Suá a partir do Convento da Penha, 2012.....	82
Figura 3.1 – Identificação dos referenciais da paisagem da Enseada do Suá a partir de visita de campo..	86
Figura 3.2 – Afloramento rochoso da Ilha do Sururu.....	87
Figura 3.3 - Mar visualizado a partir de via de acesso.....	88
Figura 3.4 - Mar visualizado a partir de lote vazio.....	89
Figura 3.5 – Morro do Moreno a esquerda e Morro do Convento a direita.....	90
Figura 3.6 – Morro do Jaburuna.....	90
Figura 3.7 – “Terceira Ponte” e Morro e Convento Nossa Senhora da Penha.....	91
Figura 3.8 – Morro do Guajuru.....	92
Figura 3.9 – Identificação dos referenciais da paisagem da Enseada do Suá a partir de visita de campo e das entrevistas.....	97
Figura 3.10 – Baía de Vitória representada por cartão postal, s/d.....	99
Figura 3.11 - Baía de Vitória representada por cartão postal, s/d.....	100
Figura 3.12 – Convento Nossa Senhora da Penha representada por cartão postal, s/d.....	100
Figura 3.13 – Convento Nossa Senhora da Penha representada por cartão postal, s/d.....	100
Figura 3.14 – Convento Nossa Senhora da Penha representada por cartão postal, s/d.....	100
Figura 3.15 – Convento Nossa Senhora da Penha representada por cartão postal, s/d.....	100
Figura 3.16 – Convento Nossa Senhora da Penha representada por cartão postal, s/d.....	100
Figura 3.17 – “Terceira Ponte” representada por cartão postal, s/d.....	101
Figura 3.18 – “Terceira Ponte” representada por cartão postal, s/d.....	101

Figura 3.19 – Praia da Curva da Jurema representada por cartão postal, s/d.....	101
Figura 3.20 – Ilha do Frade representada por cartão postal, s/d.....	101
Figura 3.21 – Iate Clube representado por cartão postal, s/d.....	102
Figura 3.22 – Shopping Vitória representado por cartão postal, s/d.....	102
Figura 3.23 – Identificação dos referenciais da paisagem da Enseada do Suá a partir de visita de campo, de entrevistas e de cartões postais.....	103
Figura 3.24 – Identificação dos referenciais adotados e não adotados.....	106
Figura 3.25 – Vista do bairro Santa Helena (Morro do Suá).....	112
Figura 3.26 – Convento da Penha visualizado entre os prédios da Enseada do Suá.....	124
Figura 3.27 - Área com concentração de pescadores não profissionais.....	132
Figura 3.28 - Área com atracadouro e concentração de pescadores profissionais.....	133
Figura 3.29 – Pessoas se exercitando.....	133
Figura 3.30 – Pessoas se exercitando.....	134
Figura 3.31 - Praça do Papa com estrutura para evento de comércio e turismo.....	137
Figura 3.32 - Praça do Papa em evento religioso.....	137
Figura 3.33 – Enfeites para o Natal.....	138
Figura 3.34 – Enfeites para o Natal.....	138
Figura 3.35 - Praça dos Namorados durante a realização da feira de artesanatos.....	138
Figura 3.36 – Estrutura da Praça do Pedágio, “Terceira Ponte”.....	139
Figura 3.37 – Nível 1.....	142
Figura 3.38 – Nível 2.....	142
Figura 3.39 – Nível 3.....	142
Figura 3.40 – Nível 4.....	142
Figura 3.41 – Nível 5.....	142
Figura 3.42 – “Terceira Ponte”, Mar, Ilha do Papagaio e Orla de Vila Velha. Nível 1. Vista a partir do Ponto 1.....	144

Figura 3.43 – Orla Vila Velha, mar, Ilha do Papagaio e Jesus de Nazareth. Nível 1. Vista a partir do Ponto 2.....	145
Figura 3.44 – Orla Vila Velha, mar e “Terceira Ponte”. Nível 1. Vista a partir do Ponto 3.....	145
Figura 3.45 – Orla Vila Velha, mar, “Terceira Ponte”, Ilha do Bode e Ilha do Sururu. Nível 1. Vista a partir do Ponto 5.....	145
Figura 3.46 – Orla Vila Velha, mar, “Terceira Ponte” e Ilha do Boi. Nível 1. Vista a partir do Ponto 6.....	145
Figura 3.47 – Orla Vila Velha, Terceira Ponte e Ilha do Papagaio. Nível 1. Vista a partir do Ponto 11.....	146
Figura 3.48 – Morro da Barrinha, Ilha do Frade, mar, Ilha do Boi. Nível 1. Vista a partir do Ponto 14....	146
Figura 3.49 – Morro da Barrinha, Ilha do Frade, mar, Ilha do Boi e orla Vila Velha. Vista a partir do Ponto 17.....	146
Figura 3.50 – Mar e Ilha do Frade. Nível 1. Vista a partir do Ponto 18.....	147
Figura 3.51 – Morro do Guajuru. Nível 1. Vista a partir do Ponto 16.....	147
Figura 3.52 – Morro Jesus de Nazareth. Nível 1. Vista a partir do Ponto 4.....	148
Figura 3.53 – Morro do Jaburuna. Nível 1. Vista a partir do Ponto 7.....	148
Figura 3.54 – Morro do Guajuru. Nível 1. Vista a partir do Ponto 20.....	149
Figura 3.55 – Morro do Suá. Nível 1. Vista a partir do Ponto 10.....	149
Figura 3.56 – Orla Vila Velha, mar e Ilha do Papagaio. Nível 2. Vista a partir do Ponto 4.....	151
Figura 3.57 – “Terceira Ponte” e orla de Vila Velha. Nível 2. Vista a partir do ponto 4.....	151
Figura 3.58 – “Terceira Ponte”. Nível 2. Vista a partir do Ponto 7.....	152
Figura 3.59 – Morro do Guajuru. Nível 2. Vista a partir do Ponto 15.....	152
Figura 3.60 – Morro do Suá. Nível 2. Tipo “U”. Vista a partir do Ponto 8.....	153
Figura 3.61 – “Terceira Ponte”. Nível 3. Vista a partir do Ponto 8.....	154
Figura 3.62 – Morro do Suá. Nível 3. Vista a partir do Ponto 9.....	154
Figura 3.63 – Morro Jesus de Nazareth. Nível 3. Vista a partir do Ponto 10.....	155
Figura 3.64 – Morro do Suá. Nível 4. Tipo “UUU”. Vista a partir do Ponto 1.....	156
Figura 3.65 – Morro do Suá. Nível 4. Tipo “UU”. Vista a partir do Ponto 2.....	156
Figura 3.66 – Morro do Guajuru. Nível 4. Vista a partir do Ponto 21.....	157

Figura 3.67 – Ilha do Frade e mar. Nível 4. Vista a partir do Ponto 19.....	157
Figura 3.68 – Convento da Penha. Nível 5. Vista a partir do Ponto 15.....	159
Figura 3.69 – Pedra do Penedo. Nível 5. Morro Jesus de Nazareth. Nível 1. Vista a partir do Ponto 1.....	159
Figura 3.70 – Pedra dos Olhos. Nível 5. Vista a partir do Ponto 2.....	160
Figura 3.71 – Orla Vila Velha. Nível 5. Vista a partir do Ponto 12.....	160
Figura 3.72 – Morro do Moreno. Nível 5. Vista a partir do Ponto 20.....	161
Figura 3.73 – Morro do Moreno. Nível 5. Vista a partir do Ponto 21.....	161
Figura 3.74 – Morro do Jaburuna. Nível 5. Vista a partir do Ponto 9.	162
Figura 3.75 – Convento Nossa Senhora da Penha. Nível 5. Vista a partir do Ponto 8.....	162
Figura 3.76– Orla Vila Velha. Nível 5. Vista a partir do Ponto 8.....	163
Figura 4.1 – Foto aérea da Enseada do Suá, Vitoria/ES.....	170
Figura 4.2 – Simulação Gráfica Ponto 8 – Morro do Suá.....	175
Figura 4.3 – Simulação Gráfica Ponto 8. “Terceira Ponte”.....	176
Figura 4.4 – Simulação Gráfica Ponto 10. Morro do Suá.....	180
Figura 4.5 – Simulação Gráfica ponto 7. “Terceira Ponte”.....	181
Figura 4.6 – Morro do Guajuru. Nível 1. Tipo “L”. Vista a partir do Ponto 20.....	182
Figura 4.7– Simulação Gráfica ponto 1. Morro Jesus de Nazareth.....	186
Figura 4.8 – Simulação gráfica ponto 7. Morro Jesus de Nazareth.....	187
Figura 4.9 – Simulação Gráfica. Ponto 15. Morro do Guajuru.....	189
Figura 4.10 – Simulação Gráfica. Ponto 16. Morro do Guajuru.....	190
Figura 4.11 – Nova Cidade, antes da construção dos primeiros edifícios propostos.....	191
Figura 4.12 – Nova Cidade, após a construção dos primeiros edifícios propostos.....	191
Figura 4.13 – Nova Cidade, nova proposta apresentada em 2009 e a relação com a paisagem.....	192
Figura 4.14 – Nova Cidade, nova proposta apresentada em 2012 e a relação com a paisagem.....	193
Figura 4.15 – Simulação da inserção do “Fibrasa Connection” na paisagem da Enseada do Suá.....	194

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do bairro Enseada do Suá no município de Vitória e no estado do Espírito Santo.....	19
Mapa 1.1 – Mapa geral do município de Vitória com indicação de aterros.....	33
Mapa 1.2 - Município de Vitória/ES: Proposta de Urbanização da área de aterro da Enseada do Suá.....	49
Mapa 1.3 - Município de Vitória/ES: Planta de Locação: Urbanização da Enseada de Praia do Suá. (Planta que se supõe ser do Memorial Descritivo s/d [1972 ou 1975]).....	53
Mapa 1.4 - Vitória: projeto de Henrique Novaes para expansão da Praia Comprida, 1931.....	58
Mapa 2.1 - Bairro Enseada do Suá e entorno.....	59
Mapa 2.2 - Município de Vitória-ES: Zoneamento na região da Enseada do Suá.....	64
Mapa 2.3 - Município de Vitória-ES: Zoneamento Urbanístico da região da Enseada do Suá.....	71
Mapa 2.4 - Município de Vitória-ES: Delimitação do Zoneamento Urbanístico da região da Enseada do Suá.....	75
Mapa 2.5 – Mapa de Usos do solo – Enseada do Suá, 2013.....	81
Mapa 2.6 – Mapa de Gabaritos – Enseada do Suá, 2013.....	84
Mapa 3.1 – Ilhas e Morros da Enseada do Suá e do seu entorno imediato.....	88
Mapa 3.2 – Zonas de Visualização – Mar. Buffon, 1999.....	109
Mapa 3.3 – Zonas de Visualização – Mar.....	110
Mapa 3.4 – Zonas de Visualização – Morros 1, 2 e 3. Buffon, 1999.....	113
Mapa 3.5 – Zonas de Visualização – Morros 1, 2 e 3.	114
Mapa 3.6 - Zonas de Visualização – Morros 4 e 5. Buffon, 1999.....	115
Mapa 3.7 – Zonas de Visualização – Morros 4 e 5.....	116
Mapa 3.8 – Zonas de Visualização – Morros 6 e 7. Buffon, 1999.....	118
Mapa 3.9 – Zonas de Visualização – Morros 6 e 7.....	119
Mapa 3.10 – Zonas de Visualização – Morro 8.....	121
Mapa 3.11 – Zonas de Visualização – Morro 9.....	122
Mapa 3.12 – Zonas de Visualização – Morro 10.....	123

Mapa 3.13 – Zonas de Visualização – Morro 11.....	126
Mapa 3.14 – Zonas de Visualização – Morro 12.....	127
Mapa 3.15 – Zonas de Visualização – Morros 13 e 14.....	128
Mapa 3.16- Zonas de Visualização - “Terceira Ponte”.....	130
Mapa 3.17- Mapa de Fluxos e permanências – Segunda a sexta.....	135
Mapa 3.18 – Mapa de Fluxos e permanências – Sábado e domingo.....	136
Mapa 3.19 – Mapa dos pontos de vista privilegiados.....	140
Mapa 3.20 – Mapa dos níveis de percepção a partir dos pontos eleitos.....	165
Mapa 4.1 - Município de Vitória-ES: Delimitação do Zoneamento Urbanístico da região da Enseada do Suá.....	179
Mapa 4.2 – Zoneamento Urbano PDM Vila Velha. Orla.....	184
Mapa 4.3 – Zoneamento Urbano PDU Vitória. Trecho do entorno do Morro do Guajuru.	188
Mapa 4.4 - Município de Vitória-ES: Delimitação do Zoneamento Urbanístico da região da Enseada do Suá (trecho)	195

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 - Período e áreas de intervenções de aterros realizados no município de Vitória.....	33
Tabela 1.2 – Índices urbanísticos definidos pelo Código Municipal de Vitória (Lei nº351/54) e pelo Plano de Urbanização da COMDUSA em 1972.....	47
Tabela 1.3 – Usos previstos do Plano de Urbanização da Praia do Suá, COMDUSA, 1972.....	47
Tabela 1.4 – Índices urbanísticos definidos pelo Plano de Urbanização da COMDUSA em 1972, para a os usos residenciais em condomínio.....	48
Tabela 1.5 – Índices urbanísticos definidos pelo Plano de Urbanização da COMDUSA em 1972, para a os usos residenciais unifamiliares.....	48
Tabela 2.1 – Zonas de uso, categorias de uso e suas especificações, segundo o Plano Diretor Urbano de 1984.....	65
Tabela 2.2 – Resumo das Zonas de uso, categorias de uso e suas especificações, segundo o Plano Diretor Urbano de 1994.....	69
Tabela 2.3 – Resumo das Zonas de uso, categorias de uso e suas especificações, segundo o Plano Diretor Urbano de 2006.....	76
Tabela 3.1 – Elementos da paisagem identificados em entrevistas.....	98
Tabela 4.1 – Resumo dos índices urbanísticos relativos às zonas localizadas na Enseada do Suá 6705/06.....	178
Tabela 4.2 - Resumo dos índices urbanísticos relativos às zonas localizadas na orla de Vila Velha (trecho).....	185

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 A PAISAGEM DE VITÓRIA E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO.....	24
1.1 OS ATERROS E OS IMPACTOS NA PAISAGEM DE VITÓRIA.....	29
1.2 O PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO SUÁ E A PAISAGEM	38
1.2.1 Proposta inicial de uso e ocupação do solo.....	46
1.2.2 Alterações no Plano aprovadas pela Prefeitura Municipal de Vitória.....	50
1.3 O PROJETO DE UM NOVO ARRABALDE E O PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO SUÁ.....	54
2 A EVOLUÇÃO URBANA DA ENSEADA DO SUÁ E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM.....	59
2.1 DO ATERRO AO PLANO DIRETOR URBANO DE 1984 (Lei nº3.158/84).....	59
2.2 DO PLANO DE 1984 AO PLANO DE 1994 (Lei nº 4.167/94).....	68
2.3 DO PLANO DE 1994 AO PLANO EM VIGÊNCIA (Lei nº 6.705/06).....	74
3 ENSEADA DO SUÁ: PAISAGEM ATUAL.....	84
3.1 A IDENTIFICAÇÃO DOS REFERENCIAIS DA PAISAGEM.....	84
3.1.1 A percepção da paisagem em visita de campo.....	85
3.1.2 A percepção da paisagem a partir de entrevistas.....	93
3.1.3 Os cartões postais na identificação dos referenciais da paisagem.....	99
3.1.4 Os elementos referenciais adotados para a dissertação.....	103
3.2 PONTOS DE VISTA PRIVILEGIADOS.....	107
3.2.1 Zonas de visualização da paisagem.....	107

3.2.2 Eleição dos pontos de vista.....	131
3.3 VISIBILIDADE E CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE PERCEPÇÃO.....	141
3.3.1 Classificação da paisagem: Nível Um.....	143
3.3.2 Classificação da paisagem: Nível Dois.....	150
3.3.3 Classificação da paisagem: Nível Três.....	153
3.3.4 Classificação da paisagem: Nível Quatro.....	154
3.3.5 Classificação da paisagem: Nível Cinco.....	158
4 A ENSEADA DO SUÁ: LEGISLAÇÃO VIGENTE E A PAISAGEM FUTURA	166
4.1 RELATÓRIOS DE IMPACTO URBANO E ESTUDOS DE IMPACTO DE VIZINHANÇA COMO INSTRUMENTOS DE VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM.....	166
4.1.1 Do Relatório de Impacto Urbano ao Estudo de Impacto da Vizinhança.....	166
4.1.2 Relatório de Impacto Urbano e Estudo de Impacto da Vizinhança e a paisagem da Enseada do Suá.....	169
4.2 POSSIBILIDADES FUTURAS DE OCUPAÇÃO E A PAISAGEM	173
4.2.1 Tendências de ocupação e a paisagem futura no interior da Enseada do Suá.....	174
4.2.2 Tendências de ocupação e a paisagem na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes.....	180
4.2.3 Tendências de ocupação nas orlas da Enseada do Suá em Vitória e na Baía de Vitória em Vila Velha e a paisagem futura.....	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS.....	202

INTRODUÇÃO

A paisagem desempenha importante papel social, uma vez que abriga uma série de elementos da história e da cultura da sociedade e está diretamente relacionada com o espaço e o tempo, entre o homem e o ambiente. O tema paisagem adotado nesta dissertação está relacionado à ideia de memória e herança que a mesma possui com a sociedade e se baseia, principalmente, em autores como Milton Santos (1997) e Aziz Ab'Sáber (2003).

O tema também abrange marcos paisagísticos representados por montes, rochedos, ilhas, pontes, edificações históricas e artísticas, entre outros. Esses elementos expressam momentos do passado e atuais e têm relação com a memória do homem: “[...] o ambiente conhecido por seus nomes e familiar a todos oferece material para as lembranças e símbolos comuns que unem o grupo e permitem que seus membros se comuniquem entre si” (LYNCH, 1997, p.143).

A partir da segunda metade do século XX, o crescimento urbano das grandes cidades brasileiras tem apresentado mudanças significativas na paisagem, principalmente devido aos impactos do processo de ocupação e à dinâmica imobiliária que, muitas vezes, se contrapõem à valorização dos referenciais paisagísticos.

Tais possibilidades de mudanças apresentadas neste trabalho se baseiam em Santos (2008), quando afirma que:

A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. (...) suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço (SANTOS, 2008, p.74 e 75).

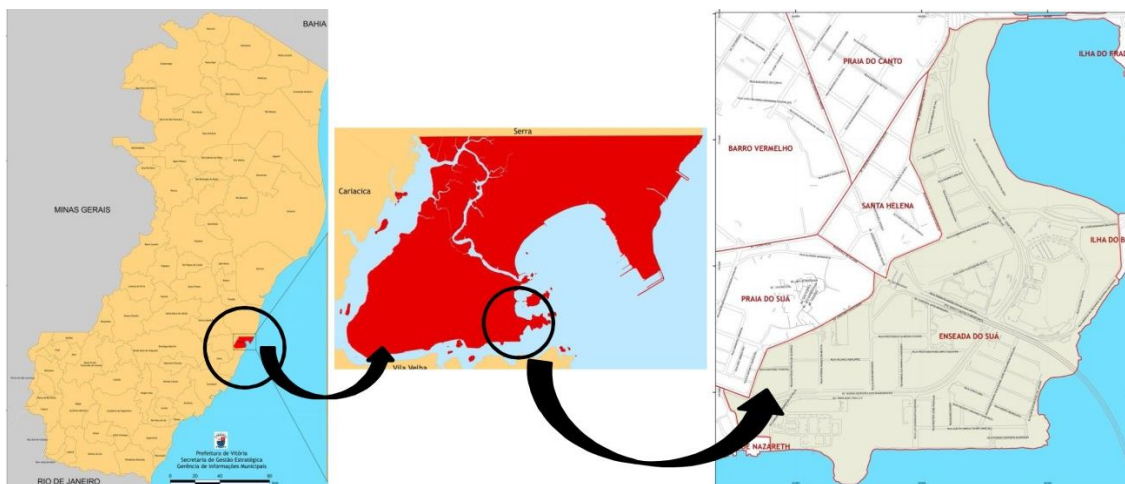
Uma vez que a paisagem está diretamente relacionada à herança e à memória coletiva, é importante estudar a preservação da mesma diante do processo de urbanização. Nesse contexto, o presente trabalho se propõe a contribuir com o entendimento da realidade urbana contemporânea, direcionando o olhar para os impactos causados na paisagem pelo processo de urbanização, referindo-se à análise das perdas, dos ganhos e da permanência da visibilidade paisagística gerados pelas formas construtivas.

O recorte espacial para o desenvolvimento deste estudo é dado no Município de Vitória, capital do Espírito Santo. Originalmente, Vitória possuía limitada faixa de terra firme entre montanhas e mar e registros históricos apontam para uma ocupação em torno do porto e na base do Maciço Central, correspondente ao centro atual da cidade. Relatos de viajantes e desenhos registrados no período

colonial demonstram o mar e o relevo montanhoso desempenhando papéis significativos na composição da paisagem de Vitória e na localização da região.

Porém, a partir da decisão política de manter Vitória a sede administrativa e do crescimento populacional devido ao desenvolvimento econômico, o governo fazia crer que era necessária a execução de aterros, buscando permitir a expansão da cidade de modo a qualificá-la como capital e garantindo a ocupação urbana, modificando e inserindo novos elementos à paisagem, provocando alterações no espaço físico e na configuração do contorno pré-existente da ilha (MENDONÇA, 2006).

A abordagem empírica deste trabalho é dada no bairro Enseada do Suá (Mapa 1) que foi planejado a partir de um dos aterros realizados na cidade que alteraram a configuração litorânea, afastaram o mar e modificaram hábitos sociais e atividades econômicas. O aterro que culminou com a implantação do bairro foi realizado na região da Praia do Suá e ocorreu na década de 1970 a partir de um Projeto de Urbanização desenvolvido pela Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano (COMDUSA, 1972), no governo de Christiano Dias Lopes Filho.



Mapa 1 - Localização do bairro Enseada do Suá no município de Vitória e no estado do Espírito Santo.

Fonte - Prefeitura Municipal de Vitória.

Antes do aterro, a região possuía relação direta com o mar e com a paisagem do local, composta por morros, vegetação e pela visão direta para o Morro e Convento Nossa Senhora da Penha que, apesar de estar localizado no município vizinho de Vila Velha, é um importante referencial da paisagem de Vitória e do Espírito Santo. Porém, avaliando a ocupação acelerada e o interesse do setor imobiliário no bairro, sobretudo a partir da década de 1990, a problemática deste trabalho parte da premissa da gradativa redução da relação das edificações construídas ao longo do tempo com os referenciais da paisagem da região.

Mesmo considerando a exuberância de alguns desses elementos referenciais, entende-se que as edificações vêm criando comprometimento à percepção desses. Tal comprometimento, provocado pelo processo de ocupação e verticalização, já ocorreu em outras regiões da cidade, como Centro e Praia do Canto, necessitando de medidas emergenciais no controle ocupacional, como garantia, dentro do possível, de preservação dos referenciais paisagísticos, importantes na identificação, localização e memória dos habitantes (MENDONÇA, 2007).

A despeito da intensa ocupação e verticalização, o presente trabalho se mostra oportuno e fundamental, uma vez que busca alertar para a possibilidade de manter a visibilidade de elementos referenciais da paisagem de Vitória diante da ocupação futura em um bairro que ainda contempla áreas vazias e com edificações horizontalizadas, observando, contudo, tratar-se de uma situação temporária, uma vez que se encontra em um processo acelerado de verticalização.

O objetivo geral desta dissertação é apresentar considerações acerca da paisagem e da relação da mesma com o processo de urbanização, principalmente em Vitória, com olhar voltado para a Enseada do Suá, diante do risco de intensificação de ocupação pelo interesse imobiliário, no intuito de contribuir para preservação dos elementos paisagísticos relevantes presentes na região e para a análise dos valores da paisagem, bem como das decisões quanto à manutenção da visibilidade de determinados elementos.

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho abrange pesquisas bibliográficas de cunho teórico conceitual, necessárias para estruturação do mesmo, que objetiva o aprofundamento em relação ao tema, abordando o conceito de paisagem e buscando relação com o processo de urbanização e os seus impactos decorrentes dele nessa paisagem.

Essa estrutura é apresentada a partir do primeiro capítulo que também busca contextualizar o tema à história de Vitória e da Enseada do Suá, também por meio de pesquisas relacionadas aos relatos dos primeiros viajantes estrangeiros que adentraram à ilha no século XVI, bem como seus registros em forma de textos e desenhos. Além disso, é feita uma abordagem histórica acerca dos aterros realizados em Vitória, como forma de demonstração do processo de urbanização, e dos impactos na paisagem da cidade ao longo dos anos e para contextualizar o ocorrido na Enseada do Suá.

No mesmo capítulo é apresentada uma pesquisa para o conhecimento da área de estudo a partir de exames documentais relativos ao Plano de Urbanização da Praia do Suá desenvolvido pela COMDUSA em 1972, que culminou com aterro da Enseada do Suá. A abordagem do estudo é dada a partir da análise do Plano com enfoque no tema paisagem, com a apresentação dos usos e índices

urbanísticos iniciais propostos para a área e as modificações, até a devida aprovação pela Prefeitura de Vitória, em 1975.

No primeiro capítulo também se encontra uma analogia entre o projeto desenvolvido para a Enseada do Suá e o projeto do Novo Arrabalde, desenvolvido por Saturnino de Brito em 1896, para compreender a relação que os dois projetos possuem entre si e com paisagem pré-existente das regiões.

No segundo capítulo, o texto deriva da trajetória de crescimento urbano do bairro Enseada do Suá por meio de um levantamento histórico desde antes do aterro realizado na década de 1970 até os tempos atuais, com destaque para a transformação da paisagem, para compreender, entre outros fatores, como a Enseada do Suá participa no processo de produção do espaço urbano do município de Vitória.

São apresentados os Planos Diretores Municipais de Vitória de 1984, 1994 e 2006, o último em vigência, para análise das modificações de usos e índices urbanísticos para a região de estudo e a relação destes com a paisagem. Em paralelo são feitas análises de imagens aéreas e fotografias registradas ao longo dos anos.

Para o desenvolvimento do capítulo, foi feita uma pesquisa por meio de exames documentais demonstrados em livros, mapas, imagens aéreas e fotografias, artigos de jornal, além de entrevistas com pessoas chave, como antigos moradores, arquitetos da prefeitura, professores da Universidade Federal do Espírito Santo, entre outros que acompanharam o processo de evolução do bairro.

A segunda etapa da pesquisa empírica, apresentada no terceiro capítulo, procura identificar as perdas, os ganhos e as permanências referentes à paisagem na Enseada do Suá. A metodologia aplicada tem como base mais significativa a desenvolvida por Mendonça (2006), que atua na identificação de elementos paisagísticos marcantes e no estudo de formas de ocupação do entorno que favoreçam a permanência desses elementos como referenciais da paisagem, por meio de entrevistas, eleições de pontos de vista privilegiados, definição de níveis de percepção, entre outros. Tal metodologia segue literaturas que tratam da percepção da paisagem ambiental urbana, como Gordon Cullen (1983) e Kevin Lynch (1997), os quais valorizam o percurso ao longo do qual as paisagens são contempladas.

As literaturas mencionadas permitem a identificação dos referenciais da paisagem da Enseada do Suá e do seu entorno a partir de distintas abordagens, dentre elas o levantamento de informações em campo, diretamente na área analisada, entrevistas que objetivam identificar as transformações da

paisagem e mapear os referenciais pré-existent e os atuais. Tal etapa é complementada com análises de cartões postais atualmente vendidos em Vitória que contemplam a área da Enseada do Suá e do seu entorno imediato, para identificar a relação da paisagem com a imagem turística de Vitória.

São apresentados também mapas de visualização dos elementos paisagísticos baseados na metodologia desenvolvida por Kohlsdorf (1996) e aplicada por Buffon (1999) na Enseada do Suá, buscando, também, comparar as possibilidades de visuais para os elementos referenciais da paisagem com a realidade atual, tendo em vista as transformações desde o ano 1999, sobretudo no que tange a ocupação urbana da área.

Também a partir da metodologia de Mendonça (2006), são feitos registros fotográficos dos pontos de vista eleitos para desenvolvimento de uma classificação abordando níveis de percepção dos elementos paisagísticos em destaque a partir de pontos de vista privilegiados. Tal etapa permite identificar a vulnerabilidade da percepção dos elementos referenciais em análise diante da ocupação atual.

Por fim, o capítulo quatro apresenta estudo relacionado aos Relatórios de Impacto Urbano e aos Estudos de Impacto de Vizinhança, instrumentos para controle dos impactos referentes a grandes intervenções na cidade, e a relação desses instrumentos na preservação da paisagem da região. Também é feita uma análise do território para mapeamento da localização e do porte das construções existentes e uma simulação gráfica do que é permitido construir de acordo com o Plano Diretor Urbano de 2006 (Lei nº 6705/2006) e com o Plano Diretor Municipal de Vila Velha (Lei nº 4575/2007), ambos em vigência, para compreender a relação das possíveis construções com a percepção da paisagem.

Os estudos apresentados nos capítulos permitem identificar, ao longo do tempo, as perdas, os ganhos e as permanências e as tendências futuras referentes aos elementos característicos que configuram a paisagem da região da Enseada do Suá. Desta maneira, o presente trabalho se mostra oportuno e fundamental, uma vez que busca alertar para a possibilidade de manter o acesso e a visibilidade de elementos referenciais da paisagem de Vitória diante da ocupação futura em um bairro que ainda contempla áreas vazias e com edificações horizontalizadas, tratando, porém, de uma situação temporária, uma vez que se encontra em um processo acelerado de verticalização.

Finalmente, são apresentadas as considerações finais da pesquisa, recuperando os principais conceitos e realizando uma avaliação final da relação da paisagem com o crescimento e

desenvolvimento urbano da Enseada do Suá, com base na teoria abordada e nos dados empíricos obtidos.

O objetivo final é contribuir e demonstrar a possibilidade da criação ou complementação de normas específicas que promovam a valorização da paisagem local e de seu entorno e uma forma de ocupação urbana favorável à preservação desta, no sentido de assegurar a memória do lugar e a identificação da região pelas gerações presentes e futuras.

1 A PAISAGEM DE VITÓRIA E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

A paisagem está associada ao processo de percepção das relações que se dão com o espaço e o tempo, entre o homem e o ambiente. Segundo Bartalini (2007), o marco inicial do olhar moderno sobre a paisagem se deu no ano de 1336, quando o intelectual, poeta e humanista italiano Francesco Petrarca escalou o Monte Ventoux, na França. O livro “Ver a Terra: Seis Ensaio Sobre a Paisagem e a Geografia”, de J.M Besse, foi traduzido por Bartalini em 2006 e apresenta, entre outras questões, o registro das cartas escritas por Petrarca ao seu amigo Francesco Dionigi. O livro registra que Petrarca subiu o monte apenas por subir, por mera curiosidade, simplesmente pelo desejo de ver um lugar reputado por sua altura, para encontrar a fórmula da experiência paisagística, ou seja, uma contemplação desinteressada do mundo natural aberto ao olhar. Petrarca, em sua aventura, percebeu, pela visão do alto, que se afastava de si mesmo. Tal experiência o permitiu uma reflexão sobre a vida.

A noção de paisagem está presente na memória do ser humano antes mesmo da elaboração do seu conceito, na observação do meio. Os registros se encontram nas artes que retratam elementos dessa paisagem, como animais, montanhas, rios, entre outros. A história aponta para uma análise da paisagem desde as pinturas rupestres, passando pela antiguidade e no decorrer da Idade Média. A partir do Renascimento, então, diversos conceitos foram propostos.

Cauquelin (2013) indica que a concepção de paisagem dada na modernidade era inexistente entre os gregos, dado como “grau zero”. Segundo a autora, a concepção do termo se deu no período do Renascimento, entre os séculos XIII e XVII:

A transformação da pura ideia da natureza, do grau zero da paisagem, em visualidade, inaugurando o que seria a paisagem moderna, ocorre a partir do Renascimento. (...) O receio à grande natureza e o conhecimento do homem restrito à sua circunvizinhança, presentes nos períodos primitivo e medieval, dão lugar, no Renascimento, aos desbravamentos dos territórios, e à ampliação da esfera do conhecimento científico. As transformações ocorridas entre os séculos XV e XVIII no sistema produtivo e no pensamento científico estabeleceram uma nova percepção do mundo, e, sobretudo, inauguraram uma nova forma de apreensão da paisagem. A pintura renascentista introduziu a técnica da perspectiva, e, com ela, a ideia de ordem e a ideia de realidade a partir de um artifício visual (CAUQUELIN, 2003, p.25).

Com o passar dos séculos, o tema paisagem passou a ser bastante discutido e vem sendo estudado por diversos autores. Completamente relacionado com a história e com a cultura da sociedade, o termo, que pode abranger paisagem natural ou paisagem construída, representa um papel social importante e está relacionado aos marcos paisagísticos, como montes e rochedos, ilhas, pontes, edificações, entre outros. Esses elementos estão também relacionados com o tempo como suporte da memória dos habitantes de uma cidade (LYNCH, 1997).

É por meio da percepção dos elementos naturais e construídos da paisagem da cidade, de suas particularidades e especificidades, que o ser humano cria suas referências, imagens e identidade locais, construindo a memória coletiva de um povo. Por meio desses elementos, o homem se localiza, se orienta e se identifica no espaço urbano (KLUG, 2009, p.14).

Os conceitos e as concepções sobre o tema paisagem são bastante amplos e variados, discutidos interdisciplinarmente por geógrafos, historiadores, arquitetos, urbanistas, entre outros. Segundo Cosgrove e Jackson (2007), a paisagem possui variedades de fenômenos a serem explorados:

O conceito de paisagem é, ele próprio, um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra. (...) Se a paisagem passa a ser considerada uma imagem cultural, um meio pictórico de representar tudo o que circunda o ser humano, então pode ser estudada por meio de vários meios e superfícies (...) (COSGROVE e JACKSON, 2007, p.23).

Aziz Ab'Sáber (2003) relaciona o termo paisagem com herança e chama a atenção para a utilização não predatória desta. O autor diz que:

(...) a paisagem é sempre uma herança. Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades (AB'SÁBER, 2003, p. 9)

Segundo Ferreira (1988), tudo aquilo que é visto, o que a visão alcança, é a paisagem. Essa pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Geralmente, a paisagem é definida por cenários belos que são representados por pinturas e fotografias, porém também está relacionada a cenários ditos não tão belos, tornando o conceito da mesma ainda mais amplo.

A paisagem não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc., ou seja, sua percepção pode ser complementada por meio de outros sentidos, como auditivo, por meio da percepção dos sons de determinada região, como pássaros, cachoeiras, carros, caminhões, aviões, etc. (ABBUD, 2006). O cheiro pode também caracterizar a paisagem, influenciando a sua percepção quando sentido na maresia, nas flores ou no lixo e no esgoto. O clima da região também pode interferir na compreensão da mesma, uma vez que em um dia chuvoso a paisagem apreendida pode parecer bastante distinta quando em dias de sol radiante. Além disso, a mesma pode ser captada de maneiras diferentes pelo observador, dependendo também do humor do indivíduo, da relação e da experiência que o mesmo tem com o espaço. Há diversos exemplos dessa caracterização e percepção do espaço por meio dos sentidos. Em São Paulo, por exemplo, a paisagem é percebida e definida pelas constantes “garças” ocorridas na cidade. O clima de Londres também é bem caracterizado pela chuva, compondo a paisagem do lugar. A paisagem das regiões praianas pode ser percebida não só pelo visível, mas também, por exemplo, pelo cheiro da maresia.

Dessa maneira, é possível compreender Corrêa (2007) quando diz que a paisagem urbana “permite múltiplas leituras a partir de diversos contextos histórico-culturais, envolvendo diferenças sociais, poder, crenças e valores” (CORRÊA, 2007, p.179).

Nas últimas décadas, principalmente a partir da metade do século XX, a dinâmica do espaço urbano nas grandes metrópoles, aglomerações urbanas ou cidades médias, têm apresentado significativas mudanças na paisagem. Isso se deu, também, devido aos impactos do processo de ocupação e à dinâmica imobiliária, muitas vezes se contrapondo à valorização da mesma ou utilizando-a como vantagem nas negociações. Essa é uma realidade em muitas cidades brasileiras que compõem cenários paisagísticos privilegiados, normalmente relacionados com o mar, como Rio de Janeiro, Florianópolis, Recife, Natal e Vitória.

Em Vitória, o processo de ocupação foi marcado pela verticalização a partir da segunda metade dos anos de 1940 e provocou alterações significativas na paisagem (MENDONÇA, 2001). A partir desse período, a produção do espaço urbano ligada aos interesses da valorização do capital tem potencializado a transformação desse espaço, tornando a produção imobiliária cada vez mais agressiva sobre a cidade, principalmente no que tange à valorização da paisagem.

A forma construtiva da cidade é um produto histórico social (CORRÊA, 1989), expresso pelo processo de urbanização e a “[...] cidade está a todo o tempo a expressar e sustentar o processo de urbanização, e sob essa perspectiva sintetizar a dinâmica espaço-temporal desse processo” (SPÓSITO, 2001, p.85).

Gradativamente, a produção imobiliária de Vitória se deslocou em direção ao leste da cidade, contudo é importante ressaltar que a dinâmica imobiliária no espaço é constrangida ou estimulada por uma série de elementos relacionados à conjuntura urbana local (RIBEIRO, 1993). Ainda segundo Mendonça (2001), os investimentos do poder público municipal e a legislação urbana no decorrer dos anos tiveram papel fundamental no desenvolvimento do mercado imobiliário nos bairros litorâneos da capital do Espírito Santo.

Segundo Campos Júnior (1993), a verticalização litorânea expressa uma nova forma de produção do espaço urbano de Vitória:

Mais do que a conquista de um “novo território”, disponível para o crescimento da construção, o deslocamento da cidade para as praias significou o abandono do passado, o rompimento com o velho, um compromisso com o moderno. Projetava-se para as praias uma nova cidade, que se voltava para si e não enxergava o resto, aparentemente isolada (CAMPOS JÚNIOR, 1993, p. 59).

Com a intensificação do processo de ocupação e verticalização, os elementos naturais remanescentes da paisagem de Vitória começaram a ser encobertos. No intuito de assegurar a manutenção dessa paisagem, a Prefeitura elaborou diretrizes por meio de subsequentes Planos Diretores objetivando, entre outros fatores, proteger o valor cênico paisagístico de alguns trechos da cidade. No entanto, o setor imobiliário exerce pressão significativa sobre esse instrumento e o controle de gabarito tem sido alvo de constantes críticas.

Ao adotar como parâmetro a questão ambiental, impondo limites à verticalização, a legislação urbanística entra em confronto com os interesses do mercado, à medida que a implementação desse recurso legal resulta na avaliação da redução das margens de lucro. No entanto, desfrutar a proximidade com frações da natureza na cidade está relacionada à manutenção da herança dada pela paisagem, apontada por Aziz Ab'Sáber (2003).

Enquanto a paisagem é composta de formas construídas em momentos distintos, o espaço é o resultado entre tais formas e a sociedade. As heranças, acima referidas, também são definidas por Santos (1997) como as rugosidades do espaço, que são aquelas marcas do tempo, porções de trabalho morto incorporadas à paisagem que permanecem na atualidade. Com relação ao valor do espaço, Santos (1997, p.83) afirma que:

[...] o espaço é um sistema de valores, que se transforma rapidamente. O espaço, uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e a partir do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, num dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem (SANTOS, 1997, p.83).

O espaço se dá pelo acúmulo de trabalho humano nele realizado, é síntese entre paisagem e sociedade. Por sua vez, paisagem não é o mesmo que espaço, embora esses termos sejam muitas vezes utilizados com o mesmo sentido. O autor diferencia paisagem e espaço afirmando que “a paisagem é o conjunto de forma que, num dado momento, exprime as lembranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 1997, p.79).

O autor complementa:

A paisagem não tem nada de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e a paisagem que se transformam para se adaptar às novas necessidades da sociedade (SANTOS, 1997, p.79).

Buscando conceituar a paisagem e, sobretudo, criar parâmetros para a proteção da mesma, diante do processo de urbanização no Brasil, aspectos institucionais são estabelecidos, dentre eles, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, hoje IPHAN, Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional), pela lei nº 378, em 1937, que estabeleceu um marco na preservação da paisagem do país, principalmente da paisagem cultural.

O conceito de paisagem cultural, contudo, foi concebido posteriormente em 1972, na 17ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris. Nesta Conferência foi adotada a convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural. Tal convenção lançou os primeiros esforços para a conservação da paisagem, frente à constatação de crescentes ameaças de destruição e também pelas transformações sociais e econômicas pelas quais passava o mundo (ARAÚJO, 2009).

Anos mais tarde, em 2007, realizou-se na cidade de Bagé (RS), o Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira que abordou questões acerca da paisagem cultural com a participação de diversos especialistas. Tal congresso foi fundamental na elaboração de uma carta, denominada Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, que tem como objetivo a defesa das paisagens culturais em geral.

A referida carta apresenta várias definições para Paisagem Cultural Brasileira, fundamentadas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, entre elas, em seu artigo 2º,

[...] o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras espaciais e temporais (CARTA..., 2007, p.2)

No ano de 2009, a Coordenação de Paisagem Cultural do IPHAN instituiu a chancela da Paisagem Cultural Brasileira que atua como instrumento de preservação do patrimônio cultural, inserida num contexto de ampliação do IPHAN no território nacional, de revisão metodológica e conceitual, proporcionando reflexões acerca da paisagem. O Instituto define paisagem cultural como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009, p.2).

Em 2011, meses depois da formulação da Carta Capixaba da Paisagem Em prol da valorização da paisagem cultural e natural do Espírito Santo, uma carta denominada Carta Em Prol da Paisagem da Região Metropolitana da Grande Vitória, redigida por funcionários representantes do governo dessa região, adotou a definição de Paisagem Cultural estabelecida pela Carta de Bagé e tem como objetivo “a valorização e incorporação de novos conceitos de paisagem como pressupostos para o desenvolvimento sustentável local, regional e estadual (...)” (CARTA, 2011, p.1). Além disso, a carta apresenta recomendações na elaboração e implementação de políticas de proteção da paisagem, por meio de medidas específicas de acordo com a realidade capixaba.

A Prefeitura de Vitória elaborou o Plano de Proteção da Paisagem desenvolvido, inicialmente, para a região central de Vitória, o que poderá ocorrer no futuro para as demais áreas. Esse Plano apresenta um levantamento dos referenciais paisagísticos, naturais e construídos, do Centro de Vitória a partir do estudo da história do lugar, estudos técnicos, pesquisas de opinião com a população, com base na metodologia de Mendonça (2005a), com o objetivo de criar diretrizes, proposições e formas de gestão úteis na valorização da paisagem do Centro.

Tais definições da paisagem e medidas estabelecidas a partir dos aspectos institucionais apresentados se desenvolveram ao longo da história também como alternativa para proteção da paisagem transformada pelo homem. As alterações são vistas na trajetória da cidade de Vitória, principalmente após os consecutivos aterros e ocupações realizados, apresentados a seguir.

1.1 OS ATERROS E OS IMPACTOS NA PAISAGEM DE VITÓRIA

Vitória, capital do Espírito Santo, está situada no sudeste do Brasil. O mar e o relevo montanhoso possuem papel significativo na paisagem da cidade e compõem um cenário representativo da região, contribuindo na localização e na vida dos habitantes. A cidade foi fundada em 1551¹, por colonos portugueses que tinham como objetivo a implantação de um novo núcleo urbano na capitania hereditária do Espírito Santo, cuja origem da ocupação remete a 1535, na então Vila do Espírito Santo, atual Vila Velha. Dentro dos objetivos de ocupação dos colonos, a configuração e a localização da ilha de Vitória eram atrativas, uma vez que proporcionavam estratégias de proteção a ataques (DERENZI, 1995).

A localização é um fator fundamental dentro da composição de lugar que qualifica-se pelos bens que abrange e pela caracterização geral (MORAES, 1999). A localização litorânea de Vitória possui características próprias de ocupação e de navegação, uma vez que o mar foi, e é, um elemento fundamental no desenvolvimento da cidade, não só como “mercadoria”, mas como localização e memória.

Os relatos históricos acerca da chegada e da ocupação inicial de Vitória indicam uma atenção em relação a determinados elementos da paisagem, entre eles, o mar. Pesquisas realizadas por Mendonça (2006) descrevem relatos dos percursos feitos pelos viajantes estrangeiros que adentraram a ilha de Vitória pela baía em direção ao porto, no século XIX. Os mesmos identificaram a relação que a ilha tinha com o mar e com os morros. Os relatos ressaltam o entusiasmo ao

¹ Segundo Derenzi (1995, p. 31) “é muito controversa a mudança da sede do governo da capitania, mas nenhuma dúvida existe quanto à ocupação dela pelos colonos antes de 1550. [...] essa é a tradição secular entre os capixabas, embora não se encontre documento insofismável”.

vislumbrar a paisagem de Vitória e do seu entorno. Saint-Hilaire, em 1818, em um texto poético registrou:

Entre todas estas montanhas, seria impossível deixar de notar a Jucutaocara que termina por um rochedo nu, arredondado no topo e cilíndrico. O rochedo de Jucutaocara, realmente, não é cilíndrico como me parecia quando eu o avistei... Ao norte este rochedo é cortado a pique, mas para o sul atira-se num declive acentuado e do lado leste mostra dois amplos buracos arredondados, neles não se tem entrada e, dizem, recebeu dos índios o nome que hoje tem (SAINT-HILAIRE, 1936, apud MENDONÇA, 2006, p.6).

Além desses, outros viajantes que chegaram à Vitória relataram as sensações que a paisagem trazia a eles. Entre eles, segundo Mendonça (2006), o canadense Charles Frederick Hartt, ao adentrar a ilha entre 1865 e 1867 descreveu que “passando o pão de açúcar o canal se alarga num espaçossíssimo porto, e, do lado norte, num belo anfiteatro entre morros, está construída a cidade de Vitória” (HARTT, s/d, apud MENDONÇA, 2006, p.6).

É importante destacar que o “pão de açúcar” no qual ele se referencia é a Pedra do Penedo (Figura 1.1), localizada junto ao mar no centro da cidade, ao lado do porto. Hartt completa fazendo outros registros e o seguinte é acerca de outro pico existente na paisagem de Vitória, a Pedra dos Olhos (Figura 1.2):

Exatamente abaixo da cidade de Vitória, há uma destas encostas lisas, formando um elemento extremamente atrativo no cenário romântico da ilha. Erguendo-se num anfiteatro entre belas montanhas, e vista em cheio do mar, forma um guia precioso para o navegante essa montanha cônica, sustentando no topo uma massa semelhante a uma torre, cuja face externa é escavada a leste por considerável caverna, na qual, dizem, em tempos passados, se refolgavam os escravos fugitivos; tal é a montanha chamada Jucutuquara ou Frade de São Leopardo (HARTT, s/d, APUD MENDONÇA, 2006, p.6).



Figura 1.1 - Entrada da Baía de Vitória, 1860. Atenção para a Pedra do Penedo à esquerda.

Fonte - <http://deolhonailha-vix.blogspot.com.br>

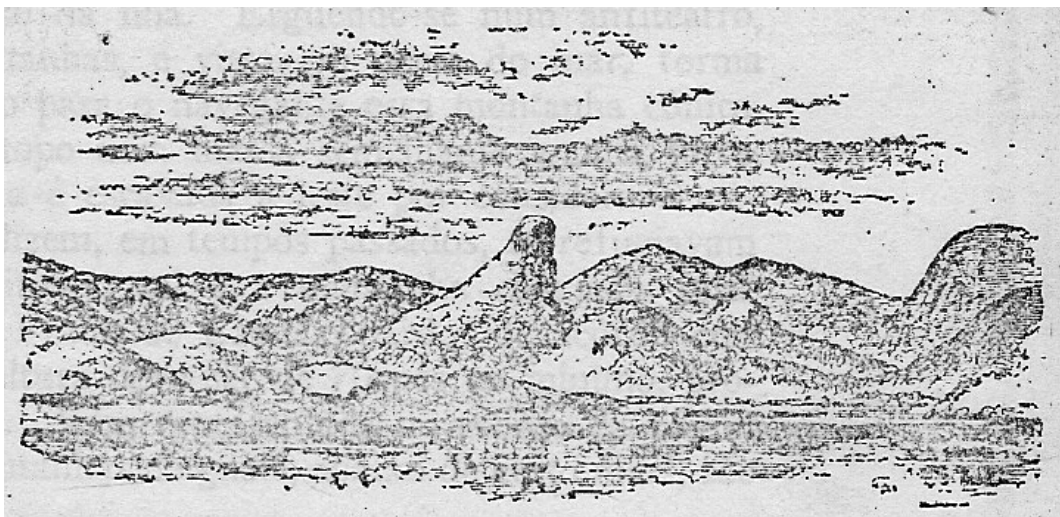


Figura 1.2 - Desenho da Pedra dos Olhos (ao centro) e demais relevos por Charles Frederick Hartt, entre 1865-1867.
Fonte - <http://deolhonailha-vix.blogspot.com.br>

A paisagem em Vitória foi bastante representada pelos viajantes que embrenharam o território, por meio de desenhos e textos poéticos. Os elementos dessa paisagem mencionados por eles também são apontados por hinos, um século depois, como é o caso do Hino a Vitória, que em determinado trecho explana sobre a paisagem: “A Vitória das vitórias a terra feliz onde eu nasci, tem no Penedo bravura e doçura em Camburi” (CARIOCA e REGO, 1980).

Em contraponto com as características marcantes da paisagem de Vitória apontadas, que demonstram a imagem da cidade ao longo do século XIX, no mesmo período não havia infraestrutura no território, principalmente relacionada à salubridade. Isso indica, segundo Mendonça (2006), que:

(...) vista de perto, ou mais precisamente, vista de dentro, a paisagem de Vitória, como de muitas cidades do Brasil e do mundo, naquela época, sobretudo as portuárias, estava negativamente comprometida, e sua população padecendo com a proliferação de epidemias, resultado das péssimas condições de saneamento (MENDONÇA, 2006, p.7).

Outra questão recorrente da época era a pequena faixa de terra firme originalmente existente na ilha. O desenvolvimento da cidade de Vitória se deu basicamente em torno do porto fundado na base do Maciço Central, correspondente ao centro atual da cidade e conhecido como Cidade Alta (Figura 1.3). Grande parte do território da capital era composta por áreas alagáveis de mangues e brejos.

A partir das características apontadas, fez-se crer, ao longo dos anos, na necessidade de uma expansão territorial devido ao crescimento econômico e populacional e a necessidade de melhorias na infraestrutura da cidade. Consequentemente, diversos aterros foram realizados ocupando as áreas alagáveis e parte do mar.

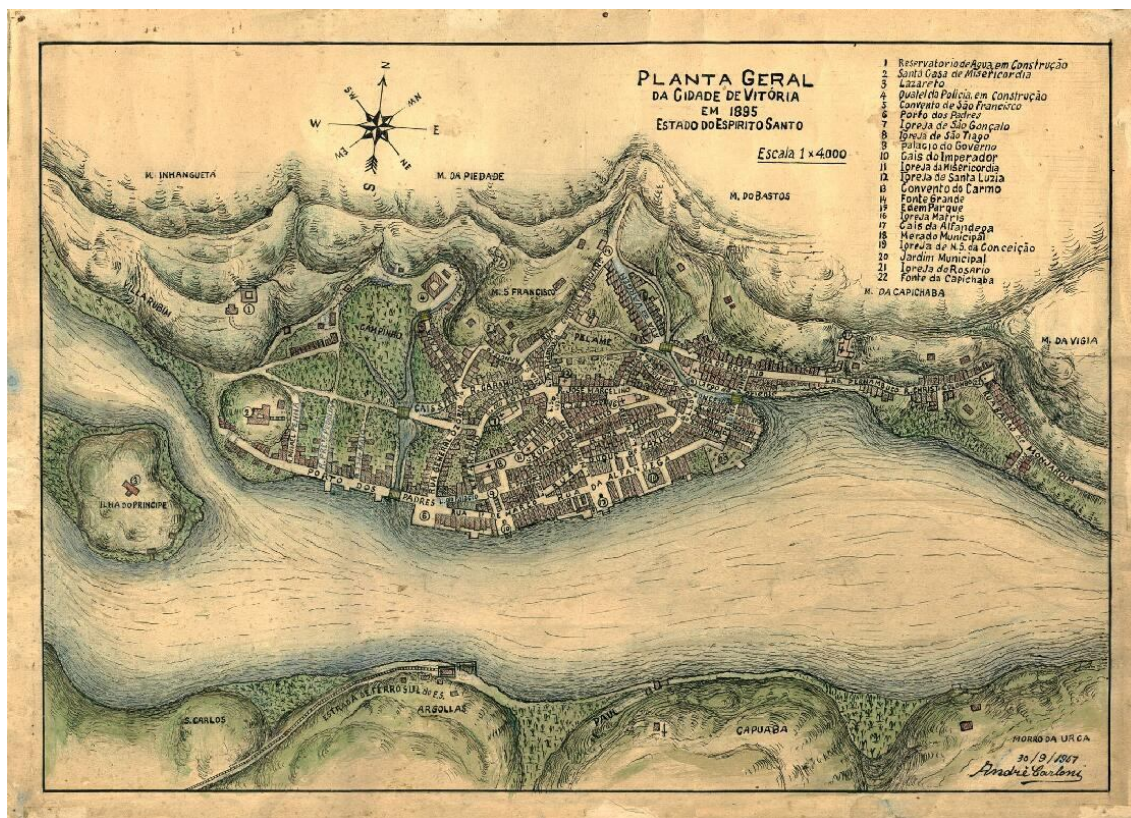


Figura 1.3 – Planta geral do município de Vitória – período colonial, 1860.
Fonte - <http://legado.vitoria.es.gov.br>

O mapa e a tabela a seguir permitem uma visão geral dos aterros realizados na cidade e o período condizente a eles, desde o século XIX até o ano de 1992. Tais práticas provocaram diversas alterações na paisagem pré-existente e no espaço físico e na configuração do contorno pré-existente da ilha. Os aterros realizados acrescentaram novos elementos à paisagem ao longo do tempo, como também extinguiram alguns e criaram novos pontos de vista.

O mapa apresentado aponta que grande parcela do território de Vitória atualmente existente é resultado de subsequentes aterros que avançaram sobre o mar e os mangues. Alguns desses aterros são abordados de maneira mais significativa neste trabalho, com a finalidade de relacioná-los com as transformações ocorridas na paisagem e contextualizar a Enseada do Suá, também resultante de um aterro na cidade.

Como demonstrado na Tabela 1.1., na década de 1890 ocorreu o projeto conhecido como Novo Arrabalde que culminou em um aterro, a partir de projeto desenvolvido por Brito em 1896, que compreende área de cerca de três milhões de metros quadrados em seu núcleo principal, área cinco vezes maior que a do núcleo urbano da capital (FREITAS, 2009).



Mapa 1.1 – Mapa geral do município de Vitória com indicações de aterros.

Fonte – MARINADO (2004).

Tabela 1.1 - Período e áreas de intervenções de aterros realizados no município de Vitória.

Período	Área da intervenção (aterro)
1815 - 1860	Pontas de mar do Largo da Conceição (Praia – Praça Costa Pereira)
1860 - 1890	Construção de vários cais junto ao mar, com pequenos aterros
1890 - 1900	Construção da via litorânea no trecho Cais do Imperador – Novo Arrabalde
1900 - 1910	Aterro total do Largo da Conceição
1911 - 1920	Aterro total do Parque Moscoso
1921 - 1930	Construção de um dique para o porto
1931 - 1950	Aterro do porto de Vitória. Esplanada Capixaba. Construção do enrocamento entre o clube Saldanha e Ilha do Boi
1951 - 1970	Forte São João, Ilha de Santa Maria, Álvares e Praia do Canto
1971 - 1980	Enseada do Suá, Ilha do Príncipe, Vila Rubim, Santo Antônio, Bento Ferreira, Andorinhas, UFES, Joana D'Arc, Porto de Tubarão
1981 - 1992	Grande São Pedro, Goiabeiras, Pontal de Camburi, Maria Ortiz, Inhanguetá, Grande Vitória, Resistência.

Fonte - Elaborada pela autora, com base nos dados fornecidos por Klug (2009).

Esse projeto se deu em uma fase importante de desenvolvimento econômico e urbano. Nesse período José Melo Muniz Freire foi eleito para governar o então Estado do Espírito Santo e seu governo, entre outros objetivos, pretendia atrair e centralizar investimentos, principalmente no setor comercial, com vistas a promover o desenvolvimento econômico da cidade e fazer a conexão do estado com os estados vizinhos, com vista à exportação do café. Em seu governo, Muniz Freire concebeu o sistema ferroviário ligando as regiões produtoras à Vitória e ao seu porto (CAMPOS JÚNIOR, 1996).

Nesse mesmo período foi definido um Código de Posturas de Intendência Municipal da Cidade de Vitória que objetivava aterros para a cidade, além de esgotamento de pântanos e águas estagnadas, canalização de águas e fechamento de terrenos abertos e valas (FREITAS, 2004).

Muniz Freire, em seu relatório de 1896, justifica que:

Diversa, porém, é a situação quando se cogita a expansão material da cidade para desafogar a população existente, e permitir a fixação das novas correntes trazidas pelo seu desenvolvimento comercial. [...] Circulada pelo mar e por montanhas, a área urbana pode se considerar quase esgotada [...] (CAMPOS JUNIOR, 1993, p.152).

Nesse momento, é possível identificar que as principais intervenções dos governantes apontavam a orientação do crescimento da cidade para fora do núcleo central. Os governantes demonstravam interesse em elaborar propostas que passavam nas imediações e a leste da área central.

Segundo Mendonça (2006), a paisagem da região que recebeu o aterro ainda era fortemente caracterizada pela natureza (Figura 1.4), paisagem esta relatada pelos viajantes mencionados. Sobretudo, o projeto não manteve relação com a paisagem do centro histórico da cidade. Segundo a autora:

Brito não refaz a paisagem existente e caracterizada como sendo a cidade de Vitória, gerando sua substituição física. Ele cria uma paisagem de cidade moderna, para além dos limites urbanos de então, dentro dos preceitos sanitaristas da época, que diante do programa político de Muniz Freire, corresponde à intenção de neutralizar a imagem colonial da cidade de Vitória a partir do contraste estabelecido (MENDONÇA, 2006, p.7) (Figura 1.5).

O projeto desenvolvido demonstra que Brito conhecia a topografia da região. No entanto, segundo Mendonça (2006), cortes de morros foram realizados para acomodar o traçado do bairro e proporcionar ligação entre o Centro da cidade e a região leste, a partir de uma estrada de rodagem traçada sobre o litoral. Tal intervenção modificou o desenho da linha d'água e as consequências foram marcantes, interferindo fortemente na paisagem pré-existente. A autora complementa que “visto de dentro ou a partir das águas da baía, por onde viajantes descreveram o lugar, o amplo manguezal aparecia cortado por via carroçável além da presença de extensa área passível de modificação entre esta e a vegetação dos morros” (MENDONÇA, 2006, p.9).

Todavia, como apontado pela autora, de acordo com a análise de Pimentel (2004), o projeto de Brito não oferecia tratamento paisagístico às orlas. A autora alerta o ponto de vista distanciado em relação ao mar naquele período. Mesmo diante da ausência de um projeto específico para a orla, Brito relata sobre um mirante a partir do Morro da Barrinha, quando diz: *“ter-se-ha, assim – ao pé, as payzagens ridentes das margens e, ao longo, o indefinido do Oceano offerecendo-se favorável á contemplação interior e á criação de imagens”* (BRITO, 1898, apud MENDONÇA, 2006).

Porém, o distanciamento de Brito em relação ao mar não ocorreu em relação aos morros. Por meio da análise do projeto desenvolvido por Brito, é possível observar que o mesmo ia além dos problemas sanitários e se desenvolveu a partir do potencial paisagístico da região, a partir do traçado viário proposto, que se tornou parte integrante da paisagem. Mendonça (2006) complementa que o

projeto valorizava a contemplação da paisagem a partir dos acessos gerados pela articulação do traçado à topografia dos morros existentes, além da possibilidade de formação de jardins, bosques, dando valor paisagístico ao mesmo, apesar da alteração da paisagem existente. A autora relata que:

[...] como ponto alto de composição da nova paisagem, Brito definiu a Reta da Penha. Nesta Brito alcança eloquência e magnitude ao orientar seu traçado, de modo a direcionar o olhar do observador no sentido do morro e do Convento. (...) O mesmo tipo de composição paisagística foi proposta no projeto do novo arrabalde, no traçado da avenida Norte-Sul, atual Avenida Leitão da Silva, direcionada seja para a serra do Mestre Álvaro, ao norte, seja para o morro de Bento Ferreira, ao sul (MENDONÇA, 2006, p.10).

Entende-se, desta forma, que o projeto do Novo Arrabalde desenvolvido por Brito previa uma valorização em relação à visualização e a viabilidade de acessos aos referenciais paisagísticos existentes, por meio da conformação do novo traçado urbano apresentado, observado na Figura 1.5.

Em 1912, ocorreu um novo aterro para a construção do Parque Moscoso, antes conhecido como Jardim Moscoso (Figuras 1.6 e 1.7). Essa intervenção, segundo Freitas (2003), se deu no governo de Jerônimo Monteiro, com o objetivo de extinguir áreas de infecções e prevenir surtos de doenças, ajardinando a área e transformando-a em atraente logradouro público. Além disso, o aterro buscava facilitar o acesso de pedestres até o hospital Santa Casa de Misericórdia, localizado próximo à região.

O Parque Moscoso foi o primeiro parque público de Vitória e possuía fontes, coretos, lagos, etc., muitos ainda preservados atualmente. Percebe-se, então, que os aterros em Vitória no final do século XIX e início do XX buscavam solucionar, entre outros aspectos, a demanda por novos territórios, problemas de salubridade, como também criar novas áreas de lazer para a cidade, modificando a paisagem originalmente “natural” para uma paisagem manipulada, construída para estes fins.

Posteriormente, novos aterros foram realizados na cidade. O governo de Bernardino de Souza Monteiro (1916-1920) realizou o aterro da região da Enseada Capixaba, conhecida como Esplanada da Capixaba, próximo ao Centro da cidade. Pesquisas realizadas por Freitas (2005) apontam que o documento responsável pela execução desse aterro sugeria que as alterações propostas na área representassem não a “modernidade” desejada pelos idealizadores, mas àquela possível em contexto de interferência da iniciativa privada. Segundo o relatório de Monteiro, foram executados serviços de aterros na região, além de drenagem superficial, limpeza para o desaparecimento de insetos e regularização de valas, ou seja, serviços de higienização sanitária.

A área passou por novo projeto de complementação de aterros no governo de Florentino Avidos (1924-1928). De acordo com o Plano de Melhoramentos de Vitória, este projeto é baseado em uma grande e larga avenida que hoje faz conexão com a região do Forte São João, próximo à região da

Esplanada. Porém, Freitas (2005) indica que tal via não foi finalizada nesse período, devido à presença de uma área irregular de praia que dava continuidade à região.



Figura 1.4 – Área do Novo Arrabalde, antes da implantação do projeto.
Fonte – BRITO, 1896.

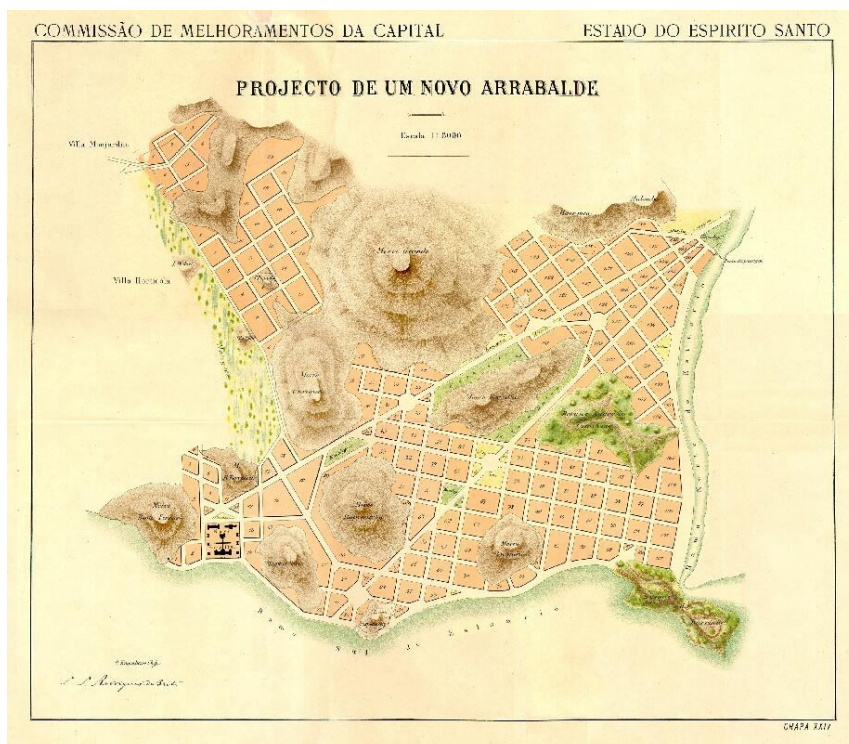


Figura 1.5 - Projeto do Novo Arrabalde, 1896.
Fonte – BRITO, 1896.

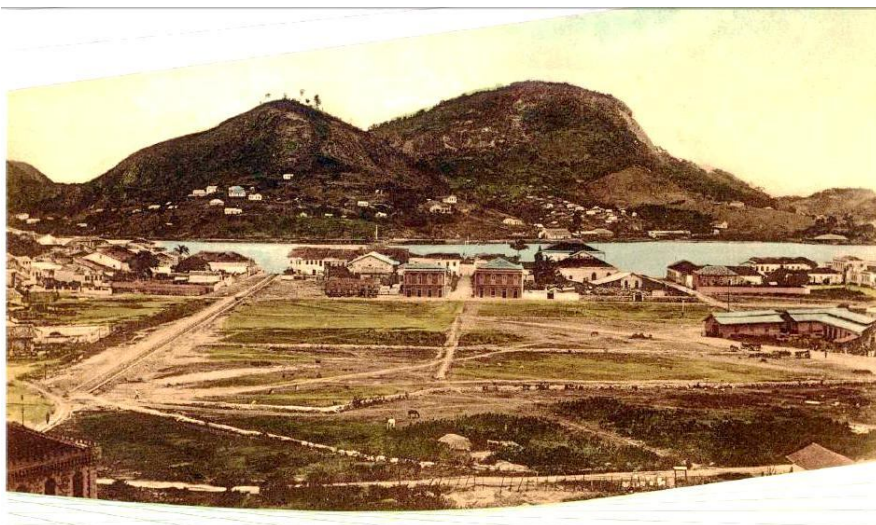


Figura 1.6 - Aterro na região do Parque Moscoso, 1910.
Fonte - <http://deolhonailha-vix.blogspot.com.br>



Figura 1.7 - Parque Moscoso, 1930.
Fonte - <http://deolhonailha-vix.blogspot.com.br>

Ainda no governo de Florentino Avidos, foram realizados os primeiros aterros na região da Ilha do Príncipe, em 1928. O propósito oficial era melhorar a acessibilidade, visto que o crescimento do porto impulsionou a necessidade de criar ligações com outras regiões, no caso à Vila Velha, interligada ao sul da ilha. Consequentemente, diversos pequenos aterros foram realizados até 1960.

Sequencialmente, no governo de João Punaro Bley (1930-1943) foram indicadas intervenções explícitas de “remodelação da cidade”, por meio da Planta do Município com a indicação para execução do Plano de Urbanização da Cidade de Vitória, em 1931, desenvolvido pelo engenheiro

Henrique de Novaes. Tal plano fazia recomendação de aterros dos mangues existentes na época na região de Jucutuquara, devido aos constantes alagamentos ocorridos devido às enchentes do rio Jucutuquara. Segundo Bley, a área era tratada como uma região de “balneário mais procurado” pela população.

O Plano de Valorização Econômica também compreendia o aterro da área entre Forte São João e Bento Ferreira, sob supervisão de Alfred Agache, como justificativa à recuperação de áreas em mangais e com a intenção de isolar os mangues e aterrará-los com o desmonte dos morros e a areia retirada pela dragagem do canal da Baía de Vitória.

Segundo Leme (1999), os projetos desenvolvidos sob coordenação de Agache propunham remodelação, extensão e embelezamento a partir do aspecto cênico, com a formação de muitas perspectivas e visuais, com a inserção de elementos atrativos e a construção de sistemas de parques e jardins.

Segundo Faria (s/d), em 1957 foi aprovada uma Lei Municipal (nº 664) autorizando o Poder Executivo a executar novos aterramentos na região da Ilha do Príncipe, entre a Ponte Florentino Avidos, construída na época, e o Cais Schimidt. Tal área aterrada seria destinada a loteamentos, vendidos em concorrência pública. Como resposta a essa Lei, em 1960, de acordo com o relatório da Secretaria de Viação e Obras Públicas, um grande aterro foi executado na região, incorporando o território à Vitória. As obras objetivavam o embelezamento da cidade, além de conquistar áreas necessárias ao seu crescimento.

Observa-se a diversidade de justificativas para os aterros realizados na cidade. Porém, considerando o tema desta dissertação, vale ressaltar que algumas estavam relacionadas à criação de paisagens cênicas. Essa justificativa foi apontada pela Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano (COMDUSA) para o aterro da atual Enseada do Suá, área de estudo deste trabalho. O aterro se deu a partir do Plano de Urbanização da Praia do Suá, explanado a seguir.

1.2 O PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO SUÁ E A PAISAGEM

Segundo Mendonça (2006), o desígnio de manter a cidade como sede política exigiu drásticas alterações da paisagem original. Essas alterações são percebidas em ações de engenharia imprescindíveis, tanto referentes às realizações de aterros, quanto às construções de pontes, como o ocorrido na Enseada do Suá desde o aterro na década de 1970.

O aterro na região foi realizado a partir da elaboração do Plano de Urbanização da Praia do Suá desenvolvido pela COMDUSA, uma empresa vinculada ao Governo do Estado estabelecida a partir de

um convênio assinado em 1967 entre as prefeituras dos municípios pertencentes à Grande Vitória para a criação do Plano Integrado da Grande Vitória – COPI, com o objetivo de estabelecer uma política de plano físico territorial para o Espírito Santo.

Matérias de jornais de 1982 e 2002 indicavam que o nome Enseada do Suá não foi definido imediatamente após o aterro realizado (ATERRO..., 1982). Antes a região era denominada “Aterro da COMDUSA”, “Finalzinho da Praia do Suá” ou “Aterro do Suá” e, posteriormente, foi denominada “Enseada da Praia do Suá”. Tempos depois, o bairro passou a se chamar Enseada do Suá, uma vez que o nome anterior indicava uma redundância, segundo o morador Gelcílio Coutinho Barros que dizia: “Eu me recusava a chamar esse lugar assim, porque Enseada da Praia é um termo redundante. Acho até que sou um pouco responsável pelo nome atual” (ATERRO..., 2002).

Vários objetivos e justificativas para o projeto na região foram apresentados pelo governo por meio da COMDUSA, entre eles: a criação de áreas para ocupação residencial; a urbanização da região do Suá; evitar o assoreamento do canal de acesso ao porto; a criação de uma extensa praia e avenida litorânea para uso da coletividade geral; e a “possibilidade de criação de novas atividade comerciais de prestação de serviços na região, deslocando-se do confuso e congestionado Centro de Vitória” (COMDUSA, 1972).

Segundo Martins Filho, arquiteto responsável pelo projeto desenvolvido para a região, em entrevista concedida à autora desta dissertação em 2013, “o aterro na Praia do Suá foi forçadamente realizado, uma imposição feita pelo Departamento de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN) para proteger o canal de acesso ao Porto”. Ele complementa que “o que era decidido pelo Governo Federal na época, no auge da Ditadura no Brasil, não era passível de discussão e não era uma prática a transparência nas informações das decisões políticas à população” (MARTINS FILHO, 2013, s/p).

Martins Filho explica que a Praia do Suá, por força do assoreamento trazido pelas correntes marítimas, era uma região fétida, pois em períodos de maré baixa brotava um lodo preto, com carcaças de peixe, devido às colônias de pesca existentes que geravam forte odor, sendo necessário também, segundo ele, um aterro para sanear a área.

Demétrio Tedesco, 70 anos, um dos primeiros moradores da Enseada do Suá, em entrevista concedida à autora deste trabalho em 2013, também relacionou o aterro ao assoreamento do canal existente na época. Segundo ele,

O aterro se deu com o aproveitamento da areia que eles precisavam retirar para rebaixar a profundidade do canal para permitir atracamento de navios com maior calado, que hoje já é feito retirando a areia e lançando ao longo do oceano. Eles aproveitaram e com isso aterraram com um custo muito mais baixo e reurbanizaram (ou urbanizaram) (TEDESCO, 2013, s/p).

Martins Filho complementa que tais correntes carreavam materiais e assoreavam o canal de acesso ao Porto de Vitória e que mesmo antes do projeto realizado por ele, o DNPVN já havia desenvolvido um projeto para uma barreira que contivesse esse assoreamento. Dessa maneira, foi feita uma dragagem de material, posteriormente depositado no enrocamento identificado na Figura 1.8, de 1970, que também demonstra que a configuração territorial original da região permitia uma relação direta dos bairros Praia do Suá e Praia do Canto com o mar.

A relação da liberação do canal para a criação de novas áreas de ocupação e urbanização também foi relatada por Kleber Frizzera, arquiteto e professor da Universidade Federal do Espírito Santo, em entrevista concedida à autora em 2013. Segundo ele, o aterro era inevitável do ponto de vista físico, uma vez que a região estava completamente degradada pelo assoreamento e, devido à ocupação consolidada da Praia do Canto e dos demais bairros vizinhos, foi preciso aterrar a área na busca de novas áreas de ocupação.

No texto apresentado, a COMDUSA (1972) informou que, devido ao crescente incremento demográfico verificado principalmente a partir da segunda metade do século XX, inexistiam novas áreas destinadas à ocupação por residências em Vitória, pois, na época, 40 (quarenta) por cento de sua área era coberta por montanhas. Segundo o Plano, a falta de área em Vitória era considerada um fator impeditivo de desenvolvimento. A partir dos dados apresentados, a empresa justificou a criação de novas áreas na cidade, entre elas a região da Enseada do Suá, também com a intenção de facilitar o trânsito.

Complementarmente, a COMDUSA justificou o aterro em relação à situação administrativo-cultural da cidade na época, informando que, por ser a capital do Estado, Vitória apresentava uma aglomeração de porte médio, uma vez que empregava uma parcela respeitável da população ativa e que, com a instalação da Universidade Federal do Espírito Santo esse valor tenderia a se ampliar. Além disso, a existência do porto, do sistema de transporte ferroviário e da presença das rodovias BR-101 e BR-262 faziam da cidade um dos principais eixos de transporte de mercadorias do estado. As atividades industriais também atravessavam um processo de evolução. A implantação de um complexo siderúrgico na região com a possibilidade de diversificação de produção da Companhia Vale do Rio Doce era crescente.

Nesse mesmo período, o Centro de Vitória era alvo de interesses imobiliários. Com a efetiva ocupação do aterro realizado na Esplanada Capixaba, Vitória enfrentou um avançado processo de verticalização, alterando ainda mais a paisagem da região. Consequentemente, os elementos

estruturadores da imagem da cidade haviam se transformado e o mar, que antes se adequava à topografia, sofreu modificações em sua configuração.

Segundo a COMDUSA (1972), a solução era um aterro para a criação de novas áreas para ocupação residencial, a urbanização de novas regiões com possibilidade de áreas para atividades comerciais e de prestação de serviços (transferindo do Centro da cidade) e a criação de uma extensa praia e avenida litorânea para uso da população.

A ideia de criação de uma nova área conquistada a partir do mar, entre as ilhas do Papagaio, Sururu e Bode, e o limite representado pela Praia do Suá e Praia do Canto, foi nada espontânea, pois virá, além de solucionar vários problemas de concentração das atividades da comunidade no centro, a facilitar o trânsito de veículos e urbanizar toda a área (COMDUSA, 1972).

Todas as declarações e o Plano de Urbanização apresentados pela COMDUSA faziam crer na necessidade do aterro que modificou a paisagem da região em questão e das vizinhas, como a da Praia do Suá, que antes era habitada predominantemente por pescadores que construíam suas casas com estuque e tinham acesso direto ao mar para trabalhar. Atualmente, a área está completamente ocupada, também com edifícios de grande porte, separando ainda mais o mar do habitante. O mesmo ocorreu com a Praia do Canto. No mesmo período anterior ao aterro, segundo Frizzera (2013), “(...) existia um adensamento ocupacional da região, porém se tratava de um bairro provinciano, em que os moradores podiam ir até o mar e caminhar descalços pela areia, o que não se vê atualmente de maneira efetiva” (FRIZZERA, 2013, s/p).

Os registros aéreos apresentados nas figuras a seguir demonstram a região antes e após o aterro (1970 e 1978). O projeto fez ligação com afloramentos rochosos contidos em ilhas, como a Ilha do Boi, a Ilha do Sururu, a Ilha do Papagaio e a Ilha do Bode, e compreendeu também as regiões adjacentes da Praia do Suá, Praia de Santa Helena, Praia do Canto, Praia Comprida.

O Plano de Urbanização aponta diversas vezes a relação do projeto com as ilhas mencionadas. O texto apresentado pela COMDUSA apresenta a integração das ilhas no território do aterro como um aspecto de valorização paisagística:

Na concepção do projeto, procurou-se valorizar as excepcionais condições desse local e seus aspectos paisagísticos resultantes do conjunto das ilhas do Sururu, do Bode e do Boi, interligando. Defendia a maior parte das duas primeiras como reservas biológicas (áreas verdes), tal fato confere a zona o usufruto de fator extrínseco efetivo de valorização imobiliária e características ambientais excelentes (COMDUSA, 1972, s/p).

No entanto, entende-se que o discurso de valorização apresentado pela COMDUSA é questionável. De fato, as ilhas foram interligadas ao território, porém interliga-las não garantiu a valorização dos

aspectos paisagísticos relativos às mesmas, uma vez que após o aterro deixaram de ser configuradas como ilhas, como demonstrado na Figura 1.9.

A Figura 1.8 também demarca, em vermelho, a presença de um enrocamento, ou quebra-mar, mencionado anteriormente. Frizzera (2013) afirma que o acesso à Ilha do Boi era possível por carro a partir do enrocamento (Figuras 1.10 e 1.11), contudo a entrada não era fácil, o que “impediu”, segundo ele, a implantação do campus da Universidade Federal do Espírito Santo, prevista para a Ilha do Boi.

Emanuel da Penha Ribeiro, antigo morador da Praia do Suá, indicou em entrevista, também à autora, que fazia tal percurso a pé quando a maré estava baixa: “nós íamos a pé por dentro da água. Você pegava peixe e camarão na mão, porque a maré secava e ficavam aquelas poças de água ali” (RIBEIRO, 2013, s/p).

Anteriormente a esse quebra-mar, era possível, segundo Martins Filho, navegar entre a Ilha do Boi e as Ilhas do Sururu e do Bode, dando acesso ao Centro de Vitória. Tedesco (2013) afirma o mesmo. Segundo ele, no entorno das ilhas mencionadas, pequenas embarcações de pescadores passavam em direção ao late Clube e, posteriormente, para o alto mar.

Dessa maneira, é possível perceber como o aterro configurou uma nova paisagem e como novas configurações espaciais surgiram, alterando o desenho litorâneo, afastando o mar e modificando hábitos sociais e atividades econômicas.

A Figura 1.8 também aponta para algumas praias antes existentes na região que, segundo entrevistas realizadas, possuíam relação social, econômica, cultural e até sentimental com os habitantes. Entre elas está a Praia Comprida, a Praia do Barracão, a Praia de Santa Helena e a Praia do Suá.

A Figura 1.12 apresenta a Praia Comprida e, ao fundo, a orla de Vila Velha com o Morro do Moreno e o Morro e Convento da Penha, com visibilidade completamente livre de edificações, em uma paisagem bucólica. O mesmo se dava para a visibilidade do mar e do Morro Jesus de Nazareth, como demonstra as Figuras 1.13 e 1.14, em 1905 e 1950, respectivamente, a partir da antiga Praia do Suá, hoje completamente aterrada e ocupada. A Figura 1.15 também demonstra a Praia de Santa Helena, também extinta após o aterro.

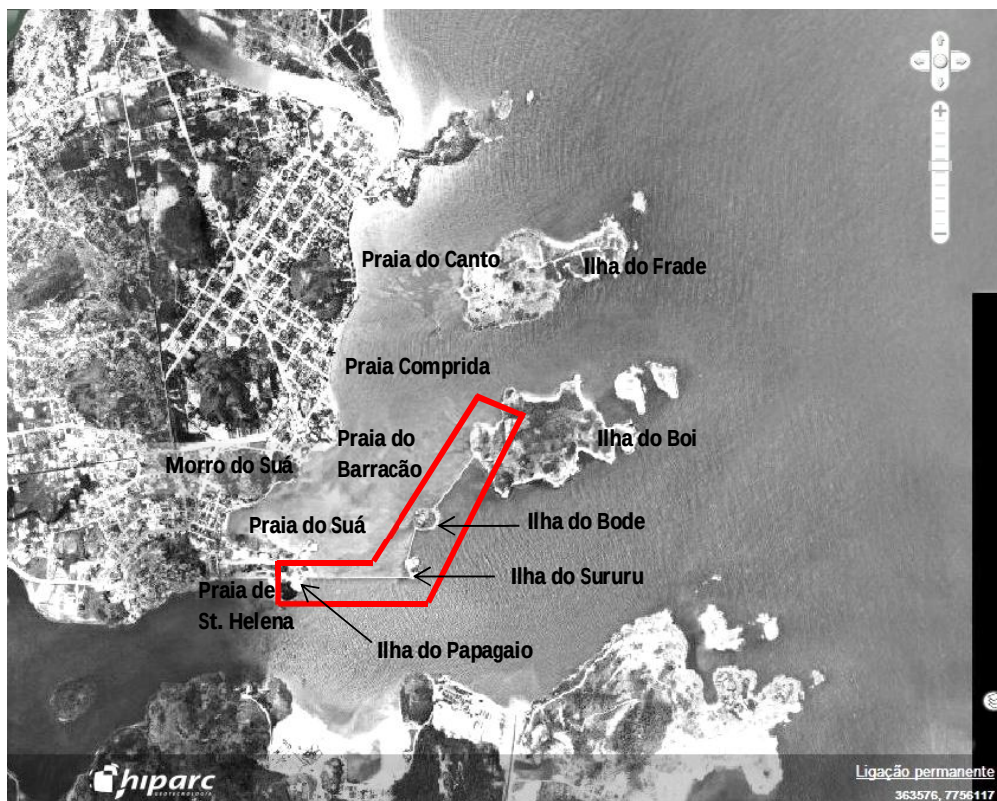


Figura 1.8 - Foto aérea da região antes do aterro. 1970. Marcações da autora.
Fonte - HIPARC GEOTECNOLOGIA, 2013.



Figura 1.9 – Foto área da região após o aterro. 1978.
Fonte - HIPARC GEOTECNOLOGIA, 2013.



Figura 1.10 - Enrocamento de acesso às Ilhas do Bode, Sururu e Boi. 1950.

Fonte - www.deolhonailha-vix.blogspot.com.br



Figura 1.11 - Enrocamento de acesso à Ilha do Boi. 1960.

Fonte - www.deolhonailha-vix.blogspot.com.br

Tais praias deixaram de existir após o aterro, potencializando-se como uma grande transformação na paisagem pré-existente. Em entrevistas, diversos moradores e arquitetos que acompanharam o processo de aterro da região se recordam das praias que foram substituídas por novas, uma delas a Curva da Jurema. A praia, segundo Ribeiro (2013), morador da Praia do Suá, era lugar de lazer utilizado por todos do bairro e relata: “o que mais me impressionava antigamente era a praia que nós tínhamos que era imensa. Aquilo era lindo. Hoje não, hoje não vejo nada. Hoje não tem nem lazer na Praia do Suá. Pra mim, aqui no bairro não se manifestou nada” (RIBEIRO, 2013, s/p). E continua: “aquela área que tinha a Enseada do Suá se chamava Baía da Enseada do Suá, que pertencia à Praia do Suá.[...] E a Praia do Suá se escondeu, nós não temos praia. Tivemos praia na época, só permaneceu o nome” (RIBEIRO, 2013, s/p).



Figura 1.12 - Praia Comprida, 1940.

Fonte – www.estacaocapixaba.com.br



Figura 1.13 - Praia do Suá, 1905.

Fonte – www.deolhosnailha-vix.blogspot.com.br

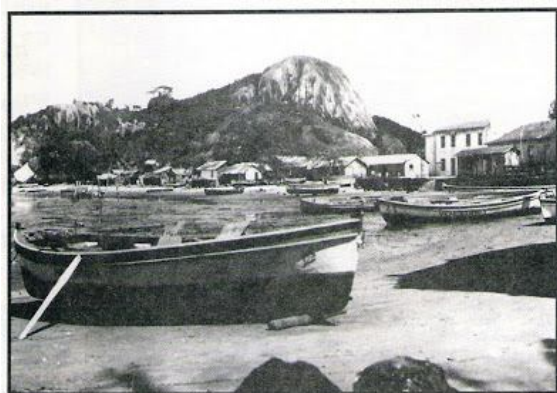


Figura 1.14 - Praia do Suá, 1950.
Fonte – www.deolhosnailha-vix.blogspot.com.br



Figura 1.15 – Praia de Santa Helena, 1936.
Fonte – www.amieesvioria.blogspot.com.br

O mesmo relata a moradora de Santa Helena sobre as antigas praias quando afirma que: “naquela época eu conseguia ver minhas crianças na praia, a gente vigiava as crianças (...). A gente podia ficar despreocupada e hoje não pode mais. Mas, como dizem, o progresso melhora por um lado e outro lado fica pior” (SILVA, 2013, s/p).

Alguns relatos também apontaram para a existência de um trampolim na antiga Praia Comprida. Paixão (2013), afirmou que as pessoas nadavam até ele para poder pular na água e tomar banho e o local era um ponto de encontro entre os jovens. Ribeiro (2013) afirmou o mesmo: “tinha um escorregador assim, a gente subia, escorregava e caía dentro da água. E aquilo estava lá há muitos anos, depois encheu tudo (aterro) e acabou” (RIBEIRO, 2013, s/d).

Também relacionado ao mar, antes do aterro havia uma conexão direta da região com a Baía de Vitória e era possível visualizar a rota de navios livremente. Atualmente, após o aterro e a ocupação, tal visualização foi comprometida e, segundo o morador Demétrio Tedesco (2013):

Antes era possível participar do tráfego de navios, mas agora com as construções à beira do canal isso já está sendo prejudicado. (...) Depois do aterro era um ambiente urbanizado e bonito, tinha vista do Convento bonita, você podia participar do tráfego de navios, etc. Agora com as construções à beira do canal isso já está sendo prejudicado (TEDESCO, 2013, s/p).

Apesar do aterro realizado, que se configurou como um elemento impactante na estrutura física da região e, principalmente do modo de vida anteriormente existente, a presença do mar e os elementos rochosos do bairro e das regiões circundantes à cidade ainda constituem elementos básicos na definição da paisagem, atuando fortemente em sua identificação e orientação. Porém, vale ressaltar que as praias naturais existentes na região foram substituídas por outras. A Praia do Suá, a de Santa Helena, a do Barracão e a Praia Comprida foram substituídas por praias artificiais, criadas a partir do aterro, como a Praia da Curva da Jurema e a Praia do Iate Clube.

Relacionadas ao mar e às praias antes existentes, a COMDUSA (1972) apresenta um item no Plano de Urbanização referente à destinação de áreas verdes oceânicas para a região. Tal proposta, segundo a COMDUSA, foi baseada no projeto do Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro, e previa atender toda a região da Praia do Suá e Praia do Canto, preenchendo a ausência de área de diversão para a população.

[...] a formação de cerca de 2 quilômetros de praia oceânica na região do projeto, o parque de vegetação com áreas de reunião sociocultural é outro fator positivo do empreendimento e o conjunto de melhorias que dele advirão, sob todos os aspectos, representa efetivo passo na elevação do padrão de urbanização da região metropolitana de Vitória (COMDUSA, 1972, s/p).

A COMDUSA complementa apontando para a criação de um "centro cultural-esportivo que consagrará em definitivo toda a orla marítima da região do projeto como área de entretenimento e esporte, completando a vocação estabelecida pela existência do late Clube na outra extremidade" (COMDUSA, 1972, s/p). Diversos outros usos foram apresentados pela COMDUSA, como demonstrado a seguir.

1.2.1 Proposta inicial de uso e ocupação do solo

Antes mesmo do início das obras do aterro um projeto de urbanização foi recomendado a Martins Filho pela COMDUSA. Porém, segundo ele, o Plano de Urbanização e o Memorial Descritivo do projeto apresentados e aprovados pela Prefeitura, que servem como base para esta dissertação, apresentam características diferentes das que propôs originalmente.

De acordo com entrevista com Martins Filho concedida em 2003 a José Francisco Bernardino Freitas (FREITAS E OLIVEIRA, 2009), com o interesse por parte do empresariado na época, as alterações foram feitas no projeto pela própria COMDUSA sem o consentimento de Martins Filho. Ele complementou, em entrevista concedida à autora em 2013, que as modificações foram decorrentes do afastamento do mesmo da elaboração da proposta de urbanização, antes mesmo da conclusão do projeto, bem como da pressão imobiliária sobre o território.

O projeto original desenvolvido por Martins Filho não foi localizado e o presente trabalho apresenta a proposta do Plano de Urbanização, desenvolvida pela COMDUSA em 1972. Segundo a COMDUSA, o projeto foi concebido sob a vigência do Código Municipal de Vitória de 1954 (Lei nº 351), que foi fundamental nas decisões projetuais, e informa que "por uma razão feliz a coordenação do referido Plano de Desenvolvimento coube à própria COMDUSA que terá assim mais facilidade em dirigir suas decisões rotineiras de ação voltada para a orientação imprimida pelos projetistas do crescimento ordenado da Grande Vitória" (COMDUSA, 1972, s/p).

O Código previa para áreas destinadas a uso residencial, taxa de ocupação variando de 60 (sessenta) por cento a 70 (setenta) por cento, afastamento frontal de 3 (três) metros e laterais de 1,5 (um e meio) metros e gabarito de 8 (oito) metros de altura. Apesar disso, a COMDUSA utiliza medidas distintas, como apresentado na Tabela 1.2, com afastamento frontal de 6 (seis) metros e laterais de 2,5 (dois e meio) metros, com taxa de ocupação de 60 (sessenta) por cento e gabarito de até 4 (quatro) pavimentos (FREITAS e OLIVEIRA, 2009).

Tabela 1.2 – Índices urbanísticos definidos pelo Código Municipal de Vitória (Lei nº351/54) e pelo Plano de Urbanização da COMDUSA em 1972.

TAXA DE OCUPAÇÃO	GABARITO MÁXIMO	AFASTAMENTO FRONTAL	AFASTAMENTO LATERAL
CÓDIGO MUNICIPAL DE VITÓRIA (Lei nº 351)			
60%	8 pav.	3m	1,5m
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO SUÁ, COMDUSA, 1972			
60%	4 pav.	6m	2,5m

Fonte: Freitas e Oliveira, 2009.

O Plano menciona novamente um discurso acerca da valorização dos aspectos paisagísticos do bairro quando apresenta os índices demonstrados, a partir dos maiores afastamentos propostos e do limite do gabarito em até quatro pavimentos. O Plano também indica a valorização da população no projeto com atenção às suas necessidades quando afirma que “o projeto da Ilha do Suá enfatiza a valorização do indivíduo na urbe, segundo os princípios de estabelecimento de usos da terra pré-determinados, de projeções do comportamento do crescimento da aglomeração, harmonicamente às necessidades de habitar, trabalhar, circular e recrear” (COMDUSA, 1972, s/p).

Dessa maneira, o Plano, além dos índices urbanísticos, apresenta os usos previstos para a área e a relação deles com a parcela do território, apresentadas na tabela a seguir e também no Mapa 1.2.

Também é possível localizar no mapa quatro superquadras destinadas ao uso residencial em condomínio. Segundo a COMDUSA (1972), todas elas seriam dotadas de equipamentos de lazer, áreas verdes e estacionamentos e ainda possuiriam 10 (dez) por cento de área destinada a atividades associadas ao ensino. Para esse uso são estabelecidos novos índices, como demonstrado na Tabela 1.4.

Tabela 1.3 – Usos previstos do Plano de Urbanização da Praia do Suá, COMDUSA, 1972.

Uso Residencial Unifamiliar (RU) e Residencial em Condomínio (RC)	40%
Uso de Comércio e Serviço (CS)	11%
Sistema Viário	49%
Áreas de lazer	
Áreas privativas da colônia de pesca	
Ministério do Exército e da Marinha	
Centro cultural-esportivo (praia)	
Usos não definidos	

Fonte: Freitas e Oliveira (2009)

Tabela 1.4 – Índices urbanísticos definidos pelo Plano de Urbanização da COMDUSA em 1972, para a os usos residenciais em condomínio.

TAXA DE OCUPAÇÃO	GABARITO MÁXIMO	AFASTAMENTO FRONTAL	AFASTAMENTO LATERAL
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO SUÁ, COMDUSA, 1972 – ÍNDICES URBANÍSTICO PARA RC			
40 a 50%	3 pav.	6m	2,5m

Fonte: COMDUSA, 1972.

Comparando as Tabelas 1.4 e 1.5, percebe-se que para a zona residencial há uma diminuição quanto às possibilidades de ocupações nos lotes e quanto às alturas das edificações; porém os afastamentos são mantidos.

O mapa também apresenta a localização do uso definido como Residencial Unifamiliar (RU), com 24 (vinte e quatro) quadras e 321 (trezentos e vinte e um lotes), localizados próximo ao mar e às “Ilhas” do Bode, Sururu e Boi. Para este setor, o Plano define novos índices, distintos das zonas, mantendo os afastamentos definidos para as RC's, porém diminuindo o gabarito para dois pavimentos e elevando a taxa de ocupação, de acordo com a definida para as demais zonas (Tabela 1.5).

A área residencial unifamiliar (RU) foi dividida em dois setores e em 24 quadras. Foram previstos afastamentos laterais mínimos de 2,5 metros e frontal de 6,0 metros e gabarito máximo de dois pavimentos com ocupação máxima de 60 (sessenta) por cento do lote. Previu-se também área destinada a escola-parque, como para a área residencial em condomínios (RC) (COMDUSA, 1972).

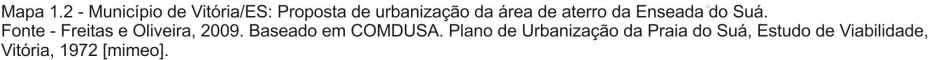
Tabela 1.5 – Índices urbanísticos definidos pelo Plano de Urbanização da COMDUSA em 1972, para a os usos residenciais unifamiliares.

TAXA DE OCUPAÇÃO	GABARITO MÁXIMO	AFASTAMENTO FRONTAL	AFASTAMENTO LATERAL
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO SUÁ, COMDUSA, 1972 – ÍNDICES URBANÍSTICO PARA Ru			
60%	2 pav.	6m	2,5m

Fonte: COMDUSA, 1972.

As áreas destinadas aos usos de comércio e serviço foram divididas em duas glebas, uma delas próximo à nova praia originada do aterro. De acordo com o Plano, as novas áreas de comércio e serviço buscariam atender à população da região e dos bairros vizinhos, apontando áreas de uso indefinido como possibilidade de expansão também para esses usos.

O Plano também indica uma faixa de terra para separar o eixo viário da praia, com largura em torno de cem metros, destinada ao lazer. Para a área, foi prevista a instalação de equipamentos culturais e esportivos, mencionados anteriormente neste trabalho, como justificativa de aterro apresentado pela COMDUSA.



Mapa 1.2 - Município de Vitória/ES: Proposta de urbanização da área de aterro da Enseada do Suá.
Fonte - Freitas e Oliveira, 2009. Baseado em COMDUSA. Plano de Urbanização da Praia do Suá, Estudo de Viabilidade, Vitória, 1972 [mimeo].

1.2.2 Alterações no Plano aprovadas pela Prefeitura Municipal de Vitória

O plano urbanístico desenvolvido inicialmente não foi executado como tal, tendo sido realizadas alterações no mesmo ano por parte da COMDUSA, apresentadas a partir de um Memorial Descritivo aprovado pela Prefeitura. O Memorial encontra-se sem data, mas Freitas e Oliveira (2009) localizaram o projeto aprovado na Prefeitura com a indicação do ano, sendo 1975.

Mesmo diante das alterações, o Memorial mantém o discurso do Plano de Urbanização quanto à concepção do projeto, no que diz respeito aos conceitos adotados de acordo com as escolas de urbanismo, buscando dar valor ao indivíduo, atendendo às suas necessidades básicas: habitar, trabalhar, circular e recrear.

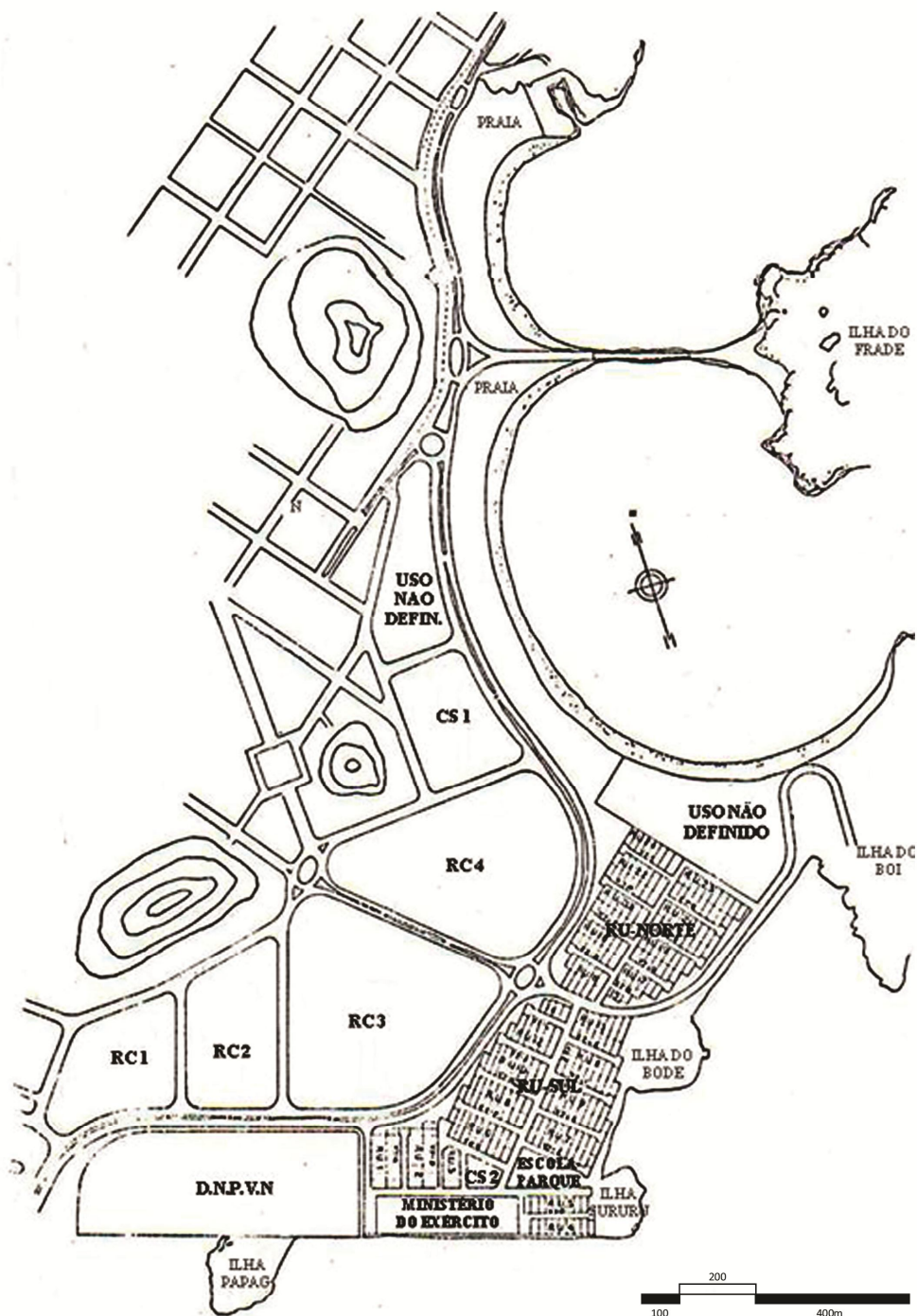
Segundo Martins Filho (2013), as alterações apresentadas na nova proposta da COMDUSA foram realizadas devido à pressão do setor imobiliário que interveio no desenho original, nos usos propostos para a região, na tipologia construtiva e na concepção das áreas destinadas a espaços verdes, com imposições que refletiram não somente na morfologia do local, quanto também, no sistema viário e no tamanho dos lotes e das quadras.

De acordo com pesquisa desenvolvida por Freitas e Oliveira (2009), as sobreposições das informações apresentadas nos Mapas 1.2 e 1.3, demonstram as alterações propostas pelo Memorial Descritivo do projeto, aprovado pela Prefeitura Municipal de Vitória, posteriormente ao Plano de Urbanização.

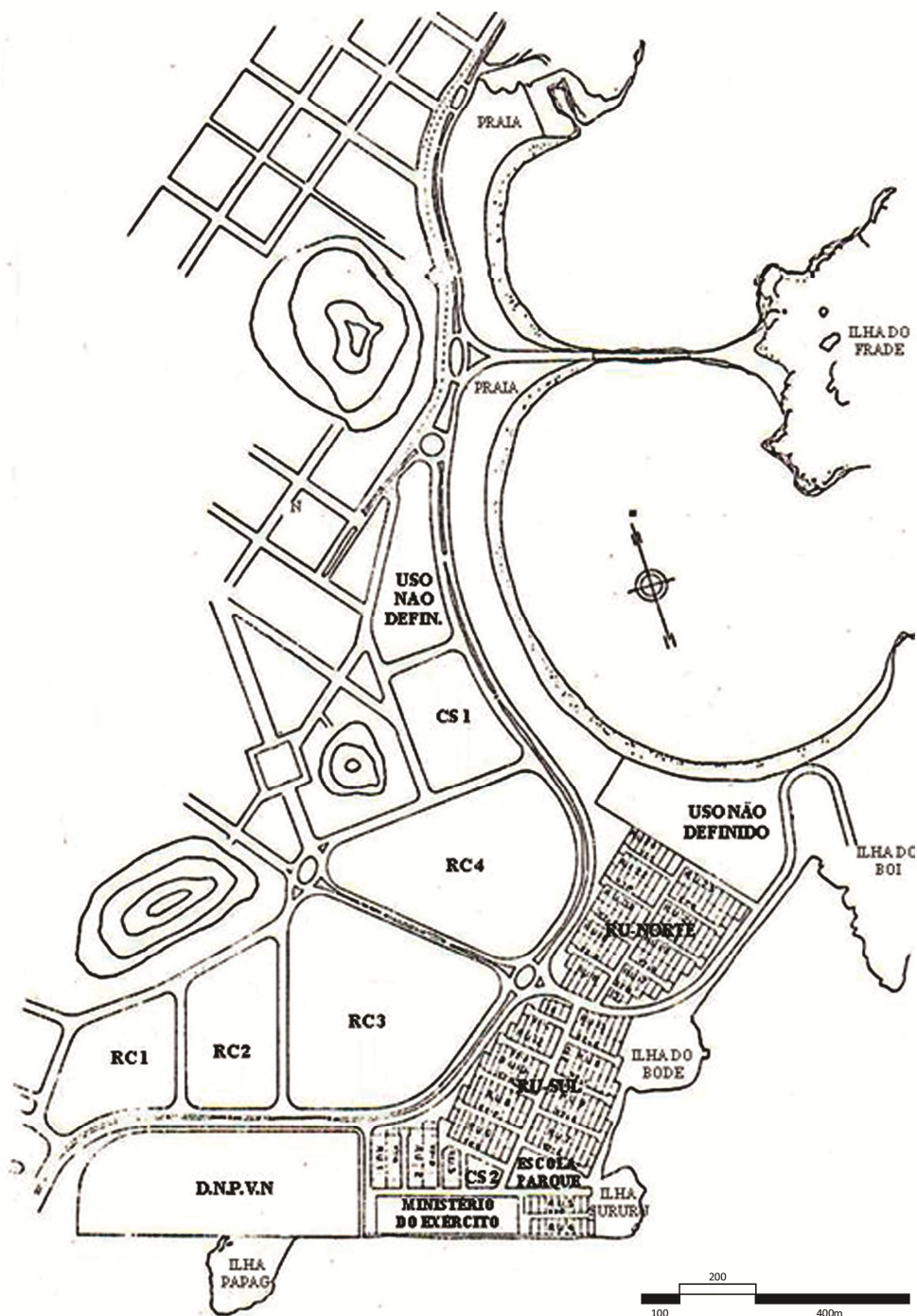
O Mapa 1.3 apresenta as mesmas superquadras para uso residencial em condomínio (RC's) e, para a gleba com uso não definido próximo à Ilha do Boi, foi estabelecido o uso de comércio e serviço, como estabelecido no Plano como zona de expansão desse uso. Outra gleba de uso antes indefinido se uniu ao uso denominado RU Norte, modificando sua localização e incluindo trecho antes definido como área de comércio e serviço (CS1). O outro trecho foi definido como Área Remanescente (AR1).

Observa-se, então, uma ampliação das áreas destinadas a comércio e serviço e uma redução da área residencial, consequentemente das áreas destinadas aos espaços livres, grande perda identificada na paisagem. Apesar das modificações do projeto, é possível identificar que o planejamento para a urbanização da região da Praia do Suá partiu de um projeto ordenado. Foram estabelecidas alternativas de criação de espaço urbano de acordo com constatações de viabilidade técnico-operacional para a execução de aterros por meio de metodologias atualizadas, “procurando desenvolver áreas de integração dos novos ambientes com a conturbação que Vitória apresentava” (COMDUSA, s/d).

Segundo Freitas e Oliveira (2009), durante o período de aprovação do Memorial, Termos Aditivos (1975, 1976, 1982 e 1985) foram propostos pela COMDUSA, objetivando outras alterações no projeto relacionadas aos usos e aos índices urbanísticos que resultaram no projeto implantado na Enseada do Suá.



Mapa 1.2 - Município de Vitória/ES: Proposta de urbanização da área de aterro da Enseada do Suá.
 Fonte - Freitas e Oliveira, 2009. Baseado em COMDUSA. Plano de Urbanização da Praia do Suá, Estudo de Viabilidade, Vitória, 1972 [mimeo].



Mapa 1.2 - Município de Vitória/ES: Proposta de urbanização da área de aterro da Enseada do Suá.
 Fonte - Freitas e Oliveira, 2009. Baseado em COMDUSA. Plano de Urbanização da Praia do Suá, Estudo de Viabilidade, Vitória, 1972 [mimeo].

1.3 O PROJETO DE UM NOVO ARRABALDE E O PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO SUÁ

O presente item apresenta a análise do projeto apresentado pela COMDUSA, também em relação às características morfológicas do mesmo, demonstrando a relação que tem com o desenvolvido por Saturnino de Brito em 1986, uma vez que amplia o território mais uma vez em direção ao mar. Apesar do aterro da COMDUSA ter sido realizado quase um século após o Novo Arrabalde, entende-se que é possível fazer uma analogia entre os dois projetos, analisando-se as perdas, os ganhos e as permanências por meio das transformações ocorridas na paisagem.

Os dois projetos apresentam como perda mais significativa os aterros realizados, que alteraram consideravelmente a paisagem. Segundo Mendonça (2006), o projeto de Brito não contempla um tratamento paisagístico específico para a orla. Como anteriormente mencionado neste trabalho, tal lacuna no projeto parece ter sido devido a uma indefinição ou a um distanciamento do projetista em relação às orlas na época do projeto, em 1896.

Já no Plano de Urbanização da Praia do Suá, a COMDUSA deu um tratamento diferenciado à orla, com a destinação de uma área verde litorânea com praias e usos destinados ao lazer, à cultura, ao esporte, com espaços arborizados e com possibilidades de contemplação da paisagem, previstas desde o início do projeto, apresentando-se como um dos principais ganhos identificados a partir do aterro.

Observando o traçado proposto pela COMDUSA para o território da Enseada do Suá no Mapa 1.3, apresentado anteriormente, e na Figura 1.16, a seguir, é possível identificar uma via principal que cruza e dá acesso ao bairro, a Avenida Nossa Senhora dos Navegantes (em vermelho). O traçado linear da via é privilégio dos que circulam em carros e transportes coletivos e dos pedestres e ciclistas que percorrem a via, uma vez que permite visualização de muitos referenciais da paisagem da região, entre eles o mar e o Convento Nossa Senhora da Penha.

Contudo, durante a entrevista realizada com Martins Filho (2013), ficou bem esclarecido que as intenções do projeto estavam totalmente relacionadas ao sistema viário e pouco preocupadas com os elementos da paisagem existentes. Tal possibilidade de visualização da paisagem em conjunto proporcionada pelo projeto da COMDUSA, mesmo que não pensada para este fim, difere do projeto de Brito que foca um eixo visual para a visualização de determinados elementos da paisagem, entre eles o Convento da Penha, como mencionado anteriormente.

Fazendo uma analogia entre o projeto de Brito e o da COMDUSA, observa-se que o traçado das novas vias do projeto da Enseada do Suá não seguiu os mesmos padrões e princípios propostos por Brito,

em 1986. Como apresentado na Figura 1.16, é possível verificar a interrupção da Avenida Nossa Senhora da Penha (em amarelo na Figura 1.16) que anteriormente era interligada à baía.

Como observado, o sistema viário não promoveu e ignorou a possibilidade de continuidade física e muito menos estética ou paisagística das avenidas de Brito. Em entrevista, Clemir Meneghel (2013), arquiteta da Prefeitura de Vitória, discorreu sobre o desenho do loteamento proposto no Plano, que não tem continuidade com a Avenida “Reta da Penha” e nem com os outros bairros. Segundo ela:

(...) podia ter tido o aterro, mas com uma ligação e uma continuidade com os loteamentos e com as ruas, por exemplo, a gente não teria esse problema com o cone do Convento se na continuidade da Reta da Penha, mesmo com a Praça do Cauê, eu tivesse mantido um eixo, não só visual, mas viário, que seria possível e que se tivesse sido pensado teria trazido benefício para a cidade (MENEGHEL, 2013, s/p).

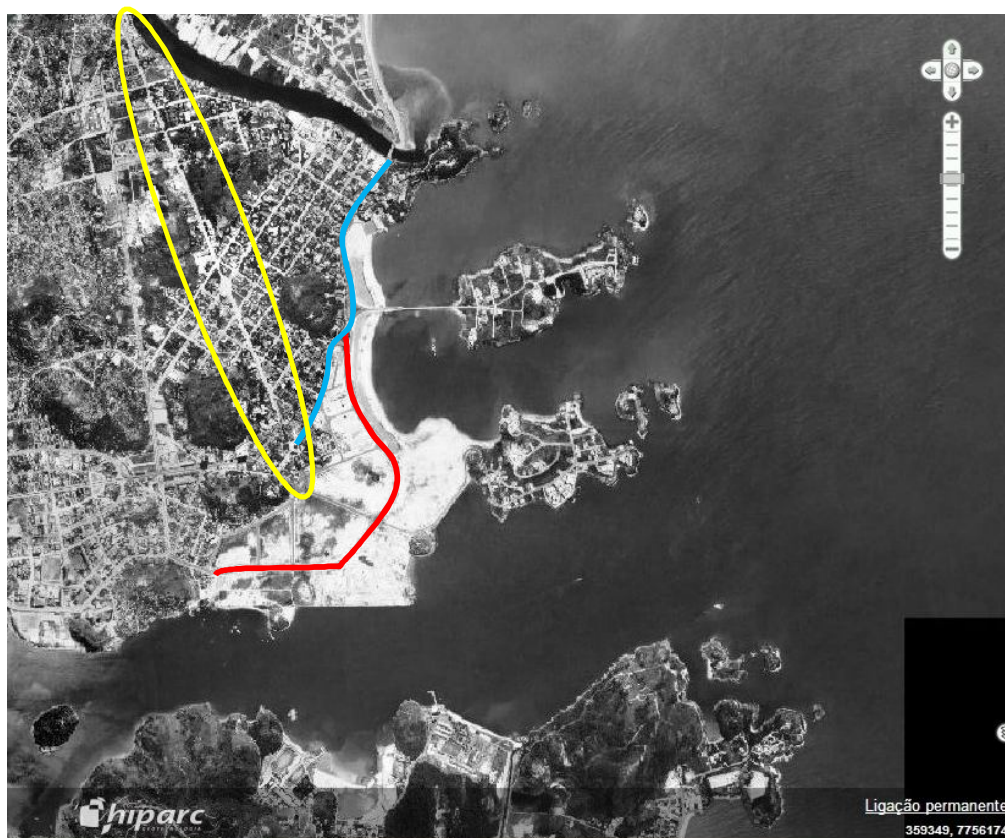
O problema com o cone do Convento mencionado está relacionado com a linha de visualização para esse elemento criada por Brito por meio da Avenida Nossa Senhora da Penha, mencionada anteriormente. O projeto para a Enseada não prolonga a via, ao contrário, a interrompe com uma superquadra, não dando o foco devido ao Convento.

Martins Filho (2013), quando indagado em entrevista sobre a relação do projeto para a Enseada com o desenvolvido por Saturnino de Brito, afirma que procurou fazer a integração das vias com o traçado existente, como Avenida Nossa Senhora da Penha, Avenida Saturnino de Brito, entre outras, por meio de entradas e saídas do bairro. Contudo, não foram encontrados registros desse relato nos projetos apresentados pela COMDUSA e aprovados pela Prefeitura e, analisando o mapa, percebe-se uma ausência na integração das vias estabelecidas por Brito com o novo traçado estabelecido para a Enseada do Suá.

Apesar da ausência da relação do novo traçado urbano para a Enseada do Suá com o proposto no projeto de Saturnino de Brito, Martins Filho diz ter considerado a visualização do Convento Nossa Senhora da Penha no projeto apresentado. Ele afirma que, devido ao gabarito máximo permitido pela Prefeitura na época, de oito pavimentos, não haveria prejuízo quanto à visualização do mesmo, contudo nenhum estudo foi desenvolvido para comprovar esta afirmação. Segundo ele, tal estudo fazia parte de uma outra etapa que não ocorreu, uma vez que o processo foi “atropelado” e não cumpriu cada etapa como previsto.

Martins Filho (2013) complementa que Vitória não se desenvolveria adequadamente se o aterro não tivesse acontecido, pois a Avenidas Nossa Senhora dos Navegantes (em vermelho na Figura 1.16) colaborou na circulação que conectava a área sul à área norte da cidade, antes restrita às Avenidas

Saturnino de Brito e Desembargador Jones dos Santos Neves (em azul na Figura 1.16), implantadas no projeto de aterro de 1996, de Saturnino de Brito.



Legenda:

- Avenida Nossa Senhora da Penha
- Avenida Saturnino de Brito
- Avenida Nossa Senhora dos Navegantes

Figura 1.16 - Foto aérea da região da Enseada do Suá, 1978.

Fonte - HIPARC GEOTECNOLOGIA, 2013.

Também não foi previsto para a Enseada um traçado contínuo para o pedestre, junto ao mar, em todo o território aterrado. Lotes particulares, a própria Marinha do Brasil e os edifícios comerciais foram previstos desde a primeira proposta da COMDUSA e ocuparam boa parte da orla, impedindo o acesso direto da população. O projeto não foi pensado com uma continuidade de acesso (Mapas 1.2 e 1.3) e tal característica se configura como perda considerável, uma vez que desprivilegia a relação contínua do pedestre junto ao mar, relação esta completamente possível antes do aterro realizado.

Tal perda identificada também foi relatada na entrevista realizada com Frizzera (2013). Ele afirma que “o tratamento com o litoral não foi devidamente pensado na região, uma vez que os lotes chegavam ao mar, por sorte resultando em uma ‘tirinha’ para passar, atrás do atual Shopping. Dessa maneira, se perdeu a continuidade litorânea” (FRIZZERA, 2013, s/p).

Em relação às quadras percebe-se, também, uma descontinuidade entre os dois projetos. No projeto de Brito há a presença de quadras ortogonais, principalmente quadrangulares, enquanto que no projeto da COMDUSA encontram-se grandes glebas denominadas superquadras em total desarmonia com o entorno.

Entende-se que um dos fatores que justifica as diferenças entre os dois projetos é o período longo existente entre a execução dos dois projetos. O projeto da Enseada do Suá, segundo Freitas e Azevedo (2010), estava afinado ao discurso modernista da época inspirado nos conceitos do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Os autores também indicaram que o modelo de Martins Filho parece ter como paradigma a proposta de Lúcio Costa para Brasília, seja pela dimensão das quadras, pelos índices urbanísticos que permitiam maior permeabilidade, como também pela exigência de pilotis nas quadras com edificações multifamiliares. Martins Filho (2013) confirma e informa que as superquadras previstas foram assemelhadas às superquadras de Brasília.

De acordo com pesquisa realizada por Freitas (2010), outro projeto para um aterro na região da Praia do Suá foi desenvolvido anteriormente pelo engenheiro Henrique de Novaes (Mapa 1.4), em 1931, porém não executado.

Segundo Mendonça (2012), Novaes recuperou argumentos da proposta de Brito e propôs uma expansão, também por meio de um aterro, para a região em questão, mesmo que a ocupação na região do Novo Arrabalde ainda não fosse consolidada naquele período. Com esse entendimento, segundo a autora, Novaes praticamente duplicou a área do bairro em seu projeto. Ainda segundo a autora, Novaes justificou o aterro e buscou alternativas que justificassem o mesmo:

Ao longo da extensão litorânea que acompanhava o limite entre os bairros de Brito e sua expansão, Novaes propôs amplos *parkways*, o que para ele compensaria os proprietários vizinhos quanto ao afastamento do mar. As ilhas incorporadas à de Vitória, junto do novo bairro abrigariam florestas no sentido de proteger a área residencial dos fortes ventos marítimos (MENDONÇA, 2012, p. 256).

Percebe-se que Novaes fez maior relação com o projeto de Brito, também a partir da continuidade do traçado da Avenida Nossa Senhora da Penha, ao contrário da COMDUSA, de maneira a garantir a permanente visibilidade para o mesmo. Quanto às quadras, percebe-se também a ausência de uma continuidade entre os dois projetos, porém menos impactante que no projeto apresentado pela COMDUSA. Segundo Mendonça (2012), “o modelo radial de traçado proposto por Novaes se diferencia ao mesmo tempo em que se articula ao traçado preexistente proposto por Brito, predominantemente ortogonal, no qual se destaca a sobreposição de longas avenidas em ângulo agudo” (MENDONÇA, 2012, p. 258).



Mapa 1.4 - Vitória: projeto de Henrique Novaes para expansão da Praia Comprida, 1931.
 Fonte - BRÍGIDO, Laerte Rangel. O município de Vitória sob o regime revolucionário: triênio 1930-1933. Apud Freitas, 2010.

Em relação à paisagem, observando o projeto de Brito e o da COMDUSA, como mencionado, o aterro apresenta-se como perda principal nos dois projetos. No entanto, o traçado proposto por Brito para a valorização da paisagem apresenta-se como ganho considerável na paisagem de Vitória, uma vez que mantém o Convento da Penha e outros elementos como referências na cidade e como herança para a população, como defende Ab'Sáber (2003).

O mesmo não se deu no traçado proposto pela COMDUSA, apresentando perda considerável, porém o projeto proporciona uma maior atenção à orla, com a inserção de áreas verdes litorâneas, apresentando-se como ganho na paisagem e como permanência da visualização do mar e dos elementos localizados juntos ao mesmo.

Contudo, a partir da trajetória de crescimento do bairro novas modificações na paisagem ocorreram. Para compreender essas alterações, o capítulo a seguir explana sobre a trajetória de crescimento urbano do bairro desde antes do aterro realizado até os dias atuais, pelo estudo quanto ao uso do solo e aos índices urbanísticos, a partir dos Planos Diretores Urbanos aprovados para Vitória (1984, 1994 e 2006) e a relação dos mesmos com as transformações da paisagem.

2 A EVOLUÇÃO URBANA DA ENSEADA DO SUÁ E AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM

2.1 DO ATERRO AO PLANO DIRETOR URBANO DE 1984 (Lei nº 3.158/84)

Atualmente, a Enseada do Suá possui área de 1,25 km², cerca de 1,34% da área total de Vitória (IBGE, 2010). Sua localização no município é privilegiada, devido à proximidade com o mar e por possuir ligação com o município de Vila Velha por meio da Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça (“Terceira Ponte”). Faz parte de uma área de centro de negócios e de valorização imobiliária, juntamente com os bairros vizinhos de Praia do Canto, Bento Ferreira, Praia de Santa Helena, Santa Lúcia (Mapa 2.1) e devido à sua relativa proximidade com o Centro da cidade.



Mapa 2.1 - Bairro Enseada do Suá e entorno.
Fonte - Prefeitura Municipal de Vitória.

Como demonstrado, o mar era responsável por grande parte da ocupação espacial e faz parte dos nomes, mesmo que indiretamente, de dois bairros limítrofes, Praia do Canto e Praia do Suá, acentuando a relação existente. O mar favorecia a visualização do movimento funcional da paisagem, por meio do movimento de suas ondas e marés e pela possibilidade livre de contemplação dos navios que adentram a Baía de Vitória em direção ao porto.

Ao longo dos anos a ocupação da Praia do Suá, de Santa Helena e da Praia do Canto se efetivou, principalmente devido às novas facilidades de acesso ao lugar “pela linha de carris urbanos, à tração animal e depois a vapor, que ali terminava (...)” (DERENZI, 1996, p.146). Dessa maneira, foi possível observar as primeiras ocupações da região e a relação (e dependência) dos habitantes com a paisagem.

Vitória possuía três linhas de bonde que permitiam o acesso do Centro da cidade até a Praia do Suá (Figura 2.1) e a Praia do Canto. No governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), os bondes de tração animal foram extintos com a chegada da energia elétrica. Os registros históricos acerca dos bondes relatam a relação dos percursos permitidos com a paisagem da cidade, uma vez que permitiam o acesso às praias localizadas na região:

Num tempo em que não havia muito espaço para a pressa, andar num bondinho puxado por burro era um exercício de paciência. O trote era lento, e as ferraduras marcavam o piso empoeirado da estrada de chão que ligava ao Suá. Ali, os animais descansavam sob a sombra das castanheiras. Isso tudo dava na época um aspecto bucólico, campestre. As viagens carregavam passageiros e mercadorias. Mas não só isso: registre-se que, em junho de 1908, começou o transporte de banhistas até a Praia do Suá para os chamados banhos de mar. Era mais que um programa de domingo, era uma excursão de lazer nesses bondinhos diligentes (NEVES, apud MATTEDI, 2002, p. 13).

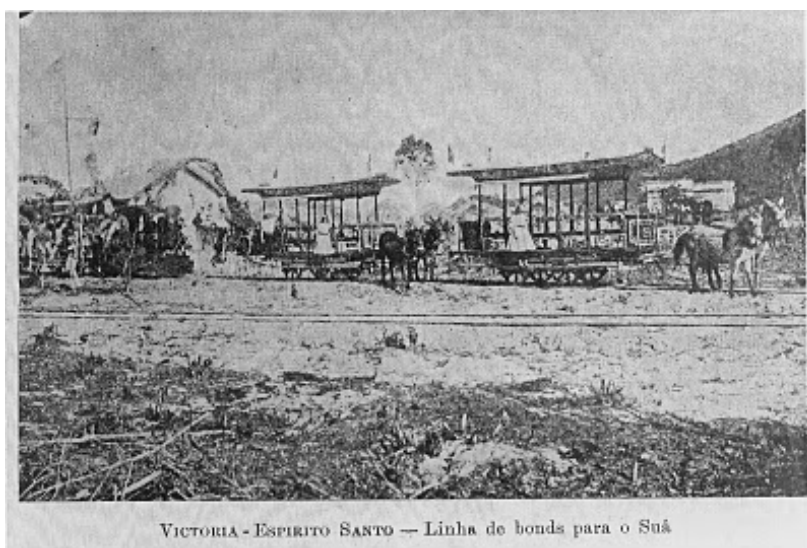


Figura 2.1 - Bonde puxado por animal, 1906.

Fonte - Acervo do Arquivo Público Municipal, apud Souza, 2010.

O mar, elemento configurador da paisagem da região, rompeu sua relação direta a partir do aterramento, ocasionando diversos impactos na paisagem e não só nela, como também sociais, econômicos e religiosos. A paisagem bucólica foi sendo substituída por máquinas e barulho. Tais modificações foram citadas em entrevistas, como a de Luiz Paixão, morador antigo da Praia do Canto, quando diz que “o aspecto da região mudou de antiga e romântica para moderna e prédio,

completamente diferente do que era. Não tem hoje a poesia que tinha naquela época. Porque apareceu coisa, não tinha nada e passou a ter prédios enormes e tudo” (PAIXÃO, 2013, s/p).

Souza (2010) também apresentou relatos de um pescador aposentado da Praia do Suá sobre as transformações ocorridas:

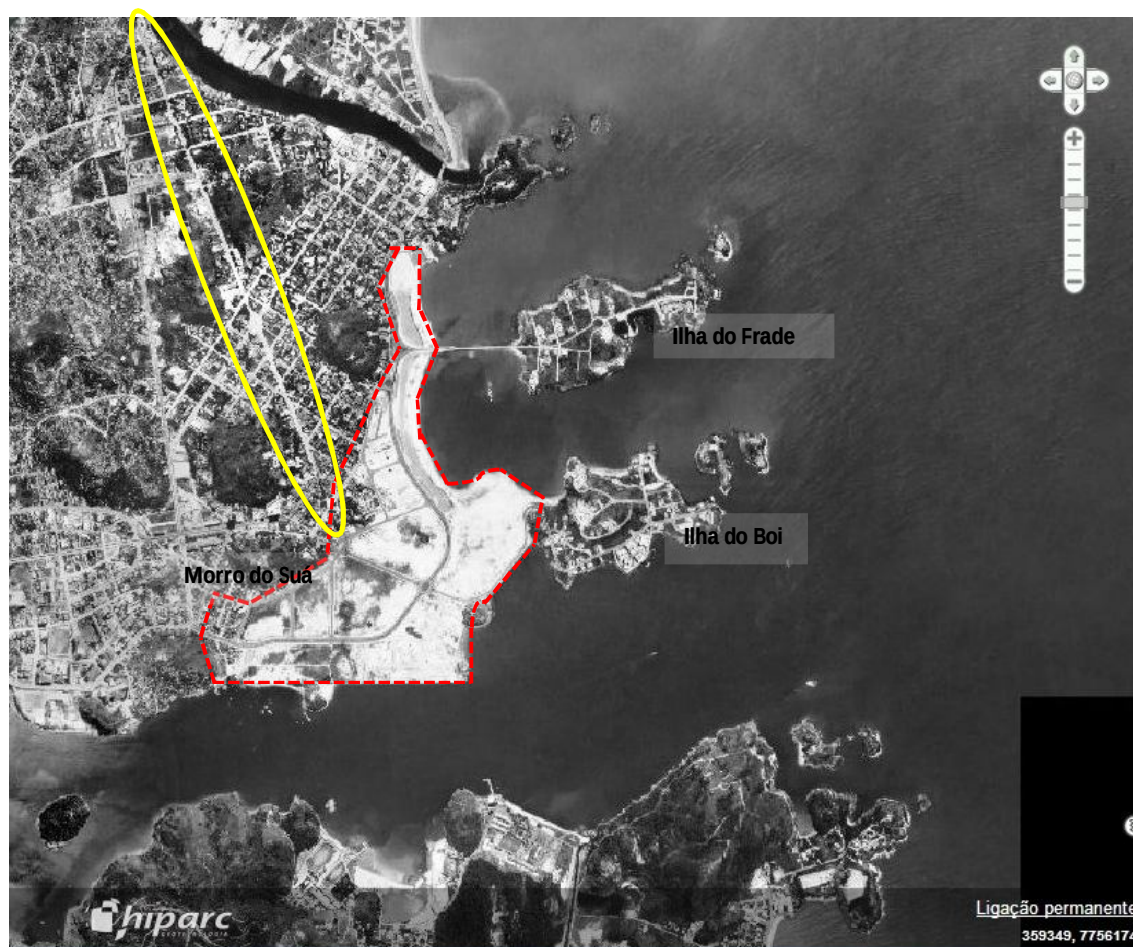
O homem é um destruidor. Eles vão aterrando e o mar vai recuando, mas o mar ainda vai recuperar tudo! (...) Onde estão os prédios tinham ilhas, destruíram tudo. Dizem que foi para Vitória progredir, é a evolução. Não é evolução, é destruição! Qual foi a importância para nós? Beneficiou a eles mesmos – os construtores e empresários, pois a classe pobre continuou no morro. (...) A Praia do Suá era uma coisa linda! Daqui a gente via o Convento e a gente rezava (...). Com o aterro mudou tudo (SYLVIO, apud SOUZA, 2010, p.131).

Apesar dos relatos apresentados, esses e outros moradores dos bairros vizinhos, como Santa Helena, Jesus de Nazareth e Praia do Canto admitem que, mesmo com as alterações, o aterro está relacionado ao progresso, mas as transformações ocorridas na região alteraram consideravelmente a paisagem e a rotina dos bairros em questão, porém os ganhos foram grandes, uma vez que aumentou a oferta de empregos, aprimorou o transporte coletivo e criou novas áreas de lazer.

A Figura 2.2 apresenta uma imagem aérea de 1978, poucos anos após o aterro, que demonstra uma ocupação consolidada nos bairros vizinhos, exceto pelo morro da Praia do Suá. Nas Ilhas do Boi e do Frade é possível observar os primeiros loteamentos, no entanto sem ocupações relevantes. A figura seguinte permite identificar um traçado mais consolidado na Ilha do Boi. Isso se deu pela facilidade de acesso proporcionado pelo aterro realizado que permitiu novos loteamentos e ações do mercado imobiliário.

Uma das primeiras residências da Enseada do Suá foi construída em 1977 e pertence ao senhor Demétrio Tedesco, ainda morador do bairro e antigo presidente da associação de moradores. Em entrevista concedida à autora deste trabalho em 2013, Tedesco afirma que foi responsável por solicitar às empresas responsáveis iluminação e rede de água e que após quinze dias as empresas começaram o serviço.

As figuras 2.4 e 2.5 ilustram a residência de Tedesco em processo de construção (Figura 2.4) e após a conclusão da obra (Figura 2.5). Vale destacar que, como demonstrado na Figura 2.4 e na figura aérea do período, não existiam edificações no entorno. À esquerda da primeira foto é possível visualizar o Morro e Convento Nossa Senhora da Penha, com visualização livre de edificações que após a construção foi impedida a partir deste ângulo, mesmo diante do gabarito de apenas dois pavimentos.



Legenda:

- Avenida Nossa Senhora da Penha
- - Limite do bairro (aterro)

Figura 2.2 - Foto aérea da região. 1978.

Fonte - HIPARC GEOTECNOLOGIA, 2013. Marcações da autora.



Figura 2.3 – Loteamento na Ilha do Boi. Anos de 1970.

Fonte - www.deolhonailha-vix.blogspot.com.br



Figura 2.4 - Obra de uma das primeiras residências da Enseada do Suá.

Fonte - Foto de Demétrio Tedesco.



Figura 2.5 - Obra concluída de uma das primeiras residências da Enseada do Suá.

Fonte - Foto de Demétrio Tedesco.

Em entrevista concedida à Souza (2010), a moradora da Praia do Suá, Delorgilda Mendes de Maio, 77 anos, relatou:

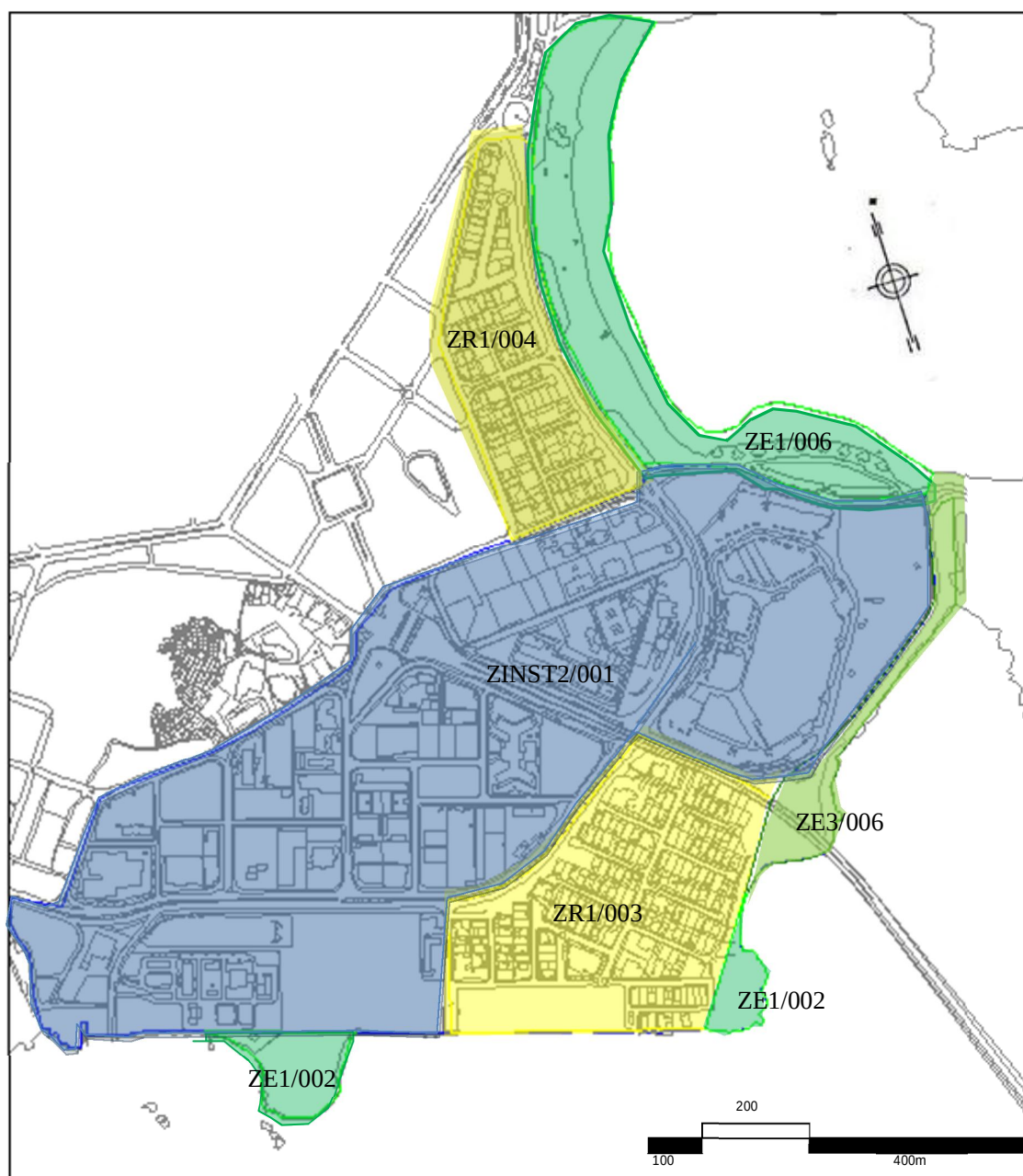
“Aqui onde moro era tudo mar. Aqui tinha uma casa onde está aquele terreno baldio onde os meus filhos pescavam de dentro de casa. Antigamente eram os pescadores, vivíamos na humildade, não tinha luxo. Eles remendavam as redes. A praia era aqui ao lado onde ficavam os pescadores; eles colocavam os bancos embaixo das castanheiras, consertavam as redes e tingiam as velas das baleeiras (espécie de barco a vela), com castanha de caju, conversando, passando a tarde, era tudo muito saudável. O mar deixou saudade, aqui tinha uma ponte e tiraram a ponte para aterrar.” (DELORGILDA MENDES DE MAIO, apud SOUZA, 2010, p.82)

A década de 1980 foi marcada como início no processo de ocupação do bairro. Nessa mesma década, foi aprovado o primeiro Plano Diretor de Vitória, no dia 10 de fevereiro de 1984 (Lei nº 3158/84), desenvolvido a partir da década de 1970 e aprovado no governo de Ferdinand Berredo de Menezes, pela equipe de profissionais da Prefeitura, com a assessoria do Instituto Jones dos Santos Neves (VITÓRIA, 1984).

O PDU de 1984 inseriu novos usos ao território, entre eles o institucional, o portuário e o uso especial, contrapondo a proposta inicial que previa apenas uso residencial, comercial e lazer. O Mapa 2.2 e a Tabela 2.1 indicam as zonas estabelecidas para o bairro:

- Zona Residencial (ZR1), que incorpora as quadras anteriores destinadas ao uso residencial unifamiliar (RU-sul e RU-norte);
- Zona Especial (ZE), que não representa alterações na proposta pela COMDUSA, uma vez que não indica ocupação por edificações nesta área (FREITAS e OLIVEIRA, 2009).
- Zona Institucional (ZINST), que incorpora a área do DNPVN, as quadras centrais anteriormente RC1 a RC4 e a antiga zona de comércio e serviço (de acordo com o Mapa 1.3).

Todas as modificações observadas trouxeram para a região uma dinâmica bastante distinta da concebida pela COMDUSA ao indicar uso residencial uni e multifamiliar, comércio e serviços, confirmando a intenção da COMDUSA, contida no Plano de Urbanização, em transformar o bairro em um novo centro para a cidade por meio da definição de uma grande área destinada ao uso institucional, permitindo também o estabelecimento de centros comerciais, dando base para a construção do Shopping Vitória.



Mapa 2.2 - Município de Vitória-ES: Zoneamento na região da Enseada do Suá.

Fonte - Freitas e Oliveira (2009). Baseado em Prefeitura Municipal de Vitória: Plano Diretor Urbano. Lei nº 3.158/84, Vitória, 1984 e Planta Cadastral do Município de Vitória, Vitória: 2007.

Tabela 2.1 – Zonas de uso, categorias de uso e suas especificações, segundo o Plano Diretor Urbano de 1984.

Zonas de uso	Categoria de Uso	Modelo de Assentamento	Taxa de Ocupação	Coefficiente de Aproveit. Máx.	Afastamento Frontal Mín.	Gabarito Máx.
ZR-1	Unifamiliar	MA 1	60%	1,2	3,0m	2 pav.
	Comércio e serviço local	MA2	75%	1,5	3,0m	2 pav.
	Institucional local	MA 5	75% (térreo 100%)	3,0	3,0m	1 pav. Comercial + 4 pav.
Z INST-2	Unifamiliar	MA 1	60%	1,2	8,0m	2 pav.
	Multifamiliar, Serviço local, bairro e municipal, Institucional	MA 8	30% (térreo 100%)	3,0	8,0m	12 pav.
ZE-1	Uni e multi familiar, comércio e serviço local e bairro, instit.. bairro e municipal	MA 9		2,25	---	3 pav.
ZE-3	REGULAMENTAÇÃO POR DECRETO					

Fonte – Lei nº 3.158/84.

Comparando os dados apresentados na tabela com os apresentados pela COMDUSA após a última alteração do projeto aprovada pela Prefeitura em 1975, o PDU de 1984 elevou substancialmente os índices urbanísticos da região. Na tabela de zoneamento apresentada, há variações de taxas de ocupação de 60 (sessenta) por cento a 75 (setenta e cinco) por cento e coeficiente de aproveitamento de 1,2 a 3,0 de acordo com a zona. Os afastamentos de frente chegam a 8 (oito) metros, sendo permitida a ocupação de 100 (cem) por cento do lote para construções nas zonas residencial e institucional. Por sua vez, os gabaritos permitidos variam de dois a doze pavimentos, sendo as maiores alturas permitidas referentes à Zona Institucional, correspondente à maior parte do território.

Notícias dos jornais da época já indicavam as modificações ocorridas quanto ao uso do solo: “Até alguns anos, a região da Enseada do Suá, por exemplo, era procurada apenas como zona residencial. Hoje, para cada quatro prédios residenciais, outros oito comerciais são construídos” (BLACKMAN, 1993, s/p).

Segundo Freitas (2008), tais alterações propostas pelo PDU de 1984 foram marcadas pela possibilidade de construções mais elevadas, não limitando maior distanciamento entre as edificações.

Matérias de jornais de 1982 indicavam a existência de 23 (vinte e três) casas no bairro, sendo que 10 (dez) outras estavam em construção, além de vários lotes limitados por piquetes ou muros. Os jornais também indicavam a valorização do metro quadrado na área e o padrão de acabamento das

edificações, “em estilo colonial sofisticado ou moderno, pertencentes, na sua maioria, a médicos, engenheiros, advogados e funcionários graduados da CST” (ATERRO..., 1982, p.14).

A Figura 2.6 demonstra a implantação de ruas antes não definidas na Figura 2.2, que dão acesso aos lotes. Algumas edificações podem ser identificadas na região aterrada, porém a ocupação mais significativa é percebida nas ilhas do Boi e do Frade.

Na Figura 2.7, observa-se a construção da “Terceira Ponte”, cuja obra foi iniciada no final da década de 1970, no governo de Élcio Álvares, e concluída no final da década de 1980, no governo de Max Mauro. A ponte permitiu mais uma interligação rodoviária entre os municípios de Vitória e Vila Velha por meio de um anel, constituído pelo Centro de Vitória, Enseada do Suá, “Terceira Ponte”, Centro de Vila Velha, Glória, Avenida Carlos Lindemberg e, novamente, Centro de Vitória.

A expectativa da construção da ponte incentivou uma corrida imobiliária aos locais mais próximos a ela [...], mas, também alguns setores comerciais e prestadores de serviços receberam novos incentivos, após o início das obras da ponte. Alguns bancos, conjuntos de lojas ou centros comerciais, também apostaram na área mais próxima da ponte (ESCOBAR, 1989, p. 19).

Klug (2009) indica a relação da “Terceira Ponte” com a paisagem de Vitória:

O grande marco visual incorporado na paisagem de Vitória durante a década de 1980 foi a “Terceira Ponte” de ligação entre Vitória e Vila Velha. Obra de engenharia de grande porte e impacto na paisagem foi instalada na entrada da baía onde se localizavam grande parte de seus elementos fortes: as ilhas do Boi e do Frade, o Morro do Moreno e o Conjunto do Convento da Penha. A construção da ponte teve papel fundamental na percepção da paisagem natural da ilha, ao tornar cotidiana uma vista da cidade que antes só era possível periodicamente ou por meio de fotografias (KLUG, 2009, p.57).

Martins Filho (2013) explica que a “Terceira Ponte” não foi prevista para ocupar o aterro da Enseada do Suá. Para a implantação, quadras foram perdidas e refeitas, sendo o desenho do aterro ajustado para inserção da ponte. Martins Filho afirma que não foi consultado, mas entende que esta adequação faz parte de um processo de desenvolvimento urbano decorrente em várias cidades de todo o mundo, embora defenda que, caso consultado, poderia ter a oportunidade de desenvolver uma melhor solução, sem modificar muito o projeto inicial proposto.

A presença da “Terceira Ponte” alterou consideravelmente a paisagem da Enseada do Suá. Não só após a sua conclusão, como também no período de construção, uma vez que próximo ao mar foi localizado o canteiro de obras e, segundo Martins Filho (2013), tubos para a obra foram depositados sobre o aterro.

A Figura 2.7 demonstra que, na década de 1980, a área permanecia quase que totalmente desocupada, com a presença de algumas edificações de até dois pavimentos (em azul na Figura 2.7) e de três edifícios de grande porte construídos nesse período. Entre eles está o Palácio do Café (em

vermelho na Figura 2.7), que possui um elevador panorâmico que possibilita a visualização para o mar, para a orla de Vila Velha, entre outros elementos que compõem a paisagem da região.

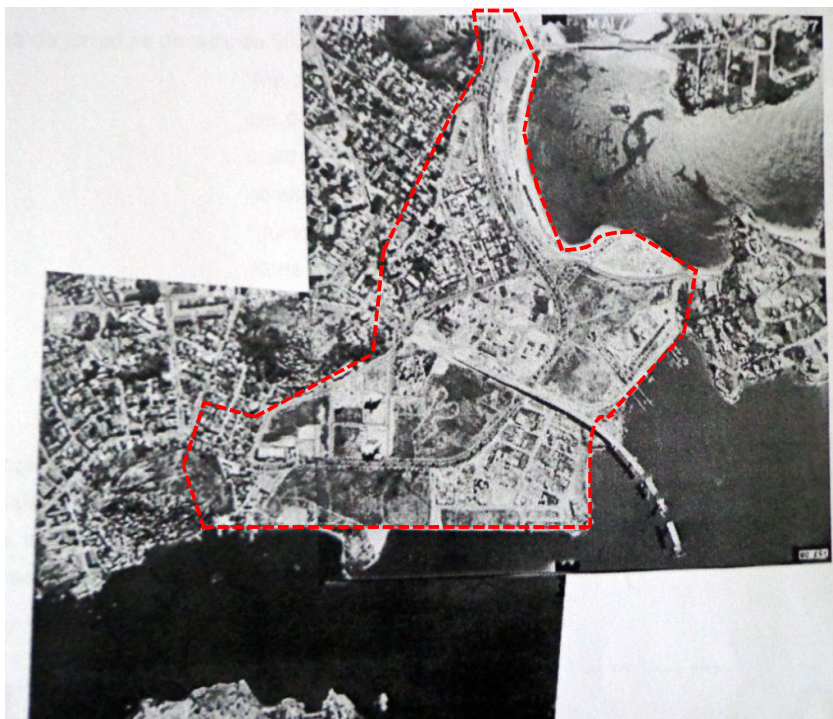
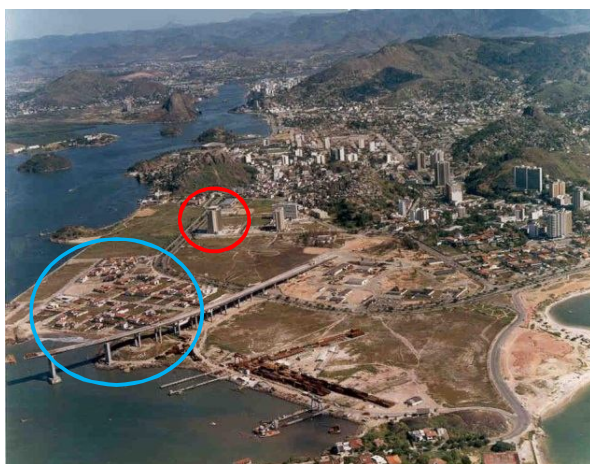


Figura 2.6 - Foto aérea do bairro Enseada do Suá em 1986. Limite do bairro em vermelho.
Fonte - ijsn.es.gov.br. Marcações da autora.



Legenda:

- Área com edificações de até dois pavimentos
- Edifício Palácio do Café

Figura 2.7 - Construção da "Terceira Ponte". 1987.
Fonte - ijsn.es.gov.br. Marcações da autora.

A altura dos edifícios demonstra as modificações apresentadas quanto aos índices urbanísticos após a aprovação do Plano Diretor de 1984, que permitiu gabarito de até doze pavimentos em determinada zona do bairro.

Um recorte do Jornal A Tribuna de 25 de outubro de 1982, do período de ocupação do bairro, complementa:

Até bem pouco tempo, a parte leste do aterro da Praia do Suá, nas imediações da inacabada “Terceira Ponte”, não passava de um grande terreno baldio. Nos últimos cinco anos, entretanto, a paisagem transformou-se totalmente, dando lugar a um bairro de classe média alta. Nem mesmo a possibilidade futura de poluição sonora, provocada pelo tráfego da “Terceira Ponte” – cuja parte já construída corta o bairro ao meio – está afugentando os proprietários. [...] o melhor lugar para se morar. Também pudera, o mar fica a menos de 500 metros das casas mais distantes, formando uma enseada particular, onde as crianças podem brincar sem correr o risco de serem atropeladas por carros ou bicicletas, além de prometer um bronzeado permanente durante todo o ano e uma pescaria despreocupada à noite (ATERRO..., 1982, p.14).

A citação demonstra a potencialidade imobiliária da área e as transformações ocorridas na paisagem, já na década de 1980, seguinte ao aterro, que cedeu lugar às edificações. Mesmo indicando tais transformações, o texto indica a presença do mar como potencial paisagístico e como argumento para valorização da área.

O jornal A TRIBUNA de 1993 indica as alterações ocorridas em relação ao uso do solo no bairro, informando que o comércio mudou o perfil do bairro: “Até há alguns anos, a região da Enseada do Suá, por exemplo, era procurada apenas como zona residencial. Hoje, para cada quatro prédios residenciais, outros oito comerciais são construídos” (BLACKMAN, 1993, p. 16). O texto complementa que a paisagem antes composta apenas de casas, foi marcada em 1993, por grandes edifícios residenciais, prédios empresariais e *shoppings centers*. Segundo Luciene Becacci Viana, gerente do Departamento de Informações do Instituto Jones dos Santos Neves, a construção de altas “torres” comerciais era uma preocupação na época, podendo transformar o local em um deserto noturno:

Queremos evitar que sejam reproduzidos nesta região os problemas que hoje existem no centro de Vitória. Não queremos que a área fique intacta, mas que se dê uma utilização mais adequada com perfil natural da região. Podem construir sim, mas com cuidado (BLACKMAN, 1993, p. 16).

2.2 DO PLANO DE 1984 AO PLANO DE 1994 (Lei nº 4.167/94)

Após dez anos da aprovação do primeiro PDU de Vitória, a Lei nº 4167 foi aprovada em 27 de dezembro de 1994, alterando a anterior. Segundo o Mapa 2.3, a Enseada passa a ser dividida em:

- Zona Residencial 01 (ZR1/03 e ZR1/05);
- Zona de Usos Diversos 04 (ZUD4) em boa parte da antes definida como ZINST2/001;

- Zona Especial (ZE) na área pertencente ao DNPVN, antes também definida como ZINST2/001;

- Zona Natural (ZN), antes definida como ZE.

A tabela a seguir apresenta os novos índices urbanísticos definidos na Lei:

Tabela 2.2 – Resumo das Zonas de uso, categorias de uso e suas especificações, segundo o Plano Diretor Urbano de 1994.

Zonas de uso	Categoria de Uso	Taxa de Ocupação	Coefficiente de Aproveit. Máx.	Afast. Frontal Mín.	Afast. Lat. Mín.	Afast. Fundo Mín.	Gabarito Máx.
ZR1/03 e ZR1/05	Residencial Uni e Multifamiliar	60%	1,2	3,00m	5,00	5,00	2pav.
	Comércio e Serviço Local						
	Comércio e Serviço de Bairro						
	Misto (Residencial e não residencial)						
	Supermercado com área superior a 500m²						
ZUD4	Residencial Unifamiliar	60%	1,2	8,00m	1,5m a partir do 3º pav.	3,00m a partir do 3º pav.	Livre, exceto nos lotes localizados na área de proteção de visualização do Convento da Penha
	Residencial Multifamiliar	30%	3,0		1,5 m no 3º e 4º pav. Acima soma-se 10cm por pavi.	3,00m do 2º até o 12º pav. Acima, soma-se 15cm por pav.	
	Misto (Residencial e não residencial)						
	Comércio e serviço local, de bairro , principal e especial						
	Indústria						
	Edifício Garagem	6,0	100%				
ZE	Equipamentos de uso público ligados ao lazer, turismo, cultura, eventos e atividades de comércio e serviço	40%	1,2	8,00m	5,00	5,00	Obs. 1

Obs.: 1- Todos os projetos a serem implantados nesta área deverão ser previamente submetidos à apreciação do Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano, que os analisará quanto à adequação da volumetria à paisagem, sua relação com a localização das demais edificações, bem como quanto ao número de vagas necessárias ao estacionamento de veículos, carga e descarga de materiais.

Fonte – Lei nº 4167/94.

Comparando as Tabelas 2.1 e 2.2, percebe-se que a Zona Residencial referente ao PDU de 1984 definia variações de coeficientes de acordo com os usos, variando de 1,2 a 3,0 e taxa de ocupação entre 60 e 75%. A Lei de 1994 define o mesmo coeficiente de 1,2 e taxa de ocupação de 60% para todos os usos e eleva o afastamento frontal de 3,0 m para 5,0 m. O gabarito máximo de 2 pavimentos se mantém.

Percebe-se que a nova ZUD4 apresenta diferenças em relação à Zona antes definida para a região, a ZINST2. Os índices atuais definem coeficiente de aproveitamento de 1,2 e taxa de ocupação de 60 (sessenta) por cento para todos os usos, enquanto o PDU de 1984 definia esses índices apenas para o uso unifamiliar, permitia coeficiente de 3,0 e taxa de ocupação de 30% para os demais usos. Os afastamentos de 8 metros foram mantidos. Quanto ao gabarito máximo permitido, a antiga Lei limitava em 2 pavimentos para o uso unifamiliar e 12 pavimentos para os demais zonas e não fazia restrições quanto à visualização do Convento. Em 1994, como demonstrado, o PDU mantém o gabarito de 2 pavimentos em determinadas áreas do bairro, porém amplia a possibilidade de verticalização, uma vez que não limita a altura em boa parte do território, exceto nos lotes localizados na área de proteção de visualização do Convento.

Também quanto a ZE, a nova Lei aponta modificações. Atualmente, essa Zona também é referente à antiga ZINST2. A tabela demonstra os novos índices, com taxa de ocupação de 40 (quarenta) por cento, coeficiente de aproveitamento máximo de 1,2 e gabarito sujeito à análise e à aprovação do Conselho Municipal do Plano Diretor, de acordo com a região, que avaliará sua relação com a paisagem e com as demais edificações do entorno, além do número de vagas necessárias para estacionamento (Obs. 01, Tabela 2.2).

A maior alteração é em relação ao uso, antes definido como unifamiliar, multifamiliar, serviços gerais e institucional que passou a ser voltado ao lazer, ao turismo e à cultura.

A Zona Natural, antes definida como Zona Especial, segundo a Lei, caracteriza-se como área de preservação ambiental e paisagística, pela presença de paisagens e visuais notáveis, áreas destinadas à proteção de recursos naturais, ilhas praias e mangues, morros e elevações e encostas (VITÓRIA, 1994). Essa Zona se subdivide em ZN1 e ZN2, ambas referentes às áreas de preservação integral dos ecossistemas e dos recursos naturais, porém a ZN2 poderia ser utilizada também para fins de lazer, educativos, recreativos, cultura, esporte e pesquisa.

Comparando o PDU de 1994 com o de 1984, as alterações mais relevantes quanto ao uso são a inclusão de novos usos comerciais, que passam a ser não só locais, mas de bairro e principais, além do industrial, permitido na ZUD4. As atividades locais e de bairro são as consideradas de pequeno e médio porte, respectivamente, localizadas no interior das zonas residenciais, geradoras de pequenos impactos (poluição, tráfego, etc.). As principais correspondem às atividades de grande porte, não compatíveis com o uso residencial e geradoras de grandes impactos (VITÓRIA, 1994).

edifícios de grande porte, como o primeiro shopping da cidade, o Shopping Vitória (em amarelo na Figura 2.8). Nesse período ocorreu do Centro da cidade para a região da Enseada do Suá, paulatinamente, a mudança dos órgãos públicos, a transferência de parte do comércio, materializado no Shopping Vitória, dos serviços e, ainda, parte do lazer, com a implantação do parque linear, mencionado anteriormente. Porém, apesar do intenso processo de ocupação, ainda podiam ser observados nesse período diversos terrenos e quarteirões desocupados.

Com a ocupação acelerada, sobretudo a partir da década de 1990, diversos impactos puderam ser observados. André Tomoyuki Abe (1997) indica que:

A área permaneceu desocupada durante toda a década de 1980, aguardando a retomada e o término das obras da “Terceira Ponte” e na expectativa de definição do sistema de vias que lhes dariam acesso. Quando isso ocorreu, já na década de 1990, verificou-se um grande surto de obras, de edifícios residenciais, de escritório e de hospedagem. A empresa telefônica e o Banco do Brasil para lá transferiram suas ocupações, e diversos órgãos de planejamento e desenvolvimento reservaram áreas (ABE, apud SOUZA, 2010, p.112).

Assim, naquele período, os reflexos advindos das transformações no território foram perceptíveis, principalmente na incorporação de novos elementos à paisagem pré-existente – prédios foram construídos nas principais avenidas, demonstrando uma mudança estrutural na paisagem. Jornais da época indicavam a explosão imobiliária que aconteceu desde o surgimento do bairro. O Jornal A Tribuna, também de 2002, indicava que o desenvolvimento urbano do bairro foi motivado, principalmente, pela inauguração do Shopping Vitória (EXPLOÇÃO..., 2002).

Apesar da extinção das antigas praias na região, o aterro proporcionou a criação de novas áreas de lazer e praias, entre elas a Praia Curva da Jurema (Figura 2.11). A atual praia é utilizada por moradores da Enseada do Suá, de bairros vizinhos, como de toda a cidade, uma vez que possui infraestrutura com cerca de vinte quiosques que servem pratos tradicionais da culinária capixaba, entre outros, além da infraestrutura presente no parque linear, como pistas de caminhada, ciclovias e quadras.

O mesmo se deu para a área verde litorânea (em verde na Figura 2.8), que recebeu infraestrutura com quadras de esportes, lanchonetes, pistas para caminhadas e ciclismo, áreas para eventos, além da Praça dos Namorados, Praça dos Desejos e Praça da Ciência, que contém equipamentos lúdicos que podem ser manipulados para o estudo de conceitos científicos ligados principalmente à Física. As imagens dessas áreas são representadas nas Figuras 2.9 e 2.10.

Entrevistas com antigos moradores indicam que a criação do parque linear e a urbanização da praia permitiram uma melhor infraestrutura na utilização da praia pelos habitantes da cidade, uma vez que

proporcionou para a área equipamentos como quadras, quiosques, praças, entre outros, antes inexistentes.

Em entrevista, Martins Filho afirma que a Praça dos Namorados e a Praça dos Desejos trouxe vida para os moradores da Praia do Canto, que antes não possuíam áreas de lazer junto ao mar e que o projeto do aterro, apesar de todas as modificações, serve à população de Vitória e é responsável pelo crescimento da região leste da cidade e da conexão com os municípios vizinhos.



Legenda:

- Parque linear
- Praia Curva da Jurema
- Shopping Vitória
- - Limite do bairro (aterro)

Figura 2.8 – Foto aérea da região da Enseada do Suá, 1998.

Fonte - HIPARC GEOTECNOLOGIA, 2013. Marcações da autora.



Figura 2.9 - Parque linear (Praça dos Namorados e Praça dos Desejos), s/d.

Fonte - www.vitoria.es.gov.br



Figura 2.10 - Praça das Ciências, s/d.

Fonte – www.legado.vitoria.es.gov.br

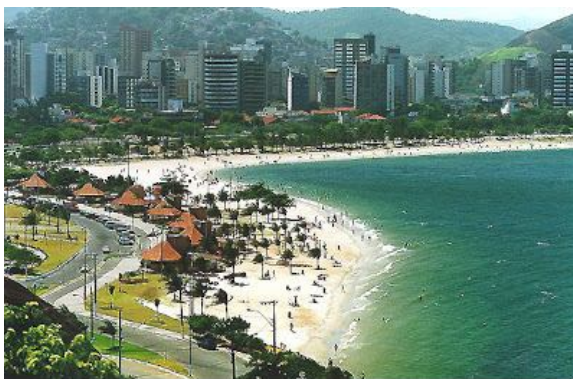


Figura 2.11 – Praia da Curva da Jurema, s/d.

Fonte – www.deolhonailha-vix.blogspot.com.br

2.3 DO PLANO DE 1994 AO PLANO EM VIGÊNCIA (Lei nº 6.705/06)

Em 2006, foi aprovado um novo Plano Diretor Urbano para Vitória (Lei 6705/06), em vigência, que modificou e determinou novas zonas para o bairro Enseada do Suá que passou a ser dividido, de acordo com o Mapa 2.4 e com a Tabela 2.3, em:

- Zona de Ocupação Preferencial (ZOP3), antes definida como ZE, e (ZOP2/04), antes ZUD4;
- Zona de Ocupação Restrita (ZOR/02), antes definida como ZR1/03 e (ZOR/03), antes ZR1/05;
- Zona de Preservação Ambiental (ZPA2 e ZPA3), antes ZN2;
- Zona de Equipamentos Específicos (ZEE8), antes também ZUD4.

As ZOP 2 e 3 são compostas por áreas em transformação urbana acelerada e por grandes áreas desocupadas e são referentes à maior parcela territorial do bairro. Nessas zonas, o coeficiente de aproveitamento varia de 1,2 a 2,4 e a taxa de ocupação de 30 (trinta) por cento a 50 (cinquenta) por

Tabela 2.3 – Resumo das Zonas de uso, categorias de uso e suas especificações, segundo o Plano Diretor Urbano de 2006.

	Uso	Coeficiente de Aproveitamento	Taxa de Ocupação	Gabarito	Afast. Frontal	Afast. Lateral	Afast. Fundo
ZOP2/04	Residencial unifamiliar em condomínio; residencial uni e multifamiliar; atividades não residenciais; misto; empreendimentos especiais.	1,2 a 2,4	30%	Ver obs. 1. Demais isentos	8,00m	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10
ZOR/02	Residencial unifamiliar em condomínio; residencial uni e multifamiliar; atividades não residenciais; misto; empreendimentos especiais.	1,95	60%	4 pav.	3,00m	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10	
ZOR/03	Residencial unifamiliar em condomínio; residencial uni e multifamiliar; atividades não residenciais; misto; empreendimentos especiais.	1,2	60%	2 pav.	3,00m	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10	
ZOP/03	Equipamentos de uso público ligado às atividades de lazer, turismo, eventos e sedes de órgão da administração pública e atividades de serviço ligadas a estes equipamentos.	1,2	40%	4 pav.	8,00m	5,00m	5,00m
ZEE8	Atividade não residenciais; empreendimentos especiais e de impacto urbano.	Nos termos do artigo 111 da Lei*.					

OBSERVAÇÕES:

1. Na ZOP2/04 as edificações a serem construídas nos lotes abrangidos pela Área de Preservação da Visualização do Convento da Penha contida no Anexo 13, deverão observar o disposto no art. 178**.

*Artigo 111 - determina que os responsáveis pelos equipamentos implantados deverão elaborar planos do solo de suas áreas e apresentá-los ao Poder Executivo Municipal.

**Artigo 178 – para efeito de preservação da visualização do Outeiro e Convento da Penha, as edificações a serem construídas em lotes demarcados terão seus projetos submetidos à análise do IPHAN.

Fonte: Lei nº 6.705/06.

O novo PDU também manteve a preservação da visualização do Convento da Penha, controlando a altura e a implantação de determinadas edificações. O controle é priorizado para edificações que prejudiquem a visualização do Convento, ignorando ainda a paisagem como composição de elementos que a referenciam. Entende-se que tais medidas, ainda insatisfatórias no que tange a preservação da visibilidade de elementos paisagísticos, ocorrem devido às pressões do setor imobiliário, muito marcante na região.

O PDU apresentava, então, a criação de parâmetros para a preservação da paisagem a serem desenvolvidos em até dois anos após a aprovação do mesmo. Contudo, segundo informações da Prefeitura, tais estudos na Enseada do Suá não foram realizados em sua totalidade. Entre os parâmetros estabelecidos foram previstas a identificação e a caracterização dos elementos naturais e construídos representativos na imagem da cidade e a definição de critérios de preservação da visualização desses elementos. No entanto, na Enseada do Suá e no seu entorno, somente um novo estudo de preservação da visualização do Convento da Penha foi desenvolvido até o momento, apresentando-se como um ganho na busca pela valorização do mesmo. Contudo, ainda há perdas considerando os demais elementos mencionados na Lei, entre eles o Morro do Moreno, a Baía de Vitória, a Ilha do Frade e a “Terceira Ponte”, uma vez que nenhum estudo específico para os mesmos foi desenvolvido até o momento.

Segundo o Plano (VITÓRIA, 2006), a ZOR objetiva preservar visuais de marcos significativos da paisagem urbana da região. A ZOR/02 e a ZOR/03 possuem coeficiente de aproveitamento variando de 1,2 a 1,95 e a taxa de ocupação de 60%. O afastamento de frente é de 3 m e o gabarito varia de dois a quatro pavimentos. Na Lei anterior há uma elevação no coeficiente, antes de 1,2 para a ZR1/03 e para a ZR1/05, como também do gabarito, antes limitado em até 2 pavimentos.

A ZPA, antes definida como ZN, é determinada para a região do bairro que tem contato direto com o mar e com os afloramentos rochosos existentes em seu território. Tal zona determina áreas destinadas à conservação dos ecossistemas naturais com uso sustentável dos recursos naturais, além da recuperação e conservação dos recursos naturais paisagísticos, cujo uso e ocupação do solo devem ser controlados de forma a assegurar a qualidade ambiental.

Por último está a ZEE. Segundo a Lei, os responsáveis pelos equipamentos implantados nessa zona devem elaborar planos específicos para a orientação das formas de uso e ocupação do solo da área determinada e apresentá-los ao Poder Municipal. Tal exigência busca garantir a preservação das áreas de interesse histórico ambiental e paisagístico diante da inserção de equipamentos ou

edificações, objetivando uma integração harmoniosa destes com o entorno e a manutenção de visuais de marcos da paisagem natural e construída (VITÓRIA, 2006).

Os Planos de 1994 e 2006 permitiram a aprovação de edifícios verticalizados no bairro e matérias de jornais de 2007 indicavam as mudanças. Intitulada “A nova cara da Enseada”, a matéria do jornal A TRIBUNA de 21 de fevereiro de 2007 explanava sobre a construção de luxuosos condomínios residenciais que transformavam o bairro, surpreendendo o mercado imobiliário.

Atualmente, como demonstrado na figura a seguir, do ano de 2013, o bairro Enseada do Suá se encontra quase completamente ocupado. Além disso, novos projetos de urbanização foram executados, como no entorno do Shopping Vitória, nas poucas praças existentes e na criação da Praça do Papa (em amarelo na Figura 2.12).

A Praça do Papa foi inaugurada em 2008 e possui cerca de 67.000 m², com parque infantil, área de eventos, dois restaurantes e uma lanchonete, além de dar acesso à Ilha do Papagaio. O nome da praça se deu anteriormente, após a visita do pontífice João Paulo II ao Espírito Santo, em 1991, quando também foi erguido um monumento em forma de cruz, se configurando como ponto turístico da cidade (PRAÇA, 2011).

Na Ilha do Papagaio, a Prefeitura de Vitória criou, em 2008, o Parque Municipal da Ilha do Papagaio, inserindo trilhas para acesso a um mirante de contemplação da paisagem. Segundo Zanoni (2013), os objetivos da criação do parque eram conservar, proteger, diversificar, ampliar e recuperar a cobertura vegetal da ilha, promovendo a educação ambiental, o lazer e o turismo, além de valorizar a paisagem local e do entorno.

No entanto, o acesso à “ilha” foi limitado por cercas e catraca, instaladas em 2012, para a inserção do Projeto Tamar, em parceria com a Prefeitura (FREITAS, 2013). O Projeto Tamar faz pesquisas no Brasil sobre a biologia das tartarugas marinhas, com o objetivo de conservar a espécie, e implantou na região um Centro de Educação Ambiental com estrutura de monitoramento e atendimento às tartarugas, além da implantação do Programa de Educação Ambiental de Sensibilização e Conscientização para a Conservação dos Habitats Costeiros e Marinhos (ZANONI, 2013). Porém, a estrutura que controla o acesso de pessoas em horários indicados se apresenta como perda, uma vez que o Plano de Urbanização da Praia do Suá previa entrada irrestrita para este elemento referencial da paisagem.

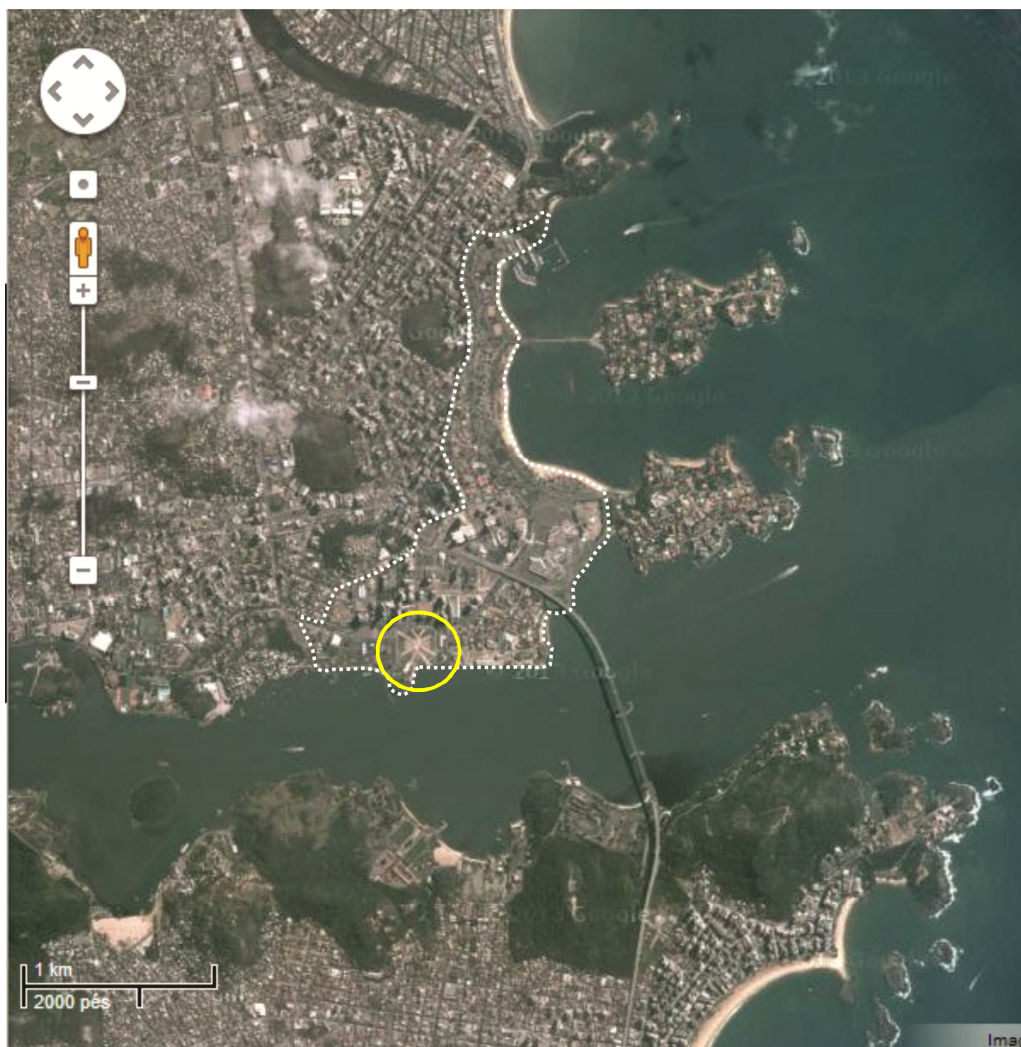


Figura 2.12 - Foto aérea da região da Enseada do Suá, 2013. Marcação em amarelo referente à Praça do Papa. Fonte - Google Earth, 2013. Marcações da autora.

A análise das transformações urbanas desde antes do aterro permitiram identificar novas funcionalidades inseridas no local. A análise das transformações ocorridas apresentada neste capítulo indica que o processo ocupacional do bairro ocorreu rapidamente, principalmente na década de 1990, diminuindo a relação que a região tinha com a pequena vila de pescadores localizada na Praia do Suá e com o mar, além do distanciamento do mesmo em relação à Santa Helena e à Praia do Canto.

O estudo das mudanças apresentadas nos planos, desde o projeto inicial, aponta para alguns avanços quanto à preservação da paisagem que devem ser reconhecidos, seja na manutenção de áreas de preservação ambiental, como no controle de índices urbanísticos para a valorização de determinados elementos da paisagem, principalmente o Convento da Penha, apresentando-se como ganho considerável na paisagem da região. Contudo, entende-se que ainda há ausência de uma

metodologia específica na identificação dos demais referenciais da Enseada, bem como normas para a preservação dos mesmos, principalmente no que tange as suas visualizações.

Todas as transformações ao longo dos anos resultaram na ocupação e nos usos atuais da Enseada do Suá (Mapa 2.5). Essas modificações no bairro podem indicar dúvidas por parte dos governantes quanto à ocupação ideal para a área e podem estar relacionadas à rapidez no processo de ocupação diante do interesse imobiliário em um território novo e disponível na cidade, valorizado pela paisagem existente (FREITAS e OLIVEIRA, 2009).

Atualmente, a Enseada do Suá possui vários equipamentos extensivos à cidade, por intermédio de diversos usos, como órgãos públicos, comércios, serviços, entre outros. Contudo percebe-se, apesar de todas as alterações ao longo dos anos, uma predominância de usos residenciais e de comércios e serviços (Mapa 2.5), como previsto inicialmente no projeto desenvolvido pela COMDUSA, porém localizados em áreas distintas e com diferentes índices urbanísticos em relação ao projeto original.

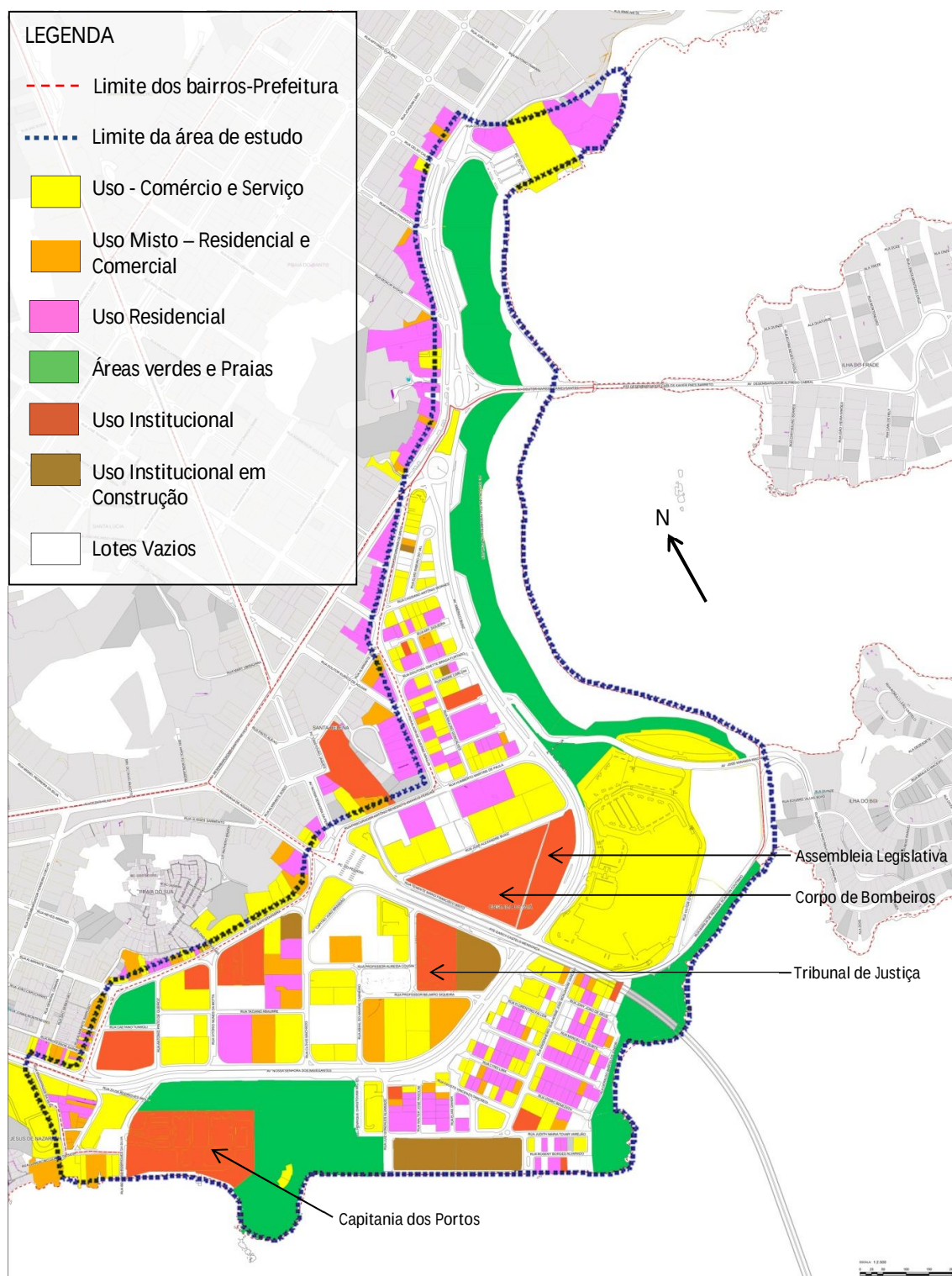
Contudo, o uso institucional não foi previsto no projeto apresentado pela COMDUSA e observa-se no mapa que a presença de instituições no bairro é relevante, como a Capitania dos Portos do Espírito Santo, o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, a Assembleia Legislativa e o Corpo de Bombeiros. Essas edificações demonstram as influências institucionais e administrativas que o bairro tem em relação ao município de Vitória.

A paisagem que antes era composta por mar, montanhas e ilhas, passou a ser composta por mar, montanhas, vias, residências e edifícios de múltiplos andares (Figura 2.13 a 2.15), configurando uma paisagem contemporânea totalmente contraposta à de quarenta anos atrás, predominantemente natural.

As modificações apresentadas em relação aos índices urbanísticos resultaram em uma clara divisão entre áreas com edificações de maior porte (Mapa 2.6), normalmente ocupadas por uso institucional ou residencial multifamiliar, e áreas com edificações de menor porte, próximas ao mar, compostas por uso residencial e/ou comercial. A divisão marcante entre edifícios de múltiplos andares e de menor porte é percebida na Figura 2.14 e é ainda mais visível em loco, apontada também pelas declarações em diversas entrevistas realizadas.

Essa divisão é tão clara que há duas associações de moradores no bairro, uma relativa à faixa com edificações de menor porte e outra vinculada aos edifícios de grande porte, porém a última ainda não se encontra registrada oficialmente. Segundo relato de André Zanoni, presidente eleito, em entrevista concedida à autora deste trabalho em 2013, as duas associações estão desvinculadas por

falta de entrosamento. Segundo ele, os moradores das edificações de menor porte construtivo não têm os mesmos interesses da zona de gabarito elevado.



Mapa 2.5 – Mapa de Usos do solo – Enseada do Suá, 2013.

Fonte - Baseado em Prefeitura Municipal de Vitória: <http://www.geoweb.vitoria.es.gov.br>. Atualização da autora de acordo com informações levantadas em campo.

A premissa deste trabalho aponta para a perda de relação das novas edificações da Enseada com a paisagem existente na região e no seu entorno, ou pré-existente que não pode mais ser visualizada ou se tornou inexistente após o aterro. É a partir dessa premissa que o próximo capítulo faz um levantamento dos referenciais da paisagem da Enseada do Suá e demonstra, por meio de registros fotográficos e mapas, a relação da ocupação do bairro com a paisagem, para compreender as perdas, os ganhos e as permanências.



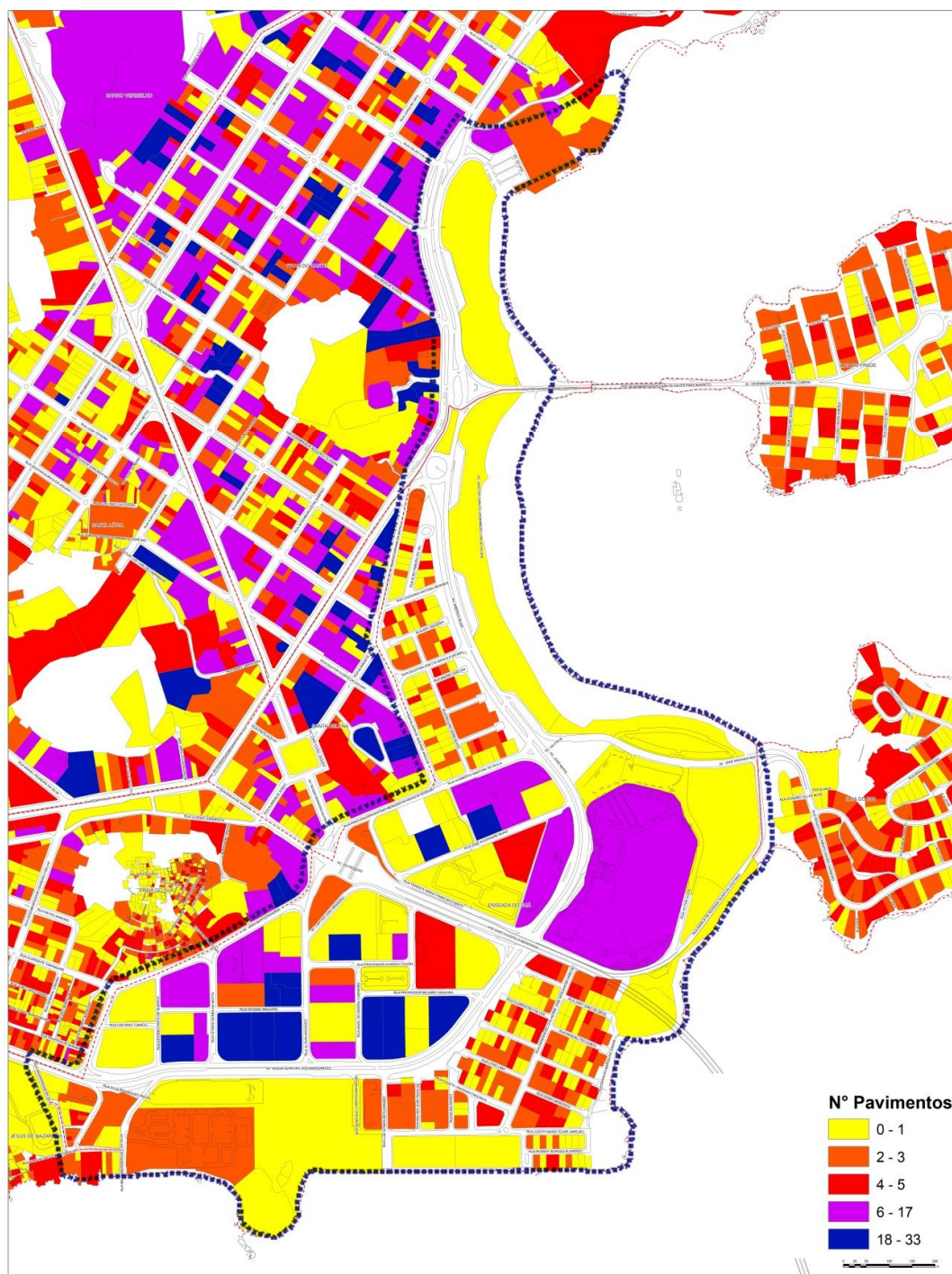
Figura 2.13 – Enseada do Suá, 2013.
Fonte - <http://www.skyscrapercity.com>



Figura 2.14 – Enseada do Suá, 2013.
Fonte - <http://www.skyscrapercity.com>



Figura 2.15 – Enseada do Suá a partir do Convento da Penha, 2012.
Fonte - www.skyscrapercity.com



Mapa 2.6 – Mapa de Gabaritos – Enseada do Suá, 2013.

Fonte - Prefeitura Municipal de Vitória: <http://www.geoweb.vitoria.es.gov.br>.

3 ENSEADA DO SUÁ: PAISAGEM ATUAL

Este capítulo visa atuar na identificação dos referenciais da paisagem e a relação destes com a forma atual de ocupação da Enseada do Suá. “A atitude metodológica pauta-se na ideia que relaciona a conservação da paisagem à manutenção da identidade e ao fortalecimento da cidadania” (MENDONÇA, 2006, p. 14).

Na realização deste estudo, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos desenvolvidos por Mendonça (2005): identificação dos referenciais paisagísticos da região e estabelecimento das zonas de visualização dos mesmos, eleição dos pontos de vista privilegiados, definição dos níveis de percepção para cada um deles e localização e registro do porte das construções existentes.

3.1 A IDENTIFICAÇÃO DOS REFERENCIAIS DA PAISAGEM

O presente item apresenta um levantamento dos elementos referenciais da paisagem significativos no local com base no que era relevante no passado, analisando-se se os mesmos permanecem significativos, além de identificar outros referenciais paisagísticos atualmente presentes no território.

Em um primeiro momento, o trabalho resgata a contextualização histórica da cidade de Vitória e da área em questão e as intenções de ocupações pré-estabelecidas no Plano de Urbanização da Praia do Suá, para identificar os elementos da paisagem mais relevantes abordados anteriormente.

Como complementação, acerca da contextualização histórica abordada, a pesquisa parte para um levantamento de informações em campo, para a análise dos referenciais da paisagem a partir do ponto de vista da autora, baseado em metodologias que seguem literaturas que tratam sobre a percepção da paisagem ambiental urbana, como Gordon Cullen (1983) e Kevin Lynch (1997), os quais valorizam o percurso ao longo do qual as paisagens são contempladas. Tais autores são chave na abordagem metodológica desenvolvida por Mendonça (2005), relacionada aos estudos de manutenção dos referenciais da paisagem de Vitória com preocupações inerentes ao ritmo e à característica de expansão urbana da cidade.

Em um terceiro momento, ainda acompanhando a metodologia de Mendonça (2005), quanto ao estudo da transformação da paisagem contemporânea, é desenvolvida uma abordagem qualitativa a partir de entrevistas com pessoas chave, como arquitetos professores da Universidade e que trabalham na Prefeitura de Vitória, como também líderes comunitários da Enseada do Suá e de bairros adjacentes, além de antigos moradores indicados pelos mesmos. O objetivo é confirmar as

etapas anteriores e ampliar o olhar, indo além do ponto de vista técnico da autora, para então identificar outros referenciais da paisagem da Enseada do Suá.

Também para ampliar o olhar, o trabalho parte, ainda, para a análise de cartões postais atualmente vendidos na cidade que contemplam a área da Enseada do Suá e do seu entorno imediato, para identificar também a relação da paisagem da área de estudo com a imagem de Vitória e com o turismo.

3.1.1 A percepção da paisagem em visita de campo

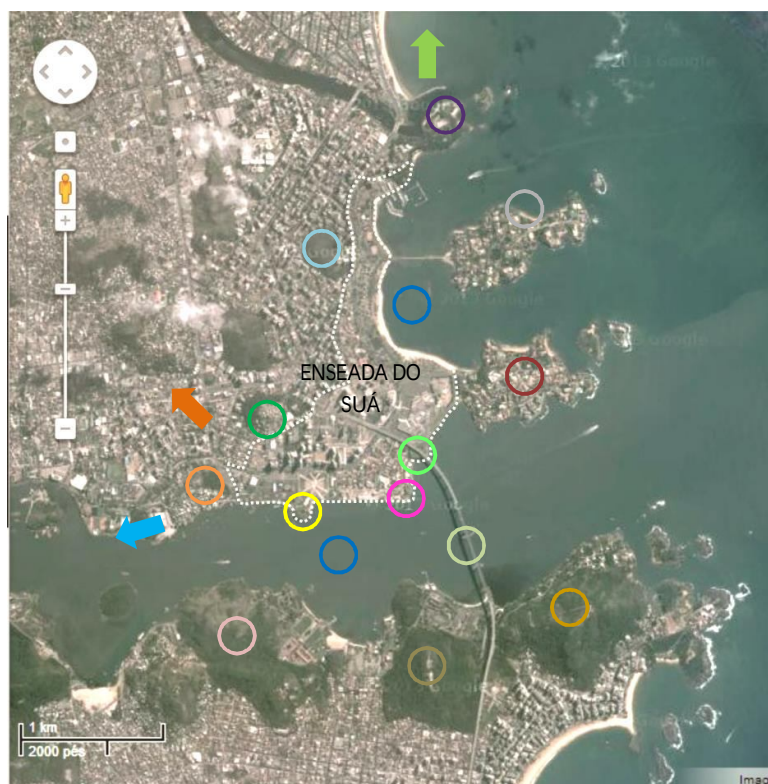
A visita de campo dirigiu-se para o levantamento dos elementos contidos no território da Enseada do Suá e vistos a partir dele, sendo registrados por meio de mapas e fotografias. É importante ressaltar que o percurso foi realizado a partir das áreas públicas em toda a região aterrada e ao nível do mar, excluindo-se as áreas elevadas que facilitam a visualização de determinados elementos.

Esta etapa foi realizada após o estudo da evolução histórica e do Plano de Urbanização do bairro, além do estudo sobre o trabalho desenvolvido por Buffon (1999), mencionado anteriormente. Esse embasamento teórico e o olhar como moradora de Vitória há trinta e um anos direcionaram a observação para elementos naturais e históricos, como morros, mar e Convento de Nossa Senhora da Penha.

Apesar do aterro realizado, que se configurou como um elemento impactante na estrutura física da região, por extinguir praias e causar interferência marcante na conformação da orla existente, a presença do mar e o relevo montanhoso do bairro e das regiões circundantes ainda constituem elementos básicos na definição da paisagem, atuando fortemente em sua identificação e orientação (Figura 3.1). Segundo Lynch (1999),

[...] elementos naturais como o mar ou uma grande montanha podem se tornar referência e ponto de orientação dentro de um espaço urbano, desde que seu reconhecimento enquanto elementos únicos e individuais na paisagem, lhes confira uma identidade forte, passando a configurar como elementos estruturadores da imagem ambiental (LYNCH, 1999, p.12).

Entre os dezessete elementos demonstrados na Figura 3.2, muitos não estão localizados dentro do território estudado. Os elementos identificados que fazem parte do bairro em análise são as Ilhas do Papagaio, do Sururu e do Bode. Como mencionado anteriormente, atualmente não se configuram mais como ilhas, porém o nome permanece (Mapa 3.1).



Legenda

Mar	Ilha do Boi	Morro do Moreno
Morro do Suá	Ilha do Frade	"Terceira Ponte"
Morro Jesus de Nazareth	Morro do Guajuru	Sentido de visualização Morro Mestre Álvaro
Ilha do Papagaio	Morro da Barrinha	Sentido de visualização Pedra dos Olhos
Ilha do Sururu	Morro e Convento N. Sra. Da Penha	Sentido de visualização Pedra do Penedo
Ilha do Bode	Morro de Jaburuna	

Figura 3.1 – Identificação dos referenciais da paisagem da Enseada do Suá a partir de visita de campo.

Fonte – GoogleMaps, 2013. Marcações da autora.

Trata-se, então, de afloramentos rochosos de pequeno porte compostos por vegetações e inseridos em uma área de preservação permanente e não são ocupados por edificações. Foram observados em percursos próximos aos mesmos, uma vez que muitas vezes a presença de edificações inibe a visualização destes a partir de pontos mais distantes (Figura 3.2).

A Ilha do Bode, com área de 1,1 ha, é tombada em 1987 pelo Poder Público Municipal no grau de proteção 2 (GPS), que busca preservar monumentos, sítios e paisagens “que se encontram parcialmente descaracterizados e apresentem equipamentos ou edificações que poderão, em casos excepcionais (...) receber equipamentos destinados a atividades de lazer, pesquisa científica (...), desde que não provoquem descaracterização dos elementos naturais” (VITÓRIA, 2006).

A “Ilha” do Papagaio possui área de 0,8 ha, com duas pequenas praias ao seu redor (INSTITUTO, 1978). É um afloramento rochoso e apresenta vegetação arbórea e rasteira e faz parte do Parque Municipal da Ilha do Papagaio, mencionado anteriormente. A “Ilha” do Sururu é composta por rocha, porém parte da mesma foi retirada para a construção da ponte, apresentando-se como perda. Atualmente, também está inserida em uma área de preservação ambiental.



Figura 3.2 – Afloramento rochoso da Ilha do Sururu.
Fonte – Acervo pessoal.

O mar se configura como um elemento marcante na paisagem da Enseada do Suá, sobretudo considerando o aspecto insular de Vitória, e pode ser visto de alguns pontos do bairro. A partir do percurso realizado, o mar pode ser visualizado nas proximidades da orla (Figura 3.3), a partir de algumas vias mais próximas ao mesmo e também de lotes vazios ainda existentes (Figura 3.4).

Na orla de Vila Velha são identificados os Morros do Jaburuna, do Moreno e o Morro e Convento Nossa Senhora da Penha, visto por vários pontos do bairro, compondo o cenário paisagístico da região, visto a partir da Enseada do Suá. Esses elementos também podem ser vistos nas figuras a seguir (Figuras 3.5 e 3.6).



Mapa 3.1 – Ilhas e Morros da Enseada do Sua e do seu entorno imediato.

Fonte - Prefeitura Municipal de Vitória.



Figura 3.3 - Mar visualizado a partir de via de acesso.

Fonte - Acervo pessoal.



Figura 3.4 - Mar visualizado a partir de lote vazio.

Fonte - Acervo pessoal.

O Morro do Moreno possui alta declividade e possui textura composta por rochas e areia, além de vegetações remanescentes da floresta atlântica. Com 154 metros de altura o Morro do Convento também é composto por rochas e vegetações, ambos considerados áreas de proteção ambiental (VILA VELHA, 2007). O Convento é um monumento arquitetura construído em 1568, como dedicação a São Francisco de Assis (NEVES, 2012), e foi tombado em nível federal na década de 1940, reconhecendo a unidade do Convento com o Outeiro e o maciço de pedra sobre os quais foi construído (FIGUEIREDO, LUAR e MICELI, 2013). Do tombamento até hoje muito se alterou na sua circunvizinhança, mesmo assim o monumento continua a ter influência enorme na estrutura urbana de Vila Velha e Vitória.

Na Figura 3.5, também é possível observar o Morro e Convento Nossa Senhora da Penha e a “Terceira Ponte”. A inserção da ponte, que também pode ser vista na Figura 3.7 emoldurando o Convento da Penha, ao fundo, modificou significativamente a paisagem na região, contudo permitiu uma ligação física e visual entre diversos elementos da paisagem. Com a presença da ponte, observou-se uma dicotomia, uma vez que permitiu melhor acesso ao Convento, porém a sua magnitude diminuiu com a presença da mesma.



Figura 3.5 – Morro do Moreno a esquerda e Morro do Convento a direita.
Fonte - Acervo pessoal.



Figura 3.6 – Morro do Jaburuna.
Fonte - Acervo pessoal.



Figura 3.7 – “Terceira Ponte” e Morro e Convento Nossa Senhora da Penha.
Fonte – Acervo pessoal.

Também na orla da Enseada são observadas as Ilhas do Boi e do Frade, que se tornaram bairros independentes após o aterro, devido à facilidade de acesso proporcionado. Esses elementos foram observados principalmente a partir do parque linear e da Praia Curva da Jurema. Também a partir desta área foram observados os Morros do Guajuru e da Barrinha, localizados no bairro Praia do Canto.

O Morro do Guajuru, também conhecido como Morro do Cruzeiro, possui porte elevado, com setenta e cinco metros de altura (BUFFON, 1999) e pode ser observado por diversos pontos do bairro, de maneira fragmentada, devido à existência de diversas edificações de grande porte em seu entorno (Figura 3.8).

Outros afloramentos rochosos de grande porte também foram identificados em bairros vizinhos, entre eles o Morro do Suá (Morro Alto do Suá e o Morro Alto de Santa Helena, como demonstrado no Mapa 3.1), que contempla partes do bairro Praia do Suá e de Santa Helena. Possui altura de oitenta metros (BUFFON, 1999) e ocupação consolidada com edificações de dois pavimentos, em média.

No bairro vizinho, denominado Jesus de Nazareth, localiza-se o Morro com o mesmo nome, que possui altura equivalente ao Morro do Suá e grande parte do seu território também está ocupada por edificações de pequeno porte construtivo. No trecho não ocupado, pode-se observar o afloramento rochoso e bastante vegetação, compondo um cenário paisagístico característico na região.



Figura 3.8 – Morro do Guajuru.
Fonte – Acervo pessoal.

Mais distantes estão a Pedra dos Olhos, localizada a nordeste de Vitória, e a Pedra do Penedo, também no município de Vila Velha. O último possui porte elevado, com 133 metros de altura, e foi tombado pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC), como monumento natural pela Resolução 07/83 de 07 de novembro de 1983 (INSTITUTO, 1978). É composto, basicamente, por pedra e vegetações de pequeno porte.

A Pedra dos Olhos faz parte da Reserva Ecológica da Pedra dos Olhos, criada pelo Decreto nº 7767 de 02 de junho de 1988 e aprovado pela Câmara Municipal de Vitória pela Lei nº 3569 de 25 de janeiro de 1989. Possui área de 6.558 m² e limita-se com o Parque Estadual da Fonte Grande, sendo constituída por vegetação remanescente da floresta atlântica de encostas (INSTITUTO, 1978).

Por fim, o Morro do Mestre Álvaro, localizado no município de Serra, ao norte, também foi identificado. Apesar da distância, tal elemento pode ser visto por alguns pontos do bairro. Com

2.461ha e altitude de 100 a 833m, também possui remanescentes da floresta atlântica e faz parte da Reserva Biológica do Mestre Álvaro (INSTITUTO, 1978).

Como mencionado, devido ao olhar focado nos elementos naturais da paisagem da região, não foram identificados edifícios marcantes na paisagem da Enseada e o estudo parte, então, para a abordagem por meio de entrevistas, com o objetivo de confirmar o que foi até então constatado e/ou identificar outros elementos da paisagem, inclusive edifícios construídos ao longo dos anos.

3.1.2 A percepção da paisagem a partir de entrevistas

A presente etapa desta dissertação é baseada em entrevistas realizadas com pessoas chave para ampliar o olhar sobre a área de estudo, considerando o ponto de vista de pessoas que acompanharam as transformações da Enseada ou que de alguma maneira estejam atualmente envolvidas com o bairro. O objetivo é complementar, confrontar, auxiliar e sintetizar o que foi antes identificado como referencial da paisagem.

Os dados foram obtidos a partir de treze entrevistas gravadas e transcritas. A entrevista foi baseada em metodologia desenvolvida por Mendonça (2005), estruturada em torno da relação do entrevistado com a região, do nível de conhecimento do mesmo e se acompanhou o processo de aterro e ocupação. As perguntas elaboradas giraram em torno da paisagem natural e construída que os entrevistados consideravam significativas, além das mudanças identificadas ao longo dos anos. É importante ressaltar que os entrevistados não foram convidados a fazer o percurso em campo para identificação e que a entrevista foi realizada a partir da memória que os indivíduos têm do lugar.

Os entrevistados estão divididos em dois grupos. O primeiro é composto por arquitetos, entre eles Jolindo Martins Filho, arquiteto responsável pelo projeto de urbanização realizado pela COMDUSA na Enseada do Suá; arquitetos atuantes na Prefeitura Municipal de Vitória, como Ronaldo Volmer Frechiani, Maria de Lourdes da Silva Oliveira e Clemir Regina Pela Meneghel; arquiteto professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Kleber Perini Frizzera, que já atuou como Secretário de Obras e como Secretário de Desenvolvimento da Cidade na Prefeitura Municipal de Vitória; Brunella C. Amblard, arquiteta que trabalha na Enseada do Suá; e a arquiteta Ana Cláudia Buffon, atual Secretária de Desenvolvimento Urbano do Município da Serra e autora de dissertação de mestrado anterior sobre o bairro.

O segundo grupo de entrevistados é composto por líderes e ex-líderes de associação de moradores da Enseada do Suá e de bairros vizinhos e por moradores indicados pelos mesmos. Entre eles Demétrio Tedesco e Virgínia Brandão, antigos líderes comunitários e primeiros moradores da

Enseada; Emanuel da Penha Ribeiro, morador da Praia do Suá e atual líder da associação; Iracema Almeida da Silva, moradora antiga da Praia de Santa Helena e líder comunitária há quase quarenta anos; Helena Oliveira, antiga moradora de Jesus de Nazareth, indicada pela associação do bairro; e Luiz Paixão, antigo morador da Praia do Canto, também indicado pela associação de moradores.

Dos sete arquitetos entrevistados, dois acompanharam o processo de aterro e moraram nos bairros vizinhos e os demais acompanharam o processo de ocupação da Enseada, direta ou indiretamente. Entre os moradores, todos acompanharam o processo de aterro e ocupação da região, contribuindo significativamente para o desenvolvimento deste trabalho. É importante ressaltar que partes do conteúdo destas entrevistas já foram explanadas no decorrer do trabalho.

Entre as perguntas realizadas, a mais significativa para esta etapa está relacionada a quais elementos da paisagem natural e construída o entrevistado considera como importantes atualmente quando observa a paisagem da Enseada do Suá ou vista a partir dela. Apesar da questão também envolver os elementos construtivos, a maioria dos entrevistados sequer mencionou algum e outros informaram que não há elementos construtivos significativos na região, exceto a Terceira Ponte e o Convento da Penha.

A Tabela 3.1 apresenta todos os elementos citados nas entrevistas. A Figura 3.9 também demonstra novamente os elementos mencionados na etapa anterior (visita de campo) e os novos identificados, inclusive os que não são mais encontrados na região.

Sem dúvida os referenciais da paisagem mais citados pelos entrevistados são o mar e o Convento Nossa Senhora da Penha, sendo o mar unânime na identificação. O Convento foi lembrado diversas vezes pelo seu valor histórico, cultural, religioso e monumental.

A “Terceira Ponte” se configura como o terceiro elemento mais citado em entrevista. Apesar da denotação negativa que possuía no período da construção, relatada em jornais na época apresentados anteriormente, já está integrada à paisagem e referencia a mesma. Ronaldo Volmer Frechiani, arquiteto da Prefeitura, sobre a “Terceira Ponte” afirma em entrevista: “Ela é um elemento escultórico, uma obra de arte, imponente e marcante na região” (FRECHIANI, 2013, s/p).

No entanto, Frizzera (2013) possui opinião distinta e considera a ponte estranha, devido à forma de implantação da mesma que não “encaixa” no contexto viário projetado por Martins Filho e não faz conexão direta com o projeto de Saturnino de Brito.

O volume também não me agrada, é muito alta (...). A ponte não foi uma boa até pela relação que acabou tendo com Vila Velha, resultando em uma separação do litoral. (...) É uma solução meio estranha, tanto do ponto de vista urbanístico, como do visual (FRIZZERA, 2013, s/p).

A seguir se apresenta o Morro do Moreno, localizado na orla do município de Vila Velha. Mesmo considerando a exuberância do Convento na paisagem em questão, Frizzera (2013) entende a relação que Vitória tem com o mesmo, mas afirma que o “Morro do Moreno se destaca mais, pois se integra melhor com a paisagem, devido à relação com o mar e com o horizonte” (FRIZZERA, 2013, s/p).

As praias antigas foram muito lembradas pelos entrevistados, principalmente pelos moradores antigos e pelos arquitetos que acompanharam o processo de aterro na região. Tais praias estão indicadas na Figura 1.8, relativa ao contexto histórico abordado na parte inicial do trabalho, na apresentação da área antes do aterro realizado. As praias são indicadas como elementos naturais pré-existent e apontam para a forte relação que a população do entorno possuía com as mesmas. Tedesco (2013), um dos primeiros moradores da Enseada do Suá, indicou em entrevista a afinidade que tinha com as praias e que foi perdida ao longo do tempo. Ele lembra: “A gente tomava banho e nadava até onde estão implantados os edifícios hoje. Fazíamos disputas, garotos de 11 anos. Era uma façanha vir nadando de lá até aqui e voltar” (TEDESCO, 2013, s/p).

Interessante perceber que, entre os elementos da paisagem apontados em entrevistas, os navios são indicados. Uma vez que a região possui forte relação com o mar, mesmo após o período de aterro, e considerando que faz parte da rota de circulação de navios que acessam o Porto de Vitória, os mesmos foram lembrados por alguns entrevistados, principalmente pelos moradores, apesar de ser uma paisagem “mutante”, uma vez que não estão presentes durante todo o tempo e no mesmo lugar.

Vários elementos também foram citados, porém de maneira menos frequente, como: os Morros das Ilhas do Sururu, Bode, Papagaio, Boi, Frade e Jesus de Nazareth; a praia da Curva da Jurema (configurada após o aterro); a Pedra dos Olhos; o Mestre Álvaro; e a Ponta do Tubarão (relativo ao Porto do Tubarão localizado ao norte do município de Vitória); a Prainha, sítio histórico pertencente ao bairro Centro de Vila Velha, localizado ao lado do Morro do Convento; e o Morro do Suá, os dois últimos mencionados apenas uma vez.

Outro elemento recordado por dois arquitetos é a Pedra da Western que continha o Terminal da *Western Telegraph Company* Ltda. Segundo Martins Filho (2013), o terminal tinha um cabo marítimo que descia em uma grota da pedra e entrava mar adentro e no fundo do mar percorria a América do Norte, Ásia, etc., para envio de telegramas por cabo submarino. Tal tecnologia ficou obsoleta após a

comunicação por satélites e, por isso, o Terminal foi vendido e a pedra completamente ocupada, impedindo a visualização da mesma em visita de campo.

É importante ressaltar que os elementos indicados na tabela foram identificados por todos os arquitetos entrevistados e que alguns não foram mencionados pelos moradores da região, como é o caso da Pedra dos Olhos, do Morro da Western, do Morro do Suá, do Mestre Álvaro e da Prainha.

Alguns elementos indicados na tabela que foram identificados de maneira marcante em visita de campo devido ao seu porte e aos significados não foram indicados de maneira significativa nas entrevistas realizadas. Em contrapartida, alguns que não existem mais foram mais mencionados, chamando atenção para a relação da paisagem existente e pré-existente com os arquitetos e antigos e atuais moradores da região.

Não foram identificados em entrevistas edifícios marcantes no território da Enseada, confirmando o que foi observado em visita de campo. Segundo Meneghel (2013), os edifícios não possuem arquitetura considerável a ponto de se tornarem referências na paisagem. Frechiani (2013) afirma o mesmo, quando diz que a arquitetura existente não agrega muito valor. Alguns moradores afirmaram apreciar o conjunto de prédios envidraçados, mas não identificaram elementos isolados considerados referenciais.



Legenda

Elementos identificados
somente em entrevistas:

○ Prainha

○ Curva da Jurema

○ Antiga Pedra da Western

○ Antigas praias

↑ Sentido de visualização
Ponta do Tubarão

○ Elementos identificados em
campo e em entrevistas

↑ Sentido dos elementos
identificados em campo e
em entrevistas

Figura 3.9 – Identificação dos referenciais da paisagem da Enseada do Suá a partir de visita de campo e das entrevistas.

Fonte – GoogleMaps, 2013. Marcações da autora.

Tabela 3.1 – Elementos da paisagem identificados em entrevistas.

	Martins Filho	Meneghel	Frizzera	Oliveira	Frechiani	Amblard	Buffon	Paixão	Tedesco	Brandão	Ribeiro	Silva	H. Oliveira
Convento da Penha	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X	X
Mar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Morro do Moreno	X	X	X		X		X						X
Prainha*							X						
Ilha do Sururu			X					X	X		X		
Ilha do Bode			X					X					
Ilha do Papagaio			X					X					
Ilha do Boi	X		X				X	X			X		
Ilha do Frade	X						X	X					
Ponta do Tubarão	X		X										
“Terceira Ponte”	X	X		X	X	X	X				X	X	X
Morro Jesus de Nazareth		X										X	
Morro do Suá		X											
Curva da Jurema			X			X	X				X		
Pedra dos Olhos				X	X								
Mestre Álvaro			X		X								
Pedra da Western	X		X										
Praias antigas**	X		X					X			X	X	X
Navios		X					X		X		X		X

*Prainha: Sítio História pertencente ao bairro Centro de Vila Velha, localizado ao lado do Convento da Penha.

**Praias antigas: Praias de Santa Helena, Barracão, Suá, Comprida, identificadas na Figura 1.8. Tais praias são anteriores ao aterro e não existem atualmente.

Fonte – Acervo pessoal.

3.1.3 Os cartões postais na identificação dos referenciais da paisagem

Complementarmente à metodologia adotada por Mendonça (2005), a presente dissertação adota a análise de cartões postais vendidos atualmente no município de Vitória, para identificar a paisagem que vem sendo comercializada e exportada para outras regiões do Brasil e do mundo. É importante ressaltar que boa parte das fotos registradas nos cartões foi retirada de pontos de vista elevados, diferente das abordagens anteriores, que se pretende valorizar na pesquisa, a partir de pontos de vista dos percursos mais utilizados pela população.

Nem todas as imagens foram contempladas a partir do território da Enseada do Suá. Ainda assim, considera-se válida essa abordagem, no intuito de ampliar o olhar e apontar os elementos da paisagem vinculados ao turismo quanto à imagem da região e do entorno da mesma.

Diversos pontos de vendas de cartões postais foram visitados, como bancas de revistas e lojas de turismo, como no Aeroporto Eurico de Aguiar Salles, em Vitória. Foram encontrados treze cartões representando alguns dos elementos citados anteriormente, como o mar, o Convento Nossa Senhora da Penha, a “Terceira Ponte”, a Curva da Jurema e a Ilha do Frade. Outros não mencionados nas etapas anteriores foram identificados, como demonstrado a seguir e na Figura 3.23.

O mar é bastante caracterizado nos cartões postais encontrados. Embora esteja intitulado em apenas dois cartões (Figuras 3.10 e 3.11), apresenta-se em oito dos treze cartões encontrados, uma vez que está associado com outros elementos.

O Convento Nossa Senhora da Penha é o segundo mais representado em cartões postais. Foram encontrados cinco cartões distintos com o mesmo tema, como apresentado nas Figuras 3.12 a 3.16. Tais cartões reafirmam a relação desse elemento com a memória da cidade.



Figura 3.10 – Baía de Vitória representada por cartão postal, s/d.
Fonte – Coleção Litocard.



Figura 3.11 - Baía de Vitória representada por cartão postal, s/d.
Fonte – Coleção Litocard.

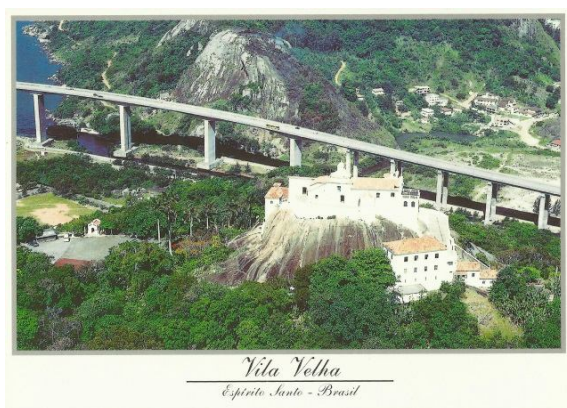


Figura 3.12 – Convento Nossa Senhora da Penha representada por cartão postal, s/d.
Fonte – Coleção Litocard.

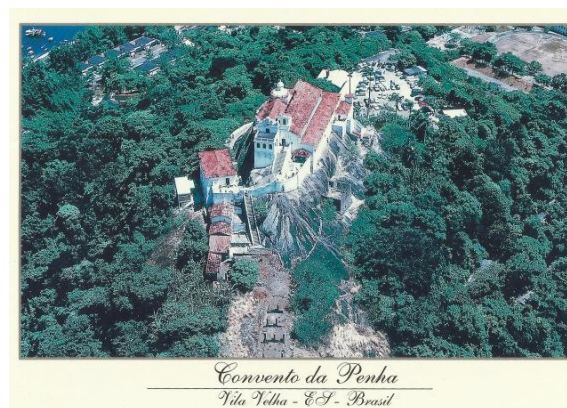


Figura 3.13 – Convento Nossa Senhora da Penha representada por cartão postal, s/d.
Fonte – Coleção Litocard.

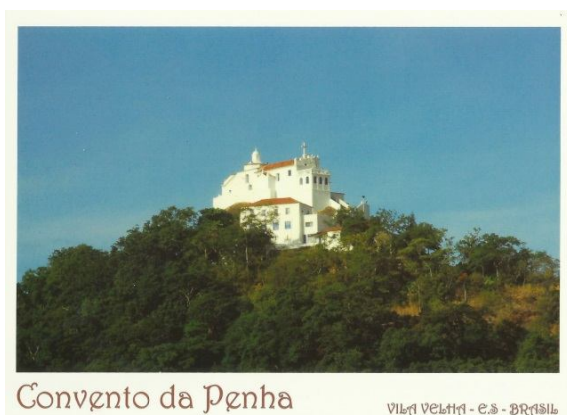


Figura 3.14 – Convento Nossa Senhora da Penha representada por cartão postal, s/d.
Fonte – Coleção Litocard.

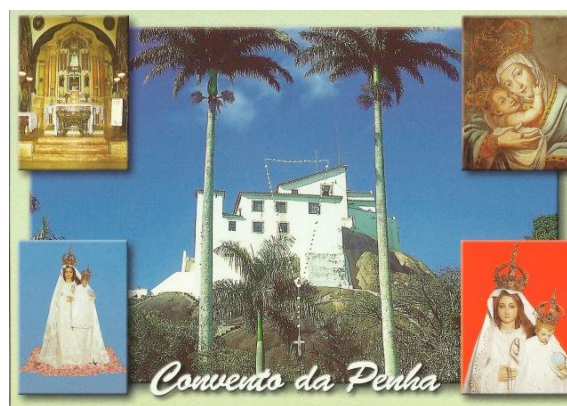


Figura 3.15 – Convento Nossa Senhora da Penha representada por cartão postal, s/d.
Fonte – Coleção Litocard.

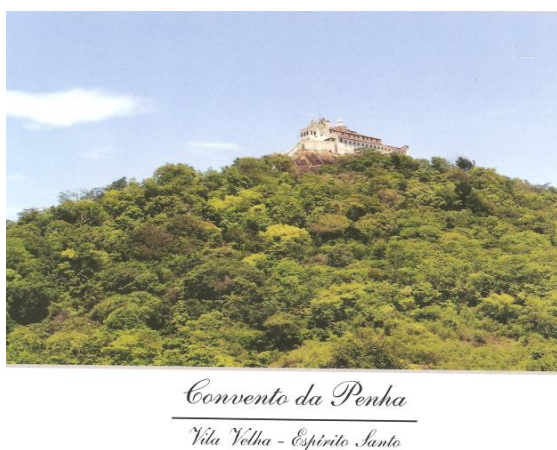


Figura 3.16 – Convento Nossa Senhora da Penha representada por cartão postal, s/d.
Fonte – Coleção Litocard.

A “Terceira Ponte” é também bastante representativa nos cartões (Figuras 3.17 e 3.18). Maria de Lourdes da Silva Oliveira, arquiteta da Prefeitura Municipal de Vitória, em entrevista, relata sobre a ponte e a relação que a mesma tem com a paisagem:

A “Terceira Ponte”, que não tem nada de bonito nela, é uma construção que interferiu muito na relação urbana da cidade, mas hoje virou um marco de referência. Ela interfere na visualização do Convento da Penha, mas várias fotografias, vários cartões postais da cidade enquadram o Convento da Penha no vão da “Terceira Ponte”, então ela acabou se inserindo, assimilada como um elemento construído que passou a integrar a imagem da cidade também (OLIVEIRA, 2013, s/p).

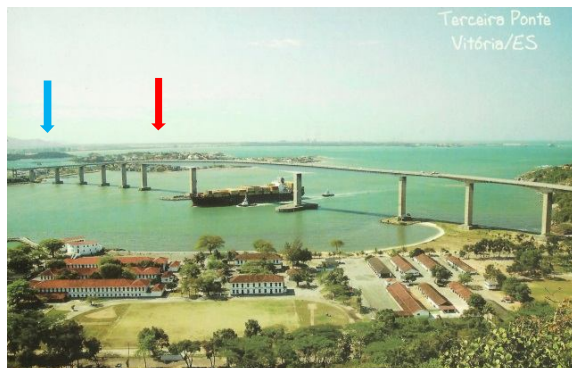


Figura 3.17 – “Terceira Ponte” representada por cartão postal, s/d.
Fonte – Postais Carol.

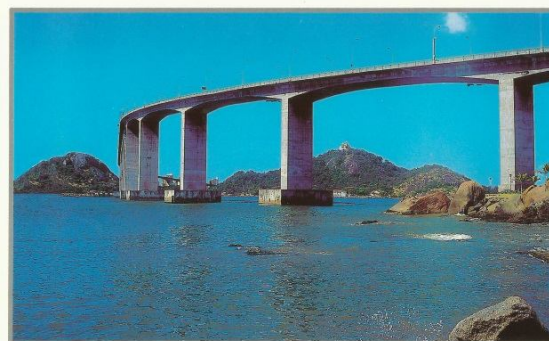


Figura 3.18 – “Terceira Ponte” representada por cartão postal, s/d.
Fonte – Coleção Litocard.

Na Figura 3.17, é possível observar o navio, a Ilha do Boi (seta vermelha) e o Morro da Barrinha (seta azul), elementos citados anteriormente. O Convento da Penha também está representado na Figura 3.18, referente ao cartão postal da “Terceira Ponte”, reforçando a afirmação de Oliveira (2013), quando aponta a “Terceira Ponte” como moldura para o Convento. Também foram encontrados cartões postais ilustrando a praia da Curva da Jurema (Figura 3.19) e a Ilha do Frade (Figura 3.20), indicadas nas etapas anteriores.



Figura 3.19 – Praia da Curva da Jurema representada por cartão postal, s/d.
Fonte – Coleção Litocard.

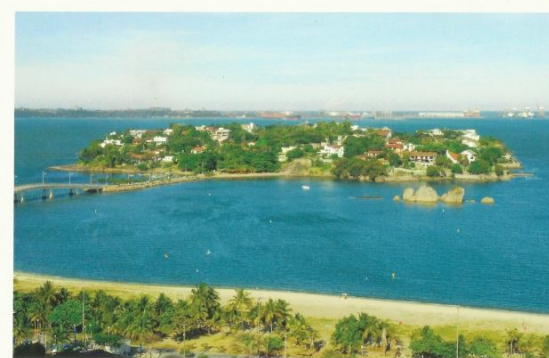


Figura 3.20 – Ilha do Frade representada por cartão postal, s/d.
Fonte – Coleção Litocard.

Dois elementos não identificados nas etapas anteriores (visita de campo e entrevistas) estão referenciados nos cartões postais, como o late Clube de Vitória (Figura 3.21) e o Shopping Vitória (Figura 3.22). O late Clube está localizado na base do Morro da Barrinha, identificado na Figura 3.2, e está instalado na região anteriormente ao aterro e compõe a paisagem com a presença de diversas embarcações.

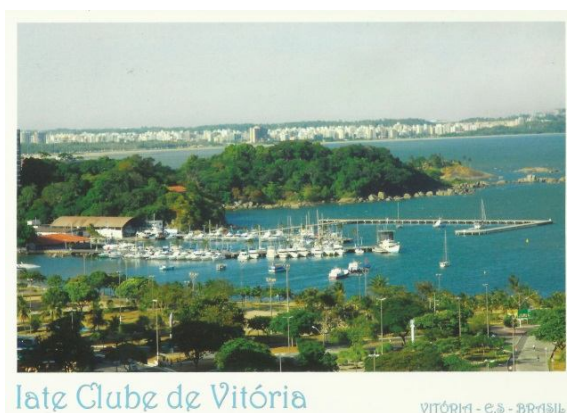


Figura 3.21 – late Clube representado por cartão postal, s/d.
Fonte – Coleção Litocard.

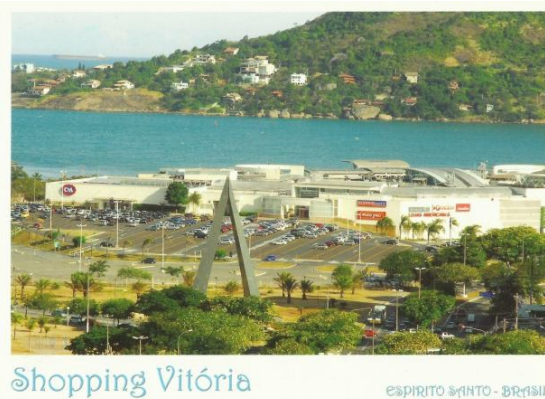
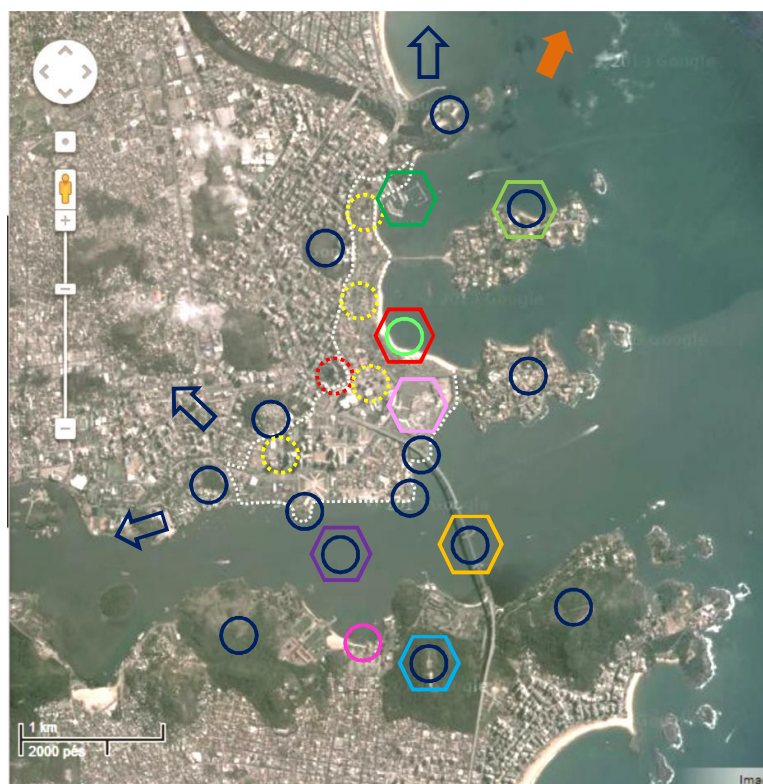


Figura 3.22 – Shopping Vitória representado por cartão postal, s/d.
Fonte – Coleção Litocard.

Analisando todos os cartões simultaneamente, é interessante observar que os títulos dão destaque para um determinado referencial, porém em uma mesma imagem é possível identificar vários outros, como já indicado. É importante ressaltar que os elementos referenciais identificados nos cartões postais não são mais importantes que os não mencionados, uma vez que os cartões dão destaque a alguns deles com apelo turístico mais relevante. O objetivo foi agregar olhares distintos e complementar opiniões acerca dos elementos da paisagem da região.



Legenda

Elementos identificados somente em entrevistas:

- Prainha
- Curva da Jurema
- Antiga Pedra da Western
- Antigas praias
- ↑ Sentido de visualização Ponta do Tubarão

- Elementos identificados em campo e em entrevistas
- ↑ Sentido dos elementos identificados em campo e em entrevistas

Elementos identificados em cartões postais:

- Ilha do Frade
- Curva da Jurema
- Convento da Penha
- Terceira Ponte
- Mar
- Iate Clube
- Shopping Vitória

Figura 3.23 – Identificação dos referenciais da paisagem da Enseada do Suá a partir de visita de campo, de entrevistas e de cartões postais.

Fonte – GoogleMaps, 2013. Marcações da autora.

3.1.4 Os elementos referenciais adotados para a dissertação

Os registros produzidos nas etapas anteriores, quanto à visita de campo, às entrevistas e às análises dos cartões postais, permitem embasamento quanto à decisão na escolha dos referenciais da paisagem da Enseada do Suá para o prosseguimento do estudo proposto nesta dissertação.

É importante ressaltar que não houve oportunidade de um lançamento de debate público juntamente com a população para confirmação dos elementos referenciais levantados e que se

entende que é de fundamental importância que essa etapa seja realizada em pesquisas complementares.

Dos vinte e quatro elementos levantados em todas as etapas anteriores, somente seis não foram considerados para as etapas seguintes da dissertação (Figura 3.24). Entre eles está o Morro do Mestre Álvaro e o Porto de Tubarão, indicados somente em entrevistas, e localizados muito distantes da área e visualizados somente em alguns trechos do bairro da Enseada do Suá.

As antigas praias e a Pedra da Western também não foram contempladas, uma vez que não fazem mais parte do território da Enseada, presentes apenas na memória dos antigos moradores e arquitetos que acompanharam o processo de aterro e ocupação da região. O Shopping Vitória, presente em um dos cartões postais encontrados, não será inserido no decorrer do trabalho, uma vez que não foi identificado como relevante nas entrevistas realizadas e na visita de campo. O mesmo ocorre para o late Clube de Vitória, presente apenas em um cartão postal.

Entre os elementos adotados (Figura 3.24) estão o mar e o Morro e Convento Nossa Senhora da Penha, sem dúvida os elementos referenciais da paisagem mais significativos, mencionados em todas as etapas e presentes na memória dos entrevistados. São os elementos com maior importância histórica, cultural e de localização para a região em questão. Juntamente com o mar, este trabalho inclui os navios como referenciais da paisagem, uma vez que compõem a paisagem e possuem valor simbólico e cultural com a cidade de Vitória.

Em Vila Velha, além do Morro do Convento, os Morros do Moreno e do Jaburuna se apresentam de maneira monumental devido aos portes elevados dos mesmos que, em conjunto com a Prainha, configuram um conjunto paisagístico, denominado neste trabalho, a partir desta etapa, como Orla de Vila Velha.

O Penedo, também localizado na Orla de Vila Velha, e a Pedra dos Olhos, localizada ao noroeste de Vitória, apesar da relativa distância da Enseada, são elementos fundamentais na localização e significativos na composição da paisagem de Vitória. Dessa maneira, este trabalho também adota os mesmos como referenciais, mesmo considerando que podem ser visualizados em pequenos trechos do bairro.

A “Terceira Ponte” também é adotada. Apesar da dicotomia apontada em algumas entrevistas, a maioria delas apresenta a ponte como um elemento consolidado à paisagem pré-existente na região. Em visita de campo, foi possível perceber a presença marcante da mesma, também representada nos cartões postais estudados, uma vez que é reconhecida como um elemento de destaque.

Os Morros do Suá e Jesus de Nazareth foram abordados apenas em algumas entrevistas realizadas e em visitas de campo, porém devido ao porte e à relação dos mesmos com o território são adotados como referenciais nesta dissertação. O mesmo acontece com o Morro do Guajuru e da Barrinha, que foram identificados somente em visita. Esses morros compõem o entorno da Enseada do Suá juntamente com o mar, compondo a paisagem. É possível que não tenham sido mencionados significativamente em entrevistas por não possuírem áreas consideráveis de visualização a partir da Enseada, devido às edificações, justificando ainda mais a importância na seleção dos mesmos como referenciais.

Em relação ao Morro do Suá (que contém os bairros São José e Santa Helena) Meneguel (2013), relata em entrevista:

Os morros de São José e Santa Helena estão quase totalmente ocupados, mas eu acho que eles também são importantes. Esses pequenos morros da cidade de Vitória que têm essa conformação (...) nós perdemos vários desses elementos da paisagem e a gente nem fala mais, pois estão totalmente encobertos de fora pra dentro e você não consegue mais visualizar (MENEGUEL, 2013, s/p).

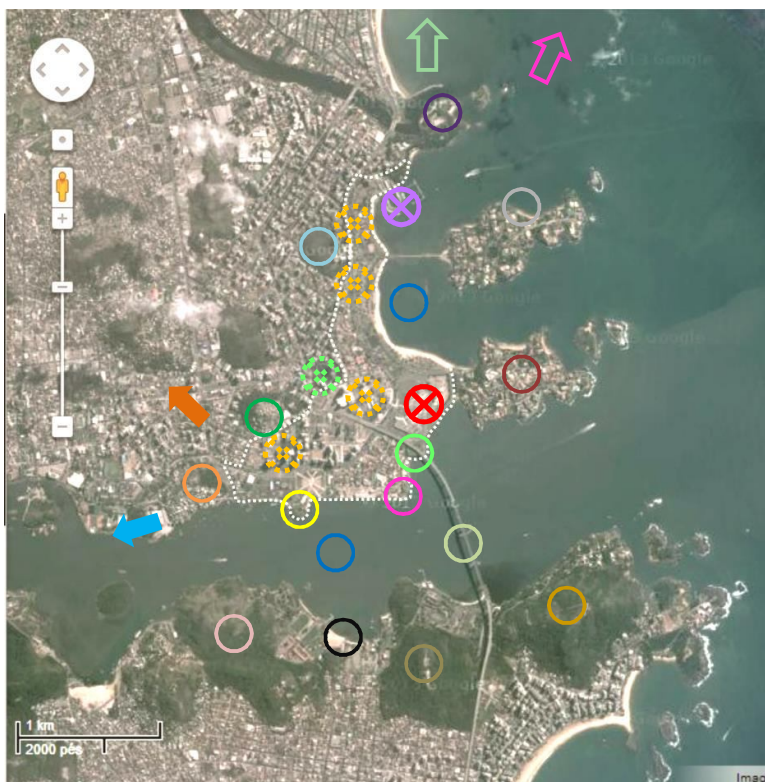
As Ilhas do Boi e do Frade, juntamente com o mar, compõem a paisagem da orla, assim como a Praia da Curva da Jurema e foram mencionadas pelos entrevistados, em visita de campo e cartões postais. Dessa maneira, se somam ao grupo de elementos referenciais.

A partir dos dados levantados, segue-se o trabalho no intuito de identificar a relação destes elementos com as edificações construídas ao longo dos anos na Enseada, principalmente no que tange a visualização dos mesmos, a partir de pontos de vistas específicos, apresentados a seguir.

Vale ressaltar que este trabalho não cria hierarquias entre os elementos adotados. O governo, o IPHAN, e outros pesquisadores da paisagem de Vitória apontam o Convento da Penha como principal elemento da paisagem, porém entende-se que os demais listados compõem juntamente com o Convento a paisagem da região e também devem ser preservados, principalmente no que tange a sua visualização diante da possibilidade de novas ocupações.

Tal conceito de unidade se baseia em Bertrand e Bertrand (2007) que afirmam:

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto, instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND e BERTRAND, 2007, p. 7).



Legenda

Elementos adotados

	Mar/Navios		Ilha do Boi		Morro do Moreno
	Morro do Suá		Ilha do Frade		"Terceira Ponte"
	Morro Jesus de Nazareth		Morro do Guajuru		Prainha
	Ilha do Papagaio		Morro da Barrinha		Sentido de visualização Pedra do Penedo
	Ilha do Sururu		Morro e Convento N. Sra. Da Penha		Sentido de visualização Pedra dos Olhos
	Ilha do Bode		Morro de Jaburuna		

Elementos não adotados

	Shopping Vitória		Iate Clube
	Antigas praias		Sentido de visualização Morro Mestre Álvaro
	Pedra da Western		Sentido de visualização Ponta de Tubarão

Figura 3.24 – Identificação dos referenciais adotados e não adotados.

Fonte - GoogleMaps, 2013. Marcações da autora.

A partir do conceito adotado novas visitas de campo foram realizadas para auxiliar na eleição de pontos de vista privilegiados. Segundo metodologia desenvolvida por Mendonça (2005), considerando o caráter de orientabilidade que alguns elementos da paisagem podem gerar, torna-se

também fundamental determinar estes pontos para identificar os níveis de percepção dos referenciais adotados e para identificar as áreas comprometidas com a manutenção da visibilidade do elemento, como apresentado a seguir.

3.2 PONTOS DE VISTA PRIVILEGIADOS

3.2.1 Zonas de visualização da paisagem

Para eleição dos pontos de vista privilegiados, inicialmente, foi realizado um mapeamento das zonas de visualização dos referenciais adotados, apoiando-se em aspectos metodológicos desenvolvidos por Kohlsdorf (1996), que apresenta em seu livro, entre outras questões, metodologia para mapeamentos de zonas de visualização de referenciais paisagísticos. A partir disso, a presente etapa deste trabalho apresenta mapeamentos levantados no território da Enseada do Suá, concernente ao aterro, para compreender as possíveis zonas de visualização dos elementos em questão.

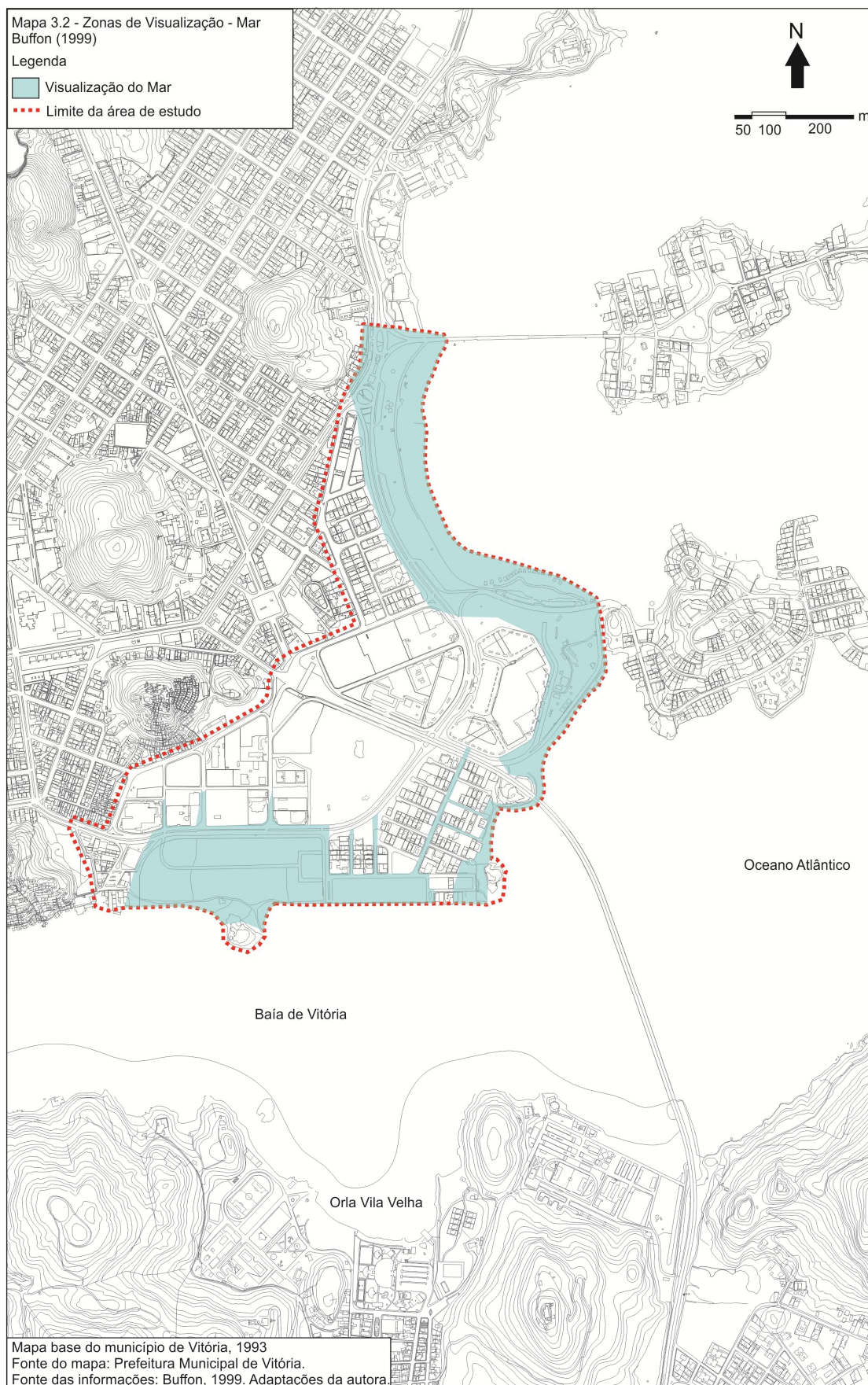
A metodologia de Kohlsdorf (1996) foi adotada por Buffon (1999) em estudo sobre a Enseada do Suá, resultando em mapas referentes às zonas de visualização do mar e de sete morros que fazem limite com a Enseada: o Morro do Guajuru, o Morro do Suá, o Morro Jesus de Nazareth e os morros das Ilhas do Boi, Sururu, Bode e Papagaio. Vale ressaltar que esse foi um dos aspectos apresentados na dissertação de Buffon e que não possuía o mesmo objetivo do presente trabalho, relacionado à paisagem.

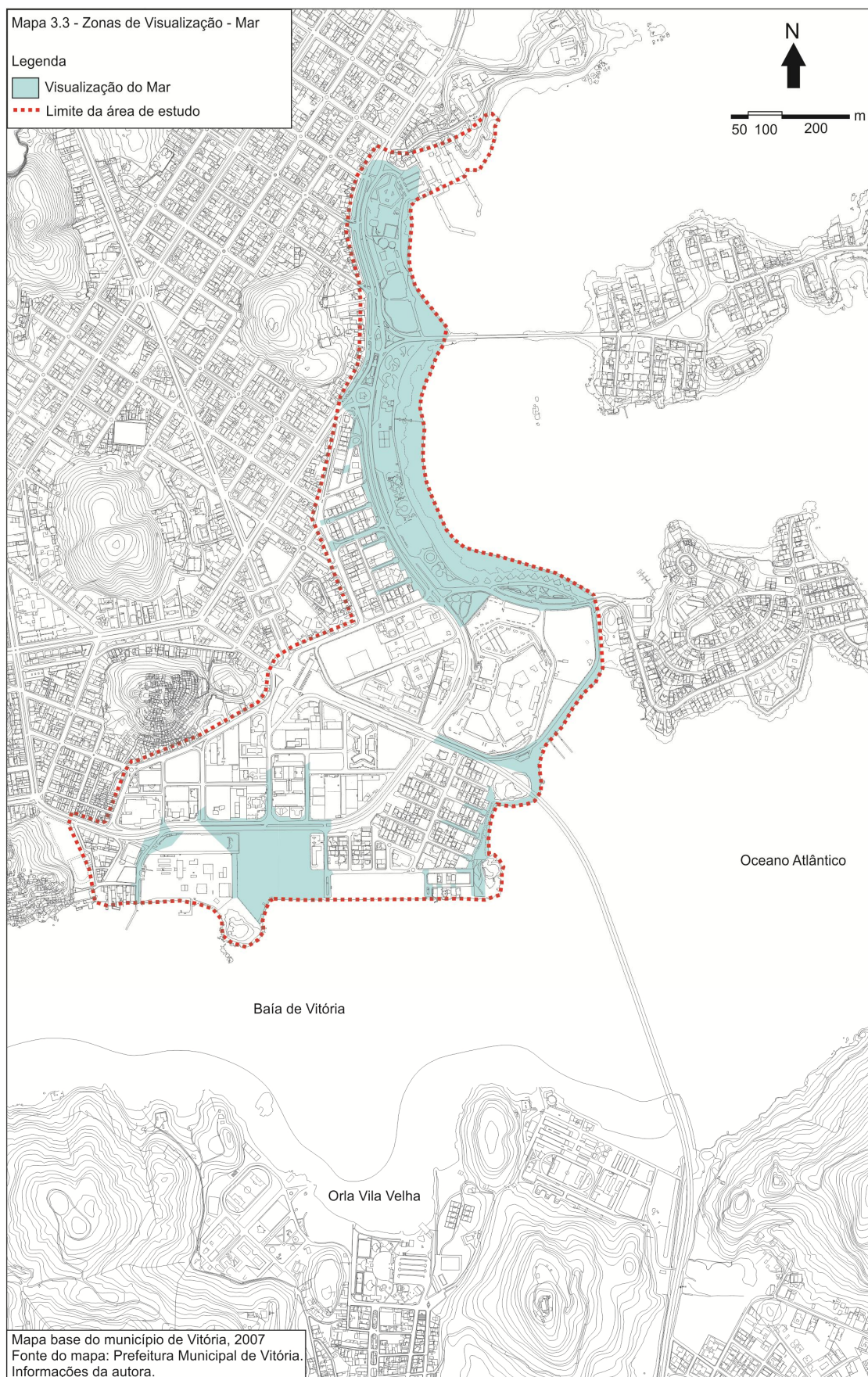
Os registros de Buffon (1999) são apresentados a seguir como forma de comparação das zonas de visibilidade desses elementos no ano de 1999 e atualmente, em 2013, para compreender quais foram as perdas, os ganhos e as permanências quanto à visualização da paisagem mediante as transformações urbanas ocorridas, principalmente em relação às edificações construídas ao longo do tempo.

É importante ressaltar que todas as informações de Buffon foram adaptadas em uma base cartográfica de 1993, fornecida pela Prefeitura Municipal de Vitória, e condizem fielmente ao trabalho apresentado pela autora. Vale mencionar também que o limite da área de estudo estabelecido por Buffon difere do presente trabalho, uma vez que a mesma analisa o limite da Enseada do Suá definido pela Prefeitura, enquanto este trabalho compreende a Enseada como todo o território aterrado e os lotes voltados para o mesmo.

O Mapa 3.2, em transparência, apresenta as zonas de visualização do mar desenvolvidas por Buffon (1999) sobre o Mapa 3.3, com o mapeamento da situação atual. Comparando os dois mapas, é

possível observar que as áreas de maior visibilidade para o mar, mapeado por Buffon e atualmente, são próximas à orla, em áreas sem obstruções de edificações. No entanto, em alguns trechos o mesmo não pode mais ser visualizado, devido à presença de novas edificações em construção ou lotes cercados que impediram o acesso para o mapeamento.





Como mencionado, Buffon (1999) também faz um mapeamento das zonas de visualização do relevo tomando como base sete afloramentos rochosos presentes no sítio físico da Enseada do Suá ou que fazem limite com o mesmo. O primeiro morro analisado é o Morro do Guajuru em que, segundo os Mapas 3.4 e 3.5, foram identificadas novas zonas de visualização antes inexistentes. Comparando os dois mapas é possível observar ganhos consideráveis de visualização do Guajuru em relação ao ano de 1999, uma vez que atualmente a contemplação do mesmo é possível de várias regiões do bairro. Porém, quando analisada a área mapeada por Buffon, é possível perceber que houve perdas de visualização do morro na base do mesmo, devido à construção de elevados edifícios antes inexistentes no local.

O aumento da área de visualização para o morro apresenta dúvidas em relação aos possíveis conflitos de visualização antes existentes no local. O critério de mapeamento foi o mesmo, a partir de pontos de vista ao nível do observador, ao nível do mar, excluindo-se áreas mais elevadas onde o visual é privilegiado. É possível que na época, barreiras, como tapumes ou placas de propagandas (*outdoors*) possam ter interferido no mapeamento em questão, não havendo, no entanto, certeza a esse respeito.

Apesar do extenso território de visualização apresentado, de percepção em alguns pontos de vista privilegiados, o Morro do Guajuru não foi mencionado por nenhum dos treze entrevistados na etapa de identificação dos referenciais da Enseada do Suá, apresentado no capítulo anterior.

Na sequência, é apresentado o mapeamento das zonas de visualização do morro da Ilha do Bode, que foi citado por dois entrevistados, entre eles um arquiteto, antigo morador da Praia do Canto e atual morador do mesmo bairro. Comparando o mapa produzido em 1999 (Mapa 3.4) e o mapa da situação atual (Mapa 3.5), é possível identificar que nas áreas próximas à Ilha do Bode há uma permanência de visualizações, uma vez que não houve muitas modificações nas edificações do entorno ao longo do tempo. A maior modificação foi identificada no terreno cercado próximo à Ilha do Boi, em que não foi possível adentrar para mapear as zonas de visualização. Mas, como não há edificações no lugar, pode ser que ainda seja possível a observação para o mar do local.

A seguir é apresentado o estudo de Buffon para o morro três, pertencente à Ilha do Papagaio. Comparando os Mapas 3.4 e 3.5, é possível identificar áreas de permanência de visualização, porém perdas consideráveis também são percebidas. Tais modificações também estão relacionadas aos novos edifícios implantados no local ou em construção, como a base da Marinha e o Cais das Artes, mencionados anteriormente.

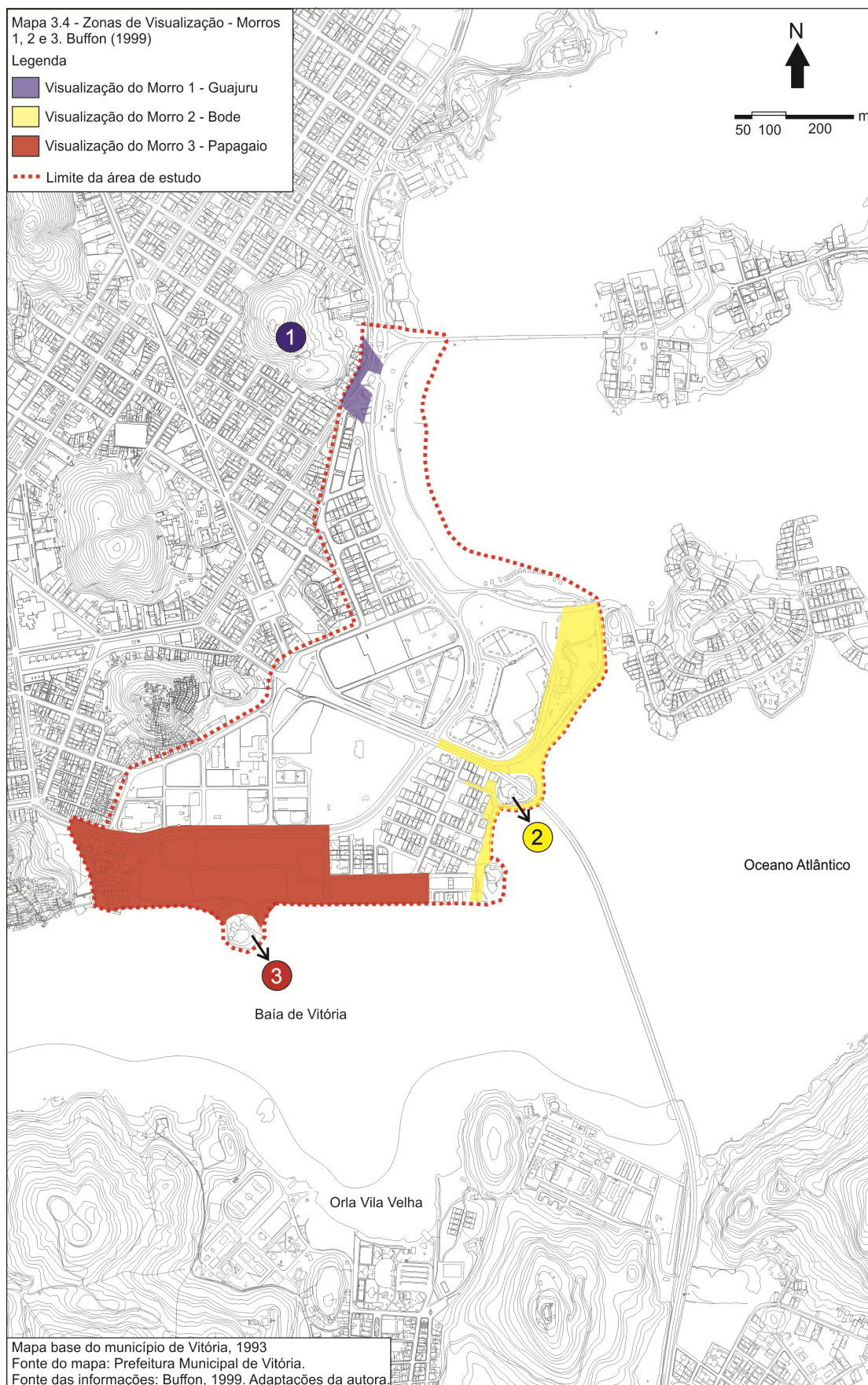
O Morro do Suá, apresentado nos Mapas 3.6 e 3.7, foi mencionado por apenas um entrevistado na etapa anterior do trabalho (Tabela 3.1). O motivo, talvez, esteja relacionado às poucas zonas de visualização atuais comparadas às existentes anteriormente, apresentadas por Buffon. Analisando os dois mapas, é possível concluir que houve perdas consideráveis na visualização do morro, que possui relação de memória com a região aterrada, uma vez que tinha contato direto com o mar.

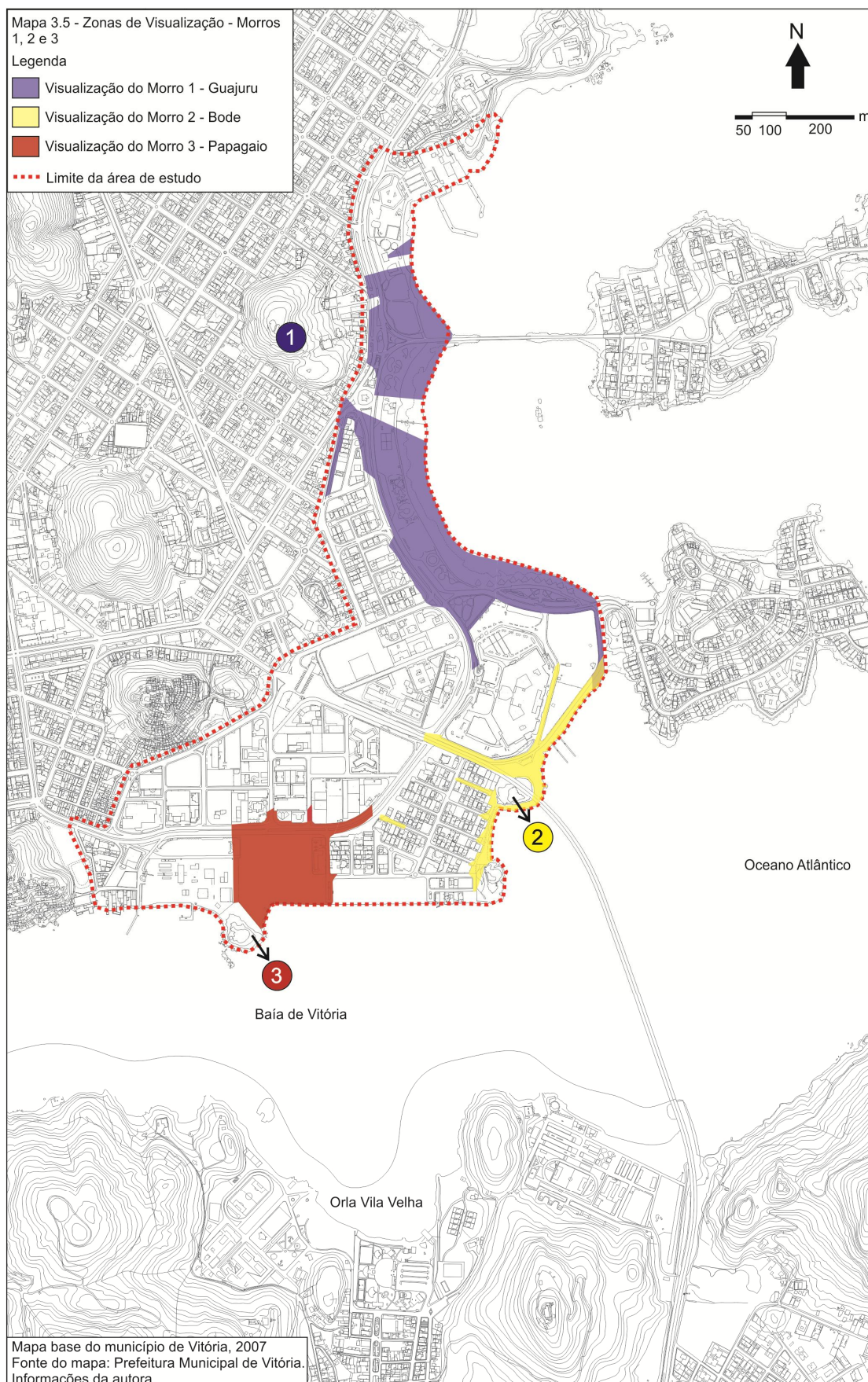
Tais perdas identificadas, sem dúvida, estão relacionadas aos inúmeros edifícios de múltiplos pavimentos construídos na Enseada do Suá, desde 1999. Essas modificações de visuais também podem ser percebidas quando o ponto de vista é modificado. Como mencionado anteriormente, Silva (2013) indicou em entrevista o local em que visualizava os filhos na praia e que, atualmente, consegue visualizar o mar e a orla de Vila Velha em poucos trechos, entre os altos prédios existentes (Figura 3.25), mesmo considerando o grande porte do Morro do Suá, onde mora.

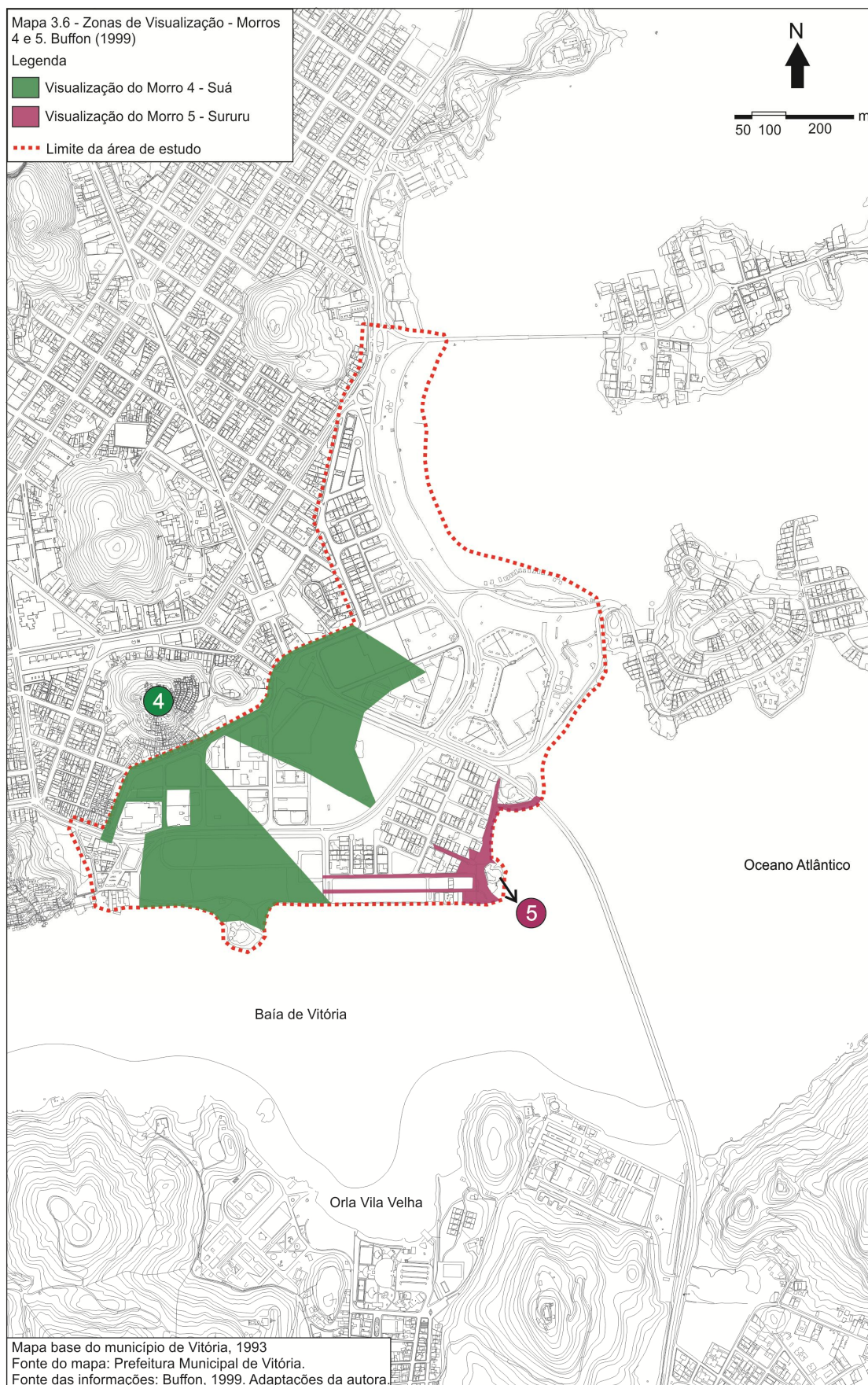


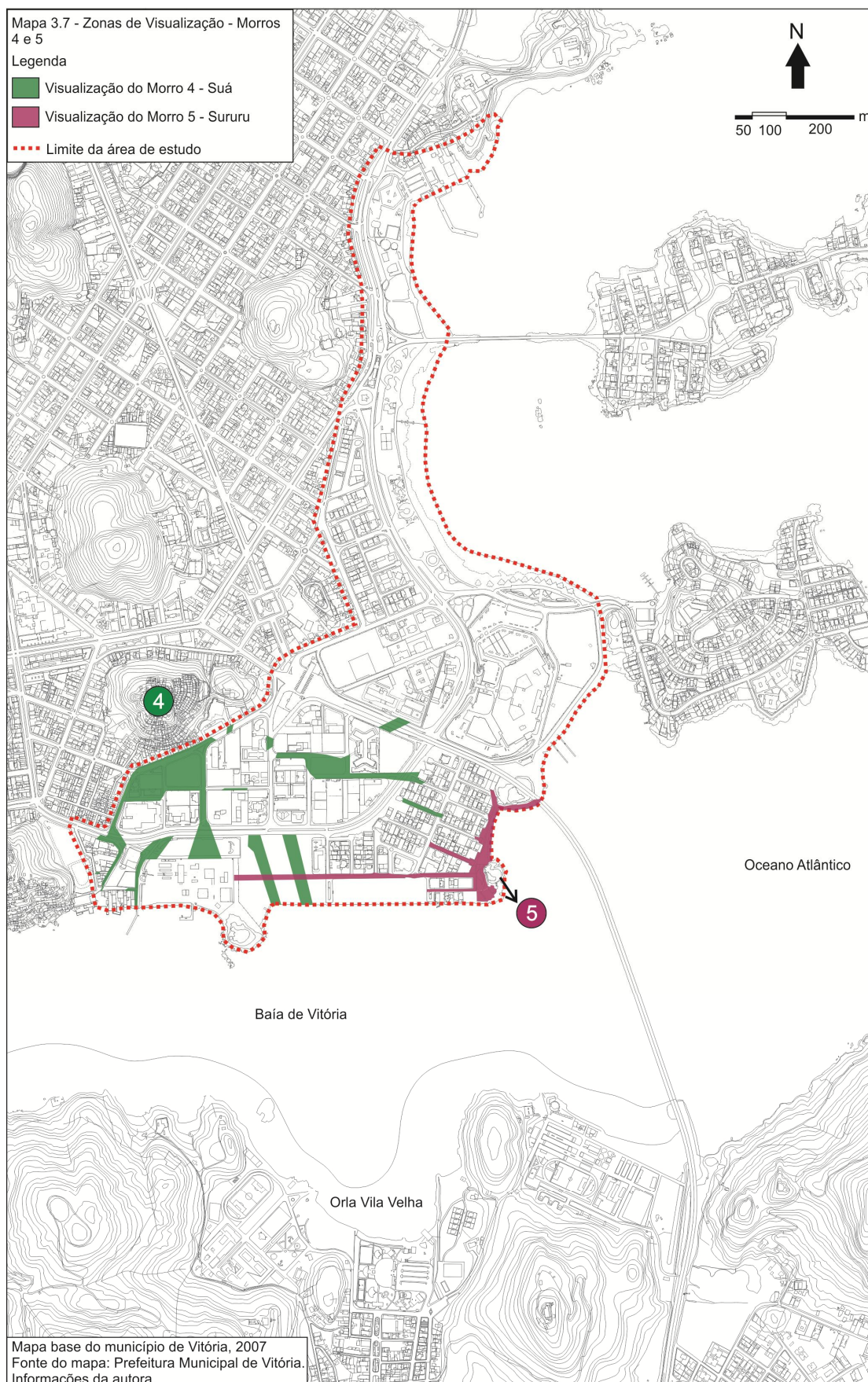
Figura 3.25 – Vista do bairro Santa Helena (Morro do Suá).
Fonte – Acervo pessoal.

No mesmo mapa são apresentadas as possibilidades de visualização para o morro 5, na Ilha do Sururu. É possível observar que o morro podia ser visto principalmente na orla e a partir das vias que dão acesso ao mesmo. Comparando com o Mapa 3.7, relativo à situação atual, conclui-se que houve permanência na visualização desse elemento, com pequenas perdas e pequenos ganhos. A “ilha” pode ser contemplada somente em seu entorno imediato, principalmente devido ao porte da mesma, motivo que pode justificar a sua pouca relação com os entrevistados.





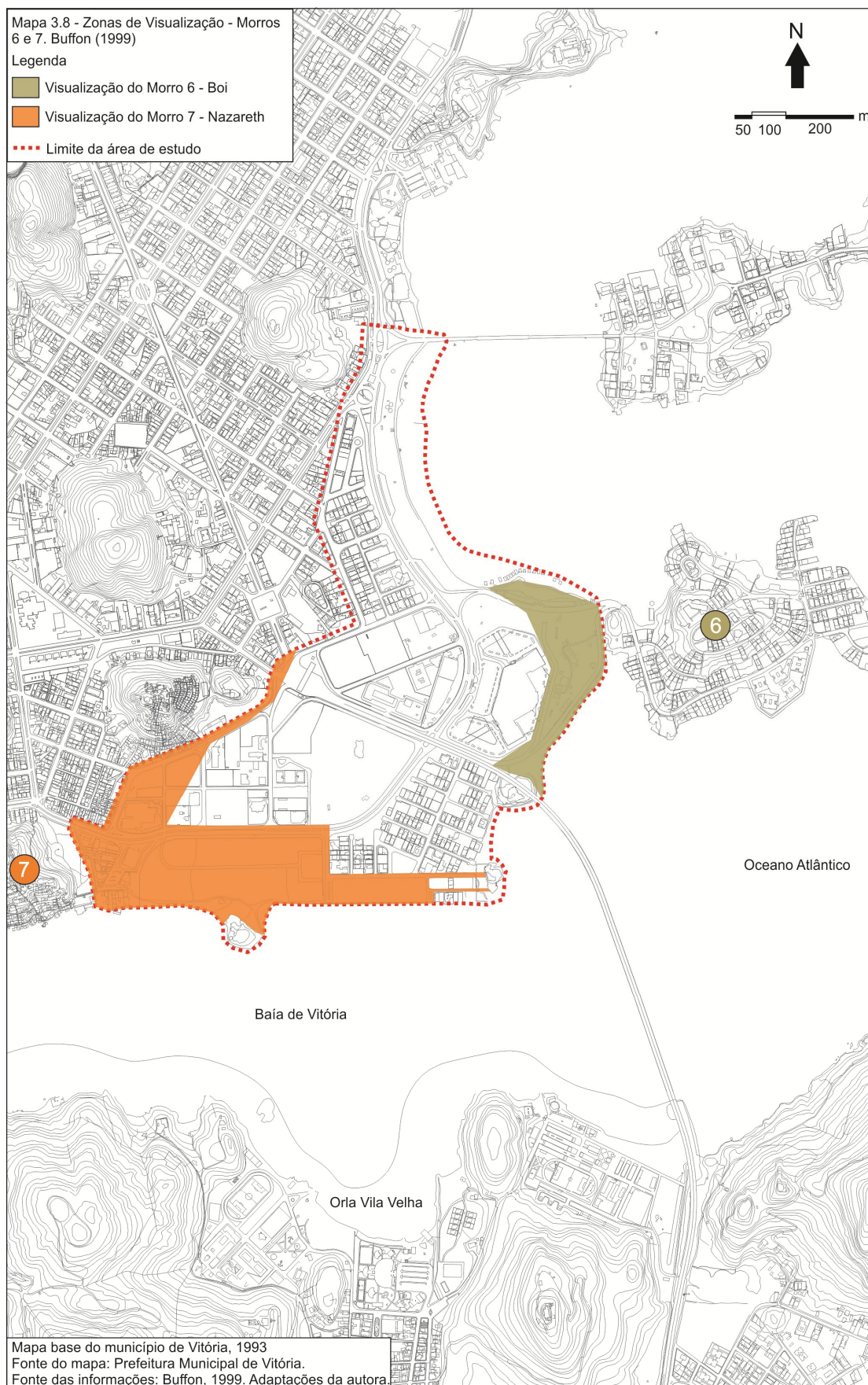


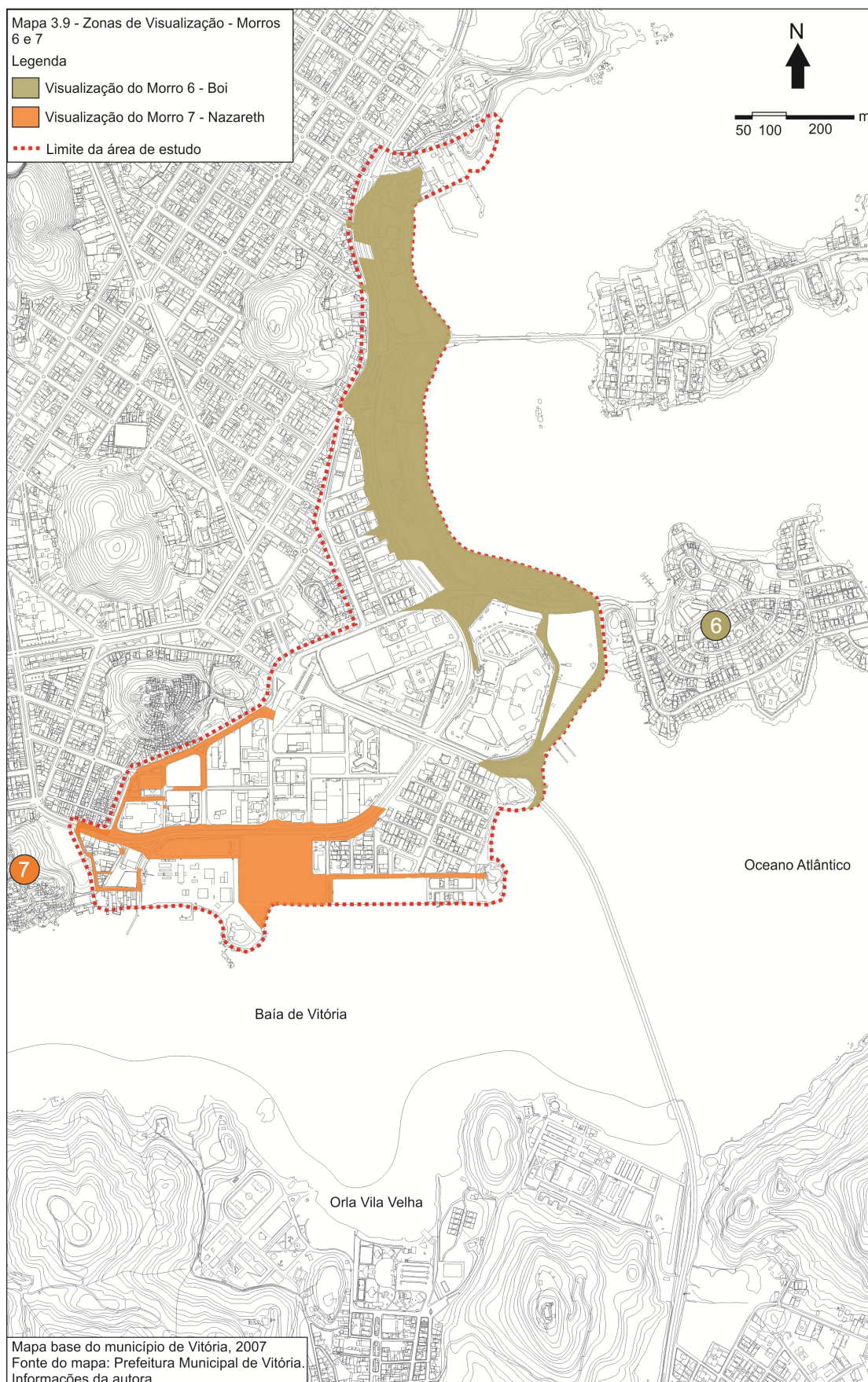


A Ilha do Boi também foi analisada na pesquisa desenvolvida por Buffon. Comparando os Mapas 3.8 e 3.9, é possível concluir o mesmo em relação ao Morro do Guajuru. As zonas de visualização apontadas por Buffon são menores que as mapeadas atualmente, identificando ganhos consideráveis na visualização da Ilha do Boi se comparada a 1999.

A Ilha do Boi pode ser contemplada, atualmente, sobretudo na orla norte do território estudado, em um trecho considerável. Cinco entrevistados citaram a Ilha como referencial na paisagem da região e afirmaram apreciar a visão da mesma a partir do percurso no parque linear e na Praia da Curva da Jurema.

Por último, no mesmo mapa, é apresentado o mapeamento das zonas de visualização para o Morro Jesus de Nazareth (Mapa 3.8). Comparando com o mapa da situação atual (Mapa 3.9), é possível afirmar que houve perdas consideráveis, sobretudo devido à existência de novas edificações na orla e no interior do bairro próximo ao elemento em questão. O mapeamento apresentado por Buffon demonstra trechos maiores de visualização do Morro Jesus de Nazareth que atualmente não existem mais. O morro pode ser visualizado hoje de maneira privilegiada a partir da Praça do Papa, da via principal que corta o bairro e das vias internas do mesmo.

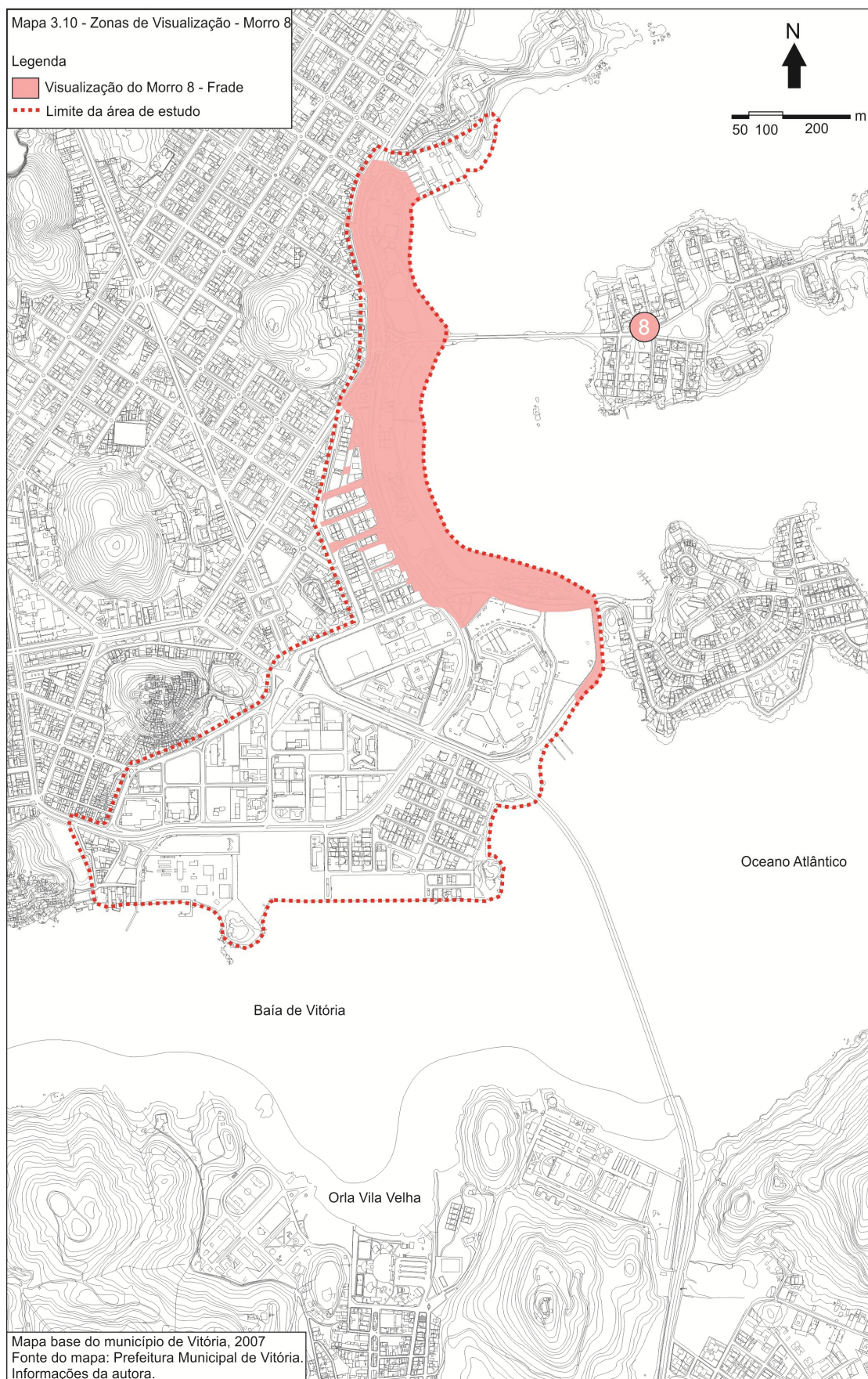


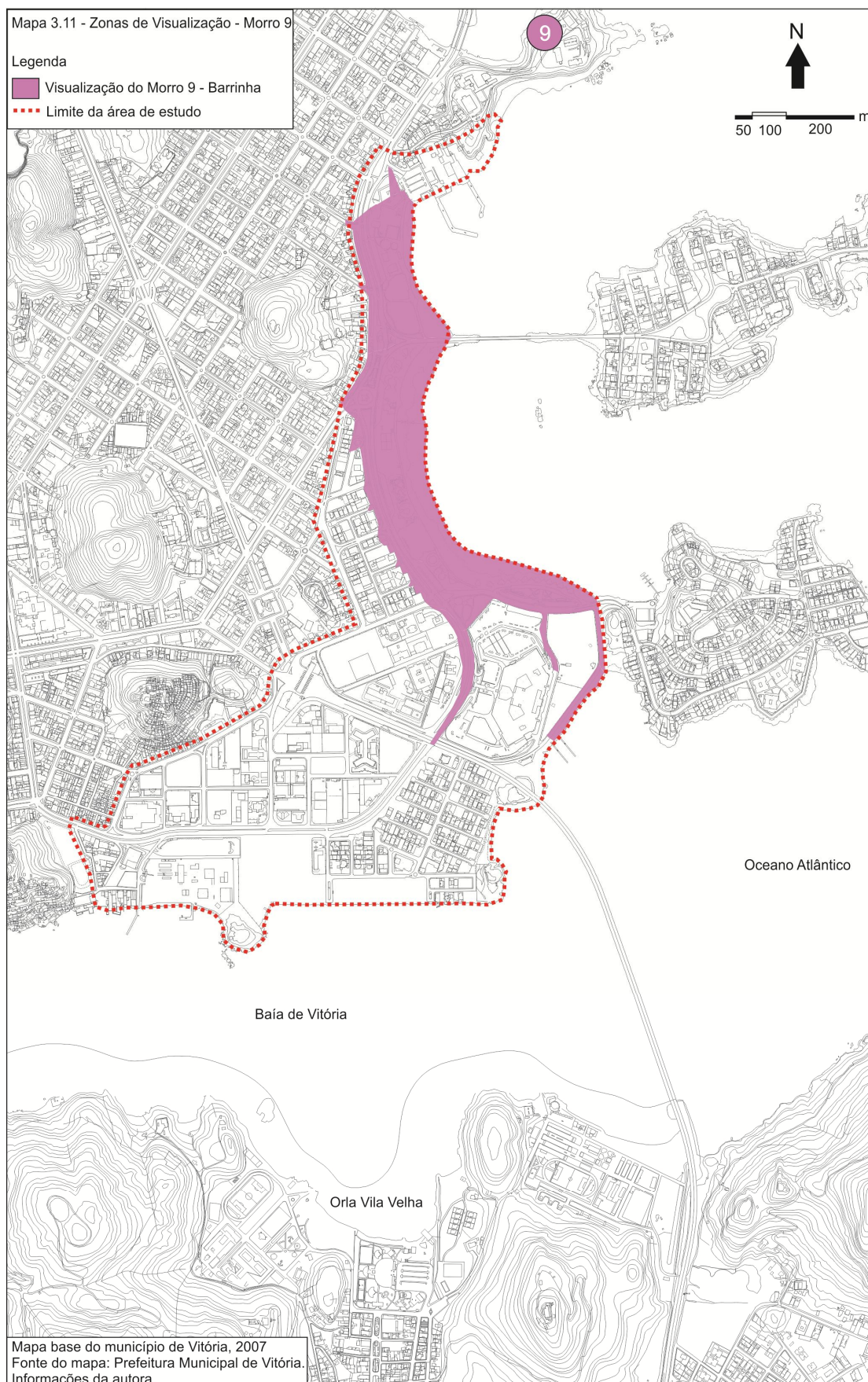


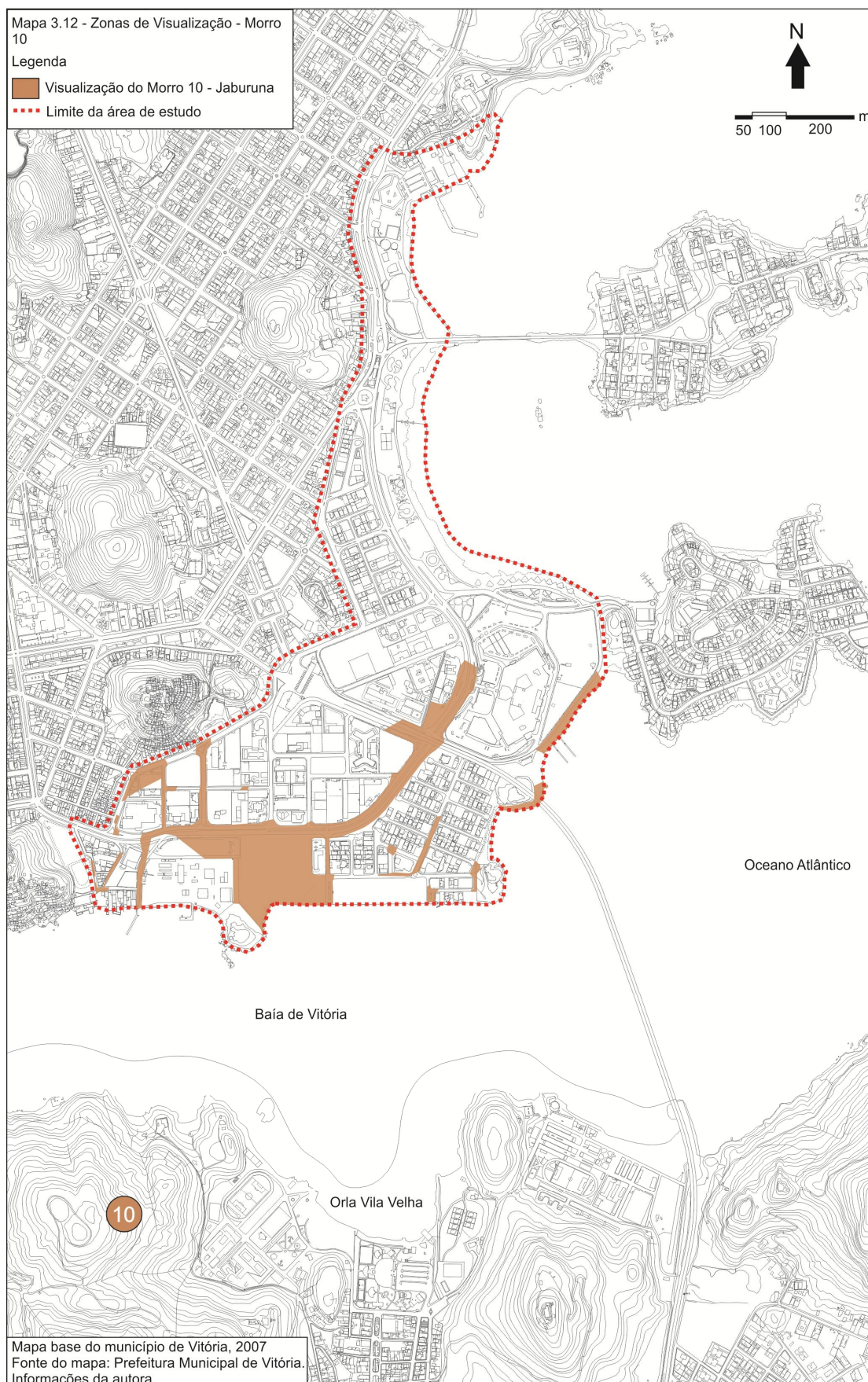
Complementarmente aos estudos apresentados por Buffon, o presente trabalho apresenta mapeamentos das zonas de visualização para os demais morros não mencionados pela autora e considerados como referenciais da paisagem nesta dissertação, como os morros da Ilha do Frade, da Barrinha, do Jaburuna, do Convento da Penha, do Moreno, do Penedo e da Pedra dos Olhos. Além desses, são apresentadas as visuais para a “Terceira Ponte”, considerada como referencial da paisagem, que pode ser contemplada em diversos pontos da Enseada do Suá. Tais mapeamentos também foram realizados como base para futuras pesquisas que possam ser realizadas sobre a paisagem em questão.

O mapa 3.10 demonstra que a ausência de edificações no território demarcado potencializa a visibilidade para a Ilha do Frade, uma vez que não há obstruções relevantes que bloqueiem a contemplação dos transeuntes que circulam no local. O mesmo acontece com o Morro da Barrinha (Mapa 3.11) que pode ser observado principalmente a partir do parque linear e da orla da Enseada. Embora visualizado em diversos trechos do bairro, o Morro da Barrinha também não foi mencionado por nenhum entrevistado na etapa anterior do trabalho.

Já o Morro do Jaburuna, pertencente ao conjunto paisagístico localizado na orla de Vila Velha, pode ser mais bem contemplado a partir do território sul, em trechos da orla. Devido ao seu porte elevado, o Jaburuna também pode ser visto em trechos mais distantes da orla, em vias internas do bairro, como demonstrado no Mapa 3.12. Mesmo diante das possibilidades apresentadas, o morro também não foi mencionado por nenhum entrevistado, mas uma vez que compõe a paisagem da orla de Vila Velha significativamente, é mérito deste, o mesmo reconhecimento que os demais referenciais da paisagem.







O Morro e o Convento Nossa Senhora da Penha apresentam visuais reduzidos, se analisados o porte dos mesmos. Em visita de campo, conforme o Mapa 3.13, foram encontradas áreas privilegiadas de visualização, entre elas a Praça do Papa e trechos da orla da Enseada, uma vez que nessas áreas não há a presença de edifícios de grande porte. Porém, nas demais áreas, principalmente nas vias internas do bairro, a visualização do Convento e do Morro (em vermelho na Figura 3.26) só é permitida em pequenos trechos entre os prédios, e de maneira reduzida, classificando-se como perda considerável para a região.



Figura 3.26 – Convento da Penha visualizado entre os prédios da Enseada do Suá (em vermelho).
Fonte – Acervo pessoal.

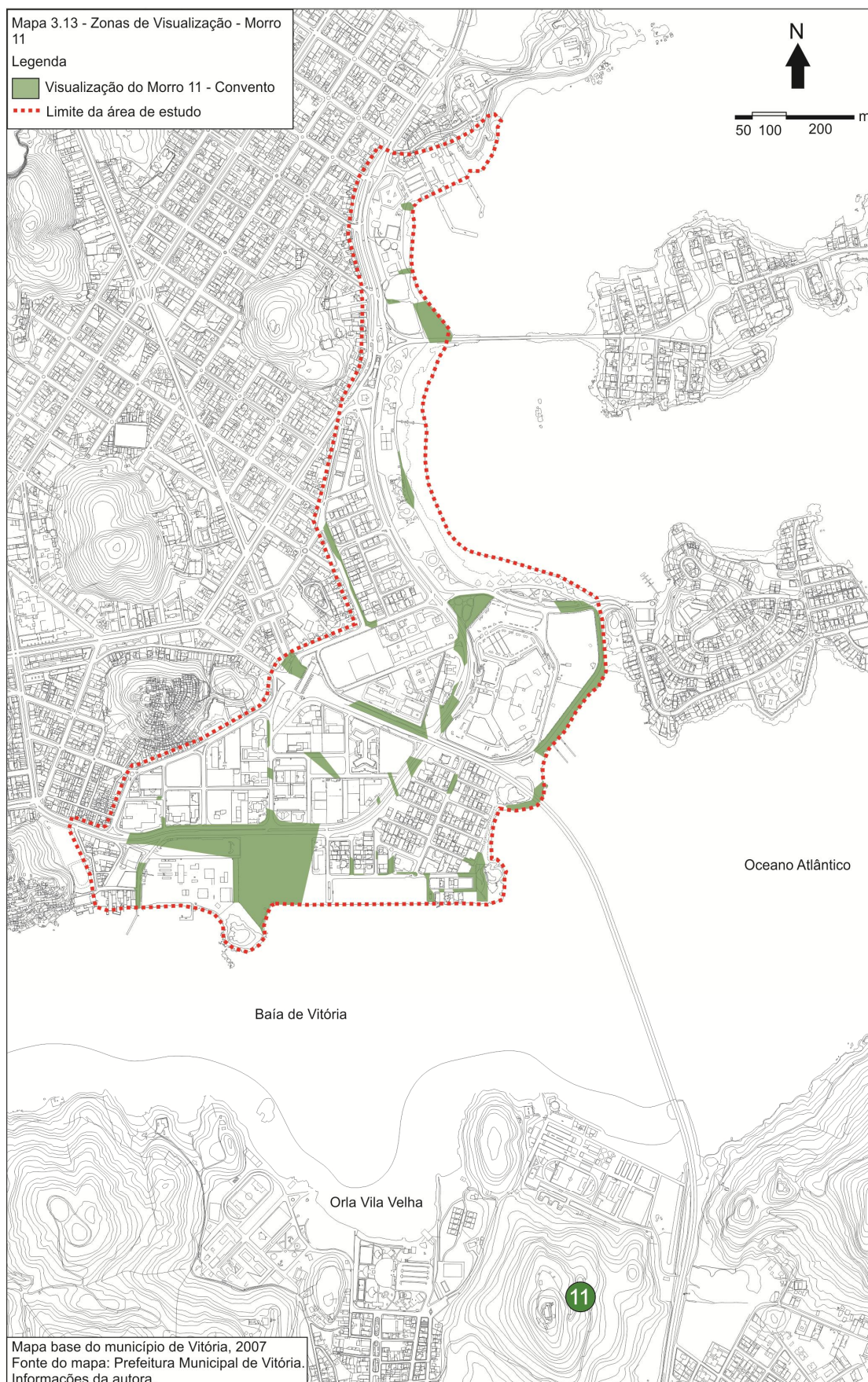
Quanto ao Morro do Moreno, localizado a leste do Morro do Convento da Penha, a situação é diferente. De acordo com o Mapa 3.14, é possível identificar extensas áreas de visualização do morro, principalmente na orla e no parque linear. O mesmo acontece nas principais vias de acesso ao bairro e na Praça do Papa. A grande possibilidade de visualização para o Morro do Moreno se apresenta como um ganho considerável para a região, uma vez que este elemento é referencial no conjunto paisagístico da Enseada do Suá.

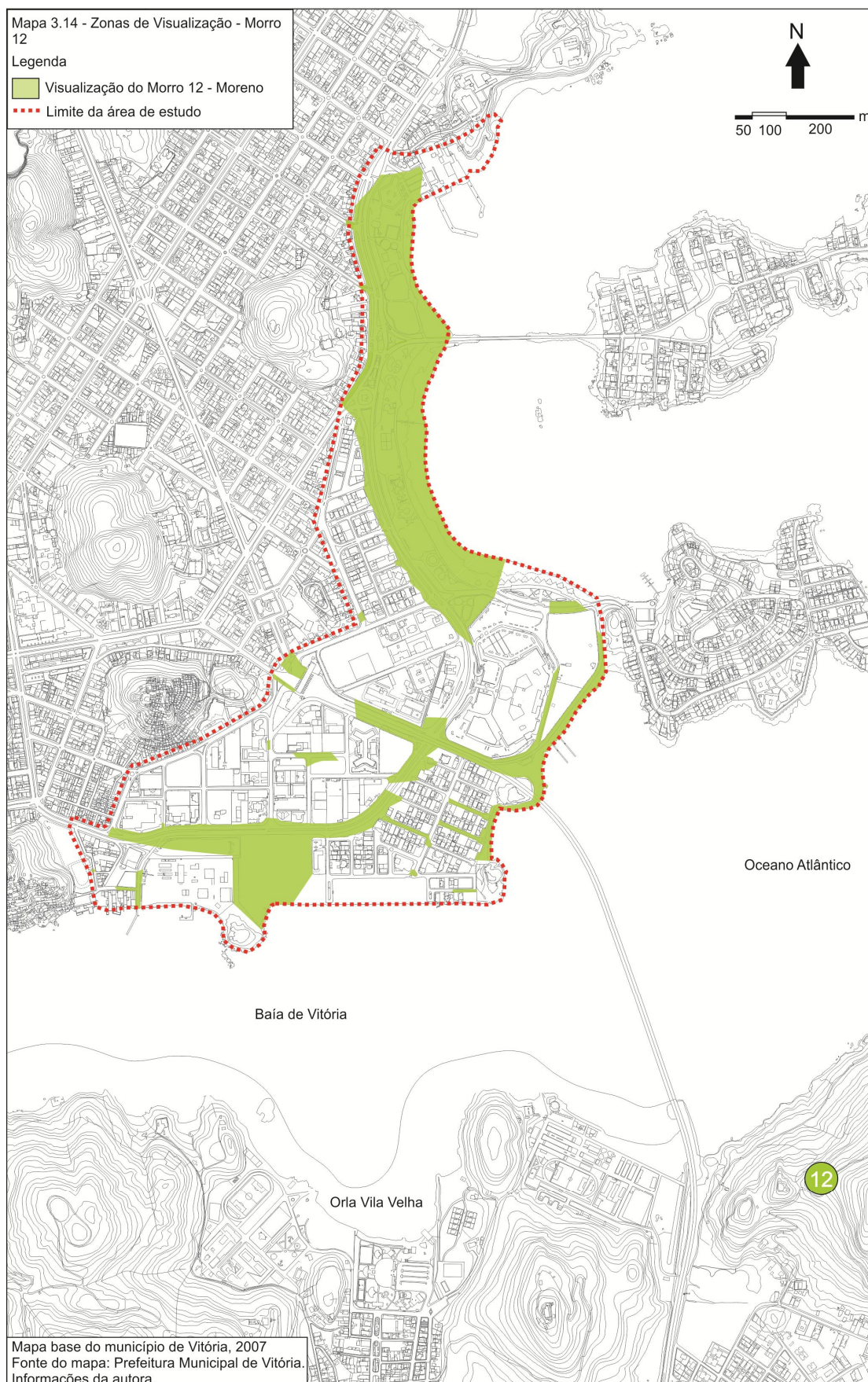
Entre todos os elementos referenciais da paisagem adotados nesta dissertação, os que possuem menor visibilidade a partir do território da Enseada são o Penedo e a Pedra dos Olhos. Como demonstrado no Mapa 3.15, o Penedo pode ser contemplado apenas em um trecho da Praça do Papa. Uma vez que se trata de uma região inexistente antes do aterro, essa visibilidade, mesmo que

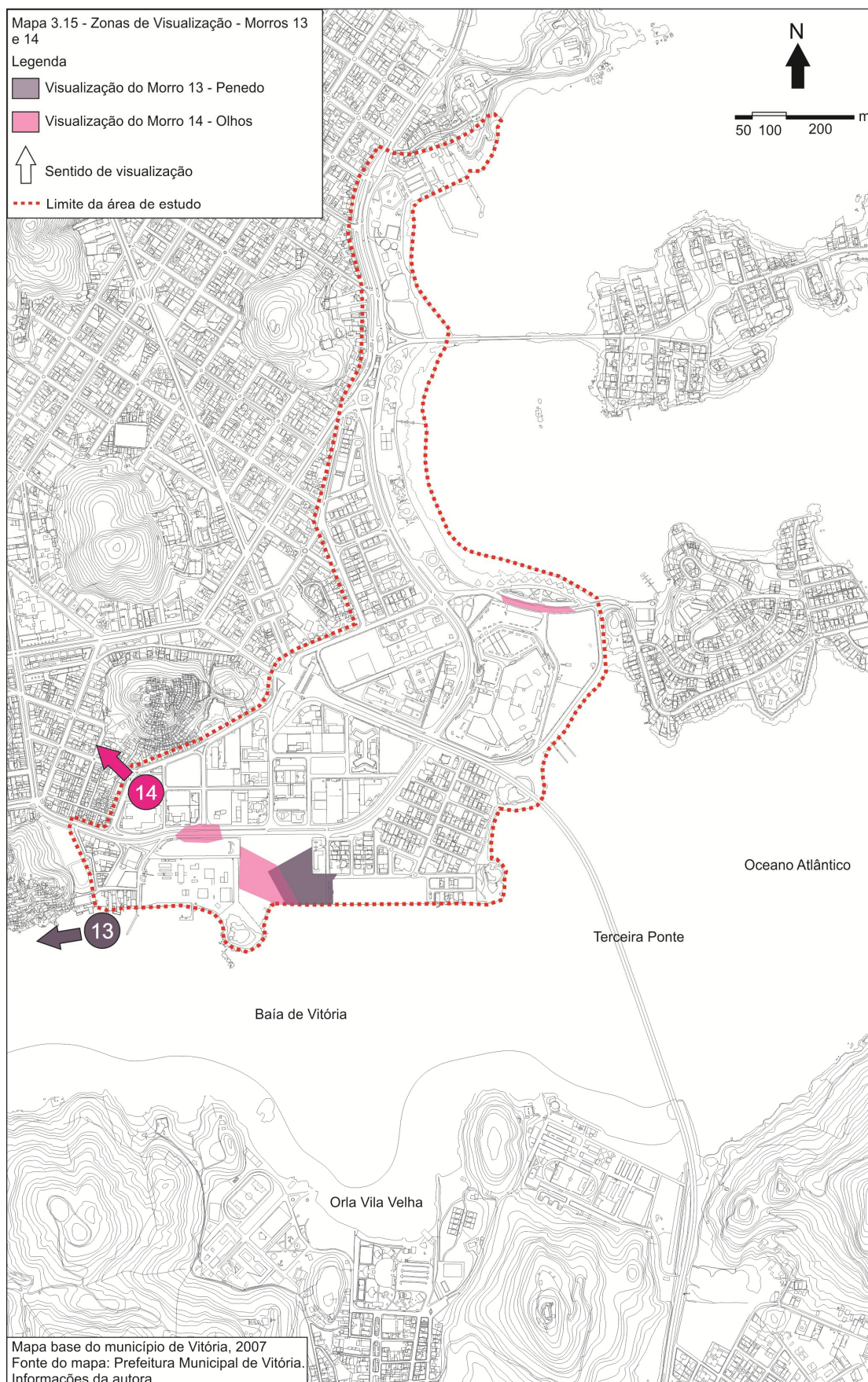
mínima, se configura como ganho, porém tendenciosa à perda, devido às possibilidades de ocupações no Morro Jesus de Nazareth.

Conforme o mapeamento apresentado (Mapa 3.15), somente é possível contemplar a Pedra dos Olhos em pequenas parcelas da Praça do Papa e da principal via de acesso ao bairro, além da área próxima à Curva da Jurema.

Em entrevista concedida, Frechiani (2013) afirma que a Pedra dos Olhos podia ser vislumbrada por diversos pontos da Enseada, sobretudo da orla. No entanto, afirma que atualmente só pode vê-la de poucos pontos e que não consegue mais identificar no território os locais em que também era possível visualizá-la.



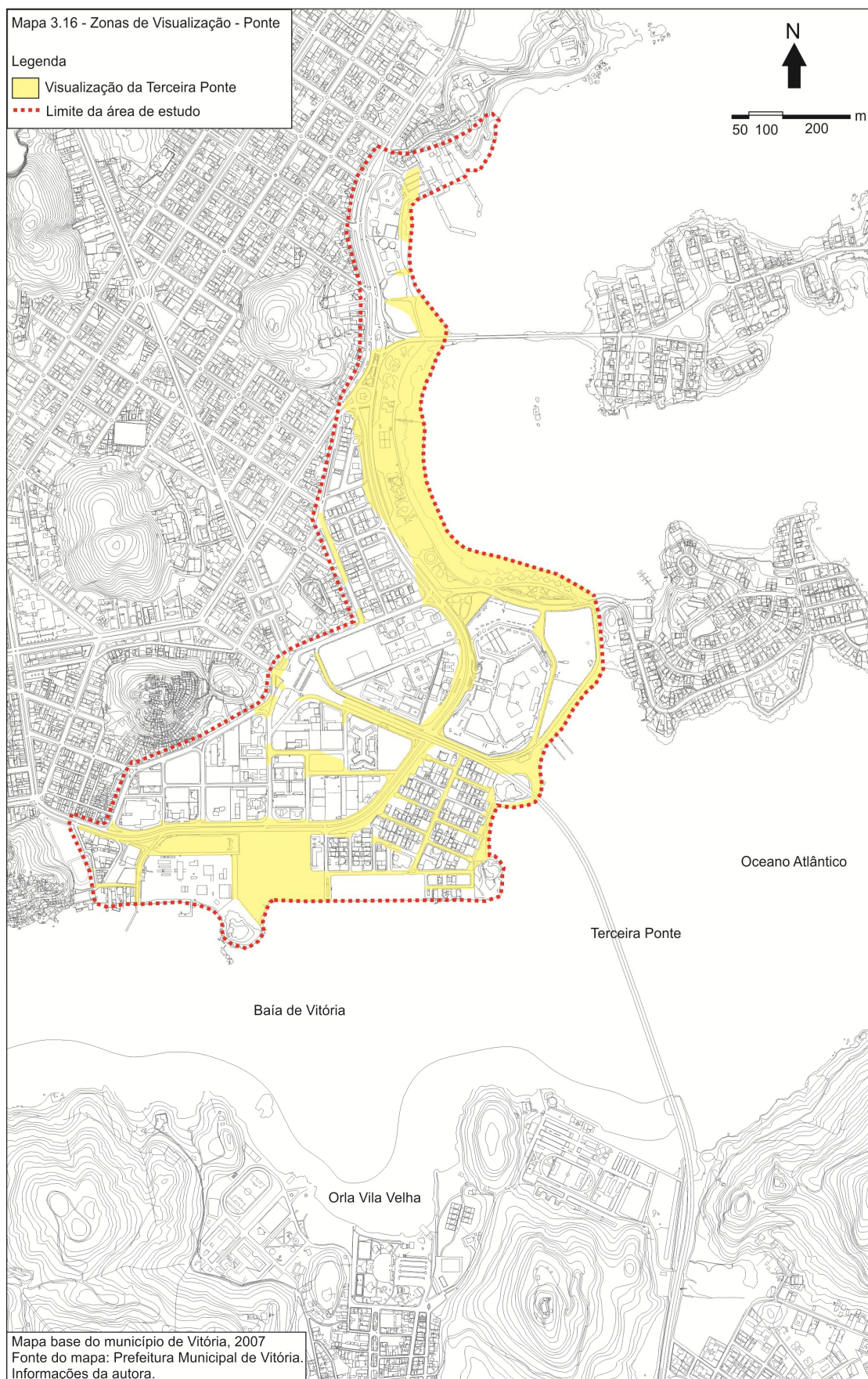




Por fim, esta etapa apresenta o mapeamento da zona de visibilidade da “Terceira Ponte” (Mapa 3.16). Devido ao porte e imponência marcante na região, entre os elementos referenciais, a ponte possui maior área de visualização. Como demonstrado no mapa, a mesma pode ser contemplada por toda a orla, por todo o eixo viário principal que cruza a Enseada do Suá e em diversas ruas internas do bairro, se apresentando como ganho considerável na paisagem da Enseada do Suá.

Analisando todos os mapas apresentados, das atuais possibilidades de visualização dos elementos referenciais da paisagem adotados para este trabalho, é possível concluir que em praticamente todas as áreas públicas da Enseada é possível visualizar no mínimo um elemento em questão, apresentando-se como ganho. Porém, a contemplação para esses elementos é mais privilegiada na orla ou próxima a ela. Nas áreas internas do bairro que possuem edificações de maior gabarito é possível perceber que a visualização é privada, uma perda considerável, uma vez que antes da ocupação atual diversos elementos ainda podiam ser visualizados amplamente.

Contudo muitas permanências de visibilidade ainda existem e outras, em menor quantidade, foram acrescentadas ao longo dos anos. Contudo, como demonstrado no capítulo anterior, muitas dessas possibilidades de visualização podem ser perdidas de acordo com o que é permitido construir atualmente, segundo o Plano Diretor Municipal de Vitória, principalmente na faixa do bairro mais distante do mar, em que os índices urbanísticos permitem uma ocupação mais verticalizada e com maior ocupação do lote.



3.2.2 Eleição dos pontos de vista

Os mapeamentos apresentados auxiliaram na identificação de zonas de maior fluxo e permanência de pessoas e na definição dos pontos de vista privilegiados do bairro. Durante as visitas não foram identificadas áreas com grande concentração de pessoas, pois observou-se que a Enseada corresponde a um lugar de passagem.

Essa observação foi confirmada nas entrevistas realizadas. Entende-se que isso se dá por diversos fatores, entre eles o grande tamanho das quadras. Segundo Meneghel (2013),

Não é possível realizar muitos percursos a pé na Enseada do Suá, uma vez que as grandes quadras e a própria ocupação urbana não favorece esse caminhar pela forma de implantação dos edifícios, que podem ocupar 100% da área com garagens no térreo, sem uso comercial significativo, criando paredões que inibem e não convidam os transeuntes (MENEGHEL, 2013, s/p).

As entrevistas e as visitas de campo permitiram identificar as ocupações das edificações nos lotes e a concentração de comércio e serviço apenas em determinados trechos do bairro que não atraem pessoas a circular na região. Esse quadro se agrava durante o período noturno e em finais de semana. Frechiani (2013), em entrevista concedida, explica que grande parte dos comércios e serviços se concentrou no Shopping que, segundo ele, “engoliu” a rua e a cidade. A altura dos prédios também é um fator inibidor da circulação. Oliveira (2013), explica que “os arranha-céus, mesmo vistos de longe, perdem a escala com a rua, perdem a escala com as pessoas que circulam” (OLIVEIRA, 2013, s/p).

Todavia, como dito, essa não é uma realidade de todo o bairro. Em visitas de campo foram mapeadas algumas áreas de fluxo e permanência de pessoas, demonstradas nos Mapas 3.17 e 3.18. Os mapas estão divididos por dias úteis (segunda a sexta) e finais de semana (sábado e domingo). É importante ressaltar que as visitas foram realizadas durante o dia e no período de julho a dezembro de 2013.

Durante a semana, nos dias úteis, foram demarcadas no mapa áreas de principais fluxos de veículos, normalmente definidas pelos principais eixos viários. Em trechos com semáforos em grandes cruzamentos e em áreas de acesso a determinadas edificações, foram localizados pontos nodais com o acúmulo significativo de veículos. Entre esses pontos também foi localizado um acesso à “Terceira Ponte”, próximo ao pedágio. Também foram mapeadas as principais áreas de fluxos de pedestres, normalmente próximos às paradas de ônibus, no parque linear (Praça dos Namorados, Praça dos Desejos e Praça das Ciências) e na orla. Nesses locais pessoas foram encontradas fazendo exercícios, porém em número bastante reduzido se comparado aos finais de semana.

Nas praias, pertencentes ao território estudado, foram encontrados, de segunda a sexta, pequenos grupos de pessoas e ambulantes, exceto na Praia Curva da Jurema em que o movimento é intenso. Também próximo à orla foi possível observar dois pontos com grupos de pescadores durante a semana e aos finais de semana. O primeiro se trata de um grupo de pesca não profissional (Figura 3.27) e o outro profissional, com um atracadouro para pequenas embarcações (Figura 3.28), pertencendo à colônia de pescadores da Praia do Suá.

Em todo o território estudado há somente um posto de combustível que se apresenta como uma área de permanência de pessoas e essa observação caracteriza o espaço como área de fluxo de pessoas.

Também foram identificadas pessoas caminhando ou apreciando a paisagem no entorno da Ilha do Sururu e na Praça do Papa. Frizzera (2013) indicou, em entrevista, que considera o entorno da ilha privilegiado, pela vista direta que permite para Vila Velha. Algumas pessoas também foram encontradas próximo ao mar e às Ilhas do Sururu e do Bode, praticando exercícios físicos (Figuras 3.9 e 3.30) ou somente contemplando a paisagem e fazendo registros fotográficos, indicando uma área de ponto de vista privilegiado.



Figura 3.27 - Área com concentração de pescadores não profissionais.
Fonte – Acervo pessoal.



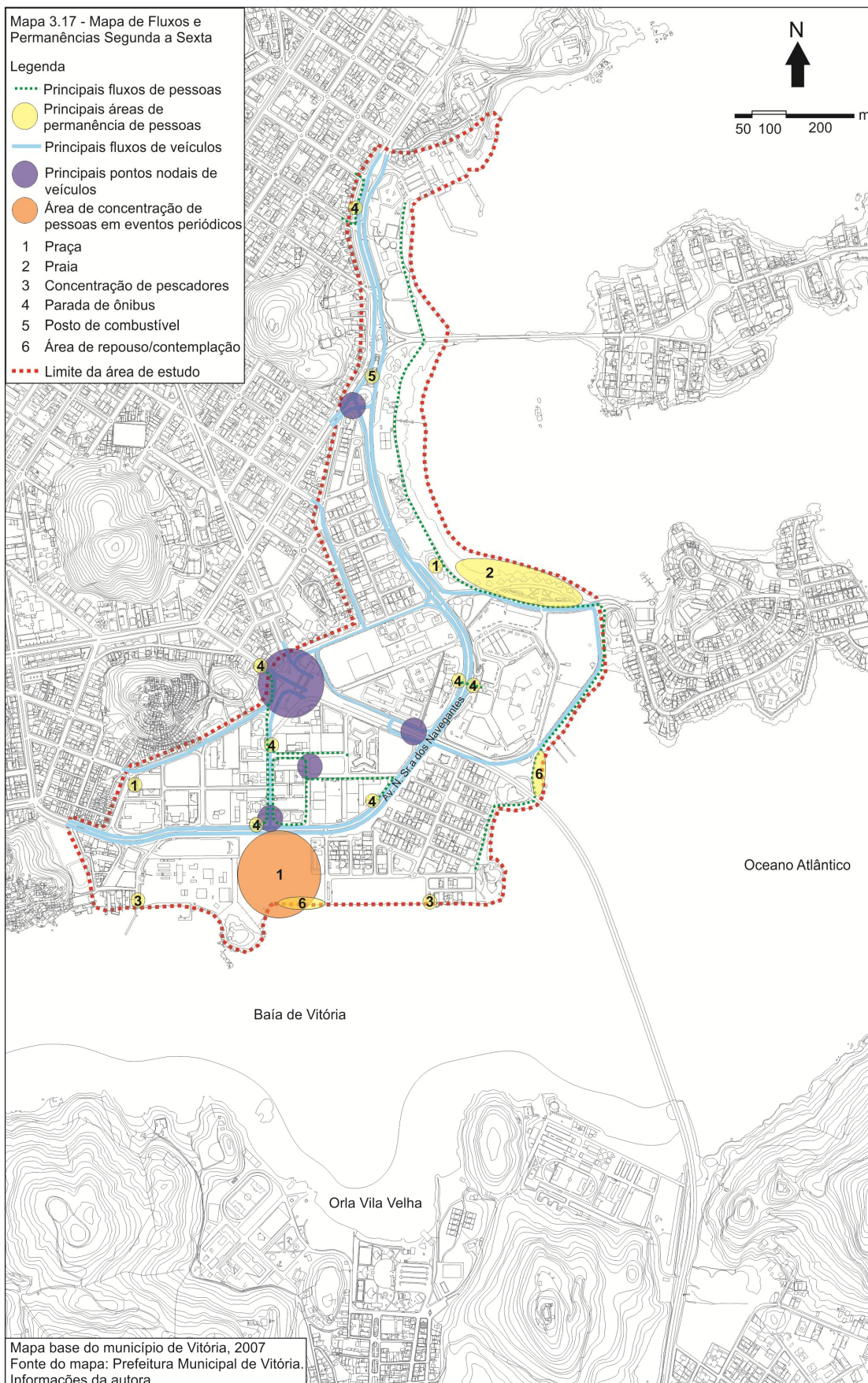
Figura 3.28 - Área com atracadouro e concentração de pescadores profissionais.
Fonte – Acervo pessoal.

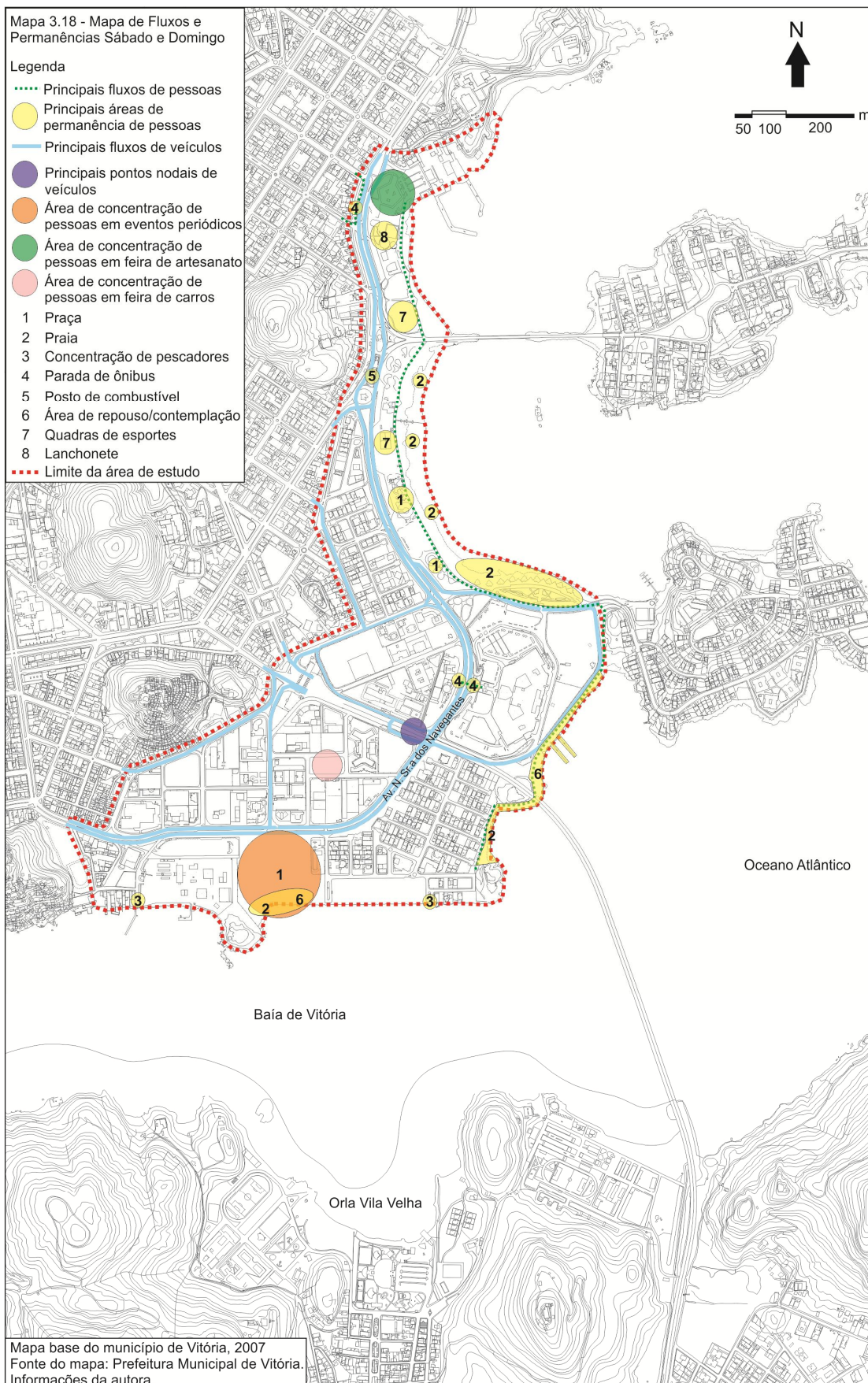


Figura 3.29 – Pessoas se exercitando
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.30 – Pessoas se exercitando
Fonte – Acervo pessoal.





Em visitas de campo, não foi observado fluxo intenso de pessoas no interior da Praça do Papa, somente em áreas de permanência próximas ao mar. Essa situação é completamente modificada quando a praça é palco de eventos, que são realizados diversas vezes ao ano com apresentações culturais, feiras de eventos (Figura 3.31), que atraem pessoas de todo o estado. Durante esses períodos, o uso da praça é identificado de maneira mais efetiva e sua paisagem é completamente modificada (Figura 3.32), uma vez que no bairro se observa, normalmente, um fluxo pequeno de transeuntes.



Figura 3.31 - Praça do Papa com estrutura para evento de comércio e turismo.

Fonte - www.expotur-es.com.br/2012/expotur-local-evento.html



Figura 3.32 - Praça do Papa em evento religioso.

Fonte - obramaranatarevelada.wordpress.com/2013/03/.

O mesmo foi identificado no parque linear e na Praia da Curva da Jurema. No parque, durante os finais de semana, as quadras poliesportivas, a Praça da Ciência e a lanchonete são bastante utilizadas. Próximo a esta, também são encontrados equipamentos para a prática de skate, que atrai muitos jovens para a região.

O período próximo ao Natal também atrai o público, uma vez que a Prefeitura de Vitória, em parcerias com empresas privadas, modifica toda a paisagem com a inserção de enfeites temáticos da época, como demonstrado nas Figuras 3.33 e 3.34. Entretanto, essas áreas não se configuram como áreas de permanência de pessoas durante o dia, uma vez que o público é atraído durante a noite, pelas luzes que compõem os enfeites.

Outra região de permanência de pessoas que configura o espaço urbano da região pesquisada é a Praça dos Namorados durante a feira de artesanato (Figura 3.35). A feira é realizada todos os finais de semana, a partir das 16 horas, e às sextas-feiras durante o verão. Tal feira é caracterizada como uma atividade turística da cidade e atrai um público numeroso de Vitória e de outras regiões.



Figura 3.33 – Enfeites para o Natal.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.34 – Enfeites para o Natal.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.35 - Praça dos Namorados durante a realização da feira de artesanatos.
Fonte - www.vitoria.es.org.br

Outra feira foi identificada na região, a feira de carros usados localizada em um estacionamento. Tal feira atrai diversos comerciantes de carros de Vitória e de cidades vizinhas, que expõem seus veículos para venda, além de um público numeroso, identificando a área como de permanência de pessoas.

Interessante observar que, como mencionado em entrevistas, a Enseada do Suá não possui muitas áreas de permanência e circulação de pessoas, exceto em determinados trechos próximos à orla, principalmente no verão, ou quando da realização dos eventos nas praças e no estacionamento mencionado. Apesar disso, a partir do levantamento realizado, foi desenvolvido um mapa (Mapa 3.19) que define as zonas de vistas privilegiadas a partir das áreas apresentadas. A partir dessas zonas, foram definidos pontos de vista a partir de áreas de visualização dos elementos da paisagem em questão.

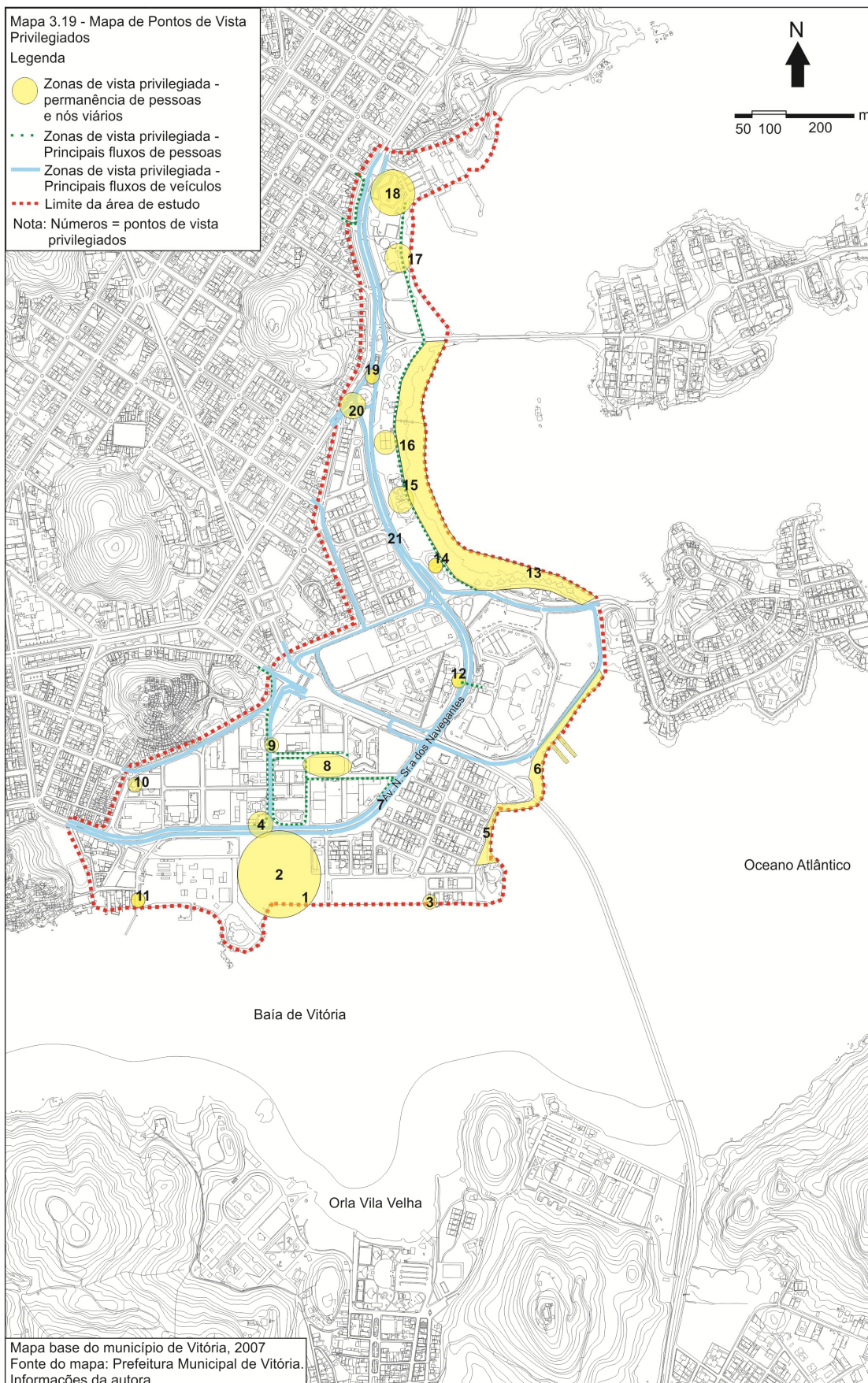
É importante ressaltar que alguns pontos de permanência de pessoas e veículos não foram considerados como pontos de vista privilegiados, uma vez que desses pontos não é possível visualizar nenhum elemento em questão, como é o caso da Praça do Pedágio, em que a estrutura de cobrança

impede completamente a visualização de determinados elementos, entre eles o mar e os elementos que compõem a paisagem da orla de Vila Velha (Figura 3.36). Porém, a maioria dos pontos em questão se configura como pontos privilegiados.



Figura 3.36 – Estrutura da Praça do Pedágio, “Terceira Ponte”.
Fonte – Acervo pessoal.

O mapeamento e as imagens demonstradas indicando os pontos de visualização privilegiados na área de estudo são fundamentais para a análise e classificação dos níveis de percepção dos elementos referenciais da paisagem. Tais pontos são apresentados de maneira mais clara no próximo item em que são classificados os níveis de percepção e a visibilidade dos elementos referenciais adotados a partir dos mesmos.



3.3 VISIBILIDADE E CLASSIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE PERCEPÇÃO

A análise de fotografias permite desenvolver classificação abordando níveis de percepção dos elementos em questão que devem variar desde uma ampla visualização até visibilidade reduzida (MENDONÇA e PEREIRA, 2005). É importante ressaltar que esta dissertação não busca sugerir níveis de percepção desejáveis e sim identificar como se dá a visualização dos elementos atualmente no território.

Mendonça e Pereira (2005) apresentam as possibilidades de visualização da paisagem divididas em cinco níveis de percepção, sendo o nível um o de visibilidade mais ampla, e o nível quatro o de visibilidade mais reduzida e o quinto nível de percepção, para caracterizar as visibilidades distanciadas do observador.

Mendonça e Pereira (2005) esclarecem que:

Os quatro primeiros níveis de percepção relacionam-se a um potencial decrescente de reconhecimento da configuração do elemento paisagístico em questão. O quinto nível, por sua vez, encontra-se mais relacionado à distância, correspondendo, neste caso, a diversas dimensões de visibilidade do elemento considerado (MENDONÇA, 2006, p.58).

O estudo desenvolvido classifica esses níveis a partir dos seguintes critérios, demonstrados nas Figuras 37 a 41, desenvolvidas para a pesquisa relativa ao Morro do Guajuru (MENDONÇA e PEREIRA, 2005):

- **Nível Um** (Figura 37): quanto ao formato, o contorno e o topo do elemento paisagístico são amplamente visíveis, mesmo com a possível presença de edifícios que obstruam parcialmente a visualização, seja lateralmente ou na base do mesmo, entretanto sem impedir sua identificação e reconhecimento. Nesse nível é possível perceber também a dimensão do elemento, adquirindo-se noção da sua altura e extensão.
- **Nível Dois** (Figura 38): quanto ao formato, a visualização do contorno do elemento é menor que no Nível Um. No entanto, o contorno permanece visível e, em alguns casos, pode ser visualizado o contato do mesmo com o solo. Neste nível também é possível compreender a altura do mesmo, porém o entendimento quanto à sua extensão é comprometido.
- **Nível Três** (Figura 39): neste nível é possível observar somente um trecho do contorno do elemento, sem a percepção do seu contato com o solo. Devido à reduzida visibilidade, é possível apenas ter noção da altura do mesmo, contudo é impossibilitada a compreensão de sua extensão.

- **Nível Quatro** (Figura 40): neste caso é possível observar apenas um pequeno trecho do contorno do elemento, normalmente devido a barreiras ocasionadas por edificações. Dessa maneira, não se tem noção da forma ou do contorno, bem como a compreensão da dimensão. Pode-se, em alguns casos, estimar a altura dos fragmentos visíveis, mas não o elemento por completo.

- **Nível Cinco** (Figura 41): este nível é caracterizado por visibilidades distanciadas que permitem situações variadas. Algumas vezes o elemento é visto amplamente e outras ao contrário. O mesmo ocorre quanto à compreensão das dimensões do elemento.



Figura 3.37 -Nível 1.
Fonte – Mendonça e Pereira, 2005.



Figura 3.38-Nível 2.
Fonte – Mendonça e Pereira, 2005.

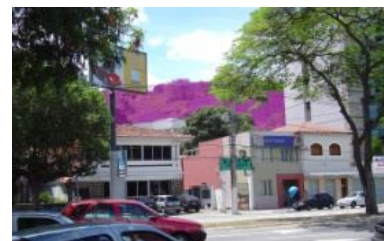


Figura 3.39-Nível 3.
Fonte – Mendonça e Pereira, 2005.



Figura 3.40 -Nível 4.
Fonte – Mendonça e Pereira, 2005.



Figura 3.41 -Nível 5.
Fonte – Mendonça e Pereira, 2005.

As autoras também se basearam em um conjunto de conceitos de Ching (1998), que permitiu ainda, o desenvolvimento de uma classificação denominada “formas de obstrução do elemento paisagístico paralelamente à classificação estabelecida correspondente aos níveis de percepção” (MENDONÇA e PEREIRA, 2006, p. 10). As formas de obstrução tomam como referência o campo visual que delimita a visualização para o referencial paisagístico em questão. As autoras caracterizam da seguinte forma:

- Tipo “U”: elementos que atuam como barreira visual formando uma espécie de “U”, geralmente composto por dois edifícios de múltiplos andares, seguido de edificações mais baixas.
- Tipo “L”: elementos que atuam como barreiras visuais formam uma espécie de “L”, geralmente composto por um edifício de múltiplos andares, seguido de edificações mais baixas.

- Tipo “II”: elementos que atuam como barreiras visuais formam uma espécie de “II”, geralmente composto por dois edifícios de múltiplos andares com espaço “vazio” entre eles.

Dessa maneira, o presente trabalho se desenvolve, classificando as possibilidades de visualização dos elementos referenciais da paisagem adotados, indicando os níveis de percepção a partir da metodologia apresentada. Tal classificação foi feita a partir das etapas anteriores e por registros fotográficos dos pontos de visualização privilegiados indicados no Mapa 3.19. Os pontos são agrupados de acordo com os níveis de percepção classificados, como se segue.

3.3.1 Classificação da paisagem: Nível Um

A classificação da percepção da paisagem definida como Nível Um foi identificada, em sua maioria, a partir de pontos de vista localizados na orla da Enseada do Suá (pontos 1, 2, 3, 5, 6, 11, 13, 14, 16, 17 e 18 demonstrados no Mapa 3.19). Tais pontos permitem visualização ampla para diversos elementos referenciais da paisagem adotados nesta dissertação, uma vez que não há obstruções, na maioria dos casos. As figuras a seguir apresentam a orla de Vila Velha (Morro do Moreno, Morro e Convento da Penha, Prainha e Morro do Jaburuna), em conjunto com o mar e a “Terceira Ponte”, o Morro Jesus de Nazareth, as Ilha do Papagaio, Bode, Sururu, Frade e Boi, além do Morro da Barrinha e do Guajuru, a partir desses pontos.

De outros pontos de vista, localizados na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes (pontos 4, 7 e 20 no Mapa 3.19), alguns dos elementos mencionados também foram observados na mesma classificação, como o Morro Jesus de Nazareth (Figura 3.52), o Morro do Jaburuna (Figura 3.53) e o Morro do Guajuru (Figura 3.54).

Afastando-se ainda mais da orla, agora no interior do bairro (ponto 10), é possível contemplar o Morro do Suá, com ampla visibilidade (Figura 3.55), recebendo também classificação como **Nível Um**, considerando que as edificações presentes no morro não prejudicam a visualização do contorno do mesmo. Somente à esquerda da foto as edificações obstruem a visibilidade do contato do elemento com o chão, bem como a pequena construção (azul) que dá suporte à praça.

Em geral, quanto ao **formato**, é possível perceber todo o contorno dos elementos descritos e o contato de alguns deles com o mar, tornando claro o reconhecimento dos mesmos no conjunto paisagístico da região, como demonstrado nas Figuras 3.42 a 3.55. No caso do Morro Jesus de Nazareth, a visualização do contato com o solo é interrompida (Figura 3.43) devido à presença de edificações em sua base. Já as construções localizadas no morro não são identificadas como inibidoras da visualização do mesmo, uma vez que a altura das mesmas compõe seu relevo,

integrando-se a ele. A situação é semelhante em relação ao Morro do Guajuru (Figuras 3.51 e 3.54) em que o topo e parte do seu contorno podem ser visualizados, porém sem a percepção do contato com o solo.

É importante chamar a atenção para o tapume inserido na obra do Museu e Teatro Cais das Artes (à esquerda da Figura 3.42), que atua como impedimento parcial na visualização da “Terceira Ponte” e do Morro do Moreno. Entretanto este não é considerado como bloqueio relevante, uma vez que se trata de um elemento removível.

Apesar da vegetação ou dos postes de iluminação localizados em alguns pontos (Figuras 3.43, 3.46 e 3.53), é possível perceber todo o contorno dos elementos referenciais em questão, tornando claro o reconhecimento no conjunto na paisagem.

Quanto ao **tamanho**, é possível compreender a dimensão dos elementos visualizados a partir da orla, suas alturas e extensões. No entanto, nas Figuras 3.51 e 3.54, é possível observar a altura do Morro do Guajuru, porém a visualização de toda a sua extensão é bloqueada pelas edificações do entorno.

Em relação à **cor** e à **textura**, as figuras demonstram um contraste visível entre os afloramentos rochosos e suas vegetações em relação ao céu e ao mar e no caso dos Morros Jesus de Nazareth e Suá (Figura 3.43 e 3.55), quanto às edificações em sua base e em seu contorno, que contêm cores diversas. Em relação à “Terceira Ponte”, também é possível observar contraste entre a sua estrutura, o céu e os morros (Figuras 3.42, 3.44, 3.45).

Quanto às **distâncias**, os elementos se encontram em níveis distintos de observação, uns mais distantes e outros mais próximos, como é o caso da Ilha do Papagaio, mais próxima do observador (Figura 3.43), enquanto a orla de Vila Velha se apresenta mais afastada nas Figuras 3.42 a 3.47.



Figura 3.42 – “Terceira Ponte” (em amarelo), Mar (azul), Ilha do Papagaio (vermelho) e Orla de Vila Velha (em verde: da esquerda para a direita: Morro do Moreno, Morro e Convento da Penha, Prainha e Morro do Jaburuna). Nível 1. Vista a partir do Ponto 1.

Fonte – Acervo pessoal.

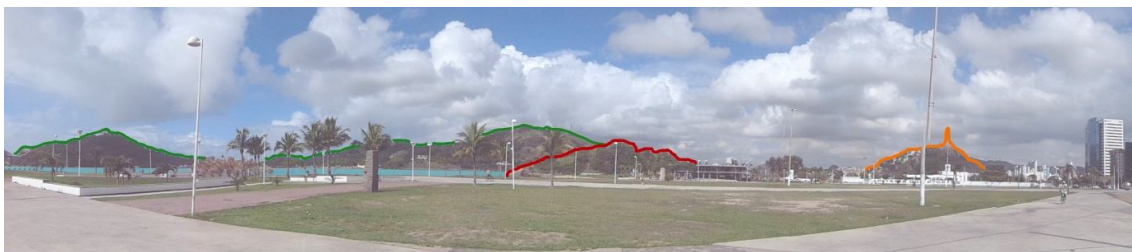


Figura 3.43 – Orla Vila Velha (verde), mar (azul), Ilha do Papagaio (vermelho) e Jesus de Nazareth (laranja). Nível 1. Vista a partir do Ponto 2.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.44 – Orla Vila Velha (verde), mar (azul) e “Terceira Ponte” (amarelo). Nível 1. Vista a partir do Ponto 3.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.45 – Orla Vila Velha (em verde: Morro do Moreno), mar (azul), “Terceira Ponte” (amarelo), Ilha do Bode (azul escuro) e Ilha do Sururu (roxo). Nível 1. Vista a partir do Ponto 5.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.46 – Orla Vila Velha (verde), mar (azul), “Terceira Ponte” (amarelo) e Ilha do Boi (bege). Nível 1. Vista a partir do Ponto 6.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.47 – Orla Vila Velha (verde), Terceira Ponte (amarelo) e Ilha do Papagaio (vermelho). Nível 1. Vista a partir do Ponto 11.

Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.48 – Morro da Barrinha (rosa escuro), Ilha do Frade (rosa claro), mar (azul) Ilha do Boi (bege). Nível 1. Vista a partir do Ponto 14.

Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.49 – Morro da Barrinha (rosa escuro), Ilha do Frade (rosa claro), mar (azul), Ilha do Boi (bege) e orla Vila Velha (verde). Vista a partir do Ponto 17.

Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.50 – Mar (azul) e Ilha do Frade (rosa claro). Nível 1. Vista a partir do Ponto 18.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.51 – Morro do Guajuru (azul escuro). Nível 1. Vista a partir do Ponto 16.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.52 – Morro Jesus de Nazareth (em laranja). Nível 1. Vista a partir do Ponto 4.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.53 – Morro do Jaburuna (em verde). Nível 1. Vista a partir do Ponto 7.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.54– Morro do Guajuru. Nível 1. Vista a partir do Ponto 20.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.55 – Morro do Suá (verde). Nível 1. Vista a partir do Ponto 10.
Fonte – Acervo pessoal

3.3.2 Classificação da paisagem: Nível dois

A classificação da paisagem quanto ao Nível Dois se deu em alguns pontos do bairro, localizados no parque linear (ponto 15, Mapa 3.19), na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes (pontos 4 e 7) e em um estacionamento público no interior do bairro (ponto 8). A partir desses locais é possível observar o mar, a orla de Vila Velha, a Ilha do Papagaio, a “Terceira Ponte” e os Morros do Suá e Guajuru.

Em geral, quanto ao **formato**, não é possível identificar o topo desses elementos, bloqueados por edificações e/ou vegetações. No entanto, o contorno dos mesmos é visível na maioria dos pontos, mesmo que parcialmente, exceto no ponto 15 em que o topo e o contorno do Morro do Guajuru (Figura 3.59) podem ser identificados de maneira limitada devido à presença de edificações vizinhas ao morro e do gradil do campo de futebol do parque linear. A situação ainda se agrava em relação ao Morro do Suá (Figura 3.60) devido a presença de edificações de grande porte na zona de visualização a partir do ponto 8.

Quanto ao **tamanho**, é possível a compreensão das alturas dos elementos, porém a visibilidade de suas extensões é bloqueada em determinados trechos, em função das obstruções, como é o caso da “Terceira Ponte” (Figura 3.58) e ainda de modo mais agravante no Morro do Suá (Figura 3.60).

Em relação à **cor** e à **textura**, o contraste é percebido somente em relação ao céu e às edificações, uma vez que as vegetações não contrastam muito com estes elementos, se confundindo, muitas vezes, com os mesmos, exceto pela ponte.

Quanto à **distância**, é possível compreender que todos os elementos estão relativamente longe do observador, exceto pela “Terceira Ponte” (Figura 3.58), que se encontra relativamente próxima ao mesmo.

Quanto ao Morro do Suá, são observadas formas de obstrução consideráveis, classificando a percepção do elemento também como **Tipo “U”**, devido à presença de dois edifícios de múltiplos andares no seu entorno e edificações mais baixas em sua base (Figura 3.60).



Figura 3.56 – Orla Vila Velha (verde), mar (azul) e Ilha do Papagaio (vermelho). Nível 2. Vista a partir do Ponto 4.

Fonte - GoogleMaps.



Figura 3.57 – “Terceira Ponte” (amarelo) e orla de Vila Velha (verde). Nível 2. Vista a partir do Ponto 4.

Fonte – GoogleMaps.



Figura 3.58 – “Terceira Ponte” (amarelo). Nível 2. Vista a partir do Ponto 7.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.59 – Morro do Guajuru (azul escuro). Nível 2. Vista a partir do Ponto 15.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.60 – Morro do Suá (verde). Nível 2. Tipo “U”. Vista a partir do Ponto 8.
Fonte – Acervo pessoal.

3.3.3 Classificação da paisagem: Nível Três

No Nível Três, foram classificadas as visualizações para a “Terceira Ponte”, para o Morro do Suá e para o Morro Jesus de Nazareth, somente a partir de pontos internos do bairro, ou seja, afastados da orla, como os pontos 8, 9 e 10 (Mapa 3.19).

Em geral, quanto ao **formato**, não é possível visualizar o topo dos elementos, bem como a percepção de seu contato com o solo e de sua total extensão (Figuras 3.61, 3.62 e 3.63). Quanto ao **tamanho**, não é possível compreender o porte elevado dos mesmos. Em relação à **cor** e à **textura**, o contraste não é muito percebido, uma vez que se assemelham às das edificações e vegetações do entorno. Quanto à **distância**, é possível compreender que estão longe do observador.



Figura 3.61 – “Terceira Ponte”. Nível 3. Vista a partir do Ponto 8.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.62 – Morro do Suá. Nível 3. Vista a partir do Ponto 9.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.63 – Morro Jesus de Nazareth. Nível 3. Vista a partir do Ponto 10.
Fonte – Acervo pessoal.

3.3.4 Classificação da paisagem: Nível Quatro

No Nível Quatro, são classificadas as visualizações para o Morro do Suá, para o Morro do Guajuru, para a Ilha do Frade e para o mar, a partir dos pontos 1, 2, 19 e 21 (Mapa 1.19), localizados na Praça do Papa e na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes.

Em geral, quanto ao **formato**, é possível observar apenas trechos dos elementos, sem a percepção do contato dos mesmos com o solo, normalmente devido à presença de edificações à sua frente, que atuam como barreira visual e obstruem quase que totalmente a visibilidade. Dessa maneira, não se tem mais noção da forma ou do contorno, como no caso Morro do Suá a partir dos pontos 1 e 2 (Figuras 3.64 e 3.65), em que as edificações à frente do mesmo fragmentam sua visualização.

No ponto 1 essa obstrução permite também a classificação como **Tipo “UUU”**, considerando as três aberturas existentes entre os prédios seguidas de edificações mais baixas, ou dos estacionamentos dos edifícios. Em relação ao ponto 2, classifica-se como **Tipo “UU”**, considerando as duas pequenas aberturas existentes entre os prédios seguidas de edificações mais baixas, ou dos estacionamentos dos edifícios.

Quando ao **tamanho**, em todos os casos, não é possível compreender a dimensão dos elementos, nem mesmo suas alturas. Quanto à **cor** e à **textura**, é possível observar contrastes em relação ao céu,

mesmo entre as pequenas aberturas entre os prédios localizados à frente do Morro do Suá. Quanto à distância, considera-se que todos estão relativamente afastados do observador.



Figura 3.64 – Morro do Suá. Nível 4. Tipo “UUU” Vista a partir do Ponto 1.
Fonte – Acervo pessoal.

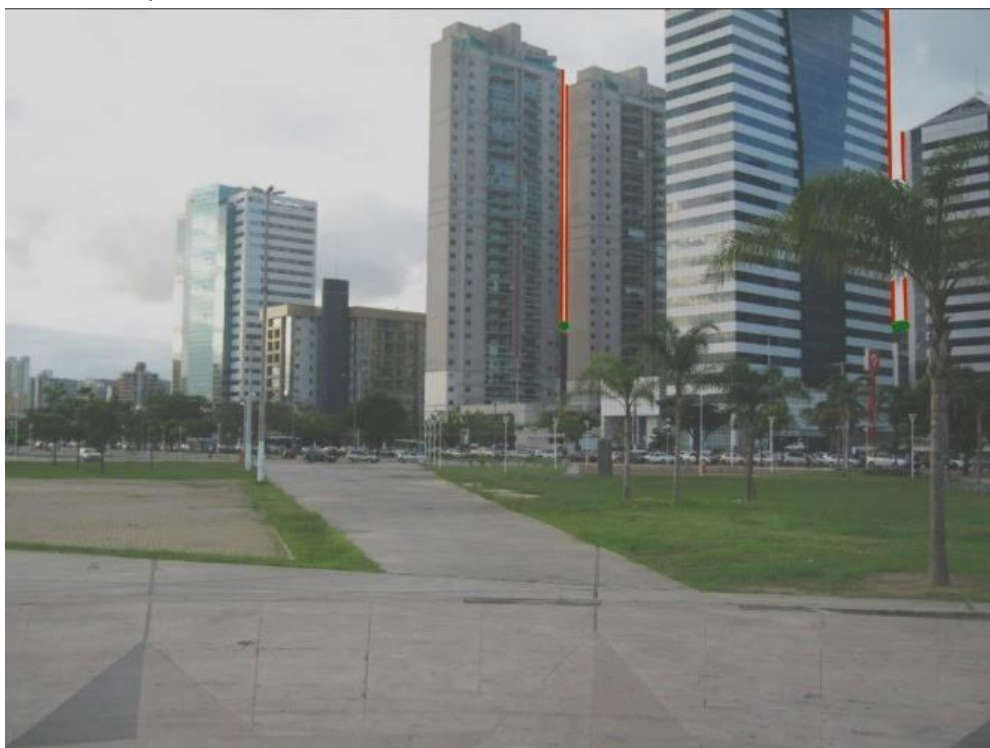


Figura 3.65 – Morro do Suá. Nível 4. Tipo “UU” Vista a partir do Ponto 2.
Fonte – GoogleMaps. Marcações da autora.



Figura 3.66 – Morro do Guajuru. Nível 4. Vista a partir do Ponto 21.

Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.67 – Ilha do Frade e mar. Nível 4. Vista a partir do Ponto 19.

Fonte – Acervo pessoal.

3.3.5 Classificação da paisagem: Nível Cinco

O Nível Cinco é caracterizado por visibilidades distanciadas e permitem situações variadas quanto ao formato, ao tamanho, à cor, à textura e à distância. Isso foi observado em alguns pontos do bairro, localizados na Praça do Papa (pontos 1 e 2, Mapa 3.19), no Parque linear (ponto 15), na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes (pontos 12, 20 e 21), em um estacionamento público no interior do bairro (ponto 8) e em uma via também no interior do bairro (ponto 9). A partir desses locais, foi possível observar, de maneira bem reduzida, devido principalmente à distância, a Pedra dos Olhos, o Penedo e outros elementos que compõem a orla de Vila Velha.

Quanto ao **formato**, é possível visualizar apenas o topo do morro do Convento da Penha (em verde na Figura 3.68) sem a percepção do contato com o solo, muito menos do seu contorno. Além da distância, a presença de edifícios de múltiplos andares localizados no eixo visual dificulta ainda mais a sua percepção. Em relação à Pedra do Penedo (em roxo na Figura 3.69), é possível compreender todo o contorno da pedra, porém a distância não torna claro o reconhecimento da mesma a partir do ponto em questão. O mesmo acontece com a Pedra dos Olhos (em rosa na Figura 3.70), com o Morro do Moreno (Figura 3.71 e 3.72), com o Morro do Jaburuna (Figuras 3.74 e 3.76) e novamente com o Convento da Penha (Figura 3.75). Na Figura 3.73, não é possível classificar a visualização quanto ao formato do Morro do Moreno uma vez que o mesmo se mistura com a vegetação e com as placas de sinalização da via.

Quanto ao **tamanho**, não é possível compreender a altura e a extensão de todos os elementos em questão. Em relação à **cor** e à **textura**, a edificação do Convento não faz contraste com o céu, devido à cor branca da mesma, dificultando ainda mais a sua percepção (Figura 3.68). Nos demais, há um contraste das pedras e dos morros em relação ao céu; no entanto, muitas vezes os elementos se confundem com a vegetação localizada no campo visual do observador. Quanto à **distância**, todos os elementos estão consideravelmente longe do observador.



Figura 3.68 – Convento da Penha (verde). Nível 5. Vista a partir do Ponto 15.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.69 – Pedra do Penedo (em roxo). Nível 5. Vista a partir do Ponto 1.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.70 – Pedra dos Olhos (em rosa escuro). Nível 5. Vista a partir do Ponto 2.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.71 – Orla Vila Velha (em verde: Morro do Moreno). Nível 5. Vista a partir do Ponto 12.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.72 – Morro do Moreno (em verde). Nível 5. Vista a partir do Ponto 20.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 3.73 – Morro do Moreno. Nível 5. Vista a partir do Ponto 21.
Fonte – Acervo pessoal.

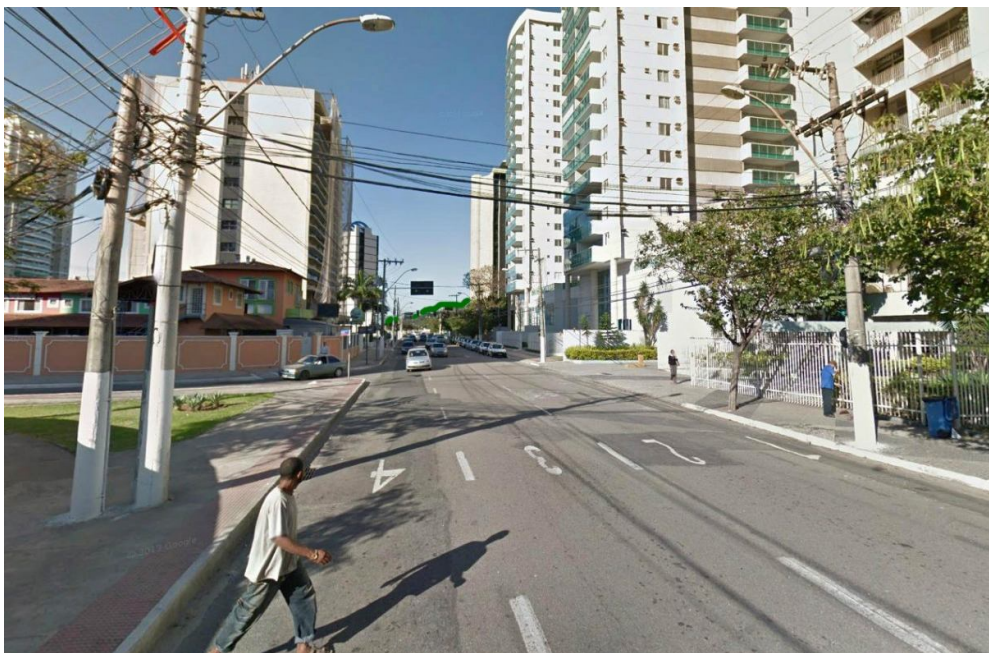


Figura 3.74 – Morro do Jaburuna (em verde). Nível 5. Vista a partir do Ponto 9.
Fonte – GoogleMaps.



Figura 3.75 – Convento Nossa Senhora da Penha (em verde). Nível 5. Vista a partir do Ponto 8.
Fonte – Acervo pessoal.



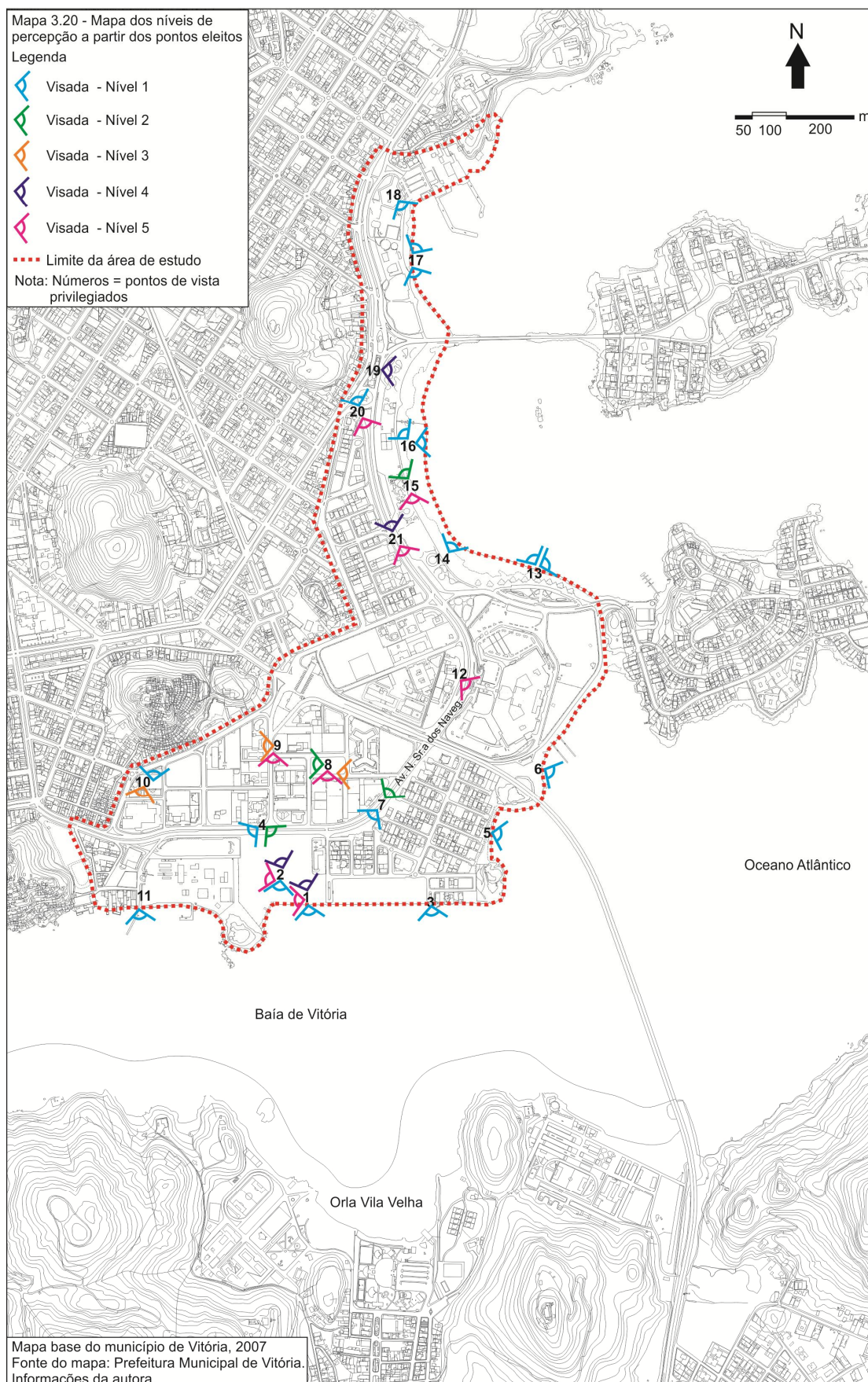
Figura 3.76 – Orla Vila Velha (em verde: Morro do Jaburuna). Nível 5. Vista a partir do Ponto 8.
Fonte – Acervo pessoal.

Analisando todos os níveis em conjunto (Mapa 3.20), é possível observar que os pontos localizados na orla da Enseada do Suá permitem, em geral, visualização plena para grande parte dos elementos adotados como referenciais nesta dissertação, devido à inexistência de grandes obstáculos que comprometem a visibilidade, apresentando-se como ganho permanente de visualização de diversos elementos da paisagem, como o mar e os morros que compõem a orla de Vila Velha, a “Terceira Ponte”, as Ilhas do Boi, do Frade, do Sururu, do Bode e do Papagaio, entre outros.

Todavia, a amplitude de visualização para alguns elementos se altera quando os pontos se localizam no interior do bairro, como no caso da Praça Zemar Moreira Lima, onde o nível de percepção do Morro Jesus de Nazaré é dado como reduzido, uma vez que há impedimentos consideráveis na visualização do mesmo, acarretados por edifícios, apresentando-se como perda considerável. Porém, da mesma praça localizada no interior do bairro, o Morro do Suá é contemplado amplamente, uma vez que não há obstáculos consideráveis na observação do mesmo.

Por fim, na principal via que cruza o bairro, vários elementos podem ser observados, em diferentes pontos e em níveis. Entre eles está a “Terceira Ponte”, vista sem impedimentos consideráveis, apresentando-se como ganho para a paisagem da região, uma vez que esse elemento era inexistente antes do período de aterro e ocupação e, hoje, compõe a paisagem da Enseada do Suá.

Enfim, tais análises demonstradas quanto aos níveis de percepção da paisagem atual da Enseada do Suá são fundamentais para subsidiar tomadas de decisões no que tange à aprovação de leis urbanísticas para o município. No entanto, a situação atual apresentada ainda está passível de modificações de acordo com os índices urbanísticos permitidos pela legislação municipal vigente, estando a paisagem passível de novas perdas de visibilidade em alguns pontos considerados privilegiados, como apresentado no capítulo a seguir.



4 A ENSEADA DO SUÁ: LEGISLAÇÃO VIGENTE E A PAISAGEM FUTURA

A partir do Plano Diretor Municipal Urbano de Vitória de 1994 (Lei nº 4167/1994), é instituída no município a exigência do Relatório de Impacto Urbano (RIU), substituído, após o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), pelo Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), em vigor a partir do Plano Diretor Municipal de 2006 (Lei nº 6705/2006). Tal exigência busca defender os interesses das comunidades e garantir o equilíbrio do ambiente urbano e da paisagem, entre outros fatores.

4.1 RELATÓRIOS DE IMPACTO URBANO E ESTUDOS DE IMPACTO DE VIZINHANÇA COMO INSTRUMENTOS DE VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM

No ano de 2012, foi desenvolvido um artigo² que apresenta um histórico desses instrumentos relacionados à avaliação de empreendimentos de grande porte para identificar quais mudanças foram feitas, sobretudo quanto à preservação da paisagem na Enseada do Suá. Considerando a grande quantidade de edificações de uso institucional no bairro, o artigo apresenta também uma análise crítica de empreendimentos públicos implantados no mesmo com o objetivo de compreender de que forma o Poder Público tem contribuído para salvaguardar a imagem do lugar.

O método utilizado foi desenvolvido por meio de pesquisa de documentações referentes aos processos de relatórios e estudos de impacto apresentados à Prefeitura. São demonstrados dados sobre como ocorreu o licenciamento urbano desses empreendimentos avaliando, assim, a eficácia das análises feitas pelo órgão competente, no que diz respeito à paisagem.

4.1.1 Do Relatório de Impacto Urbano ao Estudo de Impacto de Vizinhança

Como indicado, a Prefeitura de Vitória, a partir da Lei nº 4167/1994, instituiu o Relatório de Impacto Urbano como um dos instrumentos para controle dos impactos relacionados a grandes intervenções na cidade. Segundo essa Lei, a aprovação dos empreendimentos de impacto urbano, ou seja, dos empreendimentos públicos ou privados que pudessem apresentar uma sobrecarga na infraestrutura urbana ou danos ao meio ambiente natural ou construído, dependeria da aprovação desse relatório.

Na Lei, os empreendimentos considerados de impactos eram os empreendimentos para fins não residenciais com área computável superior a 6.000 m², localizados nas zonas residenciais e com área

² Artigo denominado “Empreendimentos de Impacto Urbano no bairro Enseada do Suá, Vitória – ES” desenvolvido pela autora desta dissertação em 2012 e publicado 11º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, 2011, Campo Grande. Anais..., Campo Grande, 2011.

computável superior a 12.000 m² nas demais zonas de uso; qualquer obra de construção ou ampliação das vias arteriais e coletoras, existentes ou projetadas e qualquer empreendimento sujeito à apresentação de Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – RIMA, nos termos da legislação ambiental federal, estadual ou municipal vigente.

Os relatórios deveriam ser feitos por profissionais habilitados, devendo considerar o sistema viário urbano e de transporte público, a infraestrutura básica, o meio ambiente natural e os padrões de uso e ocupação do solo na vizinhança.

Posteriormente, a partir do Decreto nº 9945/96 do Executivo Municipal, novos empreendimentos foram incluídos para apresentação do relatório, como empreendimentos destinados a usos não residenciais com sistema mecânico para estacionamento de veículos em número superior a dez vagas; projetos com um número igual ou superior a cem vagas obrigatórias para estacionamento; projetos com mais de setenta unidades localizadas dentro das Zonas Residenciais e das Zonas Naturais 2; empreendimentos localizados nas Zonas de Usos Diversos e que apresentassem mais de oitenta unidades; empreendimento com vinte ou mais pavimentos; projetos que apresentassem pé direito superior a quatro metros nos pavimentos tipo; e empreendimentos destinados à atividade não residencial definidos por Resolução do Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano (VITÓRIA, 2006).

A edição por meio de Decreto se deu da necessidade de inclusão de outros empreendimentos também considerados de impacto. Segundo Freitas e Mendonça (2001), um fato significativo para a regulamentação da Lei a partir do Decreto citado foi o lançamento da construção de um grande empreendimento no bairro Praia do Canto que gerou manifestações por parte da população devido ao seu porte. Tal caso provocou diversas discussões acerca do impacto urbano por meio da alteração do tráfego de veículos, do gabarito, da preservação da paisagem local, etc. Tais manifestações desencadearam a inclusão de empreendimentos com vinte ou mais pavimentos como determinante para exigência do Relatório de Impacto Urbano.

A exigência do Relatório para tais empreendimentos permaneceu até a Lei nº 6705/2006. A mudança foi feita a partir do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001) que definiu o Estudo de Impacto de Vizinhança como um instrumento para melhoria de condições à sociedade e ao meio ambiente construído, principalmente viabilizando o processo de gestão democrática dentro do planejamento das cidades.

Tendo em vista que o Estatuto é apenas um conjunto de diretrizes, a Prefeitura de Vitória reviu o Plano Diretor Urbano de 1994, realizando novo plano que foi aprovado pela Câmara Municipal como

Lei nº 6705/2006 (PDU), promovendo as adequações necessárias, entre elas substituindo o Relatório de Impacto Urbano pelo Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). Segundo o PDU de 2006, no Art. 137, os empreendimentos de impacto urbano são classificados como Empreendimentos Especiais – usos, atividades e edificações que, devido ao seu porte, são potencialmente causadores de incômodos na região em que se localizam –, e Empreendimento de Impacto Urbano – usos, atividades e edificações que podem alterar o ambiente natural ou construído, como também causar sobrecarga na infraestrutura básica. A exigência do EIV na Lei atual se dá para empreendimentos de usos diversificados com áreas construídas acima de 5.000 m².

Para análise de tais níveis de incômodo e/ou impacto, devem ser observadas, segundo o Art. 138 (Lei nº 4167/1994), as poluições sonora, atmosférica e hídrica, a geração de resíduos sólidos, a vibração (impacto provocado pelo uso de máquinas que produzam choques repetitivos), a periculosidade de atividades que apresentam risco ao meio ambiente e à saúde pública, a geração de tráfego pesado e intenso e a paisagem natural e construída.

A partir do Decreto nº 14.243/2006, a prefeitura determinou normas para execução e apresentação do EIV, o qual deve ser feito por profissionais qualificados, por meio de equipe multidisciplinar. Tal estudo deve ser apresentado à Comissão Técnica de Análise de Impacto Urbano (CTA), a partir de um Termo de Referência solicitado à prefeitura.

Considerando quais empreendimentos devem apresentar o estudo, a Lei anterior de 1994, juntamente com seu decreto, determinou as edificações de uma maneira geral, de acordo com o gabarito, número de vagas, entre outros. A Lei em vigência considera os mesmos empreendimentos sendo de impacto, porém de maneira mais específica, dividindo de acordo com a sua zona que determina quais empreendimentos são considerados de impacto conforme o uso e, a partir disso, define-se, conforme a área, qual deve apresentar o EIV à Prefeitura. O município, além de exigir estudos que analisem de forma mais abrangente os impactos, deve também estabelecer medidas para minimizá-los. No município de Vitória isso já vem sendo exigido desde o PDU de 1994, por meio das medidas compensatórias ou mitigatórias. Tais medidas são determinadas pela Comissão Técnica de Análise de Impacto Urbano (CTA) do município.

Outro ponto fundamental é a obrigatoriedade da audiência pública para aprovação dos projetos, de acordo com informações da arquiteta da Prefeitura Maria de Lourdes da Silva Oliveira, em entrevista concedida à autora desta dissertação em 2012. Tal audiência permite a participação da população, fundamental no processo de planejamento da cidade, atendendo ao Estatuto da Cidade.

Quanto à preservação da paisagem, a Lei em vigor passa a exigir uma análise específica na apresentação do estudo, em que se deve provar que a arquitetura proposta para o empreendimento não irá interferir de modo negativo na configuração da paisagem natural e construída da cidade.

Para analisar a aplicação do EIV quanto às determinações criadas pela Lei, o subitem apresenta estudos realizados abordando edificações públicas localizadas no bairro Enseada do Suá, buscando avaliar se as exigências previstas em Lei são suficientes para a preservação da paisagem, e se o Poder Público está cumprindo as mesmas.

4.1.2 Relatório de Impacto Urbano e Estudo de Impacto de Vizinhança e a paisagem da Enseada do Suá

Como dito anteriormente, o bairro Enseada do Suá possui grande parte de sua área ocupada por edifícios institucionais. Com o auxílio da Gerente de Gestão Urbana da Prefeitura Municipal de Vitória, Arquiteta Maria de Lourdes da Silva Oliveira, foi feito um levantamento de quais as edificações institucionais públicas existentes na região apresentaram o RIU ou o EIV desde a sua exigência.

Constatou-se que diversas edificações que deveriam apresentar o relatório devido ao porte, ao número de vagas de estacionamento, etc., foram edificadas anteriormente a exigência da Lei. Após essa data, seis edificações públicas que se encaixariam na exigência foram construídas ou estão em processo de construção, sendo que apenas três destas apresentaram o RIU ou o EIV, sendo a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e o Cais das Artes (museu e teatro).

Outros três empreendimentos considerados de impacto urbano foram construídos após a Lei de 1994, no entanto não apresentaram o relatório à Prefeitura, sendo estes o Tribunal de Justiça, o Tribunal Regional Eleitoral e o Ministério Público Estadual. Dois desses empreendimentos sequer apresentaram projeto de aprovação à Prefeitura, constituindo-se em obras irregulares na região. O terceiro, aprovado no período da Lei de 1994, segundo a arquiteta Maria de Lourdes, deveria apresentar o RIU devido à quantidade de vagas que geraria, porém foi “absolvido” devido à aprovação de uma Lei na Câmara que diminuiu drasticamente a quantidade de vagas para a zona que se encontrava a edificação.

A Figura 4.1 localiza essas edificações, incluindo a classificação acima mencionada: anteriores à Lei que exige o RIU, que não apresentaram RIU ou EIV, e as que apresentaram e foram aqui analisadas. Dentro dessa realidade, somente as três edificações indicadas que apresentaram o RIU ou o EIV à

Prefeitura foram analisadas para compreender em que medida este instrumento trata da preservação da paisagem local.



Figura 4.1 - Foto aérea da Enseada do Suá, Vitória/ES.
Fonte - GoogleMaps, 2012. Indicações da autora.

A. Tribunal Regional do Trabalho - TRT

Segundo o Termo de Referência nº 02/06, a equipe responsável pelo projeto do Tribunal Regional do Trabalho apresentou o RIU à Prefeitura Municipal de Vitória no ano de 2006. Mesmo estando o novo PDU de 2006 em vigência, foi entregue o RIU, e não o EIV, uma vez que o processo de aprovação do projeto foi anterior à Lei.

Ainda em processo de construção, o projeto compreende 17 andares e apresenta no relatório uma série de cálculos em relação aos impactos previstos no sistema viário local. Vários estudos também são apresentados em relação à infraestrutura urbana, à quantidade de vagas demandadas, entre outros.

Do ponto de vista paisagístico, há um breve estudo com representações perspectivadas de pontos visuais que os empreendedores consideraram importantes na região. Além disso, segundo o relatório, no local não se encontram elementos paisagísticos naturais a preservar e a edificação se insere em uma paisagem já verticalizada. Conclui-se, no relatório, que o projeto não causará impacto visual, uma vez que no seu entorno encontram-se outras edificações de padrões construtivos semelhantes.

Dessa maneira, em relação aos elementos referenciais da paisagem da localidade e das regiões próximas a Vitória, nenhum estudo específico foi realizado.

B. Secretaria da Fazenda - SEFAZ

O RIU apresentado à Prefeitura, de acordo com o Termo de Referência nº 03/06, informa que o projeto da Secretaria da Fazenda não causaria impacto visual à paisagem da região, uma vez que a implantação é proposta para uma edificação existente. O documento complementa que no local da edificação não se encontram elementos paisagísticos naturais a preservar e que na intervisibilidade do seu entorno não foi detectada nenhuma interferência paisagística significativa. Segundo eles, a edificação não causará impacto visual negativo à paisagem da região, uma vez que as instalações do empreendimento em questão vão adotar padrões construtivos e usos semelhantes aos das outras edificações existentes na região.

Todavia, em visita ao local, foram identificados vários elementos naturais e construídos, como o relevo montanhoso localizado no bairro vizinho, a “Terceira Ponte”, o mar da Baía de Vitória e o Morro do Convento da Penha. Mesmo com a existência desses elementos não foi apresentado nenhum estudo de impactos visuais da edificação na região.

Em contrapartida, o relatório apresenta dados completos em relação às interferências previstas no sistema viário local, o número de vagas que o empreendimento irá demandar a infraestrutura urbana do local, entre outros.

C. Cais das Artes

O Cais das Artes é um conjunto arquitetônico projetado que se compõe de dois edifícios, um museu e um teatro, edificados sobre uma praça, segundo informações do processo nº 78391521/2007, referente ao EIV apresentado à Prefeitura Municipal de Vitória. A região possui grande valor paisagístico, uma vez que permite visualização direta para a baía de Vitória e para a orla do município de Vila Velha, que contém diversos elementos referenciais da paisagem.

Segundo o relatório, a Enseada do Suá foi escolhida para implantação pelos investimentos significativos que a mesma tem recebido pelas instituições públicas e privadas, sendo estratégica a implantação do Cais para o desenvolvimento econômico e cultural da cidade, mesmo considerando, segundo eles, que tais processos costumam trazer riscos para o patrimônio natural e edificado de uma cidade em desenvolvimento. Contudo, o relatório apresentou estudos de impacto visual em relação ao Morro do Convento da Penha por meio de perspectivas, porém sem um texto explicativo

para cada uma delas, dificultando o entendimento. Por outro lado, para os demais itens exigidos, o relatório apresenta estudos completos, principalmente em relação às alterações do sistema viário na área de influência direta do empreendimento.

Maria de Lourdes S. Oliveira, arquiteta da Prefeitura de Vitória, informou em entrevista (OLIVEIRA, 2012) que a área de inserção do Teatro e do Museu Cais das Artes era uma área pública. A área também tinha limitação de altura, como apresentado no decorrer deste trabalho, em função da visualização do Convento da Penha, no entanto os índices urbanísticos foram alterados para que a edificação fosse construída. “A altura permitida anteriormente era de doze metros e passou a ser trinta e dois metros para viabilizar a construção do teatro” (OLIVEIRA, 2013, s/p).

D. Discussão

Após análise dos relatórios de estudos apresentados, entende-se que a Prefeitura tem realizado estudos no sentido de avaliar os impactos que a efetiva ocupação da área da Enseada do Suá proporciona e poderá proporcionar à cidade. Entretanto, esses estudos ficam restritos à variável sistema viário, considerando circulações e estacionamentos de veículos.

Referente à análise quanto aos impactos visuais de elementos paisagísticos, percebe-se que não houve uma evolução quanto aos estudos apresentados desde o RIU até o EIV. As exigências e a forma de apresentação dos processos analisados são similares. Embora os Termos de Referência especifiquem quais devem ser as análises, ainda não existe uma metodologia adequada para o estudo e a apresentação.

Existe uma superficialidade acerca da análise de impactos paisagísticos, com ausência de objetividade na exposição do conteúdo e percebe-se, também, que os estudos perspectivados apresentados focaram apenas a verticalização da edificação, não considerando outros elementos significativos, como afastamentos, taxas de ocupação, entre outros que também podem influenciar na relação do edifício com os elementos paisagísticos da região.

Quanto ao Poder Público, considerando os empreendimentos que foram construídos após a Lei de 1994 e não apresentaram os RIU's ou EIV's, conclui-se que há um descumprimento por parte do próprio governo quanto ao processo de construção na cidade.

Em relação aos empreendimentos analisados, que apresentaram tais relatórios/estudos, nota-se que há um cumprimento quanto às exigências dos Termos de Referência em relação à análise dos impactos na paisagem. Uma vez que não há um padrão, uma metodologia pré-estabelecida na formulação dos relatórios e estudos, pode-se afirmar que por meio destes o Poder Público vem

cumprindo as exigências determinadas por meio das formas de representações próprias. Porém, entende-se que, mesmo com a ausência de um padrão, a análise deveria ser explorada de maneira mais aprofundada.

A situação apresentada entre os projetos aprovados e construídos e os ainda em processo de construção pode ainda ser agravada diante da iminência de novas ocupações na região, não só públicas, mas principalmente privadas, a partir da forte pressão imobiliária. Assim, o presente trabalho busca alertar para a possibilidade de manter o acesso e a visibilidade de elementos referenciais da paisagem diante da possibilidade de novas ocupações permitidas, uma vez que o bairro ainda contempla áreas vazias e edificações com índices urbanísticos inferiores aos permitidos atualmente.

Dessa forma, a seguir são apresentadas simulações gráficas a partir dos pontos de vista privilegiados adotados nesta dissertação, para identificar o que é permitido construir, conforme o Plano Diretor Urbano de Vitória de 2006 (Lei nº 6705/2006) e o Plano Diretor Municipal de Vila Velha (Lei nº 4575/2007), ambos em vigência, para compreender a relação das possíveis construções com a percepção da paisagem no futuro.

É importante ressaltar que a simulação apresentada não busca indicar as construções desejáveis ou fazer propostas de modificações das leis vigentes e sim alertar quanto às possibilidades atuais de construções, relacionando as mesmas com a possibilidade de manutenção da visibilidade dos referenciais da paisagem da Enseada e do seu entorno. Vale ressaltar também que não foram cobertos todos os pontos de vista apresentados neste trabalho e sim os pontos em que a visibilidade é ampla e pode ser reduzida, ou não, devido à legislação atual. Entende-se que os pontos em que a visibilidade é reduzida não necessitam de simulação, uma vez que já necessitam de uma ação premente por parte da prefeitura, para recuperação ou manutenção da visibilidade dos referenciais paisagísticos.

4.2 POSSIBILIDADES FUTURAS DE OCUPAÇÃO E A PAISAGEM

Como demonstrado no capítulo anterior, os pontos de vista adotados foram divididos, basicamente, em três grupos: o grupo localizado na orla da Enseada e do parque linear, o grupo localizado na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes e outro grupo no interior do bairro, no estacionamento mencionado, na Praça Zemar Moreira Lima e em uma via interna, de grande movimento de pessoas e veículos. A partir dessa divisão, é apresentada a simulação gráfica, porém finalizando com o primeiro grupo, da orla e do parque linear, para apresentação de edifícios na orla em processo de aprovação.

4.2.1 Tendências de ocupação e a paisagem futura no interior da Enseada do Suá

Como demonstrado na etapa anterior do trabalho, os pontos 8, 9 e 10 (Mapa 3.20) estão localizados no interior da Enseada do Suá, em vias, praça e estacionamento. Localizado em uma área pública utilizada para estacionamento de veículos, o ponto 8 permite contemplação para diversos elementos adotados como referenciais da paisagem. Entre eles, o Morro do Suá é visto amplamente; todavia, a visualização pode se tornar reduzida de acordo com a legislação vigente.

A partir do ponto 8, em direção ao Morro do Suá (como demonstrado na linha tracejada vermelha no Mapa 4.1), a Zona de Ocupação Preferencial (ZOP2/04) é identificada nos lotes mais próximos ao observador. Tal Zona compreende áreas em transformação urbana acelerada e grandes áreas desocupadas e estão previstos, segundo a Tabela 4.1, coeficientes de aproveitamento de até 2,4, taxa de ocupação máxima de 30 (trinta) por cento, afastamento frontal de oito metros e gabarito isento, uma vez que o ângulo de visão para o morro não está inserido na área de proteção do Outeiro e Convento da Penha definido pela Prefeitura.

Sendo assim, a simulação gráfica a seguir (Figura 4.2) apresenta as possibilidades previstas em Lei, considerando o gabarito permitido, o coeficiente de aproveitamento e a taxa de ocupação, indicando o conflito que se dá com a visibilidade do Morro do Suá. Diante do gabarito livre permitido em lei, o estudo desenvolvido incluiu quatro novos edifícios de quinze pavimentos cada, em terrenos já ocupados e vazios, respeitando a ocupação no lote e o coeficiente de aproveitamento. Assim, diante da possibilidade dessas novas construções, a partir do ponto 8, a visibilidade para o Morro do Suá seria completamente impedida, apresentando perda significativa para a região.

Também a partir do estacionamento é possível visualizar a “Terceira Ponte”. Do campo de visão do observador até o elemento em questão (Figura 4.3), pode ser observado, à esquerda, o prédio do atual Tribunal de Justiça, com quatro pavimentos. Esse terreno, segundo o PDU de Vitória, também está localizado na Zona de Ocupação Preferencial – ZOP2/04 - com gabarito isento, uma vez que não está inserido na área de preservação do Outeiro e Convento da Penha. O mesmo acontece para o terreno localizado à direita, que já possui dois grandes edifícios residenciais recém-construídos, que exploraram os índices urbanísticos máximos previstos em Lei para a construção.

Ao fundo, próximo à ponte, está a Zona de Ocupação Restrita 02 - ZOR/02, composta por áreas impostas pelo sistema viário local caracterizado por vias sem saída e pela localização próxima à Baía de Vitória. Nessa região os índices urbanísticos são controlados, como demonstrado na Tabela 4.1, com coeficiente de aproveitamento máximo de 1,95, taxas de ocupação de até 60 (sessenta) por cento, afastamento frontal de três metros e gabarito máximo de quatro pavimentos (VITÓRIA, 2006).

Dessa maneira, a figura a seguir apresenta um estudo gráfico das alterações possíveis segundo o PDU. O Tribunal de Justiça foi mantido, uma vez que a edificação atual apresenta índices urbanísticos e afastamentos superiores aos permitidos atualmente. Uma nova edificação neste terreno não agravaria a situação, pois possuiria menor ocupação territorial que permitiria maior possibilidade de visualização da “Terceira Ponte”.

Também não foram feitos estudos para os terrenos localizados à direita da via, uma vez que os mesmos, como mencionado, exploraram o máximo previsto em Lei. Contudo, as possibilidades de novas edificações são apresentadas para os lotes situados ao fundo, próximos à ponte, uma vez que existem lotes vazios na região e outros com edificações com índices reduzidos em relação ao permitido atualmente, na iminência de alterações.

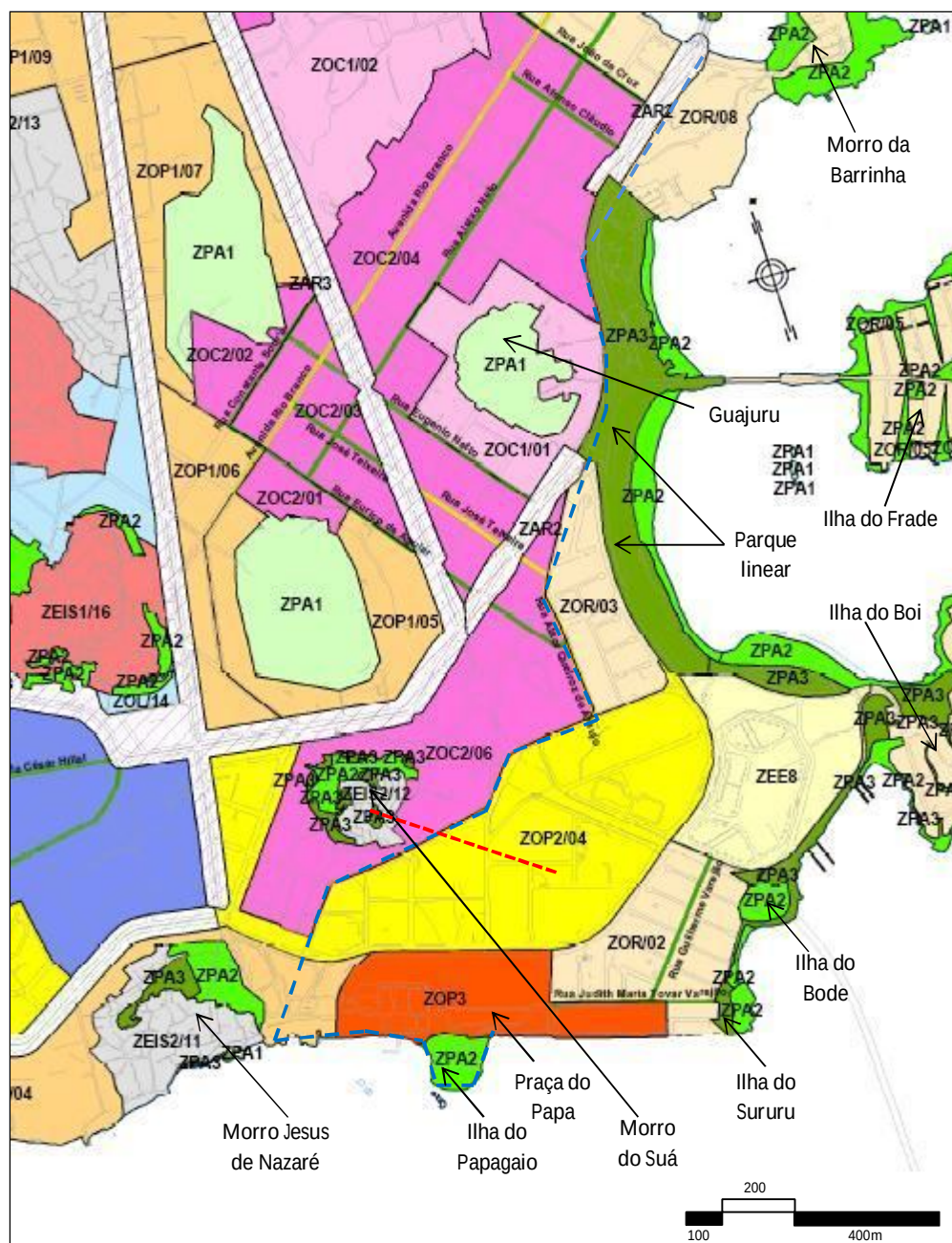
A figura demonstra que, diante da possibilidade de novas ocupações a visualização atual permitida não seria comprometida, uma vez que hoje a estrutura da ponte também não pode ser observada. O estudo demonstra permanência na visibilidade para a “Terceira Ponte” a partir do ponto 8, mantendo o nível de percepção classificado na etapa anterior.



Figura 4.2 – Simulação Gráfica Ponto 8 – Morro do Suaí.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 4.3 – Simulação Gráfica Ponto 8. “Terceira Ponte”.
Fonte – Acervo pessoal.



Mapa 4.1 - Município de Vitória-ES: Delimitação do Zoneamento Urbanístico da região da Enseada do Suá.

Fonte - Freitas e Oliveira, 2009. Prefeitura Municipal de Vitória - Plano Diretor Urbano. Lei nº 6.705/06, Vitória: 2006. Marcações da autora.

Tabela 4.1 – Resumo dos índices urbanísticos relativos às zonas localizadas na Enseada do Suá.

	Uso	Coef. Aprov.	Taxa de Ocup.	Gabarito	Afast. Frontal	Afast. Lateral	Afast. Fundo
ZOP1/04	Residencial unifamiliar em condomínio; residencial uni e multifamiliar; atividades não residenciais; misto; empreendimentos especiais.	1,95	65%	4 pav.	4m	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10
ZOP2/04	Residencial unifamiliar em condomínio; residencial uni e multifamiliar; atividades não residenciais; misto; empreendimentos especiais.	1,2 a 2,4	03%	Ver obs. 1. Demais isentos	8,00m	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10
ZOR/02	Residencial unifamiliar em condomínio; residencial uni e multifamiliar; atividades não residenciais; misto; empreendimentos especiais.	1,95	60%	4 pav.	3,00m	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10	
ZOR/03	Residencial unifamiliar em condomínio; residencial uni e multifamiliar; atividades não residenciais; misto; empreendimentos especiais.	1,2	60%	2 pav.	3,00m	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10	
ZOP1/04	Residencial unifamiliar em condomínio; residencial uni e multifamiliar; atividades não residenciais; misto; empreendimentos especiais; hotéis e similares.	1,95	65%	4 pav.	4m	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10
ZOP/03	Equipamentos de uso público ligado às atividades de lazer, turismo, eventos e sedes de órgão da administração pública e atividades de serviço ligadas a estes equipamentos.	1,2	40%	4 pav.	8,00m	5,00m	5,00m
ZOC1/01	Residencial unifamiliar em condomínio; residencial uni e multifamiliar;	1,2 a 1,95	50%	5 pav.	3m	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver

	atividades não residenciais; misto; empreendimentos especiais; hotéis e similares.					10	Anexo 10
ZOC2/06	Residencial unifamiliar em condomínio; residencial uni e multifamiliar; atividades não residenciais; misto; empreendimentos especiais; hotéis e similares.	1,2 a 2,4	50 a 60%	10 pav.	3m	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10
ZAR2	Residencial unifamiliar em condomínio; residencial uni e multifamiliar; atividades não residenciais; misto; empreendimentos especiais; hotéis e similares.	1,2 A 1,95	50%	10%	4m	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10	Até o 2º pav.isento. Acima do 2º pav. – Ver Anexo 10

OBSERVAÇÕES:

1. Na ZOP2/04, as edificações a serem construídas nos lotes abrangidos pela Área de Preservação da Visualização do Convento da Penha, contida no Anexo 13, deverão observar o disposto no art. 178*.

2. Ficam sujeitos ao limite de gabarito de 5 pavimentos e 15 m de altura da edificação, os imóveis localizados nas seguintes avenidas: Av. Saturnino de Brito entre as ruas Eugênio Netto e Moacir Avidos com fundos para a ZOC1/01; Av. Desembargador Santos Neves no trecho entre a rua Duckla de Aguiar e Av. Nossa Sra. da Penha com fundos para a ZOP1/05; nos demais trechos não há limitação de gabarito e altura de edificação.

3. Ficam sujeitos ao limite de gabarito de 2 pavimentos e 7,5 m de altura da edificação, os imóveis localizados na Av. Saturnino de Brito entre a Ponte de Camburi e a Rua João da Cruz.

*Artigo 178 – para efeito de preservação da visualização do Outeiro e Convento da Penha as edificações a serem construídas em lotes demarcados terão seus projetos submetidos à análise do IPHAN.

Fonte: baseada nas tabelas de controle urbanístico do município de Vitória. Lei nº 6705/06.

No interior do bairro, na Praça Zemar Moreira Lima, o ponto 10 permite visualização ampla para o Morro do Suá. Como também pode ser observado no Mapa 4.1, a área, embora seja uma praça, está localizada em uma ZOP2/04, ou seja, passível de edificações de grande porte, como apresentado anteriormente. Em limite a essa Zona está a Zona de Ocupação Controlada (ZOC2/06). A ZOC2/06 é composta por áreas com uso misto, residencial ou não, e permite edificações com os seguintes índices urbanísticos: coeficiente de aproveitamento máximo de 2,4, taxa de ocupação de até 60%, afastamento frontal de três metros e gabarito de até dez pavimentos.

A praça é de uso público e sua ocupação atual será mantida sem a interferência do setor imobiliário, porém entende-se que, novas construções por parte da Prefeitura para esse espaço podem interferir na visualização do Morro do Suá. Contudo, como este trabalho busca avaliar as alterações da paisagem de acordo com o interesse imobiliário, a simulação gráfica foi realizada apenas para os lotes localizados aos pés do Morro do Suá, inseridos dentro da ZOC2/06. Dessa maneira, foram considerados edifícios de dez pavimentos, respeitando o coeficiente de aproveitamento e a taxa de

ocupação, para verificar as interferências que tais edificações causam na visualização do elemento paisagístico em questão (Figura 4.4).



Figura 4.4 – Simulação Gráfica Ponto 10. Morro do Suá.
Fonte – Acervo pessoal.

Como demonstrado, atualmente a percepção do Morro do Suá a partir desse ponto é classificada como Nível Um, porém, diante das possibilidades de novas ocupações, tal classificação passaria para o Nível Quatro, ou seja, reduzida, uma vez que o morro poderia ser visualizado apenas nos afastamentos entre os edifícios, comprometendo o entendimento do contorno, da extensão e do topo do mesmo, permitido atualmente. Assim, diante do apresentado, a contemplação do Morro do Suá a partir da praça em questão se apresentaria como perda considerável para a paisagem da Enseada do Suá, com urgente necessidade de atenção por parte do governo municipal em relação à legislação vigente.

4.2.2 Tendências de ocupação e a paisagem futura na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes

Na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes estão localizados os pontos 4, 7, 12, 19 e 21, como demonstrado nas etapas anteriores do trabalho (Mapa 3.20). Os estudos gráficos foram realizados para os pontos 7 e 20, uma vez que a visualização plena para a “Terceira Ponte” e para o Morro do Guajuru pode se tornar reduzida, como nos outros pontos mencionados, necessitando atenção por parte do governo quanto à legislação em vigor.

Como mencionado, a partir do ponto 7, a ponte pode ser visualizada por pedestres que circulam no local e por pessoas localizadas nos veículos particulares e de transporte coletivo. À direita da via em questão está localizada a Zona de Ocupação Restrita 02 - ZOR/02, mencionada anteriormente.

Considerando os índices permitidos, a Figura 4.5 apresenta um estudo gráfico das alterações possíveis segundo o PDU. Como demonstrado, a inserção de novas edificações na região altera a visualização da ponte em um pequeno trecho, não se apresentando como perda considerável.

A partir do ponto 20, também é possível vislumbrar o Morro do Guajuru, com proximidade considerável do observador. Considerando tal aproximação, a única zona urbanística que interfere na visualização desse elemento é a Zona de Ocupação Controlada (ZOC1/01) (Mapa 4.1).

Apesar dos cinco pavimentos previstos para a base do Morro do Guajuru, a Figura 4.6 demonstra que as novas possíveis construções impediriam completamente sua visualização. Atualmente, o Guajuru é contemplado pela Enseada somente entre os vazios dos prédios apresentados nesta figura, e a visibilidade para o mesmo seria comprometida ainda mais com a inserção de novas construções, apresentando-se como perda significativa para a Enseada do Suá, necessitando de uma premente avaliação por parte do governo municipal.



Figura 4.5 – Simulação Gráfica ponto 7. “Terceira Ponte”.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 4.6 – Simulação Gráfica ponto 20. Morro do Guajuru.
Fonte – Acervo pessoal.

4.2.3 Tendências de ocupação nas orlas da Enseada do Suá em Vitória e na Baía de Vitória em Vila Velha e a paisagem futura

Como demonstrado no capítulo anterior, a partir da orla da Enseada do Suá é possível visualizar amplamente a orla de Vila Velha, a “Terceira Ponte” e o mar, além do Morro Jesus de Nazareth e as Ilhas do Papagaio, Bode e Sururu, em alguns pontos.

Segundo o Plano Diretor Municipal de Vitória (Lei nº 6705/2006), os pontos 1, 2 e 3 estão localizados em uma Zona de Ocupação Preferencial 3 (ZOP3, em vermelho no mapa 4.1), Zona composta por áreas em transformação urbana acelerada e por grandes áreas desocupadas, em que são previstos equipamentos de uso público ligados às atividades de lazer, turismo, cultura, evento e sedes de órgãos da administração pública e outras atividades de comércio e serviços complementares a esses equipamentos.

Segundo a Tabela 4.1, para essa Zona são determinados os seguintes índices urbanísticos: coeficiente de aproveitamento de até 1,2, taxa de ocupação máxima de 40 (quarenta) por cento, com afastamento frontal de oito metros e gabarito de até quatro pavimentos.

Os pontos 1 e 2 (Mapa 3.20) estão contidos na Praça do Papa que é utilizada para o fim proposto pelo PDU, relacionada às atividades de lazer, turismo, cultura e evento e entende-se que a ocupação atual será mantida sem a interferência do setor imobiliário. Contudo, entende-se que novas construções por parte da Prefeitura para esse espaço podem interferir na visualização desses elementos. Entretanto, como este trabalho busca avaliar as alterações da paisagem de acordo com o interesse imobiliário, a simulação gráfica não foi realizada.

O ponto 3 (Mapa 3.20) também está inserido nessa Zona, porém em uma via pública, ou seja, não passível de edificações. Sendo assim, entende-se que haverá permanência da visualização nesse ponto, não necessitando de estudos gráficos. O mesmo ocorre para o ponto 11, que apesar de pertencer à outra Zona, a Zona de Ocupação Preferencial (ZOP1/04), está localizado em uma via pública.

O ponto 5 também está localizado na orla da Enseada do Suá, entre as Ilhas do Sururu e do Bode. O ponto em questão está inserido na Zona de Proteção Ambiental 2. Para esta Zona estão definidas, segundo o Plano Diretor Urbano de Vitória, áreas de proteção integral, uma vez que é composta por ecossistema de interesse de preservação, conservação e desenvolvimento de atividades sustentáveis. Considerando fazer parte de uma área de proteção ambiental, a simulação gráfica não foi desenvolvida, uma vez que o PDU de Vitória garante a permanência de visibilidades para os elementos mencionados anteriormente. O mesmo ocorre com o ponto 5, também localizado na orla da Enseada do Suá.

Todavia, considerando a orla de Vila Velha, vale também analisar a legislação referente para identificar quais as possibilidades de construção do outro lado da baía e se estas comprometeriam, ou não, a percepção da paisagem a partir da Praça do Papa, como dos demais pontos localizados na orla da Enseada, mencionados anteriormente.

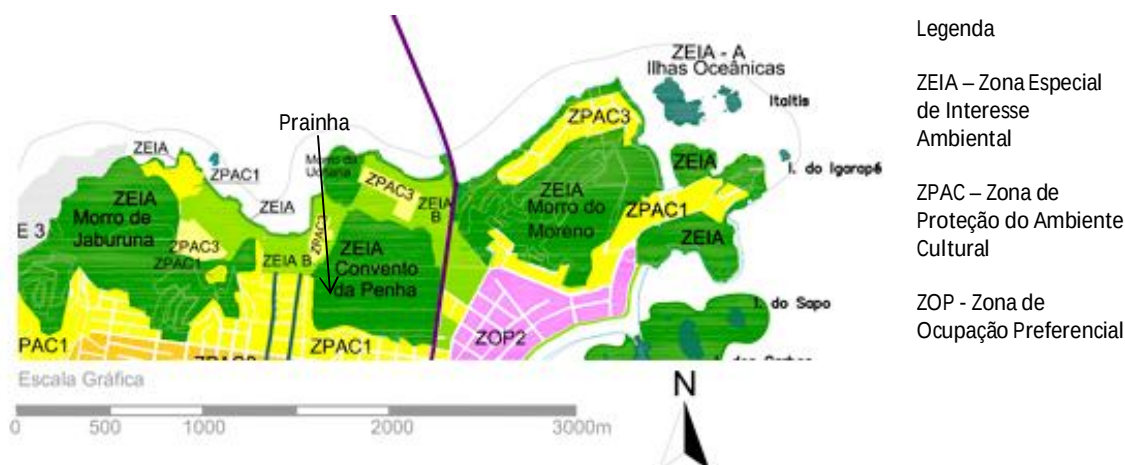
Segundo o Plano Diretor Municipal de Vila Velha, o Morro do Moreno, o Morro do Convento Nossa Senhora da Penha, o Morro do Jaburuna e a Prainha estão localizados na ZEIA – Zona Especial de Interesse Ambiental (Mapa 4.2). Essa Zona inclui parcelas do território municipal onde é fundamental a proteção e a conservação dos recursos naturais, visando à preservação do meio ambiente (VILA VELHA, 2007). O PDM de Vila Velha subdivide a Zona em ZEIA A, ZEIA B e ZEIA C, com possibilidades de construções de acordo com índices urbanísticos limitadores.

A ZEIA A é composta por áreas de preservação permanente situadas na área urbana, com o objetivo de propiciar o equilíbrio ambiental e que deverão ser mantidas como unidades de conservação da

natureza, respeitando seus respectivos planos de manejo. A ZEIA A, segundo o mapa, compreende as Ilhas Oceânicas localizadas ao lado do Morro do Moreno.

A ZEIA B compreende “áreas verdes e paisagísticas públicas, praças, mirantes e parques urbanos cujas funções são proteger as características ambientais existentes e fornecer espaços públicos adequados e qualificados ao lazer da população” (VILA VELHA, 2007). Na orla de Vila Velha, a ZEIA B inclui trecho da base do Morro do Convento e o Parque da Prainha.

A ZEIA C inclui “áreas ambientalmente frágeis que merecem tratamento diferenciado para a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos urbanos, condicionados à manutenção e à conservação de áreas de preservação permanente” (VILA VELHA, 2007).



Mapa 4.2 – Zoneamento Urbano PDM Vila Velha. Orla.
Fonte – Lei nº 4575/2007.

Contudo, observado a Lei relativa ao PDM de Vila Velha, percebe-se que esta não estabelece, para as três zonas, diretrizes e parâmetros urbanísticos específicos, deixando uma lacuna quanto às possibilidades de ocupações futuras e se essas alterariam consideravelmente a paisagem, principalmente no que tange a visualizações dos referenciais da paisagem em questão.

Na orla de Vila Velha, também são definidas outras Zonas, como a ZPAC – Zona de Proteção do Ambiente Cultural que se constitui de “áreas verdes centrais destinadas à proteção do patrimônio ambiental, histórico e cultural, com o objetivo de garantir a preservação e proteção dos bens existente” (VILA VELHA, 2007). Essa Zona subdivide-se em ZPAC1, ZPAC2 e ZPAC3, sendo que, dentro da área em questão, a ZPAC2 não está contida. As demais estão indicadas em amarelo no Mapa 4.2, aos pés do Morro do Jaburuna, Convento da Penha e Moreno.

Segundo a tabela de índices urbanísticos do PDM de Vila Velha (trecho na Tabela 4.2), a ZPAC1 determina gabarito compatível com a baixa verticalização e proteção do ambiente cultural. Essa

subzona determina coeficiente de aproveitamento de até 1,5, gabarito de até dois pavimentos, taxas de ocupação até 60 (sessenta) por cento e afastamento frontal de três metros.

A ZPAC3 determina coeficientes de aproveitamento e verticalização limitados, porém em decorrência da proteção das encostas do Morro do Moreno. Para essas áreas estão previstos coeficientes de aproveitamento de até 0,4, gabaritos de até dois pavimentos e taxas de ocupação de 35 (trinta e cinco) por cento, além de afastamentos frontais de quatro metros.

Tabela 4.2 - Resumo dos índices urbanísticos relativos às zonas localizadas na orla de Vila Velha (trecho).

	COEF. APROVEIT. MÁXIMO	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA	GABARITO	AFASTAMENTO FRONTAL
ZPAC1	1,5	60%	2 pav.	3m
ZPAC3	0,4	35%	2 pav.	4m

Fonte: baseada nas tabelas de controle urbanístico do município de Vila Velha. Lei nº 4575/07.

Considerando os índices urbanísticos propostos, entende-se que, apesar da possibilidade de ocupação prevista em Lei, a visualização do Morro do Jaburuna, do Convento, do Moreno e da Prainha não ficaria prejudicada a partir dos pontos localizados na orla da Enseada do Suá, devido também à distância do observador em relação aos elementos da paisagem. Dessa maneira, a simulação gráfica não se faz necessária e conclui-se que haverá permanências da visualização.

A partir dos pontos 1 e 2, também é possível observar o Morro Jesus de Nazareth. No entorno do morro, como demonstrado no Mapa 4.1, são encontradas as Zonas de Ocupação Preferencial 3 (ZOP3) e de Ocupação Preferencial 1/04 (ZOP1/04), sendo a primeira relacionada à Praça do Papa e ao entorno imediato da mesma, já apresentada anteriormente.

A ZOP1/04, inserida aos pés do Morro Jesus de Nazareth, contempla áreas desocupadas ou em processo de transformação urbana. Para essa Zona estão previstos usos residenciais ou não residenciais, além de empreendimentos geradores de impacto urbano. Como demonstrado na Tabela 4.1, o coeficiente de aproveitamento máximo permitido para a área é de 1,95, com taxa de ocupação de 65 (sessenta e cinco) por cento e gabarito de até quatro pavimentos, com afastamento frontal de no mínimo quatro metros.

Como o gabarito nessa Zona é superior ao permitido na orla de Vila Velha, como também da proximidade do observador em relação ao morro, foi desenvolvida a simulação gráfica a seguir (Figura 4.7). Esta demonstra que novas ocupações, em azul, na base do Morro do Suá, não alterariam a contemplação do mesmo, uma vez que atualmente não é possível visualizar a base do morro e tal fato se manteria com a presença de novas edificações, permanecendo, porém, a visibilidade para o contorno, a extensão e o cume do Morro do Suá.

O Morro do Suá também pode ser visualizado próximo à Praça do Papa, no ponto 4. Pelas mesmas justificativas apresentadas anteriormente é apresentada uma simulação gráfica (Figura 4.8) ilustrando como se daria a nova paisagem da região, quando da visualização para o Morro Jesus de Nazareth, considerando as possibilidades de construções (em azul) permitidas no PDU de Vitória para essa zona, com os mesmo índices indicados anteriormente.

A figura apresentada demonstra que os índices urbanísticos determinados são satisfatórios no que tange à permanência da visibilidade do morro, a partir do ponto de vista em questão. Atualmente, diante da inexistência de edificações, o contato do morro com o solo não pode ser contemplado, situação que permaneceria diante de novas ocupações, que garantiriam a visibilidade para o contorno, cume, vegetação, extensão, etc.



Figura 4.7 – Simulação Gráfica ponto 1. Morro Jesus de Nazareth.
Fonte – Acervo pessoal.



Figura 4.8 – Simulação gráfica ponto 7. Morro Jesus de Nazareth.
Fonte – acervo pessoal.

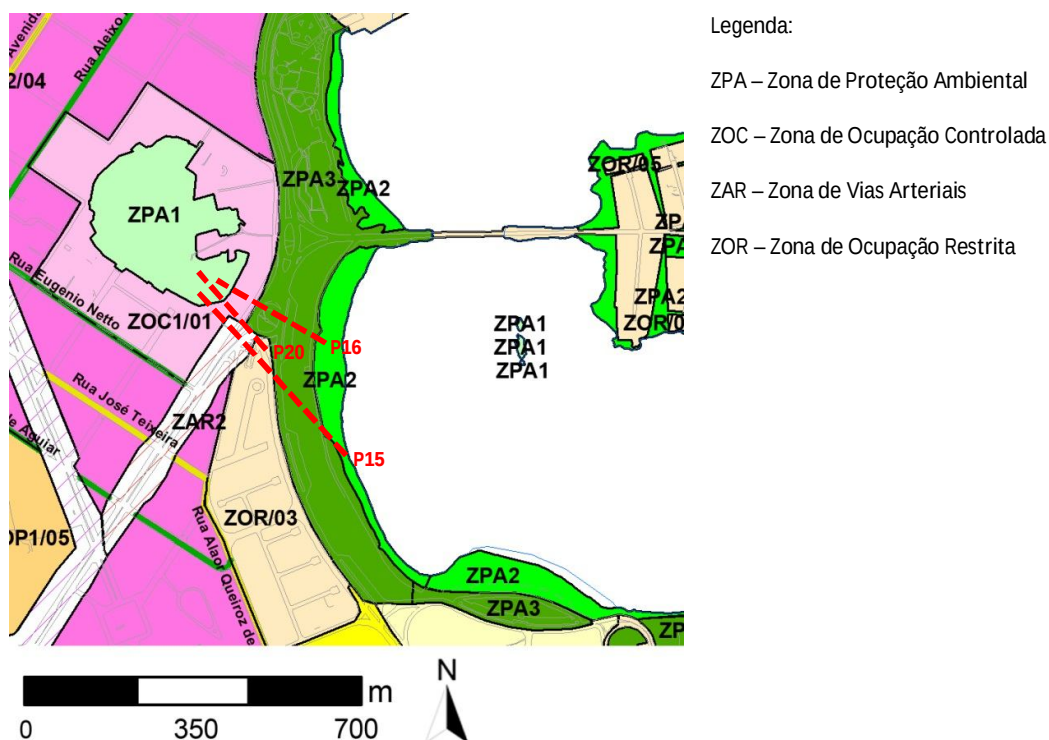
No parque linear e na Curva da Jurema, também estão inseridos os pontos 13 a 18. Em geral, esses pontos contemplam um cenário privilegiado na Enseada do Suá, uma vez que permitem contemplação para o conjunto paisagísticos da Ilha do Boi, da Ilha do Frade, do Morro da Barrinha, do mar, da orla de Vila Velha, da “Terceira Ponte” e do Morro do Guajuru. A visualização para esses elementos é permitida pela ausência de bloqueios construtivos na região, por estar inserida em uma Zona de Proteção Ambiental (ZPA2), mencionada anteriormente. Uma vez que a limitação determinada pelo PDU impede construções nesses pontos e no eixo visual dos elementos em questão, garantindo a permanência da percepção da paisagem, a simulação gráfica não se faz necessária.

Nos pontos 15, 16 e 20, também é possível contemplar o Morro do Guajuru, em diferentes distâncias, como demonstrado na etapa anterior do trabalho. Segundo a ampliação do Mapa 4.1, Mapa 4.3, direcionando o ponto de vista quinze até o Morro do Guajuru, é possível identificar três Zonas: as Zonas de Proteção Ambiental (ZOP2 e ZOP3), a Zona de Ocupação Restrita (ZOR/03), a Zona de Vias Arteriais (ZAR/02) e, aos pés do morro, a Zona de Ocupação Controlada (ZOC1/01).

A Zona de Proteção Ambiental, apresentada anteriormente garante, a partir do controle de edificações, a visualização para o elemento em questão. A ZOR é composta por áreas restritas de ocupação, impostas pelo sistema viário local caracterizado por vias sem saída e pela localização

próxima à Baía de Vitória (VITÓRIA, 2006). Para a ZOR/03 são indicados os seguintes índices urbanísticos apresentados na Tabela 4.1: coeficiente de aproveitamento de até 1,2, taxa de ocupação máxima de 60 (sessenta) por cento, afastamento frontal de três metros e gabarito de até dois pavimentos.

Para a ZAR/02 está previsto: coeficiente de aproveitamento máximo de 1,95, taxa de ocupação com até 60 (sessenta) por cento, afastamento frontal de três metros e gabarito de até cinco pavimentos. Por último, aos pés do morro, está a ZOC1/01 que apresenta os mesmos índices anteriores.



Mapa 4.3 – Zoneamento Urbano PDU Vitória. Trecho do entorno do Morro do Guajuru.

Fonte – Lei nº 6705/2006. Marcações da autora.

Um estudo gráfico foi desenvolvido a partir do ponto 15, apresentado na Figura 4.9, em que é possível observar que, a partir deste ponto, novas edificações manteriam a visibilidade atual para o Guajuru, apresentando-se como permanência na contemplação da paisagem possibilitada atualmente.

O mesmo acontece no ponto 16 em relação ao Guajuru. Do ponto de vista em questão até o morro são identificadas as Zonas de Proteção Ambiental e a Zona de Ocupação Controlada, mencionadas anteriormente (Mapa 4.1) e a Figura 4.10 também apresenta o estudo gráfico de acordo com as possibilidades de construções para a região.

Segundo o demonstrado, novas edificações de até cinco pavimentos, permitidas nessa zona, não comprometeriam a visibilidade do cume e do contorno do Morro do Guajuru, de acordo com a possibilidade atual de contemplação. Dessa maneira, a legislação atual garante a permanência de contemplação do morro a partir desse ponto de vista.



Figura 4.9 – Simulação Gráfica. Ponto 15. Morro do Guajuru.
Fonte – Acervo pessoal.

O ponto 16 também está localizado em uma Zona de Proteção Ambiental e possibilita, como mencionado, a visualização da orla de Vila Velha e “Terceira Ponte”. Todavia, quando analisada a região próxima à Ilha do Boi, identifica-se a Zona de Equipamentos Especiais (ZEE 8), composta por áreas que englobam atividades com características especiais, que exercem ou possam exercer impactos econômicos, urbanísticos e funcionais no município.

Um grande terreno vazio está localizado no eixo visual de alguns pontos da Enseada do Suá (em azul no Mapa 4.4). Esse está na iminência da construção de um conjunto de edifícios, conhecido como “Nova Cidade”, ou *Water Front*, e permite visualização para a Ilha do Boi, a Ilha do Bode, a orla de Vila Velha, a “Terceira Ponte” e o mar, ou seja, área privilegiada e de acentuado interesse imobiliário.



Figura 4.10 – Simulação Gráfica. Ponto 16. Morro do Guajuru.
Fonte – Acervo pessoal.

Segundo o PDU, tal Zona não possui índices pré-estabelecidos, ou seja, é marcada pela ausência de parâmetros urbanísticos prévios. Para esta zona, porém é determinado que os responsáveis pelos equipamentos a serem implantados na região elaborem planos específicos para a ordenação das formas de uso e ocupação do solo. Tais planos devem envolver os usuários e a população e ser aprovados pelo Poder Executivo, cumprindo objetivos estabelecidos em Lei, entre eles, o de garantir a preservação das áreas de interesse histórico ambiental e paisagístico “garantindo uma integração harmoniosa destes com o entorno e a manutenção de visuais e marcos da paisagem natural/construída” (VITÓRIA, 2006, p.56).

O projeto inicial, apresentado em 2005, previa a construção de treze prédios residenciais de até dezenove andares cada e outros de até trinta pavimentos que, segundo Tereza Carolina Frota de Abreu, superintendente do IPHAN na ocasião, se construídos, comprometeriam o patrimônio histórico do Convento da Penha, ao criar uma barreira que impediria a visualização do mesmo (ALVES, 2006). Tal comprometimento é demonstrado nas figuras a seguir que apresentam a visibilidade do Convento, a partir de um ponto definido na pesquisa do IPHAN, localizado na praia do parque linear, antes e após a inserção dos edifícios. Esse ponto apresentado pelo IPHAN parece não condizer exatamente com o registro fotográfico apresentado a seguir, provavelmente alterado por efeitos de aproximação de foco possibilitados pela câmera.



Figuras 4.11 e 4.12– Nova Cidade, antes e após a construção dos primeiros edifícios propostos.
Fonte – FIGUEIREDO, LAUAR e MICELI, 2013.

A pesquisa do IPHAN foca a relação do conjunto de edifícios propostos apenas com o Convento da Penha, porém a imagem permite observar o impacto das edificações também com a visualização da “Terceira Ponte”.

Também diante de pressões por parte da população, o Ministério Público proibiu a Prefeitura a autorizar a construção do projeto da “Nova Cidade”, alegando que causaria “irreversíveis danos paisagísticos, viários e ambientais à cidade” (ALVES, 2006, p.6). Ainda segundo o autor, tendo em vista tal decisão, os advogados responsáveis pelo empreendimento recorreram alegando que o terreno em questão não se enquadra na área de proteção de visibilidade do Convento da Penha e que o projeto proposto estava de acordo com a legislação vigente.

Diante das circunstâncias, criou-se um novo projeto para o local, em 2009, prevendo a construção de seis prédios, dois com vinte e oito andares e quatro com trinta andares. Os construtores argumentaram que o novo projeto possibilitaria mais “oxigenação”, por reduzir o número de edifícios, garantindo a visualização para o Convento da Penha (FARIA, 2011). A Figura 4.13 demonstra a relação dos novos edifícios propostos com o Convento da Penha, por meio de simulação gráfica desenvolvida pelo IPHAN, que aponta para uma maior possibilidade de visibilidade para o Convento e para a “Terceira Ponte”, contudo demonstra o grande potencial de impacto que causaria na paisagem da região, devido ao contraste do porte das novas edificações com o restante do bairro.

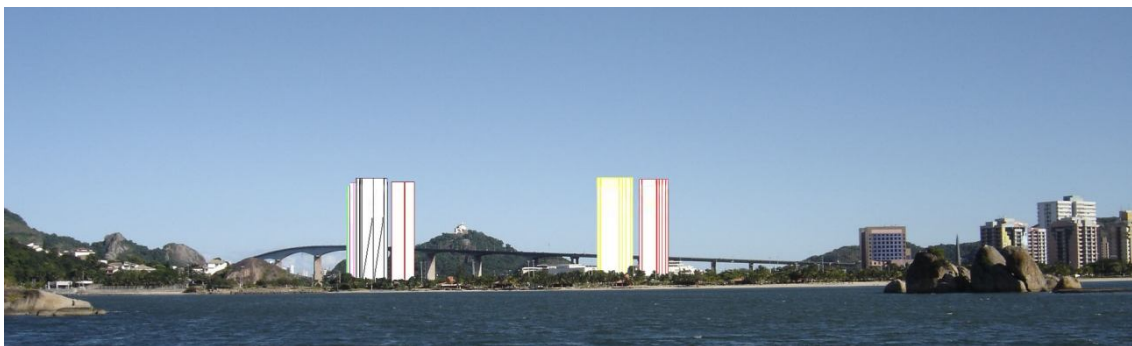


Figura 4.13 – Nova Cidade, nova proposta apresentada em 2009 e a relação com a paisagem.

Fonte – FIGUEIREDO, LAUAR e MICELI, 2013.

Assim, da mesma maneira, o Ministério Público se manifestou contrariamente à construção das torres, além do IPHAN que argumentou que a Prefeitura iniciou o processo sem o parecer técnico do Instituto. Dessa maneira, o juiz responsável pelo caso exigiu que a Prefeitura considerasse a participação do IPHAN na análise do projeto e que analisasse o mesmo de acordo com o PDU vigente, de 2006, e não segundo o PDU anterior, de 1994. Tal decisão gerou controvérsias, uma vez que o primeiro projeto foi registrado em 2005, antes da aprovação do PDU em vigência (SCARDUA, 2010).

Em entrevista, Martins Filho (2013) fala sobre o projeto em questão e afirma que os empreendedores adquiriram o direito, segundo a Lei, de construir na região. Martins Filho participou do primeiro projeto desenvolvido para os prédios e, segundo ele, a proposta atual de implantação impediria a visualização para alguns elementos da paisagem. Ele complementa que não considera o local ideal para essas edificações devido à paisagem do entorno.

Também sobre o *Water Front*, Meneghel (2013), em entrevista, relata que entende que o projeto pode causar interferência na paisagem, devido aos elementos arquitetônicos propostos, à quantidade elevada de metros quadrados construídos, entre outras questões.

Um novo projeto foi apresentado à Prefeitura, com edifícios de menor porte (Figura 4.14), além de nova ampliação do Shopping Vitória, localizado ao lado. O novo projeto está sob análise e também causou novas audiências públicas com diversas contestações por parte dos moradores da Enseada, da Ilha do Boi e de Vitória, além de arquitetos da prefeitura e da Universidade Federal do Espírito Santo.



Figura 4.14 – Nova Cidade, nova proposta apresentada em 2012 e a relação com a paisagem.

Fonte – FIGUEIREDO, LAUAR e MICELI, 2013.

Todas as declarações e decisões do Ministério Público permitem compreender que tal projeto gera, desde o início, grande polêmica na cidade, diante da possibilidade de impedimento quanto à visibilidade do Convento da Penha na região, entre outros aspectos. Todavia, Diva Maria Freire Figueiredo, superintendente atual do IPHAN, em entrevista concedida à autora deste trabalho em 2013, afirmou que a polêmica também gira em torno do impacto que tais edifícios gerariam no trânsito do local e que esta é a maior reivindicação por partes dos moradores da Enseada do Suá e da Ilha do Boi.

Outro projeto na Enseada tem levantado polêmica. O projeto do “Fibrasa Connection” está localizado em outro terreno vazio da região, demonstrado com um círculo vermelho no mapa a seguir (Mapa 4.4), inserido em uma Zona de Ocupação Preferencial, com os índices urbanísticos indicados na Tabela 4.1.

Segundo Figueiredo, Lauar e Miceli (2013), representantes do IPHAN, o projeto apresentado em 2010 possui gabarito de 30 pavimentos e 106 metros de altura, superior ao primeiro projeto da “Nova Cidade”. O IPHAN também identificou interferências da edificação proposta com o Outeiro e Convento da Penha a partir de determinados pontos do bairro. Segundo as autoras:

O IPHAN desempenhou então papel decisivo, uma vez que o poder público local incorporou no seu plano diretor municipal, normativas de reconhecimento e valorização da paisagem da cidade e de sua identidade urbana e cultural que não contempla a proteção da área mais afetada pelos dois empreendimentos (FIGUEIREDO, LAUAR e MICELI, 2013, p. 12).

As autoras complementam que a lei municipal protege apenas a perspectiva notável do Outeiro e Convento da Penha, a partir do eixo da “Reta da Penha” e apontam outras áreas do bairro em que esta visualização deva ser preservada. A figura a seguir apresenta um estudo gráfico da inserção do edifício na imagem a partir de um ponto localizado na orla da Enseada, no late Clube. Como demonstrado, a partir deste ponto, a visibilidade do Convento não é alterada consideravelmente,

porém Diva Figueiredo, em entrevista concedida à autora desta pesquisa, informa que o Instituto busca resguardar também o entorno do elemento, como a Prainha e o Morro do Jaburuna, entendendo que faz parte de um conjunto paisagístico, como defendido nesta dissertação.



Figura 4.15 – Simulação da inserção do “Fibrasa Connection” na paisagem da Enseada do Suá.

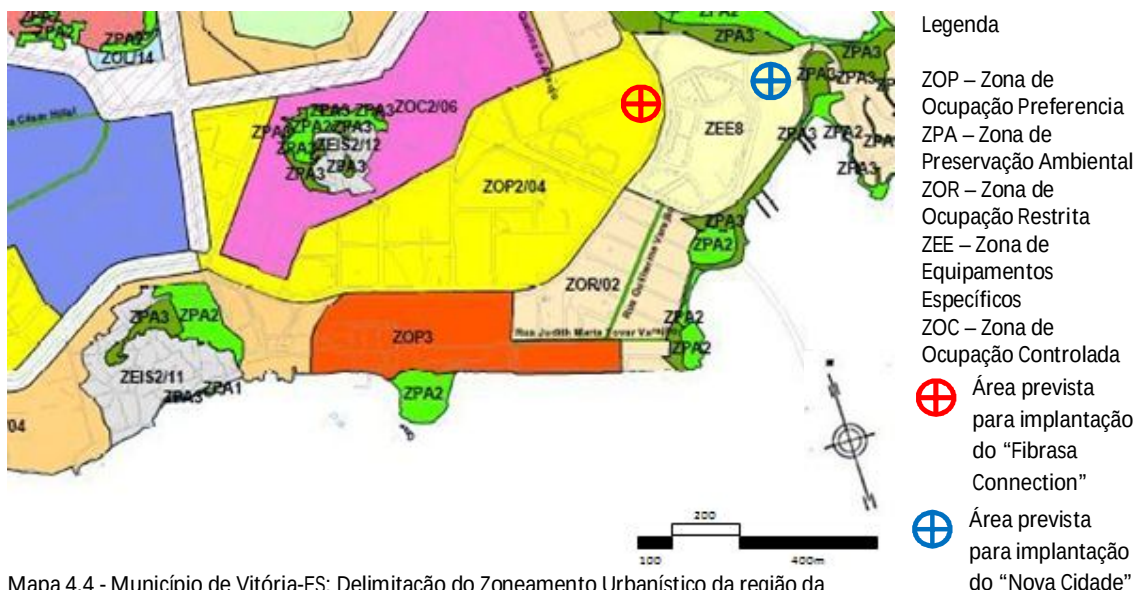
Fonte – FIGUEIREDO, LAUAR e MICELI, 2013.

Em 2011, o Ministério Público do Espírito Santo (MPES) também entrou com uma ação civil pública para impedir a construção do prédio. O órgão exigiu, a pedido do IPHAN, que todo o projeto fosse refeito. Segundo nota emitida pelo MPES, o órgão pede “a paralisação imediata das obras, a suspensão dos alvarás de aprovação e execução, a Licença Municipal de Instalação-Ambiental e demais deliberações relativas ao citado empreendimento” (EMPREENDIMENTO..., 2011).

Ainda segundo o jornal, o primeiro projeto apresentado pelos empreendedores correspondia a dois blocos de menor porte e, posteriormente, foi apresentado o projeto atual. A alegação é a mesma que a do projeto “Nova Cidade”, que o projeto inicial foi apresentado anteriormente à aprovação do PDU atual. Porém tal justificativa não modificou a decisão do MPES, que exigiu novos Estudos de Impacto de Vizinhança e audiências públicas para a aprovação da obra, argumentando que o projeto foi alterado de forma radical e que deve ser analisado como um projeto novo, dentro da legislação atual.

Como demonstrado na figura anterior, o porte do edifício não corresponde aos encontrados no entorno e também impede a visualização para o Morro do Jaburuna, a partir do ponto em questão, apresentando-se como grande alteração na paisagem da Enseada e perda iminente para os habitantes.

O IPHAN afirma que há uma expectativa de que ocorra a normatização dos entornos dos bens tombados colaborando para uma leitura ampliada de suas ambiências e a eficácia de sua proteção, com o objetivo de reduzir as ameaças geradas pelo processo de urbanização. Mas isso, segundo as autoras, exige uma compatibilização das legislações das diversas esferas do poder, como forma de administrar o conflito de interesses sobre determinadas áreas urbanas (FIGUEIREDO, LAUAR e MICELI, 2013).



Mapa 4.4 - Município de Vitória-ES: Delimitação do Zoneamento Urbanístico da região da Enseada do Suá (trecho).

Fonte - Freitas e Oliveira, 2009. Prefeitura Municipal de Vitória - Plano Diretor Urbano.

Lei nº 6.705/06, Vitória: 2006. Marcações da autora.

Em entrevista, quando questionado acerca do futuro da paisagem da Enseada com a implantação de novos empreendimentos nos próximos anos, Martins Filho (2013) diz que:

A porteira já foi aberta. Agora se deram conta de um erro e que é melhor para a cidade corrigir o erro do que continuar nele. Mas, para quem investiu em cima do valor do terreno, obedeceu à legislação vigente, deu entrada na prefeitura solicitando a aprovação de acordo com a lei vigente nos prazos certos tem algum direito? A justiça vai dizer que sim. Ele não tem culpa, entre aspas. De qualquer forma é o poder que representa o povo que aprovou que a Enseada ficaria naquele formato. A aprovação do PDU, da forma como é feita, por conchavo político ou corrupção permitiu contrariamente à concepção original. (...) Eu tenho culpa de ser pai da criança, mas não tenho culpa da educação que foi dada (MARTINS FILHO, 2013, s/p).

Maria de Lourdes Oliveira, arquiteta da Prefeitura de Vitória, a partir do mesmo questionamento afirma que “é difícil imaginar, porque a gente não sabe que forças vão atuar nesse meio tempo. Há cada vez menos terrenos vazios e há alguns terrenos grandes que ainda estão com gabarito e ocupação baixos e a pressão imobiliária é muito grande” (OLIVEIRA, 2013, s/p). Oliveira complementa:

[...] no que depender de mim, eu vou manter a região numa escala mais ao nível das pessoas, porque eu acho que é um potencial de um espaço agravável. (...) Mesmo você não vendo o mar a todo o momento, mesmo sendo intercalado, o fato de você não ter obstrução na linha do horizonte, em cima das edificações, te dá a impressão de que o mar está ali, te dá a sensação do espaço em que você está vivendo, onde você está circulando, coisa que não aconteceria se você tivesse um paredão por ali, você perderia a sensação de que logo ali é o mar (OLIVEIRA, 2013, s/p).

Entende-se, assim, que as perdas, os ganhos e as permanências se dão a partir do trabalho vivo explanado por Santos. Tais mudanças compõem uma paisagem resultado de diversas relações, como sociais, políticas, econômicas, culturais, entre outras. A paisagem se utiliza de constantes mutações,

por meio da construção, da desconstrução, da reconstrução de novos elementos formadores da paisagem.

Souza (2010), citando Carlos (2001), diz que:

[...] as ruas redimensionam-se e ganham outro conteúdo, que tende a eliminar o lúdico, transformando-as em lugar de passagem. O processo de reprodução do espaço vai-se constituindo por meio da eliminação de antigas formas que traziam a marca da sociabilidade – pontos de encontro, o lugar da festa –, tragando os rituais e seus mistérios, eliminando referências, destruindo com isso as bases de apoio da memória social (...). O novo engole, incessantemente, as formas onde se inscreve o passado [...] (CARLOS, 2001, APUD SOUZA 2010, p.55).

Tais mudanças, provenientes das transformações da cidade, confirmam a afirmação de Santos (2008) que diz que “a paisagem precede a história que será escrita sobre ela ou modifica-se para acolher uma nova atualidade, uma inovação” (SANTOS, 2008, p.23).

Contudo, a produção do espaço urbano anuncia uma tendência à padronização e a homogeneização de alguns ambientes. Assim, o espaço é produzido pelo incremento de estruturas, como aterro para abertura de estradas, para projetos sanitaristas que auxiliam na produção de novas formas urbanas que têm como objetivo facilitar a convivência social, incorporando perdas na paisagem, porém podendo proporcionar permanências e ganhos na paisagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação objetivou contribuir para o entendimento das transformações da paisagem frente ao processo de urbanização e ao crescimento urbano acelerado, principalmente em Vitória, com olhar voltado para a Enseada do Suá, para a preservação dos elementos paisagísticos relevantes presentes na região e para a análise dos valores da paisagem, bem como colaborar quanto às decisões relativas à manutenção da visibilidade de determinados elementos, identificados como referenciais.

Como foi discutido no primeiro capítulo, a paisagem está associada ao processo de percepção das relações que se dão com o espaço e o tempo, entre o homem e o ambiente e está presente na memória do ser humano na observação do meio, antes mesmo da elaboração do seu conceito. Com o passar dos séculos, o tema passou a ser bastante discutido e estudado por diversos autores, entre eles Lynch (1997), Santos (1997) e Ab'Sáber (2003), a partir de conceitos interdisciplinares apresentados por geógrafos, historiadores, arquitetos, urbanistas, entre outros, demonstrando que a paisagem permite múltiplas leituras a partir de diversos contextos históricos.

Contudo, a dinâmica do espaço urbano nas grandes metrópoles, sobretudo no século XX, tem apresentado significativas mudanças na paisagem, normalmente relacionadas à dinâmica imobiliária. Como apresentado, em Vitória esse processo foi marcado pela verticalização a partir da segunda metade dos anos de 1940 na área central da cidade. A partir desse período a produção imobiliária se tornou cada vez mais agressiva, principalmente no que tange à valorização da paisagem.

Gradativamente, esta ocupação se deslocou para outras áreas da cidade, devido a uma série de fatores, entre eles a busca de novas áreas habitacionais. No intuito de assegurar a manutenção dessa paisagem, a Prefeitura elaborou diretrizes por meio de subsequentes Planos Diretores, estabelecendo, entre outros, instrumentos para a proteção da paisagem em alguns trechos da cidade. Outros parâmetros de preservação foram estabelecidos também pelo IPHAN e por cartas, entre elas a Carta de Bagé e, mais recentemente, a Carta em Prol da Paisagem da Região Metropolitana de Vitória.

A dinâmica das transformações na paisagem de Vitória também foi discutida no primeiro capítulo a partir da apresentação da trajetória dos subsequentes aterros na cidade a partir do século XIX. Devido à pequena faixa firme originalmente existente na ilha, fez-se crer, ao longo dos anos, na necessidade de uma expansão territorial devido ao crescimento econômico e populacional e à carência de infraestrutura na cidade, além da criação de paisagens cênicas. Algumas dessas

justificativas, entre outras, acarretaram no aterro da região da Praia do Suá, que culminou no bairro Enseada do Suá.

A primeira e principal perda na paisagem identificada nesta dissertação está relacionada ao aterro na região, que deu nova dinâmica ao lugar, distanciou os habitantes do mar e de outros elementos paisagísticos da região. Além das praias extintas, ilhas antes existentes deixaram de se configurar como tais e foram integradas ao território.

O aterro se deu a partir do Plano de Urbanização da Praia do Suá, desenvolvido pela COMDUSA em 1970. O Plano apresentou um discurso voltado para a valorização da paisagem, a partir do controle dos índices urbanísticos demonstrados, e para a valorização do indivíduo na urbe, buscando atender às necessidades do mesmo. Porém, os usos e os índices urbanísticos foram modificados antes mesmo da conclusão do aterro e novas propostas foram estabelecidas e aprovadas pela Prefeitura, diante da pressão do mercado imobiliário. Observou-se nas mudanças uma redução de áreas destinadas aos espaços livres e verdes, configurando uma perda para a paisagem da região.

Em relação à paisagem, o projeto aprovado e executado deu um tratamento à orla com a destinação de uma área verde litorânea com praias e usos destinados ao lazer, à cultura, ao esporte, com espaços arborizados e com possibilidades de contemplação da paisagem, apresentando-se como um dos principais ganhos identificados a partir do aterro.

Contudo, a partir da trajetória de crescimento do bairro, novas modificações ocorreram na paisagem, como discutido no segundo capítulo a partir da análise dos Planos Diretores Urbanos de Vitória desde 1984 até hoje. O estudo demonstrou que grandes alterações foram recorrentes na Enseada, principalmente, a partir da década de 1990, que devido às novas modificações do Plano, novos usos foram permitidos, entre eles o institucional, com gabaritos mais elevados.

Assim, os reflexos advindos das transformações no território foram perceptíveis, principalmente na incorporação de novos elementos à paisagem pré-existente – prédios surgiram nas principais avenidas, demonstrando uma mudança estrutural na paisagem, antes composta por mar, montanhas e ilhas, passando a ser composta por mar, montanhas, vias, residências e edifícios de múltiplos andares, configurando uma paisagem contemporânea totalmente contraposta à de quarenta anos atrás, predominantemente natural.

O capítulo três demonstrou que a situação se agravou a partir da evolução urbana, com a efetiva ocupação do território, que criou bloqueios na contemplação de alguns elementos referenciais, defendendo a premissa levantada no início do trabalho, quanto à gradativa redução da relação das

edificações construídas ao longo do tempo com os referenciais da paisagem da região. A partir de visitas em campo, mapeamentos, registros fotográficos e entrevistas, o trabalho identificou perdas, ganhos e permanências na paisagem.

Os mapeamentos das zonas de visualização e as classificações quanto aos níveis de percepção da paisagem demonstraram que dividindo o bairro em três trechos, da orla, da Avenida Nossa Senhora dos Navegantes e do interior do mesmo, a orla mantém, em boa parte, a visibilidade de diversos elementos da paisagem, mesmo diante das edificações, considerando os pontos de vista privilegiados adotados para o trabalho, indicando uma permanência na visualização desses. Contudo, o mesmo não ocorre quando o olhar é direcionado ao sentido oposto à orla devido à altura e à implantação das edificações, apresentando perda considerável.

No capítulo quatro, contatou-se, por meio da análise das legislações vigentes representadas por simulações gráficas, a iminência de novas modificações na paisagem e a possibilidade de novas perdas, necessitando de uma premente atenção por parte do Governo Municipal. Os dados apresentados demonstraram que as legislações são, em geral, suficientes no que tange a preservação da paisagem nas orlas, garantindo a permanência da mesma, exceto em alguns casos específicos em que não há índices urbanísticos pré-estabelecidos, como é o caso da Zona de Equipamentos Especiais (ZEE8), relativa a um grande terreno vazio no prenúncio da construção do conjunto de edifícios conhecidos como “Nova Cidade”, como apresentado, podendo configurar perda considerável na paisagem.

No interior do bairro, a situação atual tende a se agravar devido às novas possibilidades de construções, configurando possíveis perdas futuras. O trabalho apontou para os elevados índices urbanísticos permitidos para boa parte do território que acarretariam a perda ou redução de visibilidade para importantes elementos paisagísticos. Assim, os índices urbanísticos estabelecidos para determinadas áreas do bairro, como apresentado, se configuram como insuficientes no que tange a preservação do conjunto paisagístico da região.

As modificações apresentadas ao longo da dissertação, desde o aterro na década de 1970, confirmam Santos (2008), quando afirma que a paisagem é passível às mudanças de construção do espaço, ou seja, mutante de acordo com as ações do homem sobre a mesma.

A exigência do Relatório de Impacto Urbano também apresentado no quarto capítulo foi entendida como um instrumento fundamental para o controle de impactos de grandes empreendimentos no município de Vitória. Por meio da alteração do relatório para o Estudo de Impacto de Vizinhança, houve uma evolução, principalmente quanto à obrigatoriedade de audiência pública para a

aprovação dos empreendimentos, garantindo a efetiva participação da população. Todavia, foi possível considerar, a partir dos dados apresentados, que o RIU não foi e o EIV, da mesma forma, não tem sido um instrumento eficiente para subsidiar as avaliações de impactos paisagísticos de empreendimentos na região da Enseada do Suá. Entende-se que isso ocorre devido à ausência de uma metodologia que oriente o estudo e a forma de apresentação quanto à análise relativa à paisagem.

O trabalho desenvolvido se mostra oportuno e fundamental, uma vez que busca alertar para a possibilidade de manter o acesso e a visibilidade de elementos referenciais da paisagem de Vitória diante da ocupação futura em um bairro que ainda contempla áreas vazias e com edificações horizontalizadas, observando, porém, tratar-se de uma situação temporária, uma vez que se encontra em um processo acelerado de verticalização. No entanto, entende-se que a continuidade do trabalho é essencial no desenvolvimento de metodologias que garantam, dentro do possível, a manutenção da paisagem da região, tendo em vista a visibilidade para elementos considerados referenciais da paisagem.

Entende-se que é possível conciliar os interesses da cidade e os interesses dos empreendedores; no entanto falta uma sensibilidade, tanto da Prefeitura, quanto dos empreendedores e dos arquitetos urbanistas, para vislumbrar uma forma de ocupação que estabeleça um equilíbrio em relação à paisagem. Entende-se, também, que não há como retornar ao passado, mas que deve haver uma reflexão mais aprofundada sobre o futuro da paisagem da Enseada, diante das possíveis formas de ocupação permitidas na legislação atual e alterações que a mesma pode sofrer diante da pressão que o mercado imobiliário exerce na região.

O Plano Diretor Urbano, como instrumento de políticas públicas para o desenvolvimento e a expansão urbanos, deve servir como norteador à administração pública, no intuito de minimizar questões vinculadas à segregação espacial, por meio de ações concretas ligadas aos aparelhos urbanos (infraestrutura viária, sanitária, transporte, lazer etc.), bem como na preservação da paisagem, diante das transformações urbanas e dos impactos acarretados por elas.

Percebe-se que o IPHAN também tem prestado competência na preservação da paisagem da região, por meio de estudos acerca dos novos edifícios em processo de aprovação, porém, na Enseada do Suá, o Instituto possui atenção especial para o Outeiro e Convento da Penha, tombados em nível Federal. Contudo, a presente dissertação concluiu que não há hierarquias entre os elementos adotados, entendendo que todos os elementos adotados compõem juntamente com o Convento a paisagem da região e também devem ser preservados.

A Prefeitura elaborou o Plano de Proteção da Paisagem, que, primeiramente, está focado na região central de Vitória e que, posteriormente, poderá abranger as demais áreas, inclusive a Enseada do Suá. Além disso, existe a Carta de Vitória - Em Prol da Paisagem da Região Metropolitana da Grande Vitória -, apresentada no decorrer do trabalho, que faz recomendações e considerações relativas à identificação, valorização, preservação, proteção, divulgação e gestão das paisagens capixabas, além de indicações para a devida proteção de elementos paisagísticos consideráveis. Os dois documentos e a revisão do Plano Diretor Urbano, em andamento, podem colaborar na adoção de metodologia para uma devida análise dos elementos paisagísticos significativos e para uma preservação específica a um deles ou o conjunto dos mesmos, em prol do bem comum. Essas são, entretanto, expectativas para o futuro.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABBUD, B. **Criando Paisagens. Guia de Trabalho em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

ALVES, C. Justiça proíbe prefeitura de autorizar o Nova Cidade. **A Gazeta**, Vitória, 02 novembro 2006. p. 6.

AMBLARD, B. C. **A paisagem da Enseada do Suá. 2013**. Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 23 out. 2013.

ARAÚJO, G. M. **Paisagem Cultural: Um Conceito Inovador**. In: Leonardo Barci Castriota. (Org.) Paisagem cultural e sustentabilidade. Belo Horizonte, IEDS/UFMG, 2009.

Aterro do Suá já é novo bairro de luxo. **A Tribuna**, Vitória, 25 de agosto de 1982. p. 14.

Aterro vira bairro nobre. **A Tribuna**, Vitória, 15 novembro 2002. p. 7.

BARTALINI, V. **Petrarca é o culpado**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/01.010/1386>>. Acesso em: 12 de maio de 2013.

BERTRAND, Georges; BERTRAND, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente a partir dos territórios e das temporalidades**. Organizador: Messias Modesto dos Passos. Maringá: Massoni, 2007.

BESSE, J. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BLACKMAN, R. Comércio muda perfil. **A Tribuna**, Vitória, 28 novembro 1993. p. 16.

BRANDÃO, V. **A paisagem da Enseada do Suá. 2013**. Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 21 de nov. 2013.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Lei 10.257/2001. **Estatuto da Cidade**: guia para a implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília, 2001.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados censo 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 04 de setembro de 2013.

BRITO, F. S. R. de. Projecto de um Novo Arrabalde. Rio de Janeiro, 1896. Xerox do Brasil; Vitória: APE, 1996, 73p.

BUFFON, A. C. **A paisagem da Enseada do Suá. 2013**. Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Serra, 26 de nov. 2013.

BUFFON, A. C. **Ensaio da Teoria Topoceptiva**: um exercício de desenho urbano. Estudo de caso – Enseada do Suá, Vitória – ES. 1999. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, Brasília. 1999.

CAMPOS JÚNIOR, C. T. de. O capitalismo se apropria do espaço: a construção civil em Vitória. 1993. 219 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CAMPOS JÚNIOR, C. T. de. O Novo Arrabalde. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CAUQUELIN, A. Paisagem, retórica e patrimônio. RUA. Revista de Arquitetura e Urbanismo. Salvador, v.6, 2003.

CRUZ, C; REGO A; CARIOCA. **Hino a Vitória**. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semc.php?pagina=hinosdevitoria>. Acesso em 05 de outubro de 2013.

Carta de Bagé. Disponível em:

<http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf>. Acesso em: outubro de 2012.

CARVALHO, N. M. M.; ROTHSCHAEDL, S. L. **Enseada do Suá**: Um Bairro em Evidência. 1994. Monografia (Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 1994.

CASADO, T. C.; ALMEIDA, R. H. A construção do patrimônio cultural brasileiro na perspectiva do IPHAN. In: SEMINÁRIO PAISAJES CULTURALES UDELAR/UPC, 11., 2012, Montevideo [Uruguay]. **Actas...**, Montevideo: Red Conpadre, 2012. CD ROM.

COMDUSA. **Plano de Urbanização da Praia do Suá, Estudo de Viabilidade**. Vitória, 1972

CORRÊA, R. L. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Introdução à geografia cultural**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.p. 167-186.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.

COSGROVE D; JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org). **Introdução à geografia cultural**. 2. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

DERENZI, L. S. **Biografia de uma Ilha**. 2 ed. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

Empreendimento Fibra Connection da construtora Rossi é embargado. A Gazeta, Vitória, 10 de maio de 2011. s/p.

ESPINDULA, L. Empreendimentos de impacto urbano e a paisagem na Enseada do Suá, Vitória – ES. In: 11º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, 2011, Campo Grande. **Anais...**, Campo Grande, 2011. CD ROM.

Explosão imobiliária na Enseada. **A Tribuna**, Vitória, 12 novembro 2002. p. 9.

FARIA, W. de. **Nova Cidade ou Water Front – em Vitória (ES): Um projeto dentro da Lei Municipal e fora da aprovação judiciária**. Disponível em: <<http://deolhonailha-vix.blogspot.com.br/2011/09/nova-cidade-em-vitoria-es-um-projeto.html>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2013.

FARIA, W. de. **Histórico dos Aterros da Baía de Vitória/ES**. Disponível em: <<http://deoljonailha-vix.blogspot.com.br>>. Acesso em: abril de 2013.

FERREIRA, A. B. de H.. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FIGUEIREDO, D. M. F. **Pesquisa do IPHAN sobre a Visibilidade do Convento da Penha**. Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 12 de dezembro de 2013.

FIGUEIREDO, D. M. F.; LAUAR, C. M.; MICELI, A. B. Visibilidade e ambiência do Outeiro e Convento da Penha na Baía de Vitória. **Revista VOX MUSEI Arte e Patrimônio**. Teresina, v. 1, n.1, p.xx, 2013.

FRECHIANI, R. V. **A paisagem da Enseada do Suá. 2013**. Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 10 de outubro 2013.

FREITAS, R. **Prefeitura e Tamar inauguram Centro de Visitantes do projeto na Ilha do Papagaio**. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semmam.php?pagina=noticias&idNoticia=10233>. Acesso em: dezembro de 2013.

FREITAS, J. F. B. Aterros e decisões políticas no município de Vitória: efeito cascata. In: VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. **Anais...**, Niterói, 2004. CD ROM.

FREITAS, J. F. B. Intervenções urbanísticas em Vitória 1900 - 1955: modernização e expansão territorial. In: XXII Simpósio Nacional de História - História, acontecimento e narrativa, João Pessoa. **Anais...** Vitória, 2003. CD ROM.

FREITAS, J. F. B. O aterro da Esplanada Capixaba: a "modernidade" privada. In: **XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz**. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

FREITAS, J. F. B. Suá: território de mutações.. In: 4º Seminário de Pesquisa do Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo, 2008, Vitória. **Anais...**, Vitória, 2008. CD ROM.

FREITAS, J. F. B.; AZEVEDO, M. N. S. de. A conquista de áreas ao mar: repercussões em áreas urbanas preexistentes. 1ed. In: FREITAS, J. F. B. **Diálogos: urbanismobr**. Niterói (RJ) e Vitória (ES): EDUFF, 2010. p. 125-161.

FREITAS, J. F.; MENDONÇA, E. M. S. Relatórios de impacto urbano: possibilidades de resposta à singularidade no planejamento urbano. **Revista Farol**, Vitória v.2, n.2, p.110-120, 2001.

FREITAS, J. F.; OLIVEIRA, A. N. **Aterro e proposta de ocupação para a Enseada do Suá: 1970 – 2009**. Pesquisa (Iniciação Científica) – Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo – NAU, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

FRIZZERA, K. P. **A paisagem da Enseada do Suá. 2013**. Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 24 de out. 2013.

HIPARC GEOTECNOLOGIA. **Veracidade: linha do tempo 1970 - 2007**. Disponível em: <http://www.veracidade.com.br/>. Acesso em: 19 de agosto de 2013.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Patrimônio Ambiental Urbano e Natural da Grande Vitória. Vitória, 1978.

IPHAN. Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1757>. Acesso em: 02 de jan. 2014.

KLUG, L. B. **Vitória: sítio físico e paisagem**. Vitória: EDUFES, 2009.

KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. 254p.

LEME, M. C. da S. A formação do pensamento urbanístico no Brasil: 1895-1965. In: LEME, M. C. da S.; FERNANDES, A.; GOMES, M. A. F. **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FAU USP/FUPAM, 1999.

LYNCH. K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997

VITÓRIA. MAPA de uso do solo. Disponível em: <<http://www.geoweb.vitoria.es.gov.br>>. Acesso em: abril de 2013.

MARINATO, C. F. **Aterros em Vitória: uma história a ser lembrada**. Monografia em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2004.

MARTINS FILHO, J. **A paisagem da Enseada do Suá**. Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 17 outubro 2013.

MATTEDI, J. C. **Praia do Suá**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2002. Coleção Elmo Elton. 9.

MENDONÇA, E. M. S. A manutenção da visibilidade marítima na construção em orlas In: Projetar 2005 – II Seminário sobre ensino e pesquisa em projeto de arquitetura: rebatimentos, práticas, interface. **Anais...** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005b.

MENDONÇA, E. M. S. Instrumentos para ocupação urbana em favor dos referenciais da paisagem. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. **Anais...** Faculdade de arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2005a. p.01-20.

MENDONÇA, E. M. S. Método para análise e construção da paisagem urbana - fase 4. In: III Seminário de Pesquisa e Iniciação Científica do Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo. **Anais...** Núcleo de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2007. p. 1-1.

MENDONÇA, E. M. S. Mudança na paisagem de Vitória (ES) pelo projeto de Saturnino de Brito - argumentos metodológicos para análise e construção da paisagem In: IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. **Anais...** FAU-USP / EESC-USP / Mackenzie / PUC-Campinas. São Paulo. 2006. p.1-15.

MENDONÇA, E. M. S. Preocupações acerca da paisagem em Vitória (ES) - panorama da pesquisa e seus desdobramentos. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, v. 23, p. 264-271, 2007.

MENDONÇA, E. M. S.. **Transferência de interesse no percurso da verticalização de construções em Vitória (ES)**. 2001. .197 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MENDONÇA, E. M. S.; ESPINDULA, L. Referenciais da paisagem da Enseada do Suá, Vitória (ES): metodologia de análise e construção. In: Segundo Seminário do Núcleo de Conservação e Restauração: paisagem, do panorama ao pertencimento, 2012, Vitória. Anais..., Vitória, 2012. CD ROM.

MENDONÇA, E. M. S.; PEREIRA, G. L. Estudo dos níveis de percepção dos referenciais paisagísticos para aperfeiçoamento de normas urbanísticas. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005.

MENEGHEL, C. R. P. **A paisagem da Enseada do Suá. 2013.** Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 23 de outubro de 2013.

CARTA de Vitória – Em Prol da Paisagem da Região Metropolitana de Vitória. Vitória, 2011.

NOBRE, K. A nova cara da Enseada. **A Tribuna**, Vitória, s/p, 21 de fevereiro de 2007.

OLIVEIRA, H. **A paisagem da Enseada do Suá. 2013.** Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 21 de novembro 2013.

OLIVEIRA, M. de L. da S.. **A paisagem da Enseada do Suá. 2013.** Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 23 de outubro de 2013.

OLIVEIRA, M. de L. da S.. Estudos de Impacto de Vizinhança - Bairro Enseada do Suá, Vitória/ES. Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 05 de maio de 2012.

PAIXÃO, L. A paisagem da Enseada do Suá. Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 14 de novembro de 2013.

RIBEIRO, E. da P.. A paisagem da Enseada do Suá. Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 22 de novembro de 2013.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Global e local na análise da estruturação da cidade: reflexões metodológicas.** In: Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnicas e tempo.** Razão e emoção. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitex, 1997.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5 edição. São Paulo: EDUSP: 2008b.

SCARDUA, W. Justiça embarga novos prédios. **A Tribuna**, Vitória, s/p, 2010.

SILVA, I. A. da. **A paisagem da Enseada do Suá.** Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 21 de novembro de 2013.

SOUZA, L. H. P. de. **Praia do Suá: mudanças e permanências na paisagem.** 2010, 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

SPÓSITO, M. E. B. **A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais.** In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A. e SEABRA, O. C. DE L. O espaço no fim de século: a nova raridade. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 83-99.

TEDESCO, D. **A paisagem da Enseada do Suá.** Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 22 de outubro de 2013.

VILA VELHA. **Lei nº 4575, de 26 de novembro de 2007.** Câmara Municipal de Vila Velha, Vila Velha, 2007.

VITÓRIA, PREFEITURA MUNICIPAL de. **Site Oficial.** Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/>>. Acesso em: abril de 2013.

VITÓRIA, PREFEITURA MUNICIPAL. **Praça do Papa oferece visão panorâmica da baía de Vitória, 2011.** Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/turismo.php?pagina=pracadopapa>>. Acesso em: 11 de outubro de 2013.

VITÓRIA. **Elaboração do plano de ocupação para a área central de Vitória – Plano de Proteção da Paisagem** (em andamento). Secretaria de Desenvolvimento da Cidade/PMV, Vitória, 2011.

VITÓRIA. **Decreto-lei nº 14.243, de 26 de março de 2009.** Secretaria Municipal de Planejamento/PMV, Vitória, 2009.

VITÓRIA. **Decreto-lei nº 9945, de 20 de novembro de 1996.** Secretaria Municipal de Planejamento/PMV, Vitória, 1996.

VITÓRIA. **Lei nº 6705, de 13 de outubro de 2006.** Secretaria Municipal de Planejamento/PMV, Vitória, 2006.

VITÓRIA. **Lei nº 3158, de 10 de fevereiro de 1984.** Secretaria Municipal de Planejamento/PMV, Vitória, 1984.

VITÓRIA. **Lei nº 4167, de 27 de dezembro de 1994.** Secretaria Municipal de Planejamento/PMV, Vitória, 1994.

VITÓRIA. **Mapa do bairro Enseada do Suá, Vitória/ES, 2012.** Disponível em: <GoogleMaps>. Acesso em: 19 de dezembro de 2012.

ZANONI, A. **Associação de moradores da Enseada do Suá.** Entrevista concedida a Lidiane Espindula, Vitória, 02 de dezembro de 2013.

ZANONI, A. **Parque Municipal Ilha do Papagaio.** Disponível em: <<http://amieesvitoria.blogspot.com.br/2013/08/parque-municipal-ilha-do-papagaio.html>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2013.